

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Ana Paula Perrota

MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS LAGOS:
Socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas

Rio de Janeiro
Outubro de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS LAGOS:
Socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas

Ana Paula Perrota

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neide Esterici

Rio de Janeiro

Outubro de 2009

“MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS LAGOS: SOCIOAMBIENTALISMO EM
CONSTRUÇÃO NA VÁRZEA DO AMAZONAS”

Ana Paula Perrota

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Neide Esterci

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:

Presidente, Prof.^a Dr.^a Neide Esterci, IFCS/UFRJ

Prof. Dr. Henri Acselrad, IPPUR/UFRJ

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro, UFMA

Prof. Dr. José Ricardo Ramalho, IFCS/UFRJ (Suplente)

Prof. Dr. Ricardo Rezende Figueira, ESS/UFRJ (Suplente)

Rio de Janeiro

Outubro de 2009

PERROTA, Ana Paula.

Movimento de Preservação dos Lagos: socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas / Ana Paula Perrota. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2009.

x, 184 f.: il.; 29,7 cm;

Orientadora: Neide Esterci.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2009.

Referências Bibliográficas: f.177-182.

1. Socioambientalismo. 2. Populações ribeirinhas. 3. Igreja Católica. 4. Conflitos ambientais. I. Esterci, Neide. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Movimento de Preservação dos Lagos: socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas.

Resumo

MOVIMENTO DE PRESERVAÇÃO DOS LAGOS:

Socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas

Ana Paula Perrota

Neide Esterci (Orientadora)

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

A partir de pesquisa realizada no Estado do Amazonas junto às “populações ribeirinhas” e à Comissão Pastoral da Terra, o presente trabalho trata do processo através do qual esses atores passaram a relacionar a situação de conflito enfrentada nos ambientes pesqueiros aos dilemas da conservação do meio ambiente. Situando questões relativas aos estudos da Ecologia Simbólica e da Sociologia da Crítica, discute-se como esses atores vincularam suas antigas reivindicações sociais à problemática ambiental, construindo uma crítica socioambientalista para denunciar os efeitos resultantes da intensificação da pesca comercial. Serão investigadas a dinâmica motivacional dos “ribeirinhos” para se organizarem contra a “pesca predatória”, além de questões relativas à justificativa desses atores para reivindicar uma nova forma de relação entre os homens e a natureza. Essas questões nos permitem compreender o conjunto de idéias e princípios que as “populações ribeirinhas” têm como orientação de suas ações ambientalistas.

Palavras chave: 1. Socioambientalismo. 2. Populações ribeirinhas. 3. Igreja Católica. 4. Conflitos ambientais.

Abstract

LAKE PRESERVATION MOVEMENT:

Socio-environmentalism under construction in the Amazonian floodplain

Ana Paula Perrota

Neide Esterci (Supervisor)

Abstract of Master's Thesis submitted to the Graduate Program in Sociology and Anthropology of the Institute of Philosophy and Social Sciences at the Federal University of Rio de Janeiro – UFRJ, as part of the requirements for the Master's Degree in Sociology (with a Major in Anthropology).

As a result of my research conducted in the Brazilian state of Amazonas, among the riverain populations or “populações ribeirinhas” and the local Pastoral Land Commission, this study deals with the processes through which these actors began to associate the conflictive situation lived in the fishing entourage to the environment conservation dilemmas. Therefore, on the one hand, some issues at stake within the Symbolic Ecology studies and the Critical Sociology have been theoretically situated. On the other hand, I have discussed how these actors associated former social demands to environmental issues, thus building a socio-environmental critique to denounce the effects resulting from the intensification of commercial fishing. This study investigates the motivational dynamic of the “riverain populations” to organize themselves against the “overfishing”, as well as issues bound to the justifications of these actors to claim a new kind of relationship between men and nature. Questions as such allow us to understand the set of ideas and principles that the “riverain populations” have as a guideline for their environmental activities.

Key-words: 1. Socio-environmentalism, 2. riverain populations, 3. Catholic Church, 4. environmental conflicts.

Agradecimentos

À minha orientadora Neide Esterci pela atenção cuidadosa conferida a todas as etapas de constituição dessa dissertação de mestrado e pelo grande aprendizado antropológico proporcionado desde o curso de graduação.

Aos professores Gian Mário e Rosane Prado pelas observações valiosas realizadas durante o exame de qualificação.

Aos participantes do grupo de pesquisa da professora Neide Esterci, com quem compartilhei informações, experiências, ideias e que fizeram leituras cuidadosas dos meus trabalhos: Kátia Schweickardt, Annelise Fernandes, Thais Danton, Mariana Porto e Karine Narahara.

À CAPES pelo suporte concedido através da bolsa de estudo durante o curso de Mestrado. À Cláudia e Denise, funcionárias do PPGSA, pelo trabalho e boa vontade com as burocracias acadêmicas.

A todos aqueles que no Amazonas me receberam em suas casas e me dedicaram carinho e atenção, que foram essenciais para manter-me firme durante o período de pesquisa: o pessoal da casa dos artistas, a Kátia Schweickardt e o Júlio Schweickardt, a Dona Raimunda, o Naca, a Elba e a dona de Lourdes.

Agradeço a Auriédia, Marta, Goreti, Leni e Josafá, que literalmente abriram as portas do escritório regional da CPT/AM e me receberam muito bem como pesquisadora e como amiga.

Agradeço aos meus amigos do PPGSA por compartilhar as alegrias e angústias que compõe o cotidiano de quem se dedica à pesquisa acadêmica: Hailton Júnior, Cláudia Prestes, Natasha Neri, Renata Montechiare, Alberto Goyena, Céline Spinelli, Luiz Augusto Campos, Paola Lins e toda a turma de 2007. Agradeço em especial ao Cesar pelas importantes sugestões dadas à minha pesquisa, pelos intensos debates, e, sobretudo, pela amizade que construímos.

Agradeço aos meus amigos de longa data Giselli, Danuta e Gabriel que ao longo dessa trajetória estiveram sempre por perto ouvindo meus dilemas, dando conselhos e às vezes reclamando de minha ausência.

Agradeço à minha família, que desde a graduação devota apoio incondicional a todas as decisões que eu tomo e que orientam minha vida acadêmica. Mesmo que para eles tais

escolhas não façam muito sentido, eles estão sempre prontos para me incentivar a dar novos passos.

Agradeço ao Rodrigo pelas conversas, leituras e releituras desse trabalho, amor e companheirismo, que dentre tantas outras coisas, me ensina dia após a dia a acreditar que as Ciências Sociais podem ser construídas com ideias novas e transformadoras. Além disso, agradeço todo o seu carinho e atenção, principalmente durante o período do trabalho de campo, quando nossas conversas se tornaram ainda mais acalentadoras e incentivadoras.

*O urro dos leões, o uivo dos lobos,
o furor do mar tempestuoso,
e a espada destrutiva.
São porções da eternidade grandes
demais para o olho do homem.*

William Blake

Sumário

Introdução	11
I - Em busca dos dados	15
II - Os imponderáveis da vida real.....	20
Capítulo 1 – A transformação dos rios em objeto de disputa.....	27
1.1 – A vida ligada às águas e a importância da pesca para as sociedades de várzea	28
1.2 - O rompimento com as bases de organização sócio-econômica em torno dos rios	39
1.3 - “Escasseando o peixe”: novos atores e novos instrumentos de pesca.....	44
1.4 – As disputas em torno dos ambientes pesqueiros: o estabelecimento do momento crítico	47
1.5 – A aliança com a Comissão Pastoral da Terra: o surgimento do Movimento de Preservação dos Lagos.....	55
Capítulo 2 – Interpretação da crítica do MPL: a instrumentalização da questão ambiental	61
2.1- O esquema marxista como aparato crítico utilizado pelos religiosos	65
2.2 – O reconhecimento do “explorado” e do “explorador”.....	76
2.3- Apropriação das categorias ambientalistas: O “explorador” se torna também “depredador” da natureza	85
2.4 – A estima das práticas sustentáveis com base em critérios ecológicos.....	96
2.5 – A “socialização das questões ambientais”.....	101
Capítulo 3 – Sobre a “invasão” dos lagos.....	112
3.1 - O caso do Lago Canaçari	113
3.2 - – “Ribeirinhos” e “Pescadores”: uma disputa entre diferentes condutas territoriais	123
3.3 – O declínio dos “estoques pesqueiros”: a falta de um alimento “farto”, “gratuito”, “prático”, “saboroso” e “saudável”	133
Capítulo 4 – O ambientalismo ribeirinho	144
4.1 – O valor da natureza: bom para comer, bom para curar, bom para vender.....	146
4.2 – O ambientalismo de quem “vive no meio ambiente”.....	156
4.3 – A conscientização para a “preservação”: “O que Deus deixou não acaba, mas...”	163
Considerações Finais	170
Bibliografia.....	177
Anexo - Fontes de pesquisa	183

Introdução

Os “ribeirinhos”, como são chamados os moradores das margens dos rios e lagos da região amazônica, têm sido representados como tendo uma forte “consciência ecológica” (Almeida, 2006). Na medida em que os dilemas da conservação do meio ambiente se configuraram como uma nova questão pública, esses atores tiveram a marca ecológica associada à sua identidade e passaram a ser reconhecidos como possuidores de um modo de vida que atende os princípios da sustentabilidade ambiental.

Contudo, a referência à “consciência ecológica” que ONGs, pesquisadores, ambientalistas e instituições governamentais vinculam a diferentes atores sociais não esclarece o que está em jogo quando se diz que um indivíduo ou um grupo social a possui. O conteúdo que dá forma a esta categorização é diversificado, não existindo, portanto, um único significado. A noção de “consciência ecológica” se define a partir de inúmeros atributos que não podem ser expressos aqui em sua exaustão: não maltratar os animais, participar de movimentos ou organizações contra a devastação da Amazônia, lutar contra a poluição de rios e bacias, reciclar o lixo, realizar um consumo consciente, impedir a realização da pesca predatória, etc.

Observa-se então que os significados e as motivações que orientam os atores sociais em direção ao engajamento ambiental esbarram na diversidade que a causa ecológica assume. Essa questão por sua vez está relacionada às concepções específicas de natureza que são produzidas por diferentes culturas em diferentes tempos (Descola, 2004)¹. De acordo com o autor, “muitos antropólogos e historiadores agora concordam que as concepções de natureza são construídas socialmente, que elas variam de acordo com as determinações históricas e culturais, e que, portanto, nossa própria visão dualística do universo não deveria ser projetada como um paradigma ontológico de muitas culturas onde essa visão não se aplica” (pág. 82). Essa perspectiva também é defendida por Escobar (2005), ao afirmar que muitas populações rurais:

"Constroem" a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam, e, portanto utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares. Estudos etnográficos

¹ A tese defendida de diferentes construções do ambiente natural trouxe para o autor a preocupação de evitar um relativismo que torne as visões de natureza específicas incomensuráveis. Para tanto, Descola (2004) definiu procedimentos estruturantes que regulam a objetivação da natureza. São eles: modos de identificação, modos de relação e modos de classificação.

descobrem uma quantidade de práticas de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural. (pág. 139)

Ao concordar com tais estudos, conclui-se que a mobilização política para a proteção do meio ambiente se inscreve em um quadro amplo de valores a respeito da concepção de natureza e da motivação para preservá-la. A partir desses valores os ambientes naturais são designados e utilizados de maneiras específicas, e são construídos diferentes quadros discursivos para justificar e reivindicar a sua proteção.

Considerando a diversidade de representações de natureza e o dissenso a respeito das categorias ambientalistas mobilizadas nas mais diversas situações de conflito, trago como proposta de pesquisa a discussão sobre o engajamento ambientalista das “populações ribeirinhas”. De acordo com o relato através do qual a “pesca predatória” é representada, explicada e denunciada por esses atores, trata-se de uma interpretação sobre a apropriação das categorias ambientalistas e da concepção específica de natureza que orienta suas ações. Como nos informa Descola (2004), os modelos de significados da natureza, assim como outros modelos como o de parentesco, por exemplo, funcionam como linhas de direção para a ação das pessoas e por isso servem para organizar modos de relação, modos de classificação ou modos de identificação. Portanto, o que será chamado aqui de *ambientalismo ribeirinho* é o conjunto de ideias e princípios baseados na visão da natureza que os referidos atores sociais têm como orientação de suas práticas.

Para a definição desse tema, conto também com o trabalho de estudiosos que refletiram sobre a difusão da questão ambiental na esfera pública e buscaram sistematizar as diferentes tipologias do ambientalismo (Castells, 1999; Fuks, 2001; Vincent, 1995). Segundo os autores, a partir da década de 1960 o movimento ambientalista se situou em um cenário bastante amplo de direitos e reivindicações. A temática ambiental se tornou uma referência básica para o enquadramento de grande parte dos debates travados nas arenas públicas e foi acionada pelos diversos setores da sociedade (Fuks, 2001). Nesse sentido, Castells afirma que “as ações coletivas, políticas e discursos agrupados sob a égide do ambientalismo são tão diversificados que se torna praticamente impossível considerá-lo um único movimento” (1999, pág. 143). A partir desses estudos é possível justificar a necessidade de uma pesquisa das formas de noções ambientalistas, visando apreender as especificidades de cada caso. No entanto, cabe ressaltar que não trago como proposta analisar o discurso ambiental do MPL em

comparação ao discurso científico, que mais do que representar uma das versões do ambientalismo, muitas vezes se torna hegemônico por ser considerada a “versão científica”. Sobretudo, não se trata de atestar a veracidade de seus conceitos, pressupostos e saber tradicional. O que pretendo é apreender os sentidos e os pressupostos que constituem a versão ambientalista construída por esses atores a partir de seu próprio conhecimento local² e da relação constituída com o ambiente onde vivem.

Na medida em que serão investigados os aspectos culturalmente construídos da ecologia segundo a cosmologia das “populações ribeirinhas” torna-se possível afirmar que a presente discussão se insere entre os estudos de “ecologia simbólica” (Descola, 2004). Tais estudos levam em consideração as representações que as pessoas constroem de seu ambiente físico e social, e por isso, se contrapõem às abordagens materialistas que reduzem a construção social da natureza ao reflexo mecânico das forças materiais objetivas. Desse modo, trata-se de pensar, segundo Acselrad (2003), que o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados que conferem sentido e ordenamento ao espaço biofísico, além de comandar atos e práticas referentes a esse espaço. Portanto, é possível considerar que até mesmo a idéia da objetividade de uma “crise ambiental” deve ser desconsiderada em lugar de se pensar no processo social de construção das concepções que a define. Sendo assim, orientaremos essa pesquisa com base na seguinte definição de meio ambiente do autor:

Uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica (Acselrad, 2003, pág. 19).

A problemática relacionada à macro oposição conceitual entre natureza e cultura também se inscreve nessa discussão. A pergunta sobre a concepção de natureza e o sentido que as categorias ambientalistas assumem de acordo com o discurso das “populações ribeirinhas” coloca em questão a ordenação desse par conceitual. Ao questionar a realização da “pesca predatória”, ou seja, as recentes técnicas e formas sociais de apropriação do

² Segundo Escobar (2005) o conceito de conhecimento local se refere a um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo.

pescado introduzidas no Amazonas desde os anos 1960, os “ribeirinhos” precisaram lidar criticamente com a maneira segundo a qual os homens passaram a se relacionar com o meio ambiente. A reivindicação de outra forma de relacionamento com a natureza nos permite pensar a respeito de como as “populações ribeirinhas” entendem que deve ser estabelecida a relação entre os homens e o mundo natural.

Mas antes de tratar dessas questões, discutiremos o processo através do qual o MPL passou a utilizar as categorias ecológicas apreendidas na sua interação com ambientalistas, agentes governamentais e membros das equipes religiosas. Será visto que as questões e as categorias da causa ambientalista foram apropriadas pelo movimento dos “ribeirinhos” para apontar os efeitos deletérios da industrialização do setor pesqueiro e conferir legitimidade às suas denúncias. No entanto, inicialmente o MPL não se reconheceu e não foi reconhecido como um movimento ambientalista. A partir da aliança estabelecida com a CPT no final dos anos 1970, o MPL construiu suas críticas e justificações (Boltanski e Théventot, 2006) com base nos princípios marxistas relacionados à noção de exploração social. Foi a partir dos anos 1990, quando a noção de crise ambiental emergiu publicamente no país como uma problemática significativa, que esses atores sociais vincularam suas denúncias à causa ecológica.

Portanto, será discutido como a vinculação dos conflitos vivenciados nos ambientes pesqueiros aos dilemas da conservação do meio ambiente garantiu ao movimento critérios de legitimidade e legalidade que favoreceram a conquista de algumas de suas principais reivindicações. A discussão sobre a crítica e a justificação (Boltanski e Thévenot, 2006) do MPL terá como pano de fundo a passagem de uma *crítica social* a uma *crítica socioambiental*, tendo em vista que o movimento passou a se utilizar da questão ambiental para a construção de suas denúncias. Buscaremos apreender a dinâmica das críticas e justificações mobilizadas pelos “ribeirinhos” a fim de tornar suas denúncias contra a “pesca predatória” uma causa generalizada e reconhecida na esfera pública. Nesse sentido, não é intenção dessa pesquisa julgar se as técnicas produtivas dos “ribeirinhos” possuem impacto deletério sobre o ecossistema de várzea ou se suas atividades contribuem para a sustentabilidade ambiental. Nossa intenção é compreender como esses atores sociais operam as noções de natureza e sociedade e se apropriam das categorias ambientalistas no contexto envolvendo os conflitos nos ambientes pesqueiros.

Para essa discussão contarei com a de Luc Boltanski e Laurent Théventot (2006), que fizeram uma análise sobre a capacidade dos atores de justificar e explicar suas ações diante de

situações consideradas injustas. Interessados pelas operações críticas dos indivíduos, esses autores levaram a sério suas falas e reconheceram neles uma competência própria para analisar sua situação e construir denúncias públicas de injustiça. Conforme explicam, seu objetivo nesse estudo é o de “apresentar um quadro de instrumentos teóricos e metodológicos que podem ser usados para analisar as operações críticas que as pessoas realizam quando querem mostrar o seu descontentamento” (Boltanski, Thévenot, 2006, pág. 25).

Esses estudos conduziram à elaboração de um modelo de justiça, obtido através da reflexão do que é ou não possível fazer valer em público, do gênero de argumentos e de provas que os atores sociais podem apoiar-se para legitimar sua crítica e do que parece ser aceitável ou inaceitável, lícito ou escandaloso. A partir daí, os autores concluíram que para criticar é preciso demonstrar os motivos associando-os a comprovações e justificações. Como será tratado adiante, as pessoas devem eliminar as referências pessoais e buscar a generalidade para caracterizar de forma legítima a natureza geral da injustiça sofrida. Tomaremos então as denúncias construídas pelo MPL a partir do conceito de “crítica” desenvolvido por Luc Boltanski e Laurent Thévenot. Com base no trabalho realizado pelos autores minha intenção é analisar como as denúncias das “populações ribeirinhas” são feitas, tendo em vista os princípios mobilizados para justificá-las e torná-las aceitáveis. Portanto, essa pesquisa propõe também uma discussão sobre a construção e a reconstrução das denúncias realizadas pelo MPL, a partir do processo segundo o qual o discurso ecológico foi capturado e instrumentalizado por esses atores.

I - Em busca dos dados

Para a realização dessa pesquisa contarei com os dados obtidos durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2008, quando estive no estado do Amazonas. Nesse período, além da capital estive também no município de Itacoatiara, onde pude realizar o trabalho de campo junto aos moradores da “comunidade” de Santa Fé. Esses moradores desenvolvem o trabalho de “preservação” do Lago Canaçari. As fontes de pesquisa que se tornaram as mais importantes para esse trabalho foram os registros textuais dos encontros regionais promovidos pela CPT; as entrevistas com os coordenadores regionais e ex-participantes da pastoral; a observação participante e entrevistas realizadas com os moradores de Santa Fé; e entrevistas

com técnicos do IBAMA dos escritórios de Manaus e de Itacoatiara, que acompanham de longa data o movimento dos “ribeirinhos”.

No período que compreendeu as duas primeiras semanas da minha estadia no campo, pude realizar a consulta dos arquivos históricos da CPT³ no estado do Amazonas referentes aos encontros anuais com os “ribeirinhos”. Meu objetivo foi o de realizar um levantamento a respeito do campo discursivo do MPL e apreender a dinâmica de formação e transformação das estratégias críticas do movimento que se deu ao longo dos anos. Então, nessas duas semanas visitei diariamente o escritório regional da CPT com a permissão para a consulta de seus arquivos e assim, tive acesso também a outros registros, tais como artigos científicos, matérias de jornais e “cartilhas” produzidos pelo movimento dos “ribeirinhos”. Ademais, é importante mencionar que a visita diária me permitiu estabelecer um contato mais próximo com os funcionários e membros da pastoral, o que resultou em conversas informais com grande valor para a pesquisa e que foram somadas às entrevistas gravadas.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada no município de Itacoatiara. Esse local foi escolhido após a sugestão feita por Auriédia, coordenadora da CPT regional. A partir da indicação da coordenadora ficou decidido que este seria o local privilegiado para a pesquisa etnográfica por duas razões: primeiro em razão da atuação dos moradores da “comunidade” de Santa Fé, que há pelo menos duas décadas⁴ já vinham se organizando para a “preservação” do Lago Canaçari de maneira exemplar, conforme as considerações da coordenadora. E em segundo, porque se tratava de uma viagem menos longa porque poderia ser feita de ônibus. Diferentemente das viagens a barco realizadas para se chegar aos diferentes municípios do

³ A CPT realizou o último encontro regional no ano de 2005, quando estiveram presentes lideranças dos municípios de Tefé, Tabatinga, Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Lábrea, Anamá. Nessa ocasião ficou decidido que o novo encontro seria realizado no ano de 2007, mas isso não ocorreu. O encontro foi então programado para o ano seguinte, mas novamente ele não foi realizado. A principal questão levantada a respeito desse acontecimento foi a falta de recursos financeiros, o que impediria, segundo declarações dos coordenadores da pastoral, que a CPT viabilizasse a vinda e a hospedagem em Manaus das lideranças dos diversos municípios. Auriédia me relatou que atualmente a CPT e o CIMI são movimentos de resistência dentro da Igreja. Ela disse que na época em que a teologia da libertação tinha força entre os quadros da Igreja, a situação era outra, pois hoje, já não se poderia mais pensar em ideologia. Então, ela disse que devido à falta de recursos não tem mais com a CPT apoiar de perto o trabalho de “preservação” e por isso os “ribeirinhos” tinham que abrir diálogo nos municípios com outros atores. Foi nesse sentido que Naca, líder do trabalho de “preservação” do Canaçari, relatou durante o tempo em que estive em Itacoatiara, que tem se sentido em relação à CPT como uma ovelha sem pastor. Sem realizar os encontros regionais e sem uma visita freqüente às áreas em que não há mais escritórios da pastoral, os movimentos passaram a contar com o apoio de instituições locais, principalmente o IBAMA, como é o caso de Itacoatiara, como será melhor discutido a seguir. Contudo, a pastoral não deixou de acompanhar e apoiar a luta dos “ribeirinhos”. Um exemplo disso é a cartilha sobre a “preservação” dos lagos que foi lançada em junho de 2007. Nessa material, a CPT não só chama a atenção para o histórico de luta do MPL, mas confere importância ao fato de que muitos lagos ainda padecem da falta de “preservação” e por isso a cartilha trata da necessidade de que essa prática continue sendo desenvolvida no Estado.

⁴ Durante o trabalho de campo ninguém soube precisar com exatidão o tempo que o trabalho de “preservação” realizado pelos comunitários de Santa Fé está sendo realizado.

Estado, e que podem durar semanas, Itacoatiara fica a mais ou menos quatro horas de ônibus da capital. A cidade, que fica a 177 km de Manaus, está localizada na região que é conhecida como Baixo Amazonas. O município é o terceiro mais populoso do Estado, contando com 84676 moradores, segundo dados do IBGE, 2007. Na cidade, fui recebida por Dona Raimunda, “pessoa de referência” da CPT no município⁵. E foi através de sua mediação que pude me comunicar com o Naca, líder do MPL no Lago Canaçari⁶ e que se tornou meu principal contato com a “comunidade”. Antes de chegar a Itacoatiara não foi possível entrar em contato com os moradores do Canaçari em razão das dificuldades de comunicação via telefone⁷.

Nos quase dois meses que se seguiram fiz viagens entre a casa de Dona Raimunda e a “comunidade” de Santa Fé, que está situada nas margens do Lago Canaçari. O acesso ao lago é feito por uma linha de ônibus particular que durante três vezes ao dia parte de Itacoatiara com destino ao local conhecido como Porto da Estrada. O percurso é curto, dura cerca de 20 minutos. Chegando ao Porto da Estrada já estamos diante do Lago Canaçari, que se estende a nossa frente até perder de vista. O tempo de viagem percorrido de “rabeta”⁸ até Santa Fé, dura cerca de 50 minutos. E cabe ressaltar que não há tipo algum de transporte público em serviço no lago. Todas as famílias dependem de sua rabeta para se deslocar entre as casas vizinhas, até a sede da “comunidade” ou para chegar ao Porto da Estrada. Nesse sentido, eu contava sempre com a carona dos moradores para conseguir chegar até Santa Fé, e como forma de retribuição, levava alguns litros de gasolina, que é o combustível do motor de rabeta.

No período em que estive na “comunidade”, fui hospedada por três famílias diferentes e nessa ocasião pude realizar a observação participante e entrevistas com os moradores que de alguma forma têm participação direta ou indireta no esforço de “preservação” do Lago Canaçari. Desse modo, conversei com a “turma da preservação”, que são moradores que se empenham em impedir a “invasão” do lagos pelos “pescadores de fora” e se dispõe a fazer

⁵ Dona Raimunda, que está envolvida em um conflito de direito de posse de terra, tem recebido apoio da CPT. Ela, assim como outras vinte e três famílias, possui uma casa em uma área que teve a sua posse reivindicada por uma “advogada de Manaus”. Essa pessoa se diz herdeira dessas terras e entrou com uma ação judicial para “reavê-la”. Com a ajuda da CPT, essas famílias se mobilizaram para impedir que a “advogada” tenha ganho de causa. Então, nas ocasiões em que esses moradores precisam dialogar com as instâncias governamentais em Itacoatiara ou em Manaus, algum integrante da CPT os ajuda, conferindo principalmente apoio jurídico.

⁶ O Lago Canaçari é formado pela confluência de cinco tributários do Rio Amazonas: Rio Urubu, Rio Itabani, Rio Sanabani, Igarapé Açu, e Igarapé Ponta Grossa.

⁷ Este fato foi utilizado em muitas ocasiões como exemplo pela equipe da CPT, para ilustrar a dificuldade que era reunir as lideranças nos encontros. Tanto a viagem demorada, quanto a impossibilidade em alguns casos de entrar em contato com os comunitários, eram dados como exemplo para comprovar as agruras que eles passavam durante a realização dos encontros regionais.

⁸ Canoa movida a motor.

rondas noturnas no lago para evitar a presença desses atores sociais. Mas além deles, entrevistei também as esposas que acompanham de perto os esforços dos maridos para a “preservação” do Canaçari, e, por fim, entrevistei os “pioneiros da preservação”, que são aqueles que iniciaram a luta no lago e hoje, por motivos de idade, ou saúde já não participam ativamente da “preservação”.

As 53 famílias que fazem parte da “comunidade” de Santa Fé constroem suas edificações em espécies de ilhas⁹, não há casas dispostas uma ao lado da outra, então a possibilidade de se deslocar por terra firme entre as casas vizinhas é inexistente. Desse modo, eu dependia sempre de alguém para me levar de rabetá às casas das famílias que foram entrevistadas, fato este que restringiu muito a possibilidade de estabelecer por mais tempo relações próximas com os comunitários. No entanto, a sede de Santa Fé conta com a escola, a Igreja e o campo de futebol, que são os espaços de sociabilidade dos moradores. Assim, foi durante a realização das partidas de futebol e da cerimônia religiosa, sempre aos domingos, que eu tive a oportunidade de ampliar minhas redes de relações. Nessas ocasiões tornou-se possível conversar com os membros das famílias que vivem na “comunidade”, que espontaneamente me relataram suas impressões sobre a “situação da bóia¹⁰” no Canaçari. Nessas ocasiões, enquanto uns me diziam que já estava “bom de peixe”, outros reclamavam que “a malhadeira não estava pegando nada”. Mas dentre essas declarações controversas, o fato consensual era o de que eles acreditavam que “se não houvesse a proibição já não tinha mais peixe para comer”.

No entanto, durante o tempo que passei em Itacoatiara, eu não fiquei o tempo todo na “comunidade” de Santa Fé. Eu voltava para a cidade periodicamente e nesse período pude entrevistar pessoas envolvidas com o movimento dos “ribeirinhos”: funcionários do IBAMA local que apoiam a luta no Canaçari e ex-participantes da CPT, que me puderam me esclarecer sobre o trabalho realizado para a “preservação” dos lagos no município e sobre o encerramento das atividades da pastoral.

⁹ O período em que realizei a pesquisa em Santa Fé correspondeu ao inverno. Como veremos melhor adiante, essa época do ano é marcada pelas chuvas diárias e a subida do nível da água. Por isso o terreno dos comunitários pareciam ilhas. Mas o que eu ouvi na “comunidade” é que no verão, período em que as águas descem, a paisagem se modifica completamente. Os moradores disseram que o lago praticamente desaparece, e o que ficam são poços espalhados, de onde eles continuam pescando e retirando água para o consumo, mas precisando caminhar às vezes uma hora para ter acesso a esses recursos.

¹⁰ Essa expressão era utilizada como referência para me indicar as facilidades ou dificuldades que os moradores tinham para capturar o peixe diariamente para sua alimentação.

Dito isso, no primeiro capítulo da dissertação será feito um estudo bibliográfico sobre os aspectos socioeconômicos das populações amazônicas e sobre as intervenções políticas e econômicas que incidiram sobre a Região. Será abordado que essas intervenções produziram um cenário marcado por um processo de ruptura e continuidade referente ao sistema de vida das “populações ribeirinhas”. Nesse capítulo será informado ao leitor quem são e como vivem essas populações e o contexto em que surgiram as lutas contra a pesca considerada predatória.

No segundo capítulo será feita uma discussão sobre o repertório político mobilizado pelo MPL, tendo como material empírico os relatórios dos encontros regionais organizados pela CPT e as entrevistas realizadas com os atores sociais envolvidos nessas disputas. Nesse capítulo será discutido como a insatisfação com as novas relações inseridas no ambiente de várzea se traduziu em quadros argumentativos que se referem ao bem comum. Nele será focalizado o processo de “ambientalização” (Leite Lopes, 2004) desse conflito. Ou seja, será discutido como o MPL, que até então esteve intimamente relacionado às questões sociais, se apropriou das categorias ambientalistas para denunciar a “pesca predatória”. Assim, serão discutidas também as implicações políticas dessa conversão ao ambientalismo.

No terceiro e no quarto capítulo será investigado o sentido atribuído à questão ambiental e a concepção das “populações ribeirinhas” sobre a natureza. Portanto, será utilizado como material empírico os dados recolhidos durante as entrevistas e a observação participante realizadas na “comunidade” de Santa Fé. O terceiro capítulo dessa dissertação será destinado à investigação do relato através do qual os “ribeirinhos” expressam suas motivações para o engajamento contra a “pesca predatória”. As questões a serem discutidas dizem respeito às dinâmicas motivadoras que levaram o MPL a se engajar em favor da “preservação” dos lagos, e o que representa a falta do peixe, já que a noção de risco de fome é frequentemente evocada para explicar o surgimento do MPL.

No quarto capítulo e último, discutirei como esses atores sociais conformam sua relação com o meio ambiente e dão origem ao *ambientalismo ribeirinho*. Visto que o MPL passou pelo processo da “ambientalização” dos conflitos sociais, trata-se de investigar o processo de representação, classificação e categorização desses atores sociais sobre o mundo natural e sobre as suas ações ambientalistas.

II - Os imponderáveis da vida real

Guilherme Sá (2005) no artigo sobre a realização da pesquisa de campo com os primatólogos, seu objeto de estudo no Doutorado, trata das experiências vividas no campo pelos etnógrafos que se dedicam ao estudo da ciência. Nesse trabalho, o autor afirma que o estudo dos primatólogos alinhava seus interesses sobre a antropologia da ciência e o desejo de realizar a pesquisa de acordo com o que ele chamou de “ideal malinowskiano”, que segundo suas considerações, consiste em “fazer trabalho de campo”, “correr o risco de pegar malária”, etc.

A partir da experiência que tive durante parte da realização do trabalho de campo, principalmente no que se refere à experiência etnográfica na “comunidade” de Santa Fé, é possível dizer que essa pesquisa se constituiu de acordo com o “ideal malinowskiano” almejado pelo pesquisador citado acima. Alguns autores consideram esse “ideal” como o marco da pesquisa antropológica, que é o “trabalho de campo mediante observação participante, preferivelmente em um grupo social de dimensões reduzidas bem diferentes daquele ao qual pertence o investigador” (Stocking *apud* Giumbelli, 2002, pág. 92). Então, julgo que seria relevante discorrer de forma breve sobre algumas das experiências que marcaram a realização da pesquisa no Canaçari. Sendo assim, serão abordadas nesse instante as dificuldades que encontrei para ser reconhecida como uma pesquisadora e para me adaptar as ações e práticas que fazem parte do cotidiano dos “ribeirinhos”.

Antes de viajar para Manaus, além da tensão comum de um estudante de mestrado que precisa lidar da melhor maneira possível com as questões teóricas, as hipóteses formuladas e os acontecimentos do campo; eu pensava também em como seria viajar sozinha para outra cidade e para outra região que nunca estivera antes. Contudo, em Manaus me beneficieei de contatos anteriormente construídos por minha orientadora, principalmente com membros da equipe da CPT regional. Conteí também com o apoio de outras duas pesquisadoras do nosso grupo para conseguir hospedagem. Nesse caso, o que me deixava realmente ansiosa era pensar em como esses processos aconteceriam no interior, junto com as “populações ribeirinhas”. Além de julgar que iria me deparar como uma realidade bastante diferente da minha, nessa situação eu não voltaria depois de um dia de pesquisa para um lugar onde me sentisse familiarizada, em que pudesse realizar as coisas do meu modo. Eu passaria, mesmo que por algumas semanas, a morar com os “ribeirinhos”, e isso implicaria em me adaptar ao seu conjunto de práticas cotidianas.

Contudo, ao chegar na “comunidade” de Santa Fé, pude perceber que compartilhava com os moradores muitos códigos e interesses semelhantes. Os “ribeirinhos” não viviam “isolados no coração da floresta amazônica”, como a imprensa muitas vezes noticia ao se referir aos “povos da Amazônia”. Nessa situação de pesquisa, os “ribeirinhos” têm uma relação de proximidade grande com o centro urbano. Muitas crianças complementam seus estudos na sede do município de Itacoatiara uma vez que a escola em Santa Fé garante o estudo até o Ensino Fundamental. Além disso, os adultos também se dirigem à cidade com alguma frequência para realizar pequenas compras, como botijão de gás, açúcar, café ou receber seus benefícios: aposentadoria, bolsa família, etc.

Nesse sentido, os moradores, principalmente as crianças e as mulheres mais jovens me perguntavam muito sobre as “coisas do Rio de Janeiro” que elas assistiam pela televisão quando estavam em Itacoatiara, ou que descobriam através de conversas com os moradores da cidade. Eles me perguntavam sobre os artistas das novelas, sobre as suas casas, se era possível encontrá-los pelas ruas. Faziam também um interrogatório sobre o preço de alguns objetos que eram vendidos na cidade, como, por exemplo, celular, câmera fotográfica, mp3 player. Perguntavam ainda se em minha casa havia geladeira, televisão, luz, carro. Falavam dos seus interesses de consumo, como ter um celular do modelo “Motorola V8”, por exemplo, ou diziam que o seu sonho era conhecer Copacabana e assistir um jogo no Maracanã. O futebol, e principalmente os clubes do Rio de Janeiro, povoam fortemente o imaginário dos “ribeirinhos”.

Essa aproximação dos comunitários com a sede do município de Itacoatiara tornou possível perceber que eles vivem um processo ambíguo marcado pelas experiências da vida no interior e pelas experiências da vida na cidade. Isso se reflete em um grande fascínio desenvolvido pelas coisas da cidade, que eles não possuem acesso nos ambientes de várzea. Mas ao mesmo tempo, não é possível dizer que os aspectos culturais que definem o sistema de vida dos “ribeirinhos” estejam se perdendo completamente em lugar dos elementos mais gerais que compõem a vida nos centros urbanos. Como será discutido nessa pesquisa, o próprio engajamento político desses atores pela “preservação” dos lagos é uma forma de assegurar uma das características principais que faz parte dos seus meios de vida, que é se alimentar do peixe fresco, capturado diariamente dos lagos.

Convivendo por mais tempo com os comunitários, seus questionamentos também se dirigiram a mim. Eles questionavam muitas coisas a meu respeito e sobre a minha vida pessoal, mas as principais curiosidades deles diziam respeito ao que estava fazendo ali e sobre

como fui sair do Rio de Janeiro para chegar ao Lago Canaçari. Nesse sentido, dar uma resposta satisfatória à primeira pergunta se tornou uma tarefa muito mais fácil do que elucidar a segunda questão. Para explicar como “descobri” o Canaçari era preciso construir a minha rede de relações, começando pela minha orientadora, passando pela CPT e chegando ao trabalho de “preservação” realizado no lago. O difícil mesmo era explicar o que estava fazendo ali, explicar sobre o que se tratava minha pesquisa e para que ela servia.

Para expor algumas das dificuldades que tive para ser reconhecida pelos “nativos” como uma pesquisadora convém mencionar uma situação em que me deparei diretamente com essas dúvidas referentes ao meu trabalho. Depois de um período em que já era conhecida pela maioria das famílias de Santa Fé, um morador fez uma visita à dona da casa em que eu me hospedei para tratar de assuntos corriqueiros, como a situação do peixe, ou o preço das castanhas, etc. No entanto, em um momento dessa conversa, Mundico, como o visitante é chamado, fez a seguinte pergunta para mim com um ar de ironia: “fala a verdade Paula, você está tirando férias no Canaçari, não é mesmo? Você fica aí deitada na rede quase o tempo todo, não tem vida melhor do que essa...” Primeiro eu respondi com risos e depois tentei explicar um pouco sobre o trabalho de campo, sobre a observação participante, enfim, sobre a pesquisa antropológica. Mas explicar que eu era aluna do curso de mestrado em antropologia e que estava ali para investigar como eles pensavam as questões relacionadas ao meio ambiente, e que essas respostas não seriam obtidas por meio de perguntas diretas, mas através da observação de suas ações e práticas cotidianas não fez muito sentido para eles. Isso acontecia principalmente quando esse tipo de investigação era comparado com o trabalho realizado pelos cientistas naturais.

Os moradores de Santa Fé já estavam habituados com a presença de biólogos na “comunidade” devido às reuniões realizadas para firmar o Acordo de Pesca¹¹ do lago. O trabalho desses pesquisadores era mais facilmente apreendido pelos meus interlocutores do que a minha pesquisa, pois os biólogos, juntos até mesmo de alguns moradores, recolhiam dados que podem ser considerados mais objetivos, como a contagem dos peixes, a análise da qualidade da água, a profundidade dos corpos d’águas, etc. Mas além disso, em comparação com o conhecimento desses pesquisadores, eu não estava familiarizada com o bioma das matas de várzea, não sabia, por exemplo, identificar o nome das espécies animais e vegetais

¹¹ O acordo de pesca é o nome que foi dado pelo IBAMA ao plano de manejo idealizado pelo MPL em aliança com a CPT. Como veremos melhor adiante, os “ribeirinhos” conseguiram que suas medidas para regular o uso dos lagos no Estado fossem reconhecidas pelo IBAMA, e a sua realização dependia da visita de pesquisadores e técnicos do Instituto para dar o parecer sobre as áreas em que a pesca estaria proibida.

que compõe esse ambiente e muito menos suas características particulares, como alimentação, período de reprodução, tempo de vida, movimentos migratórios, etc. Esse fato em certa medida serviu para aumentar a desconfiança dos “nativos” sobre a minha identidade de “pesquisadora”.

Nesse caso foi preciso que eu refletisse acerca das tensões e discussões referentes à objetividade da coleta de dados durante a pesquisa etnográfica (Cf. Clifford, 2002) junto aos comunitários, que questionaram a maneira como eu recolhia as informações: através de observações, conversas e entrevistas gravadas com meus “nativos”. Eles gostavam de me contar suas histórias, mas essas conversas adquiriam mais o sentido de tornar público o trabalho feito no Canaçari ou suas experiências de vida do que contribuir para a pesquisa. Desse modo, foi comum ouvir que eu estava na “comunidade” só para aproveitar a vida, com a explicação de que eu não fazia nada, a não ser bater-papo com os moradores. Então eles me diziam: “eu queria ter um trabalho assim que nem o da Paula, vai de casa em casa, é tratada bem em todo lugar que chega”.

Portanto, eu tive que realizar o esforço de tentar provar que minha pesquisa estava fundada em um método científico: a observação participante. Então eu dizia, não com essas palavras, que para “bater-papo” foi preciso me preparar teoricamente para conduzir de forma eficiente as conversas que eram realizadas com os moradores. Dizia também que a maioria das coisas que observava e ouvia seria analisada à luz de teorias, e que essa pesquisa poderia ajudar a problematizar um pouco mais o modo como as questões ambientalistas estavam sendo tratadas no país. Se eu fui convincente? Creio que não posso dizer que fui aceita como pesquisadora por todos os moradores. Ainda hoje algumas pessoas devem se lembrar de mim como a Paula, ou a “senhora-menina”, que veio do Rio de Janeiro só para passar férias no Canaçari.

No entanto, há um aspecto da minha pesquisa de campo que se distinguiu do trabalho realizado pelos biólogos no lago, e essa questão pode ter sido revertida favoravelmente a mim. Esse aspecto diz respeito ao fato de ter vivido com eles por quase dois meses (considerando a soma dos dias, pois eu retornava com alguma frequência até a sede do município). Conforme suas declarações, os biólogos não passavam a “morar” com eles. Eles faziam seu trabalho durante o dia, e após o término voltavam para Itacoatiara. Teve uma ocasião em que uma pesquisadora do IBAMA de Manaus passou algumas semanas no

Canaçari, mas ela ficou instalada sozinha em um flutuante¹² e o escritório do Instituto em Itacoatiara se tornou responsável por levar mantimentos diariamente à pesquisadora.

Viver entre os comunitários contribuiu para que muitos moradores admirassem o fato de ter saído do “conforto” da cidade para viver com eles, para saber com exatidão como era a vida no Canaçari. Esse episódio, por sua vez, entrava em contraste com a ideia de que estaria passando férias no Canaçari, pois eles expressavam a ideia de que a vida no interior é mais “difícil” do que a vida na cidade. Diziam que essa vida “é boa para quem está acostumado, quem não está, deve sofrer muito”. Percebi então que se nem todos os “nativos” cessaram sua desconfiança sobre o meu trabalho, o fato de ter morado com eles fez com que minha pesquisa adquirisse maior credibilidade, afinal, eles se perguntavam: para que eu teria esse “sacrifício” todo?

Mas, foi no decorrer dessa experiência que passei por algumas situações responsáveis por fazer meu pensamento se voltar para a experiência de Malinowski junto aos Trobriandeses, ou de Evans-Pritchard junto aos Nuer. Eu pensava nesse caso sobre as dificuldades do trabalho de campo que dizem respeito à adaptação a um conjunto de ações e práticas inteiramente novo ao pesquisador. O primeiro aspecto prático da pesquisa e mais elementar que se colocou para mim como dificuldade foram as viagens cotidianas de rabetá. Ter que me equilibrar ao entrar e sair da canoa, ação esta que meus interlocutores faziam de modo tão preciso, mesmo segurando uma criança com uma mão e sacolas com a outra, foi um grande desafio para mim, que até então nunca tinha morado em áreas rurais.

Em Santa Fé, as casas são construídas com madeiras, inclusive as portas e janelas e o teto é feito com telhas de zinco. A divisão dos cômodos se dá entre quartos, sala e cozinha. Normalmente as casas possuem um quarto mais privativo que é o dos donos da casa, e o segundo quarto, que é destinado aos filhos não possuem qualquer privacidade. Os quartos e a sala praticamente não possuem mobílias. Só há mesmo as redes de dormir, que são suspensas durante o dia para facilitar o deslocamento pelo espaço, e uma espécie de baú onde são guardadas as roupas. A sala adquire o status de local de destaque da casa. Esse cômodo possui enfeites, que podem ser tanto quadros com imagens de santos ou fotos familiares, ambos pendurados nas paredes. Fora isso, a sala só possui um banco para receber as visitas. Mas o local de sociabilidade da casa é mesmo a cozinha. Eu só vi a sala ser utilizada para receber visitas em uma ocasião. Foi quando choveu e tivemos que sair da cozinha para não nos molharmos, porque este cômodo normalmente não possui portas e nem janelas. A cozinha

¹² Flutuantes são casas construídas em cima de grandes troncos de madeira que ficam atracadas no lago.

por sua vez é o espaço mais mobiliado da casa, ela conta com fogão a gás, mesa, bancos, pia e prateleiras, onde são guardados o café, o açúcar, o sal e a farinha de mandioca. Mas cabe ressaltar ainda, que as residências não possuem rede elétrica e nem banheiro. Além disso, em todas as casas, as camas dão lugar às redes. Isso sem falar que não há abastecimento de água. Tais características que se distinguem bastante da “vida na cidade”, como eles mesmos me diziam, fizeram com que eu tivesse que me adaptar a novas situações. Essas situações por sua vez não se referiam apenas a valores e ideologias, mas aos aspectos práticos da vida cotidiana.

O dia em Santa Fé começa quando as primeiras luzes do sol aparecem. Quando o sol começa a se pôr é o momento do preparo do jantar. Quando a noite caía, os carapanãs apareciam (o nosso conhecido pernilongo). Então, só tínhamos sossego quando a casa toda era “vedada” contra esses mosquitos com o fechamento das portas e janelas de madeira. Sem eletricidade, e sem o luminar da lua só nos restava dormir antes mesmo das sete horas da noite. No dia seguinte acordávamos por volta das seis horas, quando o dia começava a clarear. A falta de sono e o desconforto inicial que sentia ao deitar na rede me fizeram passar algumas noites em claro. E, para piorar, meu sono se tornava ainda mais difícil nos dias ociosos que passava quando chovia, pois nessas ocasiões nada mais nos restava a fazer a não ser passar o tempo todo deitados na rede.

Mas, além disso, tive que me adaptar também a uma dieta alimentar restrita fundamentalmente ao peixe e a farinha. Durante o tempo que estive em Santa Fé, não consegui sentir saciada com essa refeição, mesmo fazendo os lanches da manhã e da tarde, que eram compostos por café ou suco de alguma fruta da estação, acompanhado de biscoitos ou de alguns alimentos preparados a partir da farinha de mandioca, como o biju e o pé de moleque. Então, como estávamos na época da castanha, eu complementava minha dieta alimentar com as sementes do ouriço da castanheira. Preocupados com a minha alimentação, os meus interlocutores gentilmente descascavam as sementes da castanheira para que eu pudesse consumi-las diariamente, já que durante o período de campo eu me revelei completamente incapaz de manusear o terçado, que, dentre outras muitas funções, é o instrumento utilizado para descascá-las. Mas foi então que descobri quando cheguei do campo com fortes dores estomacais que a castanha possui selênio, um mineral que se consumido em grandes quantidades se torna tóxico. Enquanto a recomendação de ingestão diária é de cerca de 400 mcg ao dia, e cada semente da castanha possui 150mcg, eu consumia cerca de 20 a 30 sementes diariamente.

A partir do breve relato de algumas situações vividas na “comunidade” de Santa Fé, e do ritmo da vida social que tive que me adaptar nesse tempo, é possível afirmar que de alguma forma vivi o “anthropological blues” (DaMatta, 1987), que faz parte do que Sá (2005) chamou de “ideal malinowskiano”. Através desse conceito Roberto DaMatta se refere às experiências de desconforto constitutivas da vivência do trabalho de pesquisa de campo, fruto da necessidade de interagir em situações diferentes do que é considerado familiar pelo pesquisador. Então, o autor aponta a necessidade do antropólogo de “ajustar-se, na sua observação participante, não somente a novos valores e ideologias, mas a todos os aspectos práticos que tais mudanças demandam” (1987, pág. 143). Indubitavelmente, mesmo que eu pudesse compartilhar com os “ribeirinhos” muitos códigos e valores, foi a partir da sensação de estranhamento que me deparei muitas vezes com as situações cotidianas no Canaçari. Essas situações fizeram com que até mesmo os moradores de Santa Fé, que em algumas ocasiões afirmaram que eu estava de férias no Canaçari, me questionassem sobre como eu estava lidando com elas: “Paula, você não está estranhando muito ficar morando em um lugar como esse, não? Tomar banho no rio, dormir na rede.” Ao que eu respondia, que sim, mas que isto era parte do meu trabalho, do ofício do etnólogo.

Capítulo 1 – A transformação dos rios¹³ em objeto de disputa

Um geleiro entrou no lago e o Ivo foi até ele e falou que ali era um lago de preservação e que por isso eles não poderiam entrar nesse lago. Falou que ele poderia pescar em outros lagos, mas ali não. Aí o cara respondeu: quem é você para falar isso para mim? E deu um tiro no Ivo de espingarda e o Ivo foi assassinado. Deixou uma criança pequena e a esposa grávida. A pessoa que matou ficou por isso mesmo, até hoje nem processo chegaram a abrir em Coari.

(Marta –Vice coordenadora da CPT)

A partir da segunda metade do século passado, a atividade pesqueira na Amazônia passou por um processo de industrialização da sua produção. Capitaneado por incentivos do Governo Federal, as modificações trazidas ao setor se ajustaram a partir de novas formas de uso e apropriação dos recursos pesqueiros. Essas transformações causaram efeitos deletérios ao meio ambiente. As recentes técnicas e instrumentos de captura implantados comprometeram a capacidade reprodutiva da fauna aquática devido ao aumento da capacidade de exploração dos recursos. Desde então, foi dado início ao processo de organização coletiva das “populações ribeirinhas”, buscando o controle dos recursos naturais dos rios e lagos da região.

No entanto, o uso de termos como “comunidades” e “populações ribeirinhas” pelos mais diversos setores da sociedade, como pesquisadores, órgãos governamentais, é muito recente na história da Região. Para compreender a realidade desse grupo social e a sua formação é preciso apreender o processo sócio-histórico de sua objetificação¹⁴. Por isso, será

¹³Para falar desses ambientes aquáticos que são os locais onde os povos amazônicos fixam sua habitação é necessário ter em mente que “rio” é apenas uma das classificações possíveis das áreas alagadas, que Veríssimo(1970) tão bem descreveu como sendo um verdadeiro tronco de uma árvore hidrográfica; cuja miríade de afluentes, defluentes e subafluentes, igarapés, furos, paranás e lagos são os galhos, os ramos, as folhas. No entanto, todas essas classificações deixariam a redação confusa. Sendo assim, irei me referir a esse tronco na maioria das vezes como

“rios” ou “lagos”, pois foram as classificações mais visualizadas no âmbito dessa pesquisa.

¹⁴A apropriação que faço desse termo se refere ao sentido conferido por Boltanski (1984) em seu estudo sobre a formação dos “cadres” na França. Segundo o autor, os estudos sobre os grupos sócio-ocupacionais procedem como se eles sempre tivessem existido. O sociólogo francês chama atenção então para o fato de que os grupos não existem como um grupo real, mas se formam com um nome, uma organização e sistemas de representação e valores a partir de uma conjuntura histórica.

feita uma análise sobre quem são, como vivem e quais as inter-relações¹⁵ que esses atores sociais constituíram com o espaço biofísico das várzeas. Desse modo, além do aspecto sociocultural da vida dos “ribeirinhos”, serão investigados também os aspectos ecológicos do ambiente em que vivem e as formas estratégicas de consumo e produção desenvolvidas em face desse ambiente.

No âmbito dessa pesquisa proposta, tomarei como perspectiva analítica os estudos produzidos a respeito das condições de vida dessas populações. A partir de uma abordagem histórica tratarei da relação particular elaborada por esses atores sociais com seu ambiente geográfico, considerando as transformações ocorridas após o estabelecimento de diferentes intervenções econômicas na Região. A ideia proposta é tomar como objeto a conjuntura histórica na qual essas populações se formaram como um grupo social identificado como “comunidades ribeirinhas”. Além de apreender esses atores, no contexto das lutas pela “preservação” dos lagos, como um grupo dotado de um sistema de representação e valores sobre o ambiente onde vivem.

A identificação do pensamento dos moradores das áreas de várzea referente à conceituação de natureza e às suas motivações para se empenharem na luta pela “preservação” dos lagos ocorrerá também através dessa análise, que elejo, portanto, como a investigação dos dados obscurecidos dos escritos etnográficos. Segundo Geertz (1973) esses dados podem ser considerados como as informações de fundo que devem ser examinadas para compreendermos um determinado acontecimento particular.

1.1 - A vida ligada às águas e a importância da pesca para as sociedades de várzea

O modo de viver dos primeiros habitantes das várzeas amazônicas, locais em que as terras estão sujeitas às enchentes e alagamentos sazonais, resultou em um conjunto de relações e práticas que são em grande medida adotadas ainda hoje pelos moradores das áreas de várzea.¹⁶ Segundo Furtado (2006), apesar do impacto destrutivo causado pela invasão e

¹⁵ A idéia da inter-relação entre os seres humanos e o meio ambiente está de acordo com o conceito de simetria cunhado pelo antropólogo francês Bruno Latour (1993).

¹⁶ De acordo com as interpretações sobre o desenvolvimento histórico das populações amazônicas que apontam para a existência do processo de continuidade cultural, adoto essa perspectiva, mas sem imaginar que os aspectos socioeconômicos que orientam a vida dessas populações permaneceram imodificáveis. Para tanto, me aproprio dos pressupostos de Sahlins (2007) que afirma que continuidade não é sinônimo de imobilidade. Segundo o antropólogo, “a mais rigorosa continuidade pode consistir na lógica da mudança cultural” (pág. 448).

colonização europeia, que produziu o extermínio de muitos povos indígenas, desenvolveu-se na Amazônia uma sociedade “eticamente mestiça e culturalmente rica em valores, saberes e formas de exploração do mundo concreto” (pág. 169). Portanto, ao voltar nossa atenção para as práticas econômicas e sociais desenvolvidas atualmente pelas “populações ribeirinhas”, deveremos investigar, ainda que de maneira geral, as formas de inter-relação com as áreas de várzea instituídas pelas populações primevas da Região.

A ocupação da Amazônia, de acordo com os primeiros colonizadores europeus que chegaram à Região, se fez predominantemente ao longo dos rios, lagos, furos e igarapés. Os livros publicados pelos viajantes, missionários e desbravadores europeus desse período nos informam sobre o grande número de povos que fixaram suas moradias no litoral amazônico e fizeram dos bens da natureza sua principal fonte de sobrevivência. Tal situação chamou atenção de cronistas da época. O modelo de distribuição no espaço geográfico que se dava ao longo das áreas de várzea, era diferente do tipo de povoamento disperso e característico das áreas de terra firme, segundo o qual estavam acostumados. De acordo com os estudos de cientistas sociais (Tocantins, 1960; Veríssimo, 1970, Porro, 1996) a fixação das populações nessa parte do território do Amazonas foi uma resposta adaptativa às condições do sistema ecológico da Região.

A mesma perspectiva que orientou a investigação desses pesquisadores a respeito da distribuição social no espaço geográfico e das atividades produtivas desenvolvidas pelas populações amazônicas está presente no estudo clássico de Evans-Pritchard (1973) sobre as instituições políticas dos Nuer. Nesse trabalho o antropólogo buscou compreender como as principais características ambientais das terras dos Nuer interagiam umas com as outras, compondo um sistema ecológico que condicionava diretamente a vida desse povo e influenciava a sua estrutura social. Consciente de que a determinação da estrutura social não era somente ecológica, mas de natureza enormemente variada, o antropólogo não tinha a intenção de descrever toda essa significação. Mas ao mesmo tempo, se perguntou até que ponto esse povo era controlado pelo ambiente.

Para responder a esse questionamento, o autor direcionou seus estudos para a preocupação com a “influência das relações ecológicas sobre essas instituições, mais do que na influência da estrutura social na conceituação das relações ecológicas” (Evans-Pritchard, 1973, p. 107). De modo semelhante, os autores que refletiram sobre o sistema de vida das populações amazonenses questionaram a influência dos fatores ecológicos do ambiente de várzea sobre sua organização socioeconômica. Tais autores entendem que as características da

várzea amazônica se correlacionam ao conjunto de valores e práticas dessas populações. Portanto, trata-se de pensar também como Mauss (2007), que as sociedades não são independentes de sua base territorial. De acordo o autor:

Ao conceber as sociedades apenas como grupos de homens organizados em pontos determinados do globo, não cometemos o erro de considerá-las como se fossem independentes de sua base territorial; é claro que a configuração do solo, sua riqueza mineral, sua fauna e sua flora afetam a organização delas. (pág. 427)

O determinismo ambiental trata em termos gerais das explicações que atribuem influência dominante do mundo natural sobre todas as relações sociais. Essa perspectiva teórica é comumente criticada nas ciências sociais porque deixa de lado as explicações mais complexas que consideram e incorporam fatores múltiplos (Moran, 1994). Apesar dessa discussão, a bibliografia que aborda os processos sociais da Amazônia não deixa de focalizar a atividade humana a partir de suas relações com a diversidade ambiental da Região. Dessa forma, tais estudos sobre os amazonenses se assemelham à visão de Evans-Pritchard e Marcel Mauss, e contrariam a visão de correntes teóricas que conferem por outro lado predominância aos aspectos culturais.

Sendo assim, alguns dos estudos sobre os moradores das áreas de várzea amazônica não eliminam os fatores ecológicos ou culturais. Ao contrário, esses dois aspectos da vida humana são reunidos para a realização de um estudo mais abrangente sobre o sistema de vida dessas populações. Portanto, diferente das perspectivas culturalistas que consideram “que os indivíduos utilizam o que bem entendem na natureza, e são estas decisões culturais, e não a natureza, que ditam os rumos culturais” (Moran, 1994, pág. 59). E diferente dos estudos que conferem atenção apenas aos fatores ecológicos, alguns estudos sobre as populações amazônicas não desconsideram as ligações estabelecidas entre esses dois aspectos em suas análises.

Nesse sentido, considera-se que o espaço social da várzea foi marcado ao longo dos séculos pelo equilíbrio entre a vida humana e sua biodiversidade através das práticas de adaptabilidade constituídas pelas populações amazônicas. Os estudos sobre essas populações chamam atenção, portanto, para o fato da Região possuir geograficamente dois ambientes bastante diferenciados: as áreas de terra firme e as áreas de várzea, sendo este último o lugar

considerado mais propício para a garantia das condições de vida dessas populações¹⁷.

No entanto, as práticas desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais que ocupavam a Região não se constituíram de maneira unificada. Uma vez superado o paradigma do determinismo geográfico, a visão das sociedades como isoladas em *tetê-a-tête* adaptativo com a natureza foi abandonada em favor de uma concepção essencialmente histórica da ecologia humana (Viveiros de Castro, 2002). A forma como cada sociedade estabelece suas relações com o ambiente varia de cultura para cultura, ainda que as sociedades de várzea possam ser consideradas semelhantes em alguns aspectos. Então, não se trata aqui de investigar essas diferentes práticas em suas singularidades, mas de estabelecer de maneira geral como se deu o processo de inter-ação entre os primeiros habitantes da Região e o ambiente de várzea.

Em seu estudo sobre as populações que atualmente habitam a várzea do Rio Solimões/Amazonas, Witkoski (2007) dedicou parte de sua pesquisa à investigação dos “índios das águas”. Nesse trabalho, o pesquisador discutiu que as populações nativas da Região faziam do extrativismo vegetal, da caça de animais silvestres e da pequena agricultura eixos de uma economia doméstica complementar à atividade pesqueira. A combinação dessas diferentes atividades se constituiu, portanto, a partir do estabelecimento da atividade pesqueira como principal fonte de proteína animal e da farinha de mandioca, produzida por eles próprios, como o grande responsável pelo suprimento de calorias.

Segundo o autor, a exploração do meio ambiente por parte dessas populações garantiu a construção dos seus instrumentos materiais e simbólicos com eficiência. Para os “índios das águas”, uma grande parte dos materiais utilizados na confecção dos meios de produção necessários à realização da pesca artesanal, encontravam-se disponíveis e livres na natureza. Essas populações podiam, portanto, construir suas embarcações e outros instrumentos de trabalho, tornando viável o desenvolvimento de suas atividades produtivas (Loureiro, 1992). Além disso, outros elementos como habitações, utensílios domésticos, meios de transportes e artesanatos eram igualmente construídos com matérias-primas retiradas da natureza. Assim, troncos, casco de tartaruga, queixada de peixe-boi, presas de diferentes animais foram utilizados para a construção de machados, canoas, casas, enxadas, remos etc.

¹⁷ Apesar de utilizar essa diferença já conhecida há bastante tempo pela antropologia, que descreve a diversidade ambiental amazônica entre a várzea e a terra firme, concordo com os estudos de Viveiros de Castro (2002) que afirmam que “não é possível continuar a subsumir na categoria geral de terra firme, que caracteriza cerca de 98% da região, uma quantidade de ecossistemas fortemente heterogêneos” (pág. 325). Portanto, faço uso analítico dessas duas categorias, mas sem desconsiderar a imagem que já vem sendo construída sobre a diversidade da fisionomia natural da Região. Segundo Viveiros de Castro “acumulam-se evidências de que várias zonas fora da várzea possuem solos mais férteis do que se imaginava, e que algumas delas foram objeto de ocupação pré-histórica intensa e prolongada” (*Idem*, pág. 325).

Como os primeiros habitantes da Região estiveram organizados em um sistema sócio-econômico intimamente conectado com o mundo natural, o ambiente de várzea foi entendido, sobretudo, como o *locus* apropriado para a existência coletiva dessas populações. Em comparação com o sistema de terra firme, compreendido como um espaço impenetrável em razão da floresta densa; o sistema ecológico da várzea permitiu a reprodução social e material das populações nativas através da possibilidade do desenvolvimento de atividades produtivas variadas. A combinação do vasto “tronco hidrográfico” com as terras alagadas sazonalmente e a floresta permitiu que diferentes atividades produtivas fossem realizadas ao longo do ano¹⁸. O amazonense podia contar com a terra firme, utilizada para a caça e a coleta de frutos; com as terras alagadiças, usadas para a agricultura e pastagem de animais durante o verão, quando as águas estão baixas, e os rios, que se tornaram locais de grande importância, pois neles são realizadas as atividades pesqueiras e os caminhos dos “ribeirinhos”.

No entanto, ainda que os diferentes ambientes de várzea fossem utilizados, o “tronco hidrográfico” amazônico se constituiu para essas populações como um espaço privilegiado. De acordo com Loureiro (1992), essa predominância não foi vista apenas entre as populações que habitavam o interior, ao contrário:

Nas cidades grandes ou pequenas, nas vilas e povoados ou isolados no interior, o homem amazônico vivia e desenvolvia uma economia articulada em função do rio. Do rio o homem extraía seu alimento básico, fazia dele sua estrada e seu caminho. O rio era sua fonte de abastecimento d'água e de suas culturas agrícolas. Seu mundo de lendas, alegrias e medos. (1992, pág. 32)

A partir do século XVI, a Amazônia se transformou em alvo das ações dos colonizadores europeus. Desde então, a Região se tornou base de promessas econômicas para o governo brasileiro em função da riqueza de recursos naturais e da expectativa de manter a Região integrada ao território nacional. A chegada dos colonos europeus e a integração da

¹⁸O sistema ecológico da várzea é formado por duas estações, o inverno e verão, que compreendem os períodos de enchente, cheia, vazante e seca. O inverno, marcado pelo período da enchente e da cheia é a época em os rios atingem seu ápice. As águas começam a subir a partir de novembro, e seu volume máximo é alcançado entre março e abril. Nesse período, o regime das águas sobe de tal forma que lagos, furos e igarapés se juntam formando um só corpo d'água. Já período da vazante e da seca dos rios, ocorrido durante o verão, tem início no mês de agosto, atingindo o nível mínimo em outubro, formando os lagos e igarapés.

Amazônia ao território brasileiro, ocorrida no ano de 1823, fizeram rapidamente com que a Região passasse a ser vista como uma extensão territorial do país que abrigava vastos e valiosos recursos naturais. A partir daí foram instituídos os interesses mercantis pela apropriação territorial e a exploração das riquezas amazônicas, iniciando o processo de exploração dos seus recursos naturais em escala global.

Primeiramente os europeus, e poucos anos depois os migrantes, em grande parte, nordestinos atraídos pela exploração da seringa, imprimiram uma valorização seletiva das riquezas naturais que a Região abrigava, tendo em vista o mercado exterior. No entanto, como nos informa Loureiro (1992), as primeiras intervenções externas que incidiram sobre a Amazônia não produziram transformações fundamentais ao modo como os “índios das águas” asseguravam suas condições de vida. Apesar do quadro de intensificação de exploração dos recursos naturais e da dizimação de boa parte das populações nativas da Região, o sistema de vida das sociedades de várzea não foi inteiramente transformado. Será visto que ainda que a integração do Estado como peça de acumulação primitiva negasse às populações seus meios de vida e instrumentos de trabalho, essa situação não colocou fim à sua forma básica de sobrevivência.

A variedade de condições promovidas pelo ambiente da várzea nos permite compreender a “alta concentração demográfica e as dimensões das aldeias indígenas observadas pelos primeiros viajantes, em oposição ao povoamento mais disperso da terra firme” (Fraxe, 2000, p. 41). Desse modo, foi observado que a ocupação da Amazônia pelos colonizadores repetiu esse modelo de povoamento. Os colonos europeus também se organizaram ao longo dos rios e lagos e fizeram da pesca, da caça e do extrativismo vegetal base econômica da empresa colonial. Portanto, segundo Porro (1996), a ocupação do colonizador europeu não rompeu com o modo de organização social e geográfica dos povos amazonenses, uma vez que “esse ambiente natural podia sustentar uma população muito mais numerosa do que a terra firme.” (p. 41).

Os rios navegáveis que se apresentavam como estradas para as populações nativas da Região foram igualmente os caminhos percorridos para a chegada e permanência dos colonos europeus, bem como dos missionários religiosos que integravam a empresa colonial. As características desse ambiente incidiram sobre o colonizador, que aprendeu criativamente a superar os fatores limitantes da natureza e a se aproveitar dos recursos naturais oferecidos pelo sistema ecológico da várzea. Para garantir a sua sobrevivência e para responder aos ensejos da empresa colonial, que buscava lucros rápidos, o modelo econômico das sociedades

de várzea serviu então de inspiração aos colonizadores.

Nesse caso, o modelo da empresa açucareira, fundado sob a égide do latifúndio e da monocultura e introduzido principalmente no nordeste brasileiro, não conseguiu ser colocado em prática na Região Norte do país. Os portugueses que atracaram seus navios na região amazônica chegaram com os propósitos de desenvolver a agricultura latifundiária e especializada no cultivo do açúcar, mas foram dominados por outra preocupação mercantil. Em função das condições ecológicas e da dificuldade de organização das populações indígenas nos moldes escravistas (Tocantins, 1960), os colonizadores europeus voltaram suas atividades produtivas para outros fins. Tendo o desejo de ampliação da empresa açucareira negado pelas terras da região amazônica, que diferentemente do solo nordestino, “não lhes prometia um solo gordo, no qual se enterrassem as raízes da cana e os alicerces das casas grandes” (Tocantins, 1960, p. 62); os colonizadores se dedicaram à coleta das “drogas do sertão” e à exploração da fauna aquática e terrestre. Essas atividades lhes serviam tanto para as atividades mercantis quanto para sua subsistência.

Desse modo, a conquista da Região pelos colonizadores europeus ao longo dos séculos XVII e XVIII foi marcada pela coleta das especiarias silvestres, atividade esta que dominou a vida econômica da Amazônia por um longo período. Esse período foi chamado pela historiografia como o primeiro ciclo da economia amazônica: o ciclo das “drogas do sertão. Então, é importante mencionar que os poucos engenhos construídos para o aproveitamento da cana que nascia espontaneamente nas margens baixas dos rios, não tiveram sequer repercussão, afundando de vez os projetos de uma economia monocultora voltada para a produção do açúcar.

À época desse ciclo econômico, a baunilha, o cravo, a canela, a casca preciosa, o urucu, a resina, os óleos vegetais e animais, são apenas alguns dos produtos que podemos citar como os principais itens do catálogo silvestre para exportação. Mas essas não foram as únicas atividades lucrativas desenvolvidas pelos colonizadores. De acordo com Tocantins (1960), nos rios e lagos, a tartaruga e o peixe-boi foram espécies muito visadas que serviram tanto para o mercado europeu, quanto para o abastecimento das colônias.

Mas, uma vez que os colonizadores fizeram suas primeiras visitas para o reconhecimento do novo território e constituíram sua moradia no mesmo local onde estavam organizadas as populações nativas da Região não é de se espantar que rapidamente houvesse a dizimação e a desorganização social dessas populações. Nas áreas de várzea foram construídos os aldeamentos da empresa colonial que utilizaram grande parte das populações

amazônicas como mão de obra. Os colonizadores fizeram com que essas populações fossem destribalizadas e aldeadas. Para continuar livres, muitos índios fugiram para os altos dos rios, onde puderam estar a salvo das doenças e de sua captura (Porro, 1996). No entanto, segundo Sant’Ana (2004), “essas populações, não sem resistências e rebeliões, foram em grande parte dizimadas por doenças trazidas pelos invasores, pela forma brutal de exploração de sua mão de obra e/ou como resultado de guerras de ocupação desenvolvida contra elas” (pág. 67).

Mas, ainda que esse processo de colonização tenha sido marcado pela subserviência e assimilação dos sobreviventes aos colonizadores, conquistados através do catecismo cristão, do trabalho forçado ou do isolamento, foi observado um processo de miscigenação étnica e cultural (Sant’Ana, 2004). Ao longo do processo de colonização, os métodos e as técnicas das populações indígenas foram em grande parte apropriados pelos portugueses, até mesmo porque grande parte dessas populações se constituiu como braço dos colonos europeus. Nas excursões de pesca empreendidas pelos colonizadores, que tinham como objetivo abastecer as tropas militares, os aldeamentos missionários e os colonos, as técnicas de trabalho praticadas foram as das populações indígenas, caracterizadas pelo manejo sazonal e por uma tecnologia simples.

Observa-se, portanto, as bases do processo aculturativo que se desencadearia mais tarde com o crescimento da população em torno desses fortes e aldeamentos (Furtado, 2006). Como veremos a seguir, os métodos herdados das primeiras populações amazônicas continuaram a ser utilizados, exercendo influência preponderante sobre o modo de vida dos colonos europeus e das novas populações advindas de outras regiões do país, que se instalaram na Amazônia após a instauração do “ciclo da borracha”.

* * *

Posteriormente à chegada dos colonos europeus e da constituição do ciclo econômico das “drogas do sertão” teve início o processo de exploração da borracha, culminando em mais uma forma de exploração comercial dos recursos naturais da Região. Através da exploração desse recurso, um produto amazônico passou a assumir pela primeira vez importância comercial de grande monta. Segundo Sant’Ana (2004), apesar de várias tentativas durante o período de exploração das especiarias silvestres, os portugueses “não lograram estabelecer uma empresa lucrativa o suficiente para corresponder às expectativas despertadas por aquelas terras novas e misteriosas” (pág. 72).

Ocorrido entre as últimas décadas do século XVIII e as duas primeiras décadas do século passado, o surto da expansão da extração do látex atingiu um grau equiparado a exportação do café na região sul do país, inserindo a Amazônia brasileira em uma nova dinâmica de exploração dos recursos naturais. A economia amazônica passou a viver nesse momento sobre os auspícios do “ciclo da borracha”. Essa atividade econômica correspondeu ao extrativismo da borracha, que se elevava de acordo com o aumento da demanda internacional pelo produto. Conforme Almeida (2004), em 1912, a Amazônia brasileira atingiu a marca de produção de 42 mil toneladas de borracha, utilizada para a confecção de inúmeros objetos, desde pneus de bicicleta, até material bélico e de construção naval.

Sobretudo, o momento de extração da borracha é considerado o mais importante período de povoamento da Amazônia, em razão da chegada massiva de migrantes vindos de diferentes regiões do Brasil, mas com especial ênfase à chegada de migrantes vindos da Região Nordeste do país. A grande onda de migração com destino à Amazônia foi a solução adotada para suprir a necessidade de mão de obra que a empresa seringalista demandava. Então, no que se refere ao grande número de migrantes da região nordeste do Brasil, a fuga da seca e as promessas e esperanças de enriquecimento com o trabalho de extração da borracha foram os principais motivos que facilitaram e motivaram a sua chegada à Amazônia (Sant’Ana, 2004).

No entanto, o sonho de fazer fortuna na Região não ocorreu como esperado para a maioria dos migrantes. Isso se explica em razão da empresa seringalista ter se organizado através do “sistema seringal” (Neves, 2005), formado pelo “barracão” e o pelo “aviamento”¹⁹. Esses dois elementos se constituíram, sobretudo como formas econômicas responsáveis por promover o enriquecimento apenas dos seringalistas e dos comerciantes responsáveis pela exportação do produto. Os seringueiros, força motriz desse sistema, foram levados a uma situação de miséria, pois tiveram que se submeter ao trabalho gravitado em torno do controle exercido pelos “patrões”. Segundo Sant’Ana:

Ao ser instalado em sua colocação (unidade individualizada de produção de borracha, no interior da floresta) o seringueiro já tinha dívidas relacionadas ao seu

¹⁹ De acordo com Gonçalves, o “barracão” era o lugar aonde os trabalhadores agenciados aos seringais de um patrão obtinham os bens necessários à sua sobrevivência a serem pagos pelo “sistema de aviamento”. Esse sistema é entendido como uma “espécie de crédito sem dinheiro, e que se sustentava com base em relações clientelísticas por todo o vale amazônico” (Gonçalves, 2005, pág. 86). Como os seringueiros não conseguiam produzir o suficiente para pagar o crédito gerado com o patrão, ou seringalista, suas dívidas tornavam-se permanentes, garantindo a sustentação do “sistema seringal” e produzindo situações precárias as quais esses trabalhadores estavam submetidos.

transporte e às primeiras mercadorias que lhe foram aviadas para o início do trabalho. Estas dívidas dificilmente eram saldadas, pois a elas sempre eram acrescentadas novas formas de débito, graças à manipulação do peso da borracha e das contas relativas às despesas no barracão, já que a grande maioria dos seringueiros era analfabeta, tornando a produção sempre insuficiente para quitar as dívidas já empenhadas (2004, pág. 85).

O “sistema seringal”, no entanto, entrou em declínio nas primeiras décadas do século passado, quando os ingleses, para desespero dos “barões da borracha”, contrabandearam sementes e mudas da seringueira e levaram-nas para serem plantadas no sudeste Asiático. O cultivo dessas árvores através de novas tecnologias permitiu o aumento de sua produtividade, contribuindo para que a exportação brasileira caísse gradativamente. A crise que se conformou desde então desestruturou o “sistema seringal” e o resultado obtido foi um grande número de populações que se tornaram egressas dos seringais. Com a diminuição das exportações, o controle segundo o qual essas populações estavam submetidas se tornou bem mesmo efetivo.

A partir de então grande parte dos trabalhadores dos seringais estabeleceu suas habitações nas margens dos rios e lagos da Região e tiveram como base econômica atividades que marcaram a Amazônia no período anterior à chegada da empresa colonial europeia: a pesca, o extrativismo vegetal, a caça de animais silvestres, e a pequena agricultura. Portanto, foi visto que se o objetivo de realizar a acumulação primitiva através dos ciclos das drogas do sertão e da borracha privou as populações da aquisição dos bens necessários à sua sobrevivência e dos objetos que se constituíam como seus instrumentos de trabalho, a organização tradicional das sociedades de várzea não foi absolutamente transformada. Ao contrário, o modo como as primeiras populações da Amazônia desenvolviam suas atividades socioeconômicas foi adotado em larga medida pelos recentes colonizadores, promovendo um processo que foi identificado por alguns estudiosos como sendo de “ruptura e de continuidade” (Witkoski, 2005). A natureza, que se constituía relativamente como um bem livre, apesar do controle já existente sobre determinados espaços, como as áreas que possuíam seringais e castanhais, por exemplo, continuou a ser fonte abundante de recursos para os novos habitantes. Portanto, a troca mútua de valores, práticas e experiências resultante da relação entre os novos povoadores e os antigos habitantes manteve o sistema econômico rio, floresta e várzea em termos parecidos.

No início do século XX os descendentes daqueles que marcaram o novo processo de ocupação humana da Amazônia - os imigrantes portugueses, os trabalhadores migrantes, em sua maioria da região nordeste e os remanescentes das populações indígenas - se constituíram como o recente contingente populacional da Região. Segundo Sant'Ana (2004) os descendentes dos europeus e migrantes do país aprenderam a conviver com as peculiaridades de cada localidade e a se aproveitar das suas potencialidades produtivas através dos confrontos e encontros com as populações nativas da Região.

Ao pensar sobre as consequências produzidas pelas invasões ocorridas no território amazônico, Paul Little (2002) considera que “os processos de etnocídio sofridos pelas distintas sociedades indígenas muitas vezes deram lugar a novos processos de etnogênese” (pag. 5). Nesse sentido, Furtado por sua vez nos esclarece que:

O encontro de sociedades tribais e não-tribais na história de longa duração da Amazônia gerou uma sociedade miscigenada étnica e culturalmente; e proporcionou a coexistência de diversos grupos humanos (de início índios, europeus e povos africanos, depois, segmentos rurais e urbanos, migrantes marcados por diferenças socioculturais) da qual resultou, certamente, a troca de experiências, valores e práticas em seus cotidianos de trabalho e comportamento face aos recursos ambientais e, ao mesmo tempo, refletidos nas práticas de grupos atuais, sobretudo daqueles dotados de tecnologia simples, que manejam ambientes e recursos naturais marcados pela presença da água, singular na Amazônia em relação às outras regiões brasileiras. (Furtado, 2006, pág. 162)

Sendo assim, os segmentos sociais de pequenos produtores que habitam atualmente as áreas de várzea amazônica são definidos como “um grupo de sangue misto resultante do casamento entre os ameríndios e os primeiros colonos portugueses e, mais tarde, nordestinos” (Parker *apud* Lima, 1999, pág. 20). A partir do processo de aculturação, essa população passou a compartilhar aspectos econômicos e culturais como, por exemplo, o uso de instrumentos de trabalho artesanais, o amplo conhecimento sobre o meio ambiente, hábitos alimentares, sistema de moradia, etc. De acordo com os estudos de alguns cientistas sociais (Fraxe, 2000; Furtado, 2006; Gonçalves, 2005; Lima, 1999; Wagley, 1977), esses aspectos compartilhados expressam, sobretudo, a existência de uma cultura do “povo do interior”. Essa cultura designa os pequenos produtores rurais que estão fortemente associados ao meio

ambiente amazônico e que são frutos desse processo de “etnogênese”.

1.2 - O rompimento com as bases de organização sócio-econômica em torno dos rios

Desde meados do século XX uma série de transformações alterou significativamente o modo de vida das populações situadas nas margens dos rios e lagos da Região. A partir dessa época observou-se, por exemplo, o abandono em larga escala da canoa a remo, dando lugar à utilização do motor de rabeta, que facilita os deslocamentos pelos rios e lagos e o acesso a cidade. O uso da serra elétrica, que permite o menor esforço no corte da madeira para a construção e melhoria das residências e para a construção de canoas. Houve também a abertura de “ramais”, estradas de terras que facilitaram o acesso a cidade por terra firme, garantindo uma aproximação maior entre o “povo do interior” e os serviços urbanos. Os “ramais” tornaram as viagens mais rápidas e fáceis. No entanto, nesse contexto de muitas transformações que foram consideradas positivas, observa-se que a organização sócio-econômica dos moradores das áreas de várzea ameaçou entrar em declínio de maneira inédita, conforme será discutido.

Durante gerações seguidas, os novos contingentes populacionais que fixaram suas moradias ao longo das margens dos rios e lagos da Região estiveram organizadas em torno de uma economia produtiva orientada primordialmente para o seu consumo. Embora uma parte de sua produção fosse destinada aos pequenos mercados locais, como forma de ter acesso aos produtos industrializados, o uso social do território de várzea visava fundamentalmente ao consumo dessas populações. A maneira como os moradores das áreas de várzea desenvolviam suas atividades produtivas é descrita como sendo de baixo impacto e poder de transformação da natureza. Segundo Loureiro, “a rusticidade dos instrumentos de trabalho do homem impunha ao mesmo uma considerável subordinação à natureza” (1992, p. 13). Nesse sentido, a relação dos homens com a natureza se processou até esse período sem profundas alterações devido à inexistência de recursos tecnológicos capazes de ampliar sua força produtiva. A apropriação do mundo natural era feita então com pouca transformação. A energia humana se constituía como a principal força que impulsionava as atividades produtivas desenvolvidas no sistema da várzea. Nesse período, portanto, a natureza era considerada indomada e superabundante para os moradores das áreas de várzea.

De acordo com o grau de subordinação às forças naturais, observa-se que eram

utilizados principalmente os instrumentos identificados como “artesanais”, pois a maior parte dos objetos destinados às atividades produtivas era confeccionada a partir de bens retirados da natureza. Os objetos advindos do processo industrial eram a minoria. Entretanto, se a natureza era pensada como um fator limitante ao desenvolvimento das atividades produtivas das famílias que viviam nas áreas de várzea, esse poder de limitação se constituiu até meados do século passado como um fator que regulava a exploração dos recursos naturais. A predominância do uso de instrumentos considerados artesanais, aliada à baixa densidade demográfica da Região garantiu a capacidade reprodutiva dos recursos da natureza. Além disso, essas restrições “naturais” foram acompanhadas também de regras costumeiras estabelecidas entre os próprios moradores, que disciplinavam o modo de exploração do ambiente.

No entanto, a partir da recente expansão capitalista à Região, ocorrida anos 1960, as populações do interior viram mais uma vez seus interesses, suas práticas e conhecimentos entrarem em choque com a nova ordem econômica que se impôs sobre suas vidas. As inovações tecnológicas e os incentivos governamentais, visando dinamizar a economia da Região, interferiam ambigualmente na maneira como essas populações se relacionavam com o ambiente. Se por um lado, essas modificações incidiram sobre suas vidas positivamente, pois houve a introdução de novas ferramentas e técnicas que os permitiram “vencer” com maior facilidade as dificuldades impostas pela natureza. Por outro lado, muitas foram as implicações negativas, principalmente no que diz respeito aos efeitos do elevado poder de exploração dos recursos naturais. Sobre a atividade pesqueira, se anteriormente a comercialização do pescado esbarrava em limitações de infra-estrutura, como o acesso mais difícil à cidade e à inexistência de utensílios com alta capacidade de captura e armazenamento; com a introdução do barco a motor, das grandes redes de nylon e das geleiras houve um rompimento com essas restrições, tornando a pesca uma atividade altamente produtiva.

Portanto, o estudo sobre as características dos grandes projetos desenvolvimentistas introduzidos na Amazônia desde meados do século passado nos mostrará como o sistema de vida dessas populações foi ameaçado. Veremos, de acordo com Little (2002) que as “novas tecnologias industriais de produção, transporte e comunicação alteraram as relações ecológicas de forma inédita, devido à sua intensidade e poder de destruição ambiental” (pág. 12).

A política de desenvolvimento econômico que se implantou na Região foi elaborada a partir da ideia de que o Estado brasileiro deveria responder às ameaças sobre a soberania da

Região Norte do país devido ao pouco aproveitamento produtivo da floresta. A partir de então, o Governo Federal deu início a uma série de medidas para dinamizar economicamente a Amazônia. Essa nova investida capitalista ocorreu de maneira semelhante às outras duas intervenções econômicas, o “ciclo das drogas do sertão” e o “ciclo da borracha”, que produziram:

Uma estrutura social fundada na superexploração dos trabalhadores diretos, na pequena diversificação da estrutura produtiva urbana e rural e portava os traços fundamentais de um sistema social altamente concentrador e conservador. (Loureiro, 1992, p. 36)

Observa-se que a intervenção do Estado brasileiro nas últimas décadas do século passado seguiu a mesma lógica da exploração cometida contra as populações que viviam na Amazônia e contra as riquezas naturais da Região. Ancorado na legenda “Integrar para não entregar” e “Terras sem homens para homens sem terras”, as diretrizes desse novo modelo de desenvolvimento se basearam no incentivo da vinda de pessoas de fora da Região para que o progresso e o desenvolvimento conseguissem se efetivar na Amazônia. Nesse sentido, o governo brasileiro programou sua política de intervenção econômica por meio de dois pilares: o primeiro deles dizia respeito à atração de mão-de-obra para ocupar a Região. Uma das estratégias para atrair brasileiros de todo o país foi a construção de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas, que geraram milhares de empregos no Estado. A segunda estratégia foi centralizada na isenção fiscal, que se constituiu como um elemento importante para a atração de grandes capitais nacionais e internacionais.

A chegada dos migrantes para compor o cenário desenvolvimentista que Manaus se tornara palco foi acompanhada também pelo redirecionamento do fluxo interno de pessoas do próprio Estado. Boa parte das populações do interior mudou para as cidades. Desse modo, não só as populações de outras regiões foram atraídas pelo novo modelo que se implantava na capital, mas a força de trabalho necessária para essa expansão econômica contou também com a migração interna. Witkoski (2005) aponta, segundo os dados do IBGE, que a população de Manaus saltou de 311.622 pessoas em 1970 para 1.010.544 em 1990. E no ano de 2000, o mesmo censo mostrou que 70% dos habitantes da Amazônia moravam nas cidades.

A presença de novas pessoas para ocupar o “vazio demográfico” e a atração de capitais para serem investidos no Estado atuaram no sentido de cumprir a necessidade de

tornar a Região mais produtiva e dinâmica. Para corresponder a essa expectativa, foi quebrado o determinado padrão de organização que vigorou em torno dos rios da Amazônia até meados do século passado. A rede hidrográfica perdeu sua importância, e o “novo padrão de organização social do espaço geográfico que se instaurara a partir dos anos sessenta teve na estrada seu eixo de estruturação.” (Gonçalves, 2005, p. 102). Nesse período, a criação de estradas em terra firme por grandes empresas da construção civil foi uma das linhas estratégicas que guiou a intervenção para o desenvolvimento da Região.

Entretanto, os grandes projetos não pararam por aí. Houve como parte dessa política desenvolvimentista o apoio para que os investimentos se concentrassem também na expansão da industrialização como uma das vias para promover a integração nacional da Amazônia. Assim, o desenvolvimento econômico da Região seguiu seu rumo com a construção da Zona Franca de Manaus. Este pólo industrial se transformou em um importante fabricante de aparelhos eletrônicos e de motocicletas que atendia todo o país.

No entanto, o desejo pelo progresso e os esforços para dinamizar o crescimento econômico da Amazônia resultaram, sobretudo, em consequências sociais e ambientais de enormes dimensões aos habitantes que já ocupavam a Região. As implicações surgidas após a recente expansão capitalista deixaram claro que a exploração e a violência permaneceram como os mesmos espectros que rondaram os processos de intervenção externa desde o período colonial. No entanto, o fato novo era que a partir da década de 1960 a Região deixou de se encontrar sob a hegemonia do capital comercial para se submeter ao capital financeiro e industrial. Como afirma Sant’Ana:

Este novo fluxo de ocupação econômica, social e demográfica diferencia-se fortemente dos anteriores, pois implica em políticas de interferências muito mais agudas no meio ambiente, em criação de novas relações sociais e de produção, bem como em inter-relação diferenciada com os centros econômicos que, até então, somente considerava a Amazônia em termos de alguma matéria prima natural específica e com modelos de exploração que implicavam, via de regra, em relativa preservação ambiental (2004, pág. 113)

As características mercantis, que de certa maneira conviveram com a organização sócio-econômica dos moradores das áreas de várzea deram lugar, segundo Gonçalves (2005) à força do capital financeiro e industrial e à crença no seu poder racional sobre a natureza. Esse

mesmo autor nos esclarece ainda que diferente do capital comercial que se aproveitava das características da Região, “não é a partir das suas condições culturais e ecológicas que ela será incorporada à nova dinâmica do capitalismo, agora profundamente internacionalizada” (Gonçalves, 2005, pág. 101). Portanto, se o capital comercial era:

Basicamente local e regional. O capital financeiro e industrial por sua vez era externo à região, vindo do centro-sul do país e do exterior. O capital comercial era constituído por uma miríade de pequenos capitais. Donos de pequenas embarcações que, por sua vez, por meio de mecanismos *clientelísticos* exercia pequenos monopólios sobre as famílias de ribeirinhos, mediadas inclusive por relações de *compadrio*. Era um capital familiar à região. Pelo sistema de aviamento, e em torno de Belém e Manaus, se estruturava a organização do espaço amazônico. Esses pequenos monopólios derivavam, em parte, da própria configuração geográfica caracterizada pelo isolamento desses caboclos e dessas comunidades, e se fazia por meio do corpo a corpo do próprio comerciante-regatão. (Gonçalves, 2005, p. 115)

O capital financeiro e industrial que se instalou a partir de meados do século passado:

Era de grande porte. Era aquele capital que podia se aventurar por grandes distâncias além de seu lugar de partida. Tinha uma forte tendência para o grande monopólio. Geralmente já era grande antes de chegar à região. A magnitude desses capitais implicava que não deixassem muita margem para o insucesso ou para o acaso. Seus proprietários não têm nada de familiar, sendo, via de regra, sociedades anônimas que, como tal, atuam com a objetividade impessoal dos números, expressos numa contabilidade cuja diferença é o lucro indiferente à realidade social e ecológica da região. (*Idem*)

Na medida em que este novo processo de intervenção econômica proporcionou a inclusão da Região na divisão internacional do trabalho, seu impacto desestabilizou a estrutura anterior, ancorada fundamentalmente em uma economia caracterizada pela baixa exploração dos recursos naturais e rara transformação da natureza. A partir de então, os recursos naturais, caracterizados como bens relativamente livres até esse momento do estágio

de desenvolvimento da Amazônia foram submetidos a uma relação de concorrência. Os moradores das áreas de várzea, que contavam com um elevado grau de auto-suficiência, se viram neste contexto disputando os bens naturais. Novos atores impuseram outro modelo de apropriação dos recursos naturais a partir processo econômico em desenvolvimento na Região. Nesse caso, além de disputar os recursos com as populações do interior, esses atores foram responsáveis por comprometer a capacidade reprodutiva dos bens da natureza.

Na sessão seguinte será tratado como a diminuição da “fartura” do pescado e até mesmo o desaparecimento de algumas espécies de peixes trouxeram implicações diretas ao cotidiano dos moradores das áreas de várzea, repercutindo sobre seus espaços de vida e sobre suas práticas econômicas e culturais.

1.3 - “Escasseando o peixe”: novos atores e novos instrumentos de pesca

A pesca no estado do Amazonas é caracterizada por meio da riqueza do número e da variedade de peixes e pela malha hidrográfica que ultrapassa os 25 mil quilômetros. A exploração dos recursos aquáticos na Região possui uma longa trajetória e está situada em um dos ecossistemas mais ricos do planeta. Com rios de águas clara e escura, o Amazonas é responsável pela grande biodiversidade da fauna aquática, que há séculos garante a principal fonte de alimento dos moradores das áreas de várzea. Cabe ressaltar que além de atender à demanda interna, a atividade pesqueira na Amazônia serve também às necessidades de outros estados e países.

No entanto, os incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal através de subsídios e de isenções de impostos recaíram sobre o setor pesqueiro, visando o aumento de sua produtividade. A pesca no Estado, que se caracteriza como uma das atividades mais antigas e importantes foi fortemente comprometida em razão das novas relações de produção inseridas nesses ambientes. A partir da política desenvolvimentista, que no final dos anos 1960 se estruturou na Região, iniciou-se um rápido processo de aumento da exploração e da demanda sobre os recursos pesqueiros, desenhando um quadro de possível esgotamento.

Em concomitância ao aumento de incentivos do Governo Federal, o alto índice demográfico apresentado após a construção da Zona Franca de Manaus e a implantação dos chamados grandes projetos produziram o aumento da demanda para os mercados pesqueiros. Como resposta a esses mercados crescentes, observou-se a multiplicação das embarcações de

pesca, que buscavam atender as novas necessidades comerciais dos mercados locais. Em virtude desse cenário promissor de lucros rápidos, um número cada vez maior de pessoas fez dessa atividade sua principal fonte de renda. Muitos moradores das áreas de várzea se mudaram para as periferias dos centros urbanos do Estado e passaram a pescar em tempo integral. Resulta desse fato que uma parte dos pescadores-agricultores-extratvistas-caçadores que viviam nas áreas de várzea se tornaram pescadores em tempo integral e passaram a viver exclusivamente da pesca.

Esses aspectos que definiram as novas relações em torno dos ambientes pesqueiros na Região foram acompanhados também do desenvolvimento tecnológico que transformou profundamente o modo como essa atividade era realizada. As novas tecnologias, referentes a formas de captura e armazenamento do pescado, permitiram a exploração dos ambientes pesqueiros em larga escala. Diferente de tempos passados quando os barcos, segundo Furtado (1997), capturavam no máximo 5 toneladas, as novas técnicas e aparelhos de pesca multiplicaram por dez a capacidade produtiva na pesca na Região. A introdução das redes feitas com fibras de nylon (a malhadeira), das embarcações que fazem uso de motores a diesel e das “geleiras, permitiu que 50 ou 60 toneladas de peixes fossem capturadas de uma só vez.

O aumento de pessoas que passaram a se dedicar à atividade pesqueira em tempo integral e a introdução de novos instrumentos de pesca representaram uma ruptura com as regras costumeiras estabelecidas entre os moradores para disciplinar a exploração dos recursos dos lagos. O modelo de exploração industrial do pescado suplantou a economia doméstica das “populações ribeirinhas”. Os instrumentos de tecnologia simples e com baixo poder de captura, utilizados mesmo para fins comerciais, cederam espaço aos novos apetrechos e técnicas pesqueiras introduzidos na Região. A ampla difusão da malhadeira colocou em desuso os antigos instrumentos utilizados pelos moradores, tais como a lança, o espinhel, a tarrafa, o arco-e-flecha, o arpão, a zagaia e as pequenas redes de fibras naturais, em razão da sua maior praticidade e eficiência produtiva.

As recentes técnicas e instrumentos pesqueiros tornaram possível o desenvolvimento de algumas modalidades de pesca que foram identificadas como “predatórias”: a “pesca de arrasto” que faz uso de redes compridas, atingindo centenas de metros; a “pesca de batção”, que utiliza paus para espantar os cardumes de peixes, de modo que eles se dirijam às malhadeiras; e a “pesca de bombas”, praticada através do lançamento de dinamites às águas. Esses três tipos de pescarias são caracterizados pela grande capacidade de captura e ausência de qualquer seletividade do pescado, como o tamanho ou a espécie, por exemplo. Portanto, os

moradores das áreas de várzea passaram a denunciar que tais modalidades de pesca resultavam na escassez e no desperdício do pescado.

Os efeitos causados ao meio ambiente por essas formas de pescaria fizeram com que a Superintendência da Pesca (SUDEPE) criasse uma série de restrições através da Portaria nº26, de 28 de Julho de 1983. A partir de então, a chamada pesca predatória se manteve sob a pena de multas ou apreensão dos aparelhos de pesca, com o intuito de garantir a capacidade reprodutiva dos “estoques pesqueiros”. No entanto, mesmo a partir dessa proibição legal, a prática dessas modalidades de pesca continuou a ser vista e denunciada pelos moradores das áreas várzeas. Entretanto, devido à inexistência de uma fiscalização efetiva por parte do órgão governamental responsável nenhuma medida era tomada para garantir o efetivo cumprimento dessas normas. De acordo Falabella (1994); Goulding (1983) e Pereira (2003) a SUDEPE nunca chegou à regular eficazmente as atividades de pesca nas várzeas amazônicas. Diante desse fato, é possível compreender que o processo de industrialização do setor pesqueiro teve efeitos drásticos sobre a fauna aquática. Estes efeitos não deixaram de ser notados pelos moradores das áreas de várzea devido às dificuldades de captura do seu alimento diário.

Mas, de acordo com as reflexões sobre esse período da Amazônia brasileira, outros fatores que não estavam associados diretamente às atividades pesqueiras contribuíram igualmente para a ameaça da capacidade reprodutiva desse recurso. Os efeitos negativos que influem sobre a fauna aquática advêm também de impactos negativos do entorno dos rios e lagos, como a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de rios. Como algumas espécies de peixes dependem dos suprimentos de nutrientes e matéria orgânica provenientes da mata ciliar, Smith (1979) argumenta que:

Não se sabe até que ponto a produtividade das pescas do rio Amazonas será atingida se a maior parte da floresta de várzea for removida, mas é bem provável que a diversidade das espécies diminuirá com a destruição do habitat (p. 118).

Além disso, o sistema de empresas hidrelétricas desenvolvido pelo Governo Federal surgiu como mais uma ameaça à pesca na Amazônia. Essas obras são responsabilizadas por bloquear as rotas das espécies de peixes migratórios devido à construção das represas, o que acaba por prejudicar a sua reprodução.

Esses fatores, segundo Pereira (2003) tornaram possíveis que, pela primeira vez, os “estoques pesqueiros” fossem explorados até a sua quase exaustão. Ocorre então, que os peixes, que para as populações de várzea, “é sempre ele o seu nutrimento primário e constante” (Veríssimo, 1970, p. 9), se tornou escasso. Pescar deixou de ser uma atividade tão simples e rápida como antigamente. O peixe-boi, a tartaruga e o pirarucu, assim como os quelônios, espécies muito visadas tanto para o consumo quanto para as transações mercantis desde os tempos da colonização portuguesa, já davam indícios de seu desaparecimento mesmo antes do recente processo de industrialização. Atualmente essas espécies praticamente inexistem no “tronco hidrográfico” amazônico e por isso sua captura se tornou proibida com base na legislação federal, a não ser com restrições como no caso pirarucu, que tem no manejo administrado pelo IBAMA a sua forma de exploração. Mas, o rompimento com o modelo de apropriação dos recursos pesqueiros realizado pelos “ribeirinhos” começou a produzir também a visível diminuição de outras espécies menos valorizadas pelos mercados consumidores, mas que são cotidianamente consumidas pelos moradores das áreas de várzea.

1.4 - As disputas em torno dos ambientes pesqueiros: o estabelecimento do momento crítico

A partir da diminuição do pescado nos rios e lagos da Região, os moradores das áreas de várzea começaram a dizer que “garantir a bóia” já não era uma atividade que se configurava da mesma maneira que em tempos anteriores. Se antes a pesca era rápida e abundante; atualmente, de acordo com os próprios moradores de diferentes municípios do Estado, “do jeito que saía para o lago para pescar era o jeito que voltava. Se não tivesse uma criação no terreiro, não almoçava, nem jantava”.

Ainda no final dos anos 1970, as primeiras medidas tomadas contra essa situação tinham como objetivo impedir ou restringir a exploração dos lagos conforme passou a se desenvolver. A diminuição dos cardumes de peixes nos rios e lagos e a presença de novos atores, com práticas distintas de exploração dos recursos pesqueiros foram situações que levaram ao surgimento das primeiras articulações políticas dos moradores das áreas de várzea. Nesse sentido, a situação marcada pela escassez do pescado indicou a capacidade das “populações ribeirinhas” de constituir uma organização coletiva em favor de seus interesses.

Então, conforme foi estudado por Almeida (1986), o efeito da expansão capitalista sobre a produção rural:

Cedo ou tarde encontraria uma barreira na mera existência dos pequenos produtores familiares. Estes resistiriam, e assim famílias rurais - em virtude de sua lógica interna - se constituiriam em unidades de confrontação contra o avanço capitalista no campo, tanto mais quanto grupos de vizinhos, parentes e compadres, extensão da família rural por assim dizer, formariam grupos solidários, equipes de trabalho e companheiros de luta. (Texto sem paginação)

Observou-se, portanto, que as populações que habitam os ambientes pesqueiros desempenharam uma forte resistência contra o livre desenvolvimento da pesca comercial. Acompanhando os efeitos causados pelo aumento da pressão sobre esse recurso, os moradores deram início a um projeto de luta contra as recentes transformações inseridas em seus locais de moradia, buscando construir “unidades de confrontação” para reagir contra o processo de exploração irrestrita do pescado. Desse modo, conforme Pereira (2003) nos informa, desde final dos anos 1970, as “comunidades ribeirinhas do Amazonas e suas organizações representativas vêm lutando incansavelmente pela implementação de diversos modelos descentralizados de gestão dos recursos de várzea” (pág. 68).

Sem qualquer medida de fiscalização que fizesse cumprir as restrições impostas pelo Governo Federal à realização da pesca comercial “predatória”, os moradores das áreas de várzea entraram em confrontação direta com os atores que se dedicavam a essa atividade. Tais circunstâncias geraram um quadro de conflito em diversas localidades do Estado, em razão das medidas colocadas em prática pelos moradores. Estes passaram a impedir a “entrada” de grandes embarcações e dos pescadores que se dedicavam à pesca comercial nos lagos próximo às suas moradias. Contudo, para pensarmos no processo de organização coletiva das sociedades de várzea é necessário conferir atenção à reestruturação promovida por setores da Igreja Católica ao modo como essas populações estavam distribuídas ao longo das margens dos rios e lagos da Região.

Esses moradores tiveram seu modelo de organização sócio-político transformado por volta dos anos 1960, quando as equipes da Igreja Católica, consideradas progressistas, se inseriram criticamente em seu cotidiano. Conforme foi estudado por alguns cientistas sociais

(Esterci, 2002, Neves, 2002, Pantoja, 2005), a partir da atuação dos religiosos e leigos católicos, as populações amazônicas, distribuídas até então de forma esparsa ao longo das margens dos rios e lagos foram organizadas em torno de unidades político-administrativas reconhecidas como “comunidades”. Essas populações passaram a contar com um novo modelo de organização social e político pautado por valores comunais e de parentesco. Como será discutido adiante, as equipes religiosas identificadas como progressistas buscavam fortalecer essas populações a fim de que elas pudessem se organizar politicamente para reivindicar melhores condições de vida.

O caminho que direcionou as populações a compartilharem um sentimento comunal ocorreu primeiramente com a atuação das equipes católicas organizadas em torno do Movimento Educacional de Base – MEB. Os princípios pedagógicos dessa equipe:

Pressupunham um movimento de aglutinação no sentido da setorização das ‘comunidades’ articuladas e da irradiação do novo estado de existência social e de visão de mundo. Isso significa dizer que a Igreja instituiu uma divisão social do trabalho político, especializando catequistas, líderes de comunidade e animadores de setores na função de representante delegado. (Neves, 2004, pág. 51)

Com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEB nos anos 1970, a linha pastoral católica na Amazônia reforçou essa forma de organização e estímulo à ação coletiva onde os moradores das áreas de várzea se identificavam a partir de uma “comunidade” delimitada. De acordo com Esterci (2002), após a criação das CEB foram abertos novos espaços coletivos para:

Discutir problemas da comunidade, assim como assembleias e espaços de interação e articulação entre comunidades – os setores – o que atendia a um dos princípios das CEBs que era o de que as comunidades não poderiam se fechar sobre si mesmas, mas deveriam se voltar para fora também. (pág. 53)

As “comunidades” das regiões de várzea amazônica que surgiram passaram a reunir em torno de 20 a 30 famílias associadas a uma área comum. Nesses locais geralmente estão construídos a igreja, a escola, o campo de futebol e uma sede (local em que acontecem os

eventos sociais como festas do padroeiro, bailes, bingos ou reuniões comunitárias). As casas podem estar dispostas uma do lado da outra, ou podem estar localizadas de maneira esparsa, tendo seu acesso dificultado, principalmente no tempo da cheia quando só é possível se deslocar de uma casa a outra de barco. Além disso, as “comunidades” contam com um corpo administrativo composto do presidente, vice-presidente e tesoureiro, eleito periodicamente a partir da votação entre os próprios moradores. Uma vez eleitos, os comunitários se tornam responsáveis por representar os interesses de todas as famílias que vivem na “comunidade” e reivindicar suas principais demandas, como transporte escolar, melhoria do atendimento médico, etc.

Contudo, cabe ressaltar ainda, que a partir dos anos 1990 esse modelo de organização foi incorporado pelos governos municipais e estaduais. Desde então, o acesso a serviços públicos por parte dessas populações, como educação e saúde, por exemplo, passaram a ser destinados apenas às famílias vinculadas a uma “comunidade” (Esterci, 2002; Pereira, 2003). Cada família deve prestar obrigações, como o pagamento de uma taxa mensal, utilizada na gerência do terreno da “comunidade”, para adquirir sua carteirinha de comunitário. Esse documento garantirá o direito aos serviços prestados pelos governos federal, estadual e municipal. Portanto, como nos explica Esterci (2002):

A legitimidade das comunidades acabou transcendendo as fronteiras do campo eclesial e religioso e elas se tornaram uma referência mesmo para as agências estatais e as autoridades governamentais assim como para todos os atores sociais que vieram a envolver-se com assuntos da região inclusive pesquisadores ou assessores e encarregados da implementação e gestão de unidades ambientais criadas. (pág. 54)

Organizados em torno dessas unidades comuns, os líderes das “comunidades” se converteram em sujeitos políticos. Esses atores passaram a atuar no sentido de reverter situações de crise, resolver conflitos, criticar posições em favor da melhoria de suas condições de vida local, da conquista de seus direitos de cidadania tão negligenciados, particularmente no campo dos direitos previdenciários, de saúde e de segurança do trabalho (Furtado, 2006). Os comunitários, no entanto, se aproveitaram dessa forma de disposição espacial, social e política para se organizar contra o avanço da frota pesqueira sobre os rios e lagos próximo às suas moradias. Portanto, frente ao novo quadro da situação pesqueira, as “comunidades” de diferentes localidades:

Tiveram muito claro que tinham que impedir a pesca comercial em alguns lagos e aí começou. Em algumas comunidades começaram a impedir mesmo na marra, na força da união porque não tinha nenhum apoio na época de nenhum órgão ambiental, ninguém olhava para isso. Pelo contrário era uma coisa vista como uma revolução e achava que o pessoal estava querendo agir de uma forma inconsistente porque não tinha lei que amparasse, mas mesmo assim as comunidades não desistiram e viram que era uma necessidade e que tinha que partir daquele princípio de preservação, a comunidade tinha que demarcar alguns lagos e chamar de lagos de preservação e denominá-los como lagos de uso das comunidades que os pescadores profissionais não teriam acesso. (Jorge Luís - vice coordenador da CPT -Tefé)

A partir de então, “em diversas regiões da Amazônia, as comunidades rurais vêm adaptando suas instituições locais de gestão de maneira a responder ao aumento da pressão interna e, especialmente externa para a exploração de seus estoques de recursos naturais” (Pereira, 2003, pág. 76). Nesse contexto, “pescador” e “ribeirinho” se tornaram duas categorias sociais frequentemente acionadas nas lutas em torno do controle e do manejo das áreas de pesca (Esterci, 2002). Nesse caso, a categoria “pescador” foi utilizada para indicar os atores que vivem nas pequenas ou grandes cidades da região e fazem da pesca sua única fonte de renda. E a categoria “ribeirinho” foi utilizada para designar os moradores das áreas de várzea, que diferentemente do “pescador”, realizam atividades produtivas múltiplas, orientadas fundamentalmente para o seu consumo.

No entanto, como nos sugere Lima (2004) essa classificação não abrange tipos puros. Há situações, por exemplo, em que moradores das “comunidades” são também “pescadores”, ou seja, em alguns casos os comunitários abandonam suas demais atividades produtivas e passam a realizar a pesca em tempo integral, mesmo morando longe dos centros urbanos. Além disso, os “pescadores” se distinguem também com referência à sua capacidade produtiva e às suas condições sócio-econômicas. Observa-se que os próprios moradores das áreas de várzea reconhecem essa distinção ao utilizar o termo “peixeiro” e “pequeno pescador” para diferenciá-los. A primeira categoria é utilizada para se referir aos empresários da pesca, que são os donos de grandes embarcações, capazes de armazenar toneladas de

peixes. E a segunda categoria identifica os atores sociais que possuem instrumentos de pesca artesanais, semelhantes aos dos “ribeirinhos” - canoas motorizadas, caixa de isopor para o armazenamento dos peixes e pequenas malhadeiras. Como o “pequeno pescador”, o “peixeiro” e até mesmo os moradores das “comunidades”, que passaram a pescar estritamente para vender “para fora” se tornaram alvos de denúncias dos moradores, foram utilizadas categorias que incluíam todos eles sobre uma mesma identificação. Assim, termos como “pescadores de fora”, “pescadores profissionais” ao lado do termo “pescador”, foram utilizados como forma de incluir esses diferentes grupos sociais sobre uma mesma categoria.

As disputas nos ambientes pesqueiros se configuraram então a partir da tentativa das “populações ribeirinhas” de impor aos diferentes tipos de “pescadores” normas a fim de resgatar ou inserir novos mecanismos regulatórios capazes de disciplinar o uso comum dos lagos e garantir a reprodução dos “estoques pesqueiros”. Inicialmente essas ações ocorreram a partir da iniciativa isolada de alguns moradores que começaram a “fechar o lago” e impedir a entrada dos “de fora” na “marra”. Posteriormente, os “ribeirinhos” buscaram colocar em prática as primeiras medidas para a introdução de um plano de manejo do lago com a finalidade de restringir a realização da pesca comercial. Esses esquemas de ordenamento do uso de recursos coletivos, segundo Pereira (2003) incluíam normas de acesso, proibição de técnicas de captura predatória e regras explícitas sobre a divisão do fluxo de recursos entre os usuários autorizados.

Donos de um saber tradicional que os fazem conhecedores dos movimentos dos peixes nos lagos, ou seja, dos seus esconderijos, das áreas de reprodução e dos setores mais piscosos, os “ribeirinhos” estabeleceram um plano de manejo dos lagos. Ainda nos anos 1980, essas populações, agrupadas em suas “comunidades”, deram os primeiros passos no sentido de sua organização coletiva através da tentativa de estabelecer junto aos “pescadores de fora” as áreas em que a pesca estaria permitida e as áreas em que estaria proibida. Essas delimitações foram criadas pelos próprios comunitários, de acordo com o seu conhecimento sobre as características ecológicas dos lagos. Tal conhecimento leva em consideração a variedade de peixes, a profundidade do lago, os locais de esconderijo e reprodução, etc. Cabe ressaltar que essas medidas incidem mais fortemente durante o período da seca que é quando os cardumes de peixes se concentram nos lagos que tiveram seu volume d’água reduzido. As condições ecológicas desse período tornam os peixes presas mais fáceis, já que não podem se espalhar como no tempo da cheia. Nesse sentido, as “comunidades”, através de acordos informais com os “pescadores” buscaram demarcar os ambientes pesqueiros da seguinte forma:

- 1) **lagos livres:** locais em que a pesca pode ser realizada tanto pelos moradores quanto pelos “pescadores de fora”, mas respeitando as regras que determinavam os materiais de pesca e a quantidade de peixe permitidos pelos moradores.
- 2) **lagos de procriação:** é um lago onde é proibido a pesca por tempo indeterminado, tanto no verão quanto no inverno. É chamado também de lago sagrado ou santuário, que quer dizer intocável. Nesse lago é permitida só a entrada dos fiscais²⁰ que fazem a vigilância, em sistema de rodízio durante a noite.
- 3) **lagos de manutenção:** é um lago onde é permitido pescar só para se alimentar. É proibido pescar para vender.

Inicialmente, as ações para o cumprimento do plano de manejo dos “ribeirinhos” consistiram em abordagens feitas individualmente ou através de pequenos grupos de moradores que exigiam dos “pescadores de fora” o “respeito” às determinações impostas. No entanto, como resposta a essas medidas, uma das estratégias dos “pescadores” foi a de realizar sua atividade durante o período noturno para fugir da repressão dos comunitários. Mas ao tomarem conhecimento dessa tática, as “populações ribeirinhas” deram início à formação de equipes, constituídas pelos moradores que se dispusessem a se engajar nessa luta para “fiscalizar” os lagos. Os “fiscais do lago”, como foram chamados os participantes dessas equipes, se organizaram da seguinte maneira, como nos explica a vice-coordenadora regional da CPT:

Quando o pessoal, os peixeiros como também são chamados, descobriram que os ribeirinhos se organizaram, que estavam defendendo o lago, então muitos começaram a pescar de madrugada, a noite e não mais durante o dia porque eles sabiam que iriam ter problema. Então, quando eles iam pescar a noite os ribeirinhos tiveram que fazer vigília noturna também para garantir a preservação porque eles descobriram que como durante o dia todo mundo está vendo quem passa, quem vai por ali a noite não dava para ver. Então eles começaram a fazer vigília entre eles, então uma noite ficava uma turma, na outra noite ficava outra. Nessa vigília que eles fazem eles passam dias mesmo se revezando, sem dormir, armam as barracas e ficam lá. A

²⁰Os fiscais são os moradores das próprias comunidades que se dispõem a fazer parte de equipes responsáveis pela vigia do lago durante a noite para evitar ações noturnas dos *pescadores comerciais*.

gente chama barraca de camping, mas não é, é barraca mesmo de palha, armam a rede e ficam ali vigiando os lagos. Agora tudo com gastos deles mesmo, muitos não tem ajuda financeira nenhuma do estado, do governo federal, então eles tiram dinheiro do próprio bolso para comprar gasolina para manter a preservação e ir até a boca do lago que é distante. Eles vão ter que comprar gasolina, comprar alimentos para ficar ali tomando conta do lago, então é tudo deles mesmo. (Marta – Vice coordenadora da CPT)

Entretanto, cabe ressaltar que os embates promovidos pelos “ribeirinhos” contra os efeitos da moderna indústria pesqueira fomentaram conflitos entre moradores das próprias “comunidades”. Como foi dito, o aumento da lucratividade em torno da pesca contribuiu para que muitos comunitários abandonassem a realização de atividades produtivas múltiplas e elegessem a atividade pesqueira como seu principal meio de vida. Então, segundo afirma Esterci (2002), ao estudar o conflito situado na região de Tefé:

Diante da ameaça de escassez do peixe, os líderes das comunidades tentavam fazer com que os próprios comunitários seguissem novas regras de uso desses recursos e, ao mesmo tempo se organizavam para impedir a entrada, nessas áreas, de pescadores e embarcações procedentes das cidades fossem de Tefé ou outras cidades próximas, fossem de centros regionais maiores como Manaus e Itacoatiara. (Esterci, 2002, pág. 56)

Na medida em que o plano de ação dos moradores das áreas de várzea não contava com uma organização definida ou com o respaldo da legislação, não era tarefa fácil fazer cumprir seu plano de manejo. Os “pescadores de fora” ou mesmo os moradores das “comunidades” não deixaram de praticar a pesca considerada predatória a despeito da mobilização dos “ribeirinhos”. A inexistência de leis que conferissem respaldo às suas iniciativas tornava difícil, senão impossível, restringir a atividade dos “pescadores” e evitar conflitos violentos, como brigas, ameaças, discussões, idas à delegacia, tiros, etc.

Portanto, essa situação se configurou de maneira desestimuladora para as lideranças das “comunidades”. A falta de visibilidade de sua organização no cenário político e o risco que corriam ao passar noites em claro “vigiando” os lagos eram fatores que levavam os moradores a ficar desestimulados. Além disso, segundo Pereira (2003), os “ribeirinhos”, para implementar esse esquema de gestão local, deveriam ser capazes de “arcar com os custos

transacionais necessários, ou seja, os custos de criar, negociar, monitorar e reforçar o acordo coletivo” (pág. 77). Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2003) corrobora as dificuldades levantadas pelo autor ao explicar que:

Ora eram as autoridades que, desrespeitando as leis, apoiavam os pescadores, ora eram as pessoas da própria comunidade que colaboravam com os predadores, indicando os lugares mais piscosos ou oferecendo seus terrenos para lances, em troca de dinheiro. Os voluntários defensores dos rios e lagos freqüentemente arriscavam suas vidas na fiscalização. (Ribeiro, 2003, pág. 148)

No entanto, esse período marcado pela dificuldade de introduzir com eficácia a fiscalização e o monitoramento das áreas de pesca começou a se modificar, mas ainda de forma lenta, com o apoio recebido pela Comissão Pastoral da Terra. Como veremos adiante, a aliança constituída com essa equipe da Igreja Católica contribuiu para que as iniciativas dos moradores das áreas de várzea dessem importantes passos no sentido de fortalecer e expandir sua capacidade de organização. Além de tornar público as disputas nos ambientes pesqueiros.

1.5 – A aliança com a Comissão Pastoral da Terra: o surgimento do Movimento de Preservação dos Lagos

O processo de organização política das “comunidades ribeirinhas” do estado do Amazonas contou com a parceria da CPT, que se tornou uma importante aliada no que se refere à organização de sua luta. O acompanhamento cotidiano feito por equipes de religiosos e leigos da pastoral em diferentes pontos do estado sobre a situação enfrentada pelas “comunidades” foi essencial para a criação dessa aliança. Com a ajuda da pastoral, as ações isoladas dos moradores puderam se articular tanto do ponto de vista de suas ações práticas quanto do ponto de vista da dinâmica de construções de denúncias. Tal fato resultou na formação do Movimento de Preservação dos Lagos (MPL). O processo de auto-organização existente em algumas “comunidades” deu lugar a um plano conectado que atingiu grande amplitude entre os municípios do estado do Amazonas.

Organismo autônomo da Igreja Católica, a pastoral da terra foi criada no ano de 1975, após o Encontro de Pastoral da Amazônia, ocorrido em Goiás. O Encontro contou com a

presença de religiosos de diversas regiões do país. Segundo a percepção da CPT, e de outras equipes da Igreja Católica consideradas progressistas, como o CEB e o MEB, foi consolidado que a Igreja não deveria trabalhar somente dando assistência social aos pobres. Ao contrário, as equipes religiosas deveriam se responsabilizar para que os “oprimidos” deixassem de ser apenas gente que recebia ajuda, e surgissem na sociedade e na Igreja como classes que tomam iniciativas e propostas²¹.

A motivação para a criação da CPT era a de apoiar os trabalhadores rurais nos conflitos envolvendo a posse da terra em diferentes estados brasileiros. Na Assembléia Geral de 1977, a CPT descreveu que:

Impelidos pelas exigências do Evangelho e em atitude pastoral de serviço do Povo Trabalhador, que será sempre o único e legítimo sujeito de sua própria história, nos comprometemos com a causa do homem do campo, esmagado por um sistema iníquo de concentração de terra para fins lucrativos e de exploração desumana do trabalho.²²

No entanto, o trabalho desenvolvido pela CPT seguiu outros caminhos no estado do Amazonas em razão das circunstâncias encontradas na Região. Conforme consta nos documentos históricos do escritório da pastoral de Manaus, a criação dessa organização na Região ocorreu em grande medida por meio da atuação de Dom Jorge Marskell. O religioso canadense, que chegou a Itacoatiara no ano de 1962 e se tornou bispo após alguns anos, em 1978, participou do primeiro encontro ocorrido no centro-oeste brasileiro e levou as propostas da criação da CPT para a Região. Com a participação de padres, irmãs e leigos de diferentes municípios do Estado do Amazonas foram criados então os núcleos da CPT em diversas localidades.

As diretrizes da pastoral no Amazonas seguiram as determinações expressas no encontro nacional: a preocupação com a questão fundiária. No entanto, ao tratar especificamente do Estado, foi observado na literatura consultada que as circunstâncias políticas e rurais de outras regiões não se constituíram em seu território predominantemente do mesmo modo. Isso significa dizer que as lutas decorrentes do setor agrário praticamente

²¹Compromisso eclesial da Comissão Pastoral da Terra, 1990.

²² Compromisso eclesial da Comissão Pastoral da Terra, 1990.

inexistiram na região, ao passo que os conflitos nos ambientes pesqueiros se tornaram cada vez mais latentes (Maybury-Lewis, 1997).

Conforme consta em seus arquivos, a CPT-AM realizou desde 1977 Assembleias Regionais entre as equipes da pastoral da terra para levantar os conflitos relacionados com a posse de terra em cada um dos municípios do Estado. Nessas assembleias a CPT buscava identificar “traços da realidade da vida do povo lavrador, das áreas de maiores conflitos e dos trabalhos desenvolvidos na prelazia”²³. Com esse trabalho, os religiosos e leigos buscavam compreender “as condições de vida do povo” a partir dos questionários aplicados nas áreas em que atuavam.

Os resultados dos questionários indicaram, no entanto, que não eram encontrados problemas relacionados com a apropriação da terra no Estado, ainda que os moradores das áreas de várzea não tivessem a titulação necessária para garantir a posse legal de seus locais de moradia e trabalho. Os problemas encontrados se referiam ao fato de que “o povo do campo, desorganizado, individualista não se preocupa com a terra porque existe muita terra, preocupa-se antes, com a terra em que trabalha, com suas benfeitorias e com sua sobrevivência”²⁴. Portanto, observou-se a organização de unidades familiares constituídas de maneira esparsa, apesar do recente estímulo do MEB e das CEBs de aglutinar essas populações em unidades comuns. Nesse sentido, uma questão importante que se colocava para as equipes da pastoral da terra dizia respeito à necessidade de ajudar os trabalhadores a deixarem de ser “desorganizados” e “individualistas”. As equipes da CPT buscaram, portanto, “despertar e colaborar para que houvesse maior “união e solidariedade entre o trabalhador rural, favorecendo sua organização autônoma”²⁵”. Pensavam nesse momento na descoberta de métodos de trabalho que os levassem à ação e a um sentimento de solidariedade comunal. Acreditavam que através da dimensão evangélica da organização coletiva, o povo estaria em condições de assumir suas necessidades e conquistar seus direitos na luta contra a exploração no campo.

Foi então, segundo os arquivos da CPT, que as equipes perceberam que os indícios da “solidariedade” e da “união” entre os moradores das várzeas começaram a surgir através de suas tentativas de organização contra a “invasão” dos rios e lagos. A leitura dos relatórios das primeiras Assembleias da CPT na Região Norte permite compreender que as equipes da pastoral visualizaram que “na vida do povo” as demandas sociais se dirigiram para a

²³ Relatório da I Assembleia Regional da CPT – 1977.

²⁴ Relatório da II Assembleia Regional da CPT – 1978.

²⁵ Relatório da I Assembleia Regional da CPT – 1977.

preocupação com a escassez dos “estoques pesqueiros”. As questões relativas à problemática da terra, como por exemplo, a falta de títulos, ou a compra feita por empresas de grandes extensões agrárias não se confirmaram como a dificuldade mais significativa a ser enfrentada junto aos moradores da Região. Visitando as comunidades, as equipes pastorais perceberam o descontentamento das “populações ribeirinhas” com a realização da pesca comercial nos lagos próximo às suas moradias. Foi então que a CPT começou a dar apoio e incentivo para as “comunidades” que já se articulavam para impedir a entrada dos “pescadores de fora”.

Conforme as disputas nos ambientes pesqueiros mobilizaram os moradores das áreas de várzea mais do que os conflitos envolvendo a posse da terra, a luta contra a escassez pescado tornou-se central na aliança estabelecida entre a pastoral da terra e as “populações ribeirinhas”. Portanto, as equipes da CPT atualmente chamam atenção para o fato de que:

O Dom Jorge foi iluminado de se dar conta de que o grande problema aqui no Amazonas era diferente dos outros lugares no Brasil aonde foram surgindo as CPTs. Ele se deu conta de que aqui o grande problema naquele momento não era com a terra, mas era com os lagos, porque o que era invadido e tomado dos ribeirinhos e dos pequenos eram os lagos e não a terra. (Marta – Vice coordenadora da CPT)

Compreende-se então que o Movimento de Preservação dos Lagos iniciou-se a partir da iniciativa percussora que algumas “comunidades ribeirinhas” tiveram no sentido de impedir a pesca considerada predatória nos lagos próximo às suas moradias. O movimento contou com a participação de “comunidades” de diversos municípios da Região, que se organizaram de acordo com as circunstâncias de seus locais de moradia “para disciplinar a exploração de recursos naturais, principalmente pesqueiros, em áreas de uso coletivo” (Pereira, 2003, pág. 68).

A CPT, com o decorrer de poucos anos, além de organizar os ‘ribeirinhos’ em suas localidades, passou a convocar encontros anuais para discutir os problemas da pesca (Esterci, 2002). Os encontros, promovidos primeiramente nos próprios municípios, se tornaram encontros regionais e passaram a ser realizados em Manaus. Nessas ocasiões se reuniam lideranças das “comunidades” de Tefé, Coari, Parintins, Itacoatiara, Borba, Lábrea, Alto Solimões entre outras. Os encontros contavam ainda com a participação de religiosos, sindicalistas, advogados, professores, políticos, que eram convidados para dialogar com os “ribeirinhos” e aprofundar as razões de luta do movimento. Além disso, era tarefa dos

encontros criar o incentivo para que as ações já levadas à frente pelos comunitários dessem continuidade.

Os encontros regionais com as “populações ribeirinhas” eram conduzidos da seguinte maneira, segundo nos informa a vice coordenadora da CPT:

O ribeirinho é muito assim, ele só acredita naquilo que ele vê, o que ele não vê ele não acredita, você pode gastar toda a sua sabedoria, a sua saliva que não vai adiantar nada se ele não vê. Por isso que a gente brinca, aqui quando a gente vai pegar alguma coisa a gente diz: deixa eu ver. Mas o ver é olhar é tocar, se tu não toca, não vê. Para o ribeirinho fazer algo ele tem que ver primeiro. Então aconteceu muito isso no início dos encontros da CPT: trazer os ribeirinhos para falar, para mostrar o que era possível. Para falar: o lago era assim antes da preservação e depois ficou assim. Então isso tinha que ser dito pelos próprios ribeirinhos, de ribeirinho para ribeirinho. A CPT trazia os ribeirinhos de onde faziam a preservação e de onde ainda não era feito e a partir daí o pessoal acreditava e iniciava o trabalho lá, e a partir daí, desse convencimento, a CPT foi acompanhando, ficava junto, vendo para ver como é que era. (Marta – Vice coordenadora da CPT)

As tentativas de inserção de um plano de manejo a fim de restringir as atividades dos “pescadores de fora” se intensificaram com as novas propostas de organização trazidas pela CPT. Nesse momento, começou a existir a possibilidade de estabelecer modificações concretas e efetivas sobre o controle dos recursos pesqueiros. Conforme os relatórios dos encontros promovidos pela pastoral, o Irmão Falco, da Prelazia de Tefé definiu que as ações dos moradores para estabelecer os “lagos livres”, os “lagos para manutenção” e os “lagos santuários” fossem sistematizadas através do que foi chamado por ele como “lei da pesca”. De acordo com as proposições do religioso vistas no relatório do V encontro promovido pela CPT em 1988, as restrições impostas às atividades pesqueiras deveriam ser definidas a partir uma série de reuniões com todos os grupos envolvidos e interessados nesse assunto: os moradores das áreas de várzea, os “pescadores de fora”, os empresários ligados ao setor pesqueiro, os órgãos governamentais. Considerou-se que as propostas de regulamentação da pesca deveriam conciliar a diversidade de interesses dos atores envolvidos nessa atividade,

pois assim seria possível estabelecer consensualmente as regras de uso coletivo dos ambientes pesqueiros. Os objetivos da criação da “lei da pesca” seriam, portanto, os de evitar o conflito entre os atores sociais que possuem interesses distintos sobre a apropriação dos recursos pesqueiros.

Sobretudo, a sistematização de um plano de manejo que garantiria às “populações ribeirinhas” o direito de posse coletiva dos recursos pesqueiros permitiu que esses atores sociais, que assim como “os seringueiros amazônicos eram invisíveis no cenário nacional nos anos de 1970” (Almeida, 2004, pag. 33) começassem a ganhar visibilidade no cenário político. As “comunidades ribeirinhas” através de suas lideranças tomaram consciência de sua capacidade de ação e de mobilizar seus pares, de fazer alianças com outras associações e movimentos congêneres, bem como de se articular com instituições parlamentares, acadêmicas e ONG para reverter o quadro adverso enfrentado (Furtado, 2004).

No capítulo seguinte será investigado de que forma os “ribeirinhos” se apropriaram das questões sociais e ambientais para engrandecer-se nos conflitos contra os “pescadores de fora” e escapar de sua condição de vítima passiva, ao reivindicar o controle dos ambientes pesqueiros.

Capítulo 2 - Interpretação da crítica do MPL: a instrumentalização da questão ambiental

Como foi discutido, as políticas econômicas implementadas na região amazônica a partir dos anos 1960 se direcionaram também para o processo de industrialização do setor pesqueiro. O aumento da produtividade do setor e do número de pessoas que passaram a se dedicar a essa atividade como única fonte de renda comprometeu a capacidade reprodutiva da fauna aquática. Frente à nova realidade da pesca no Estado, as “populações ribeirinhas” se mobilizaram com o objetivo de conter a exploração excessiva dos recursos pesqueiros.

As forças políticas regidas nesses conflitos se sustentaram de maneira inteiramente assimétrica. Na medida em que o Estado buscou dinamizar economicamente o setor pesqueiro, os agentes da industrialização e da comercialização da pesca recebiam dos órgãos governamentais incentivos para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Constam como queixas frequentes nos relatórios dos encontros realizados pela CPT, e nas entrevistas feitas durante o trabalho de campo, que esses órgãos (SUDEPE, Instituto Brasileiro de Defesa Florestal - IBDF, delegacias, prefeituras) se posicionavam de maneira favorável aqueles que se dedicavam à pesca comercial. Dentre as principais reclamações dos “ribeirinhos”, observa-se, por exemplo, que “a SUDEPE e o IBDF dão liberdade aos pescadores para pescar em determinadas áreas, sem ter conhecimento dessas áreas, que às vezes estão sendo preservadas pelas comunidades”²⁶.

Os conflitos nos ambientes pesqueiros ocorriam, portanto, entre os “pescadores de fora” que estavam sobre a égide do Governo Federal e sua política nacional de desenvolvimento econômico e os moradores das áreas de várzea, caracterizados historicamente pelo processo de invisibilidade²⁷ de sua existência social no espaço político. Mas essas populações, em conjunto com as equipes locais da CPT se organizaram com a finalidade de minimizar as transformações geradas pela industrialização do setor pesqueiro nas áreas próximas às suas moradias. A partir de então foi dado início ao processo de

²⁶ Relatório da IV Assembleia dos Pescadores e Ribeirinhos, 1987, CPT/AM.

²⁷ Esse processo que se refere ao não reconhecimento dos atores na vida social foi explicado por Honneth (2001) através da noção de *Invisibilidade intencional*. Explicado como uma forma de desrespeito moral, pois não há dúvidas a respeito da visibilidade dos atores, a *invisibilidade* deve ser entendida, portanto, como uma expressão pública que confirma a não existência da pessoa no sentido social. Sendo assim, enquanto a *invisibilidade* no sentido visual significa apenas o fato de que um objeto não está presente no campo visual de outra pessoa, o reconhecimento, pensado como a contraparte positiva em relação à invisibilidade figurativa, requer que nós percebamos o objeto dentro de uma estrutura espaço-temporal como um objeto com propriedades relevantes. Nesse sentido, nos referimos à invisibilidade dos “ribeirinhos” como um desrespeito moral.

mobilização política dos moradores das áreas de várzea contra aqueles que segundo suas considerações estavam produzindo o declínio da oferta do seu “pão de cada dia”. Desse modo, Esterici (2002) nos explica que:

Daí que surgiram, ou aumentaram em número, os conflitos em torno das áreas de pesca, porque os moradores das margens dos rios e lagos, sentindo-se prejudicados pelos “pescadores de fora”, começaram a se organizar e a pedir respaldo às autoridades locais, no sentido de impedir a entrada de “pescadores de fora” nas águas tidas como importantes para sua sobrevivência ou mesmo para sua própria pesca comercial. (pág. 53)

A disputa considerada improvável se consolidou através de importantes vitórias conquistadas pelas “populações ribeirinhas”. Como será discutido, através da regulação federal da “lei da pesca”, algumas “comunidades” conseguiram normatizar suas propostas de manejo dos lagos e com isso, exercer o controle sobre o uso dos ambientes pesqueiros. Nesse sentido, ainda que as políticas desenvolvimentistas inseridas na Região trouxessem grandes transformações à vida dos moradores das áreas de várzea, algumas dessas mudanças não ocorreram sem o enfrentamento político dos “ribeirinhos”.

Sobre o processo de resistência empreendido pelo MPL, será analisado nesse capítulo o significado específico que é construído, reconstruído e reproduzido por esses atores sobre as situações de conflito vividas nos ambientes de várzea. Será questionado o sentido conferido por esses atores ao conflito e de que maneira são construídas as denúncias contra a “pesca predatória”. Tomaremos então como objeto de estudo as enunciações discursivas mobilizadas pelo MPL para denunciar os efeitos surgidos após o processo de industrialização do setor pesqueiro na Região. Contudo, cabe ressaltar que essa investigação terá como influência a sociologia pragmática francesa. Essa corrente teórica buscou analisar, sobretudo, as disputas entre as pessoas e o sentido de justiça que estas colocam em ação para denunciar uma situação considerada injusta.

A sociologia da crítica de Boltanski e Thévenot (1999) ressalta a importância de analisar os momentos nos quais os atores sociais manifestam suas competências críticas, abrindo a possibilidade de interpretar o discurso que, no olhar da “sociologia crítica”, possuía um *status* inferior ao saber do sociólogo. Trata-se, portanto, de uma mudança de postura em direção à compreensão do sentido da crítica enunciada pelos próprios atores sociais. O estudo

desses autores se baseia no pressuposto da chamada “sociedade crítica”, que é caracterizada pelo fato de que todos os sujeitos possuem acesso, ainda que em graus desiguais, a recursos críticos utilizados de modo quase permanente no curso ordinário da vida social. Segundo os autores, a pessoa ou o grupo quando se dão conta de que uma situação não está ocorrendo de forma justa raramente permanecem em silêncio. Ao contrário, as pessoas demonstram sua insatisfação em relação aos outros atores com quem estivera até então desempenhando uma ação conjunta, denunciando a situação de injustiça.

A fim de evitar o relativismo, a sociologia da crítica delineia um modelo²⁸ a partir do qual é possível destacar os constrangimentos existentes na constituição de uma comunidade política pautada numa concepção universalista de justiça. Trata-se de definir quais conjuntos de valores atenderiam às exigências de uma humanidade em comum. Ou seja, os autores querem não só analisar as operações críticas dos atores sociais, mas também apreender como as denúncias críticas mobilizam valores morais que possam atender às suas expectativas de reconhecimento público, através da generalização de suas causas. Segundo Vandenberghe (2006), os sociólogos da justificação construíram um modelo pragmático arquitetado na competência do julgamento. Esse modelo permite compreender como os atores manifestam seus desacordos sem recorrer à violência e justificam suas pretensões à justiça. Desse modo, a sociologia da crítica desenvolvida por Luc Boltanski - e seus colaboradores: Laurent Thévenot e Eve Chiapello - está preocupada, sobretudo, com a dimensão ideológica da eficácia da crítica, ou seja, está interessada “na maneira mediante a qual se produz a formulação da indignação e da denúncia da transgressão do bem comum” (Boltanski, Eve Chiapello, 2002, pág.41).

Um dos aspectos explicitado pelos autores sobre as operações críticas das pessoas e que será muito importante para essa análise se refere ao fato de que as pessoas quando envolvidas em situações de disputa encontram-se sujeitas a um “imperativo de justificação”.

²⁸A discussão a respeito desse modelo comum se direcionou para a elaboração do modelo das *idades*, entendidas como os valores gerais pelos quais os indivíduos realizam suas operações críticas, denunciando, acusando ou justificando suas pretensões à justiça. Sendo assim, o dispositivo da *idade* está estritamente relacionado à justiça, e serve como ponto de apoio normativo para a construção das justificações que servem de suporte à crítica. As *idades*, portanto, estruturam as interações em situações de “uns com, por e contra os outros” (Vandenbergue, 2006, pág. 334). São tipos de convenções marcadas pela generalidade e orientadas em direção a noção de bem comum. Os teóricos da justificação consideram que na sociedade crítica existe um número ilimitado dessas gramáticas que conferem suporte a denúncia de injustiças, no entanto, os autores identificam um número de seis *idades* que seriam suficientes para descrever as justificações utilizadas na maioria das situações pelas pessoas: *idade inspirada*, *idade doméstica*, *idade de renome*, *idade cívica*, *idade comercial* e *idade industrial*.

Segundo os autores, aquele que denúncia uma situação injusta precisa produzir justificações a fim de dar suporte à sua crítica. Essas justificações devem seguir regras de aceitabilidade. Ao tomar como exemplo o caso estudado, não bastaria que as “populações ribeirinhas” denunciassem a realização da pesca comercial porque não queriam ver pessoas desconhecidas próximas às suas moradias. De acordo com Vandenbergue (2006) as justificações e as acusações que não invocam o interesse geral e que não fazem referência a um valor socialmente aceito não são admissíveis. Para revelar uma injustiça e demandar uma reparação, os descontentes precisam demonstrar os seus motivos associando-os a princípios normativos que façam referência à generalidade. Segundo Corcuff (2001) a sociologia da crítica postula o fato de que sobre os “debates públicos pesam fortes constrangimentos de legitimidade e de generalidade dos argumentos utilizáveis que levam as pessoas envolvidas a superar a situação particular no interior da qual elas estão engajadas” (pág. 173). Portanto, o que deve ser entendido é que para a crítica se tornar aceitável os atores precisam abandonar sua uma insatisfação particular e alcançar os valores universais e de bem comum.

Contudo, é importante enfatizar, de acordo com a sociologia da crítica, que para analisar a denúncia enquanto tal e tomar como objeto o trabalho crítico operado pelos atores é preciso renunciar a intenção crítica da sociologia clássica, que concebe uma relação assimétrica entre o pesquisador e os atores. Nesse caso, os estudos sobre os momentos críticos devem promover um afastamento em relação à intenção de desvelar o discurso dos atores. Em contrapartida, é preciso levar a sério a fala dos atores e a competência do julgamento realizado quando eles manifestam seus desacordos. Além disso, Vandenberghe (2006) nos explica, conforme essa teoria, que o sociólogo deve romper “com o postulado da determinação da ação pelas estruturas materiais de dominação e aceitar que os atores sejam motivados por ideias, por normas e por valores” (pág. 328). Portanto, tomarei essa perspectiva como fundamento para minha investigação, a fim de compreender os princípios normativos que sustentam a atividade crítica dos “ribeirinhos” nessa situação de disputa.

Dito isso, meu principal objetivo nesse capítulo é tomar como objeto de estudo o processo de construção e reconstrução das denúncias produzidas pelo MPL. Para tanto, as operações críticas dos “ribeirinhos” serão tomadas a partir de sua dinâmica como um processo histórico que se reordena. Farei uma análise dos relatórios dos encontros regionais produzidos pela CPT, além de contar com outros materiais publicados, como cartilhas, cartas públicas e panfletos para explicitar as linhas gerais da crítica acionada por esses atores. A partir de então, será visto como os efeitos surgidos após a intensificação da pesca comercial são

representados, explicados e denunciados pelo MPL e como a questão ambiental foi incorporada por eles, abrindo um grande espaço para a consolidação do movimento na esfera pública.

2.1- O esquema marxista como aparato crítico utilizado pelos religiosos

As ações para a “preservação dos lagos” foram capitaneadas desde final dos anos 1970 pelos moradores das áreas de várzeas. Nesse processo, coube às equipes pastorais a tarefa de sistematizar junto a eles formas de organização, de luta e de fortalecer a motivação para que os esforços já realizados pela “preservação” dessem continuidade. Os encontros anuais realizados pela CPT, que contavam com as lideranças “ribeirinhas” de diversos municípios do Estado, tinham como objetivo esclarecer as raízes dos conflitos, identificar os verdadeiros inimigos do movimento e mostrar a importância dessa mobilização contra a pesca realizada pelos grandes barcos pesqueiros. Além disso, a pastoral buscava desenvolver um trabalho de mediação, intercedendo a favor do movimento frente às instâncias governamentais.

A parceria entre o MPL e a CPT teve como resultado um conjunto de formulações teóricas e práticas que definiram o sentido de justiça mobilizado pelos “ribeirinhos” para denunciar os efeitos da pesca intensiva. A aliança entre a pastoral da terra e as “populações ribeirinhas” se tornou fundamental para a formulação e a definição de categorias críticas que passaram a apontar o caráter injusto da nova situação vivida nos ambientes pesqueiros.

Parte do setor da Igreja Católica considerada progressista, a CPT foi fundada em meados dos anos 1970, quase simultaneamente ao período de maior importância adquirido pela teologia da libertação. Essa corrente teológica se caracteriza por passar do conceito de caridade ao de justiça social e de posicionar-se ativamente contra o desenvolvimento do sistema capitalista (Löwy, 1987). As equipes progressistas da Igreja Católica que seguiram esses princípios passaram a ter como um de seus objetivos principais “a libertação dos pobres a partir deles mesmos, como sujeitos históricos organizados, conscientizados e articulados com outros aliados que assumem a sua causa e a sua luta” (Boff, 2004, pág. 146).

Desde então, os religiosos considerados progressistas continuaram buscando a evangelização dos chamados povos da floresta, mas este trabalho passou a ser realizado a partir da centralidade da opção pelos pobres e contra a sua pobreza. Religiosos e leigos passaram a utilizar conceitos de inspiração marxista para mobilizar as lutas pela “libertação

social dos pobres e oprimidos”. A aliança com as “comunidades ribeirinhas”, tanto no plano prático, quanto no plano ideológico, fez parte desse novo capítulo da história da Igreja Católica, marcado pela “emergência do cristianismo revolucionário e da teologia de libertação na América Latina (Löwy, 2000, pág. 11).

A aproximação com o marxismo, considerado o “inimigo mais terrível e traiçoeiro da fé cristã” (*Idem*, pág. 111), permitiu que movimentos políticos envolvendo as chamadas populações pobres fossem construídos com o apoio dos setores da Igreja Católica que adotaram os princípios da teologia da libertação em sua ação evangelizadora. A “Igreja dos pobres” passou a utilizar então o método marxista de conscientização e transformação da realidade. A partir dos conceitos, análises e perspectivas dessa teoria, os religiosos e leigos buscavam conscientizar as populações pobres sobre sua condição de exploração e esclarecer que sua emancipação seria conquistada apenas a partir de sua própria organização política.

Segundo as diretrizes para o compromisso eclesial e político da CPT, é possível observar que a pastoral não deixou de se apropriar dos pressupostos marxistas incorporados pela teologia da libertação para orientar e realizar seu trabalho:

Ajudar as classes oprimidas a se sentir gente, a se organizar, a procurar uma saída para a situação de desespero e morte que pesa sobre elas. A CPT, portanto, contribui para recolocar o homem, filho de Deus, no centro da história quando revitaliza a esperança, denunciado a exploração e anunciando o reino. Neste caminho de esperança que leva à conquista da terra, torna-se visível a misteriosa contradição da natureza humana: aparece o egoísmo dos que têm milhares de hectares de terra, e aparece também o orgulho de quem cria “olho grande” e passa a agir com “coração de rico”. (Cadernos de Estudo CPT, pág. 13)

De acordo com as questões presentes nos relatórios dos encontros regionais promovidos pela CPT, veremos que a interpretação da situação de disputa enfrentada pelas “populações ribeirinhas” se constituiu com base nas orientações marxistas mais gerais, que estavam presentes nas formulações teóricas da teologia da libertação. Será visto, portanto, que a CPT, tendo uma base ética anticapitalista, buscou “conscientizar” os “ribeirinhos” de sua condição de “opressão” e trabalhou no sentido de sistematizar um conjunto de valores e

práticas que relacionavam a escassez do pescado ao quadro marcado pelas relações exploratórias do sistema capitalista.

A questão envolvendo os conflitos nos ambientes pesqueiros se conformou segundo a perspectiva das equipes de leigos e religiosos da CPT como uma disputa de classes. A crítica contra a forma de apropriação dos recursos naturais, efetuada pelos novos atores que passaram a atuar nos ambientes pesqueiros, teve como suporte os fundamentos marxistas de denúncia da exploração capitalista. Isso significa dizer que a percepção a respeito dos conflitos envolvendo a pesca encontrou na noção marxista de “exploração” o princípio moral através do qual esses atores buscaram conferir suporte às suas denúncias e reivindicações. Portanto, a “crise do peixe” se conformou como uma disputa entre os “ribeirinhos”, que foram tratados como “pequenos” e “explorados” e os donos dos barcos pesqueiros que foram identificados como “grandes” e “exploradores”, tendo como referência a situação econômica desses atores sociais.

Contudo, na medida em que os conflitos foram significados como uma disputa das “classes oprimidas” contra os “exploradores do povo”, a CPT buscou acentuar a distinção existente entre os “pescadores de fora”. As equipes pastorais enfatizaram que nem todos os atores sociais que faziam da pesca sua principal fonte de renda compartilhavam as mesmas condições socioeconômicas. Por isso diziam que era “preciso ter muita clareza para não colocar em um mesmo saco pescador e peixeiro”²⁹. Entretanto, foi visto no capítulo anterior que mesmo diante das diferentes condições materiais desses atores e da capacidade produtiva de seus instrumentos de pesca, os moradores das áreas de várzea acusaram ambos de realizar a “pesca predatória”. Mas, a despeito dessa discriminação moral, a pastoral procurou marcar a distinção entre os “pequenos pescadores” e os “peixeiros”, tendo em vista a proporção de suas atividades comerciais e, considerando até mesmo que muitas vezes os “pequenos pescadores” se submetiam aos interesses econômicos dos “peixeiros”. Então, com referência ao poder econômico desses grupos sociais, a CPT buscava identificar os pescadores como “pequenos” e posicioná-los ao lado dos “ribeirinhos”, em oposição aos “peixeiros”.

Portanto, no plano ideológico das equipes da pastoral da terra, a luta nos ambientes pesqueiros deveria se conformar a partir da união dos “oprimidos” contra o “opressor”; dos “pequenos” contra os “grandes” a fim de alcançar a justiça social. Acreditavam que “o pescador e o ribeirinho têm práticas e interesses comuns e por isso deveriam se unir

²⁹ Relatório do V Encontro dos Pescadores, 1988, CPT/AM.

politicamente para fortalecer sua classe”³⁰. Para tanto, as equipes pastorais passaram a reunir nos primeiros encontros regionais tanto os “ribeirinhos” quanto os “pequenos pescadores”, com o objetivo de discutir a “crise do peixe” e buscar um acordo entre eles para somar forças nessa disputa.

Mas se por um lado a finalidade da CPT foi a de unir esses atores, a falta de entendimento entre eles foi o que deu o tom dos encontros. Os “pequenos” divergiam sobre o uso dos recursos dos lagos e a insatisfação de ambas as partes foram expressas desde o início dos conflitos. Os “pequenos pescadores”, como constam nos relatórios dos encontros, acusavam os “ribeirinhos” de impedir sua entrada nos lagos para a realização de seu trabalho, e os “ribeirinhos” por sua vez denunciavam que os “pequenos pescadores”, assim como os “peixeiros”, estavam produzindo a escassez dos peixes nos rios e lagos da Região. Então, conforme as denúncias dos “ribeirinhos”, observa-se que os donos dos grandes barcos pesqueiros não foram considerados os únicos responsáveis pela situação marcada pelo declínio dos “estoques pesqueiros”. Segundo os relatórios desses encontros, os moradores das áreas de várzea não incorporaram a distinção moral preconizada pela CPT, pois os “pequenos pescadores” continuaram sendo acusados de “invadir os lagos e deixar o povo sem nada para pescar”.

No entanto, as acusações existentes entre esses dois grupos sociais representaram para a equipe pastoral a falta de organização da própria classe trabalhadora. Por isso, a CPT tentou durante toda a década de 1980 “entrar no coração do pequeno pescador e ribeirinho congregando-os para unir forças em acordos”³¹. O esforço da pastoral nesse sentido se direcionava em prol da “conscientização” dos “pequenos pescadores” para a necessidade de “preservar” os recursos dos lagos. A “conscientização” dos “pescadores” consistia, portanto, na necessidade desses atores de se ajustar às medidas levadas à frente pelos “ribeirinhos”. Contudo, na medida em que a CPT orientava as “populações ribeirinhas” e os “pequenos pescadores” a se unirem para somar forças, observa-se que os princípios marxistas se tornaram uma diretriz não só para a legitimação da crítica do MPL, mas também para a organização de sua ação coletiva.

A ordem normativa marxista acessada pelo MPL corresponde aos princípios de justiça sistematizados por Luc Boltanski e Éve Chiapello (1999) através do conceito de “crítica social”. Segundo os sociólogos franceses, a “crítica social”, e nela incluímos como um de seus

³⁰Idem.

³¹Relatório do VI Encontro dos Pescadores e Ribeirinhos, 1989, CPT/AM..

desdobramentos a teologia da libertação, foi uma das duas formas de crítica anticapitalista³² construída ao longo do século passado por diferentes movimentos sociais para denunciar as injustiças desse sistema econômico. Os elementos do marxismo foram, portanto, apropriados nas sistematizações efetivadas contra o capitalismo pelas organizações sociais de diversos países que se contrapunham a esse sistema econômico.

Com base nas formulações teóricas desses autores poderemos entender melhor como as formulações marxistas contidas na teologia da libertação se constituíram para o MPL como um conjunto de ideias orientadoras da construção de sua crítica e de sua ação. Conectada à visão de “revolução total”, as críticas anticapitalistas denunciam o processo de “exploração” dos trabalhadores. Os fundamentos marxistas traduzem a indignação dos indivíduos diante do aumento da pobreza e das dificuldades econômicas e sociais vivenciadas em uma argumentação contrária à natureza exploratória desse sistema. A noção de “exploração” adquire, portanto, grande importância, emergindo como uma formulação teórica que “por mais de um século constituiu a mola mestra da crítica social” (*Idem*).

Essa noção de “exploração” foi mobilizada pelas equipes da CPT em conjunto com os “ribeirinhos”, com o objetivo de legitimar as denúncias contra a “pesca predatória”. No entanto, no que se refere aos conflitos nos ambientes pesqueiros, essa ideia não seguiu a concepção marxista tradicional. A referência à situação de injustiça a que estavam submetidos os “pequenos” focalizou o aumento da pressão sobre os recursos naturais, que produzia o risco da falta de alimentos entre eles. Segundo as denúncias do MPL, as atividades realizadas pelos pescadores comerciais se tornaram injustas ao serem responsabilizadas por:

- Grandes quantidades de peixes jogados fora;
- Invasão na época da desova;
- Pesca desordenada e indiscriminada;
- Comunidades ao longo dos rios e lagos ficam sem o peixe e;
- Invasão das comunidades vizinhas quando o peixe acaba³³.

O MPL tinha então como seu alvo de crítica a maneira como os “peixeiros” e os “pequenos pescadores”, motivados pela ganância do lucro passaram a se apropriar dos

³² A outra crítica identificada pelo autor é a “crítica artística que elabora demandas para a libertação e a autenticidade” (Boltanski, Chiapello, 1999, pág. 346)

³³ Relatório da X Assembleia, 1987, CPT/AM.

recursos aquáticos, deixando as sociedades de várzea sem o seu “pão de cada dia”. No entanto, os pressupostos da “crítica social” assinalam que a natureza exploratória do sistema capitalista se constitui predominantemente através da exploração de uma classe sobre outra por meio das relações de trabalho. Nesse sentido, me pergunto como o MPL, a partir de sua aliança com a CPT, conferiu suporte à sua crítica através desse princípio, se as denúncias que recaíram sobre os “pescadores de fora” enfatizaram, sobretudo, a sua responsabilidade pela escassez dos cardumes de peixes?

A indignação dos “ribeirinhos” se referia ao fato de que os “peixeiros” e os “pequenos pescadores” eram responsáveis pelo declínio dos “estoques pesqueiros” na medida em que não “respeitavam” o pescado, causando o “desperdício” e “estrago” desse recurso. Contudo, apesar dessas denúncias se referirem à realização da pesca considerada predatória, o sentido da luta pela “preservação” não se definiu inicialmente a partir de critérios ecológicos. Diferentemente, as questões sociais é que foram mobilizadas para conferir sentido à denúncia do MPL, como pode ser visto em um dos encontros realizados pela CPT: “é o sexto encontro onde partilhamos diversas experiências de luta de preservação do peixe para a sobrevivência dos pequenos”³⁴.

Compreende-se a partir desse enunciado que a denúncia do movimento incidiu sobre as novas formas de uso econômico dos lagos, mas a preocupação do MPL focalizou, sobretudo, o risco de fome que os moradores vislumbravam diante do declínio dos “estoques pesqueiros”. O caráter injusto dessa situação adquiriu sentido, segundo a percepção desses atores, a partir do fato de que os moradores das áreas de várzea passaram a encontrar dificuldades de garantir o peixe cotidianamente como sua principal fonte de alimento. Então diziam:

Tanta gente passando fome e os bandidos dos barcos pesqueiros jogam o peixe no rio e não dão um miserável jaraqui³⁵ para a gente comer! Isso não pode continuar desse jeito. Dá vontade de a gente sair gritando por aí fora: bandidos, ladrões, exploradores, matadores dos pobres³⁶.

³⁴ Relatório do VI Encontro de Ribeirinhos e Pescadores, 1989, CPT/AM.

³⁵ Espécie de peixe pouco valorizada no conjunto de escolhas das populações ribeirinhas e com pouco valor de mercado.

³⁶ Preservação de lagos e rios e o repovoamento de peixe, 1991, CPT/AM.

Observamos que a situação de injustiça apontada nesse conflito não tinha como ordem normativa princípios morais ligados à valoração e à proteção da natureza por si só. No lugar de qualquer preocupação referida à biodiversidade ou ao ecossistema de várzea, as denúncias contra as novas formas de apropriação dos recursos naturais focalizaram, sobretudo, a nova situação vivida pelas “populações ribeirinhas”. Denunciava-se que: “toneladas e toneladas de peixes são estragadas diariamente prejudicando a vida e o trabalho dos ribeirinhos”³⁷.

O MPL, em aliança com a pastoral, afirmava, portanto, que as novas formas de apropriação da natureza, fruto do avanço capitalista à região, causaram transtornos ao cotidiano das sociedades de várzea. Nota-se que a questão focalizada não é a mortandade de peixes, mas a “vida” e o “trabalho” dos moradores das áreas de várzea. Assim, o que deve ficar claro é que se as acusações realizadas pelo MPL apontaram as consequências deletérias causadas ao meio ambiente, essa situação era considerada injusta porque a pesca intensiva resultava em consequências negativas para os “ribeirinhos”.

Portanto, apesar de o MPL focalizar primeiro a relação dos “pescadores de fora” com o meio ambiente, para então denunciar que essa relação resultava na precariedade das condições de vida dos “ribeirinhos”, o sentido de exploração ainda assim adquiria sentido. Segundo Boltanski e Chiapello (1999) para a ideia de exploração ter significado é preciso que as pessoas dividam um mundo comum e que as ações dos capitalistas resultem no infortúnio dos dominados. A “crítica social” assinala então a necessidade de explorado e explorador compartilharem o mesmo mundo para que a instauração da situação de exploração se efetue.

De acordo com a interpretação do MPL sobre essa situação de conflito tornou-se claro que “ribeirinhos” e “pescadores” compartilhavam um mundo comum: os ambientes pesqueiros. E estava claro também que as atividades produtivas dos agentes da comercialização e da industrialização da pesca repercutiram diretamente sobre as condições de vida dos “ribeirinhos”. A situação de exploração denunciada pelo MPL se efetuiu, portanto, na medida em que os “pescadores de fora” foram responsabilizados pela diminuição da fonte de alimento dos “pequenos”, o que contribuía para o aumento da precariedade de suas condições de vida. Assim, é possível dizer que a crítica anticapitalista mobilizada pelo MPL está sistematizada de modo processual. Primeiro é denunciado as atividades comerciais realizadas pelos “pescadores de fora”, que produzem o esgotamento dos “recursos pesqueiros”, em seguida, a queixa do movimento se baseia na relação entre esse fato e a

³⁷ Relatório da IX Assembleia geral dos ribeirinhos, 1992, CPT/AM.

situação marcada pelas dificuldades dos “ribeirinhos” de capturarem o peixe diariamente para sua alimentação.

* * *

Na medida em que as atividades econômicas dos “pescadores de fora” comprometeram a capacidade reprodutiva dos cardumes de peixes, eles foram tratados como “exploradores do povo”. Contra essa situação, as “populações ribeirinhas” se organizaram com o objetivo de controlar os ambientes pesqueiros e restringir a apropriação dos recursos dos lagos através de novas regras de uso. Contudo, as restrições impostas sobre a atividade pesqueira incidiram também sobre os “pequenos pescadores”, que, assim como os moradores das áreas de várzea, dependiam dessa atividade para a sua sobrevivência, pois esta se constituía como sua única fonte de renda.

A solução empreendida pelos moradores das áreas de várzea para evitar o declínio dos “estoques pesqueiros” consistia na implantação de regras restritivas à realização das atividades comerciais nos lagos próximo às suas moradias. Por meio de acordos informais, as “populações ribeirinhas” demarcaram os setores dos lagos em que as atividades comerciais estariam proibidas (lago de manutenção, e lago de procriação), e fixaram os locais onde os “pescadores de fora” poderiam realizar a pesca para fins comerciais (lagos livres). No entanto, os atores sociais que se dedicavam a comercialização do pescado acusavam o caráter injusto dessas regras.

Como resposta às iniciativas do MPL, os “pequenos pescadores”, que assim como os “peixeiros” foram acusados de “invasão” dos lagos e de exploração dos “ribeirinhos”, denunciavam que os moradores das “comunidades” não os deixavam entrar nas áreas de pesca, mas comercializavam o pescado nos pequenos mercados locais. A referência à injustiça era expressa, portanto, através da denúncia de que os comunitários vendiam o pescado “para fora”, mas impediam que os “pescadores de fora” o comercializasse de igual modo. A acusação, portanto, era a de que os “ribeirinhos” estariam se beneficiando do controle sobre os lagos, na medida em que tornavam os recursos pesqueiros um bem privado.

No entanto, além das críticas recebidas pelos “pequenos pescadores” e “peixeiros”, a tentativa de efetivação do acordo buscado pelos “ribeirinhos” esbarrava também no Código de Águas de 1934, que define os rios e lagos como águas públicas de uso comum. Sobretudo, esse decreto federal demarcava a ilegalidade das medidas propostas pelos “ribeirinhos” em

torno da “lei da pesca”, pois tais medidas poderiam ser denunciadas como uma tentativa de tornar privado o acesso às áreas determinadas pela legislação brasileira como áreas públicas. Nesse sentido, os atores sociais interessados na comercialização do pescado atestavam a ilegitimidade das medidas de setorização dos lagos também com base nesse Código.

Foi tratado no início desse capítulo, conforme os estudos de Boltanski e Thévenot (2006), que para a crítica se tornar legítima é preciso responder a um “imperativo de justificação”. Esse imperativo requer que os repertórios de justificação utilizados pelos atores para denunciar uma situação considerada injusta façam referência a aspectos mais gerais do que os interesses de um indivíduo ou até mesmo de um grupo social. A insatisfação no plano particular, segundo essa teoria, consiste apenas em uma “fonte de indignação” (Boltanski, Chiapello, 1999), e por isso não confere suporte necessário para que a denúncia se torne legítima. Para reverter esse quadro, dizem os autores, é preciso traduzir a indignação em valores suscetíveis de universalização, pois “o espetáculo do sofrimento não conduz automaticamente a uma crítica articulada para dar voz e traduzir o sofrimento individual em termos que façam referência ao bem comum” (*Idem*, pág. 36). É preciso que haja tanto um apoio teórico, quanto uma retórica argumentativa capaz de traduzir a fonte de indignação em uma forma de generalização.

A denúncia contra a “exploração” cometida pelos “pescadores de fora”, com base na justificativa de que os moradores das várzeas dependiam dos recursos dos lagos para sua sobrevivência, não seria o bastante para torná-la aceitável. Os “pequenos pescadores” argumentavam que dependiam igualmente dos recursos pesqueiros para sua sobrevivência. Para esses atores sociais, a pesca se constitui como sua única fonte de renda, ou seja, como meio através do qual é possível garantir o sustento familiar. Então, se o MPL se organizava para garantir o controle dos recursos pesqueiros através da justificativa de que sem o peixe os “ribeirinhos” corriam o risco de ficarem “sem ter o que comer”, os “pequenos pescadores” também argumentavam que dependiam do pescado para sua sobrevivência. A partir das condições socioeconômicas dos “pequenos pescadores”, ambos poderiam ser igualmente considerados como dependentes dos recursos aquáticos. Essa questão por sua vez, não deixou de ser problematizada. De acordo com Esterici (2002):

Pobres eram todos, tanto os moradores da beira dos rios e lagos, quanto àqueles que, passando a morar nas cidades, integravam agora o contingente maior de pescadores que têm, no máximo, uma canoa com motor pequeno (“rabetá”), que não lhes permite percorrer grandes

distâncias e levam consigo uma caixa de isopor com gelo que não conserva o pescado por muito tempo (pág. 54)

Sendo assim, para tornar legítima a sua crítica, o MPL foi requerido a responder às acusações de usarem sua qualidade de “morador do lago” para se beneficiar dos recursos pesqueiros e de agir em desacordo à determinação do Código de Águas. Portanto, a efetivação das soluções apontadas pelo movimento para o fim dessa situação de conflito dependeria de práticas e argumentações que demonstrassem o caráter geral de suas reivindicações. O MPL deveria demonstrar que sua indignação se apoiava em um sentido de justiça capaz de extrapolar o caráter particularista do qual eram acusados.

Emergiu entre os moradores a queixa atrelada à sua insatisfação contra os “peixeiros” que “pescavam dezenas de toneladas de peixes de uma só vez” e contra os “pequenos pescadores” “que invadiam áreas dos lagos onde a pesca comercial era proibida”³⁸. Ambos foram acusados de produzir “estragos” e “desperdícios” do pescado, contribuindo para o quadro de declínio dos recursos pesqueiros. Para tentar regulamentar a atividade pesqueira nos ambientes de várzea, foi visto que as “populações ribeirinhas” buscaram efetuar medidas que restringissem os locais do lago em que a pesca estaria permitida. A “lei da pesca”, discutida no capítulo anterior, se tratava, portanto, de uma medida que tinha como objetivo retomar o poder das “comunidades” sobre o seu território, que estava sendo apropriado de forma irrestrita pelos novos atores da pesca. Mas como tornar aceitável a aplicação dessas medidas de uma maneira que os próprios comunitários não fossem acusados de atender somente aos seus interesses particulares?

O MPL em aliança com as equipes pastorais inseriram moralmente a luta em torno do controle e do manejo das áreas de pesca ao projeto de transformação social da sociedade capitalista. Esses atores acreditavam que a resistência dos “pequenos” colocaria fim à exploração cometida pelos “grandes”. Em aliança com a CPT, o MPL relacionou idealmente as suas ações ao processo de resistência empreendido pelas classes dominadas às novas políticas desenvolvimentistas que avançaram sobre o Estado do Amazonas. Sendo assim, o processo de delineamento dos princípios e valores legitimadores da crítica do MPL ocorreu a partir da idéia de que essa disputa não emergiu apenas dos interesses particulares dos comunitários, mas de interesses gerais, relacionados à luta das populações amazônicas contra a ambição dos “capitalistas”.

³⁸Relatório do II Encontro de Pescadores Artesanais, 1985, CPT/AM.

O sentido conferido às medidas colocadas em prática pelo MPL trazia a ideia de que a luta pela “preservação” dos lagos não era uma luta isolada dos moradores das áreas de várzea. A CPT defendia que o capitalismo era um “problema do ribeirinho e de todo brasileiro”³⁹. Por isso, houve por parte da pastoral o esforço de vincular as medidas de preservação à luta de outros grupos sociais amazônicos, que eram igualmente considerados “explorados”. Consta, por exemplo, nos relatórios dos encontros regionais a intenção de relacionar a organização dos “ribeirinhos” à luta de outros grupos sociais, já que todos tinham um único objetivo: “já temos exemplo de união dos índios e seringueiros, é a luta dos povos da floresta contra os exploradores do nosso povo. O desejo é unir as lutas em vista a uma luta única pela libertação”⁴⁰. Sendo assim, a reivindicação sobre o controle dos recursos pesqueiros foi inscrita à “luta de um Brasil novo”, onde não haveria mais a produção de lucro apenas para uma minoria.

Através dessa ordem de justificação, o sentido de justiça mobilizado pelo MPL se tornou capaz de ascender à generalidade, pois vinculava as ações contra a “pesca predatória” às práticas de outros grupos sociais, que também lutavam contra o “capitalismo”. É possível dizer então que a crítica do MPL não se limitou apenas à relação de exploração denunciada nos ambientes pesqueiros. Segundo a definição observada nos relatórios dos encontros promovidos pela pastoral, essa situação de conflito foi relacionada a uma problemática mais geral. Essa problemática se refere aos efeitos que as políticas de desenvolvimento econômico do Governo Federal produziram não só entre os “ribeirinhos”, mas entre outros povos amazônicos, como os índios e os seringueiros, por exemplo.

Portanto, foi com base nos termos de uma crítica anticapitalista que o MPL buscou construir inicialmente a sua argumentação para legitimar as denúncias contra a pesca comercial e reivindicar a introdução de um plano de manejo nos ambientes pesqueiros. Fazendo referência às ações anticapitalistas, o MPL com o apoio da CPT, buscou se distanciar das denúncias de que queria tornar privada a apropriação de um bem público. Na medida em que esses atores sociais foram acusados de impedir que todos tivessem acesso de igual modo ao uso dos recursos pesqueiros, a mobilização dos valores marxistas foi uma tentativa do movimento de conferir suporte às suas justificações e críticas. A vinculação do movimento dos “ribeirinhos” à luta anticapitalista admitiu a criação de conceitos e esquemas que possibilitaram a articulação da insatisfação individual dos “ribeirinhos” a valores suscetíveis de universalização. No entanto, o fato dos “pequenos pescadores” não ocuparem o papel de

³⁹Relatório do segundo Encontro de Pescadores Artesanais, 1985, CPT/AM.

⁴⁰Relatório do VII Encontro dos Ribeirinhos e Pescadores, 1990, CPT/AM.

“explorador”, já que esse grupo social não é propriamente “grande”, indica a ineficácia da crítica do MPL. Nesse sentido, será discutido mais a frente que o discurso marxista não pôde conferir suporte à tentativa de efetuar os acordos locais.

2.2 – O reconhecimento do “explorado” e do “explorador”

A prática da pesca comercial, bem como os atores que se dedicam exclusivamente a essa atividade foram considerados responsáveis pela situação de exploração vivida pelas “populações ribeirinhas”. Nesse sentido, pesaram fortes constrangimentos morais não somente aos poderosos agentes da comercialização, mas também sobre os “pequenos pescadores”. Apesar das semelhantes condições socioeconômicas compartilhadas pelos “pequenos”, conforme as equipes pastorais pressupunham, as denúncias mobilizadas pelo MPL incidiram sobre os “pequenos pescadores” e os “peixeiros”, reconhecendo-os a partir de uma valoração negativa. Então, com base na sociologia da crítica, será analisado a seguir o processo que consolidou o reconhecimento de um valor positivo à identidade e às práticas dos moradores das áreas de várzea, em detrimento daqueles que foram identificados pelo MPL como “capitalistas da pesca”.

As disputas, conforme Boltanski e Thévenot (2006), são identificadas como um desacordo que se apoia sobre a qualificação das pessoas. A percepção sobre um momento crítico ocorre quando se manifesta uma discordância sobre o valor das pessoas que compartilham uma mesma situação. Os autores postulam então que para retornar ao curso habitual da ação, ou seja, para colocar fim ao momento crítico, a qualidade das pessoas deve ser novamente determinada de forma consistente. O acordo sobre a qualidade dos indivíduos é capaz de acabar com a incerteza que recai sobre eles. Portanto, para alcançar o fim do conflito os atores são obrigados a acordarem sobre os registros convencionais de avaliação que qualificam as pessoas que constituem a situação. Segundo Vandenbergue (2006): “é preciso acordar em uma situação sobre os critérios normativos de julgamento que permite estabelecer a realidade no caso de contestá-la” (pág. 332).

A grandeza das pessoas é medida e avaliada a partir de uma forma de generalidade que permite colocá-las em equivalência e qualificar sua grandeza. Para criticar e esclarecer que algo está ocorrendo de forma errada, os sujeitos que denunciam precisam abolir seus motivos e descontentamento particulares e convergir na direção comum de uma forma de

generalidade. Nesse caso, a referência a essa ordem geral não poder ser construída sem que haja o que os autores nomearam como uma “ordem de grandeza”. Essa ordem pressupõe um “princípio de equivalência” que permite a aproximação entre os atores envolvidos na disputa e a sua qualificação em termos de justiça. Através da forma de generalidade, mobilizada por aquele que denuncia, o caráter justo ou injusto das relações que as pessoas mantêm umas com as outras pode ser estabelecido, assim como suas grandezas. Segundo a sociologia da crítica, as “cidades” fornecem às pessoas:

Os instrumentos de equivalência necessários para que elas possam se colocar em acordo sobre a unidade-referência medindo sua grandeza relativa. Transcendendo a situação, elas oferecem então os padrões de justiça que permitem aos indivíduos definir a situação de disputa e agir em comum. (Vandenbergue, 2006, pág. 334)

De acordo com o modelo das “cidades”, Boltanski e Thévenot (2006) definiram seis “ordens de grandeza” consideradas suficientes para descrever as justificações que funcionam na maioria das situações de conflito enfrentadas pelos atores sociais. Cada uma dessas ordens propõe um princípio de equivalência que permite a classificação do estado de grandeza dos seres (objetos e coisas) com base em um valor específico. As seis “cidades” citadas anteriormente fazem referência a diferentes princípios de equivalência, tais como: eficácia técnica, performance econômica, igualdade cívica, celebridade, confiança e inspiração.

Para citar como exemplo, de acordo com o modelo das “cidades”, o mundo industrial tem o seu princípio de equivalência baseado na “eficiência” das pessoas. No mundo industrial, os seres (pessoas e objetos) são valorizados pela sua eficiência, previsibilidade e produção. Os “pequenos”, por exemplo, seriam os objetos e pessoas que não se submetem às exigências de produtividade, como uma máquina defeituosa ou um trabalhador inconstante. Já o mundo doméstico, para citar um segundo exemplo, tem seu princípio de equivalência baseado na “tradição”, “hierarquia” e “confiança”. Nesse caso, a grandeza dos seres está relacionada à sua posição dentro de uma rede de dependências pessoais. As pessoas mobilizam categorias como o pertencimento a uma família, a tradição ou a herança para classificar os seres e propor um novo ordenamento entre eles.

Desse modo, trata-se de identificar qual o princípio de equivalência mobilizado pelo MPL, segundo a ordem de generalidade acionada pelos “ribeirinhos”. Trata-se, portanto, de

uma investigação acerca da forma de generalidade acessada pelo MPL para avaliar a grandeza dos atores sociais presentes nessa disputa, classificados como “explorado” e “explorador”.

A mobilização política dos “ribeirinhos” é definida como a luta do “explorado contra o explorador”. No entanto, discutimos que essa relação não ocorre através de relações de trabalho. A relação de exploração denunciada pelo MPL se dá através dos efeitos deletérios causados ao meio ambiente pelos “pescadores de fora”. Segundo as denúncias do MPL, os “pescadores” colocam em risco a sobrevivência dos moradores das áreas de várzea, pois são responsáveis pela escassez dos “estoques pesqueiros”, considerados sua principal fonte de alimento. Como a situação considerada injusta não se configura a partir das diferentes condições sócio-econômicas dos atores envolvidos nesse conflito, pois os “pequenos pescadores” também são alvo de denúncias, observa-se que a denúncia de exploração recai sobre aqueles que praticam atividades pesqueiras consideradas predatórias. Assim, observa-se que o princípio de equivalência mobilizado pelo MPL está ligado à sustentabilidade do meio ambiente.

A partir da ordem de justificações acionada pelo MPL, observamos então que o princípio de equivalência que conecta esses atores sociais, permitindo o reconhecimento de seu valor se baseia na noção de sustentabilidade ecológica. Isso significa dizer que os atores sociais em disputa nessa situação de conflito são classificados segundo as consequências deletérias que suas atividades produtivas causam ao meio ambiente. Então, se o princípio de equivalência do mundo industrial é a eficiência, e é partir da capacidade produtiva dos indivíduos que eles são classificados em um momento crítico; é possível dizer que o princípio de equivalência acionado através das operações críticas dos “ribeirinhos” é a sustentabilidade. É através do impacto que as atividades dos grupos sociais envolvidos nessa disputa causam ao meio ambiente que eles têm a sua grandeza avaliada.

Nesse sentido, aquele que possui atividade produtiva considerada de baixo impacto ao meio ambiente foi estimado em detrimento daquele que realiza atividade considerada de alto impacto. Mas deve ser ressaltado, que segundo as denúncias do MPL as atividades consideradas predatórias são classificadas de maneira negativa porque seus efeitos repercutem negativamente sobre a vida dos “ribeirinhos”. Portanto, mesmo que a ideia de sustentabilidade esteja fortemente vinculada ao mundo natural, observa-se que a referência à justiça nessa situação de disputa se remete à situação de risco de fome denunciada pelos moradores das áreas de várzea.

A qualificação dos diferentes grupos sociais envolvidos nesses conflitos ocorre simultaneamente em função da motivação para a realização da atividade pesqueira e em razão da modalidade e da intensidade de captura dos peixes. É com base nesses aspectos que os atores sociais foram classificados entre aqueles que contribuem para sustentabilidade dos recursos dos lagos e aqueles que produzem a sua depredação. Então, a pesca orientada estritamente para a comercialização do pescado, e realizada através de práticas reconhecidas pelo MPL como predatórias é desqualificada moralmente, pois esse tipo de pescaria está associado à diminuição dos “estoques pesqueiros”.

A qualificação negativa dos “peixeiros” e dos “pequenos pescadores” ocorre porque suas atividades produtivas se direcionam em sentido contrário à idéia de sustentabilidade. O fato de esses atores sociais serem acusados de “desperdiçar” o pescado ao descartar os cardumes de peixes que não têm valor de mercado, de retirar toneladas e toneladas de pescado de uma só vez, de pescar em lugares demarcados pelos comunitários como proibidos e de pensarem somente no “ganho” servem como fundamento para a sua qualificação negativa.

Sendo assim, ainda que a CPT buscasse efetuar uma distinção moral entre os “pescadores de fora”, tendo em vista a diferença de suas condições socioeconômicas, esse fato não ocorreu. Isso se deve porque não era o compartilhamento de condições de vida precárias que estava em jogo quando os “ribeirinhos” denunciavam a situação de injustiça vivida no ambiente de várzea, mas a realização de atividades que causavam o declínio dos “estoques pesqueiros”. Desse modo é possível compreender o porquê dos “pequenos pescadores” não serem reconhecidos pelos “ribeirinhos” como seus aliados, ao contrário do que a CPT desejava. Apesar de sua baixa capacidade produtiva, em comparação aos “peixeiros”, eles também foram responsabilizados, segundo o entendimento do MPL, pelo declínio dos “estoques pesqueiros”.

A produção pesqueira destinada estritamente aos mercados passou, portanto, a ser identificada pelo MPL como uma atividade “predatória” e por isso ilegítima. Os atores sociais comprometidos com essa atividade foram acusados de não levar em consideração a diminuição da oferta de peixes e só pensarem no lucro. Assim, em uma entrevista realizada com Sila, ex-coordenadora da CPT, é possível observar como esses valores estavam inseridos no entendimento do movimento sobre as razões da disputa com os “pescadores de fora”:

Naquele período era um conflito porque a CPT queria a preservação de lagos junto com as comunidades. As colônias de pescadores não queriam porque era uma maneira deles capturarem os peixes mais rápido: “Eu tenho que pegar o peixe, eu tenho que vender.” Mas eles

não se preocupavam com outro dia, e a CPT já pensava nisso e as comunidades também já pensavam nisso, nós temos que garantir para ter para sempre, eu não posso garantir só por um momento eu tenho que ter o peixe em outros momentos para dar continuidade nisso. Então houve muita resistência.

Observa-se que a comercialização do pescado no contexto desses conflitos se constituiu como uma atividade econômica desqualificada segundo o valor moral fundado na ideia de sustentabilidade ambiental⁴¹. No entanto, esse fato se torna paradoxal entre os “ribeirinhos”, pois a pesca se constituiu historicamente para eles como uma atividade econômica tradicional. Principalmente durante a seca, estação do ano em que a atividade pesqueira é facilitada pelas características ecológicas desse período, os moradores vendiam nos pequenos mercados locais o excedente de sua produção. O objetivo dos moradores era o de complementar sua renda e ter acesso aos bens industrializados. Mas, a partir do instante em que a pesca comercial foi associada pelo MPL à escassez dos recursos pesqueiros, essa prática, que se somava às outras atividades produtivas dos “ribeirinhos” não deveria mais ser realizada.

Devido à denúncia de que os “pescadores de fora” comprometiam a capacidade reprodutiva dos “estoques pesqueiros”, o MPL passou então a condenar moralmente qualquer tipo de pesca orientada para os mercados, mesmo aquela realizada eventualmente pelos comunitários. Coube às lideranças das “comunidades”, que participavam dos encontros promovidos pelas equipes pastorais, a tarefa de “conscientizar” os comunitários para não se tornarem “predadores”, e ao mesmo tempo, apoiarem à luta pela “preservação”. Com o apoio da CPT, as lideranças das “comunidades” afirmavam que as “invasões feitas por comunitários davam motivos para os barcos invadirem os lagos”⁴². Por isso, os moradores foram incentivados a respeitar as delimitações impostas pela “lei da pesca” de forma a não se tornarem “depredadores”. Consta como exemplo no relatório do V Encontro de Pescadores que no município de Borba os moradores decidiram “pegar o pescado só para alimentação”⁴³. E de igual modo, no “documento dos lagos” realizado em Parintins foi determinado que

⁴¹Contudo, a aprovação da Lei da Pesca no ano de 2002 tinha como um de suas normas o manejo do pirarucu que se convertia em fonte de renda para as populações. Mas nesse caso, a prática comercial estaria assentada em formas sustentáveis de apropriação dos recursos dos lagos e é essa a justificativa dos “ribeirinhos” para legitimar essa atividade.

⁴² Relatório do VIII Encontro de Ribeirinhos, 1991, CPT/AM.

⁴³ Relatório do V Encontro dos Pescadores, 1988, CPT/AM.

“também os moradores estavam proibidos de pegar o peixe para negociar”⁴⁴. As lideranças comunitárias começaram então um trabalho de convencimento dos moradores para “moderar a pescaria”. A explicação dada era a de que o peixe estava acabando e eles iriam precisar desse recurso para sua alimentação.

Conscientes dos efeitos inesperados que a produção pesqueira destinada aos mercados produziria sobre suas reivindicações, a pesca comercial se tornou, portanto, uma atividade proibida para as “comunidades” em que havia os conflitos em favor da “preservação”. Apesar do prejuízo causado devido à impossibilidade de contar com essa atividade como fonte de renda complementar, os comunitários avaliaram que essa perda seria menor do que aquela causada caso não pudessem mais contar com o peixe como seu alimento principal. Durante o trabalho de campo na “comunidade” de Santa Fé, no município de Itacoatiara, foi possível refletir sobre essa questão a partir do que me foi dito por Pernambuco:

A gente pescava, mas não viramos pescador profissional, a gente entendeu que não poderíamos fazer uma coisa dessas. Então, quando a gente parou de pescar para negociar lá fora tudo mudou, nós mudamos e estamos vencendo a batalha. Hoje o lago já está de bom de peixe.

O fato dos comunitários realizarem a pesca só para o seu consumo é entendido como um mecanismo utilizado por esses atores para se tornarem credenciados à realização de sua crítica. A partir de então, se os “pescadores de fora” acusassem os ribeirinhos de que eles também estariam pescando no lago, era respondido, conforme a declaração de um morador de Santa Fé, que “pescar para comer é natural, errado é quando começa a pescar para vender. E isso não é nem questão de lei, mas questão de direito”. A pesca para o consumo e a pesca comercial eram práticas que até esse momento conviviam nos ambientes pesqueiros, mas a intensificação da racionalidade de mercado trouxe mudanças significativas que romperam com essa convivência. A pesca de subsistência, ou artesanal, como também foi tratada, e a pesca comercial entraram fortemente em oposição, passando a representar modos de vida distintos. Nesse sentido, a crítica dos “ribeirinhos” passou a se relacionar à defesa de um modo de vida caracterizado pelo baixo impacto causado ao meio ambiente e pelo fato de que não estava comprometido com “a ganância”, como pode ser visto abaixo, no trecho de uma publicação da CPT:

⁴⁴Relatório do V Encontro dos Pescadores, 1988, CPT/AM.

Pesca artesanal x Pesca comercial: de um lado, os Ribeirinhos e Ribeirinhas querendo garantir a subsistência, o direito de conservar e de preservar os lagos. De outro, os pescadores comerciais pescando de forma predatória e desordenada. Por causa disso, aconteceram muitos conflitos e confrontos. O Ribeirinho e a Ribeirinha defendendo o seu principal alimento, o peixe, e o peixeiro pescando para abastecer os centros urbanos a qualquer custo⁴⁵.

Desse modo, podemos evidenciar a constituição do esquema classificatório mobilizado pelo MPL, que permitiu o reconhecimento distinto dos atores sociais em disputa nos ambientes pesqueiros. A constituição desse esquema, que definiu aqueles que realizam práticas “sustentáveis” e aqueles que realizam a “pesca predatória” se dá por oposição às características das atividades realizadas para fins comerciais e para o consumo. Como poderá ser visto, o MPL evidenciou os aspectos constitutivos da pesca comercial responsáveis, segundo suas considerações, pela escassez dos “estoques pesqueiros” em contraste com a pesca praticada pelos “ribeirinhos”, que passou a ser destinada fundamentalmente para sua alimentação:

Pescadores de fora	Ribeirinhos
Pesca comercial	Pesca para a subsistência
Captura de grandes quantidades de peixes	Captura do necessário para sua alimentação
Inexistência de seletividade do pescado	Seleção do peixe pela idade e período de ovulação
Produção de “estragos” dos recursos da natureza	Respeito à natureza
Ameaça à reprodução dos recursos pesqueiros	Atividade com baixo impacto ao meio ambiente

* * *

Observamos que o princípio de equivalência baseado na ideia de sustentabilidade ambiental foi mobilizado pelo MPL para definir o valor dos diferentes grupos sociais que

⁴⁵ Preservação de lagos, uma experiência ribeirinha, CPT, 2007.

atuam nos ambientes pesqueiros na Amazônia. Entretanto, a mobilização desse princípio, ainda nos anos 1980, adquiriu uma perspectiva distinta em relação ao modo como ele foiacionado após a consolidação do paradigma ambiental na esfera pública. O objetivo inscrito na luta pela “preservação” dos lagos apontava, sobretudo para a garantia dos direitos sociais dos “ribeirinhos”, já que os recursos pesqueiros são considerados a sua principal fonte de alimento. Portanto, nesse instante da mobilização do MPL não foi feita qualquer referência aos efeitos negativos que a diminuição dos recursos pesqueiros trazia a biodiversidade ecológica. O que estava em jogo eram questões unicamente atreladas aos direitos sociais.

Isso significa dizer que inicialmente a noção de sustentabilidade inscrita nesse conflito não focalizou a natureza como elemento implicado com a relação de justiça, ainda que os recursos naturais estivessem no centro das disputas entre “ribeirinhos” e “pescadores”. Um exemplo disso pode ser visualizado na dissertação de uma religiosa e ex-agente da CPT da diocese de Itacoatiara, que analisa a mobilização do MPL da seguinte forma: “parto do pressuposto de que o peixe – alimento básico para a alimentação dos ribeirinhos está desaparecendo. Para preservar a própria sobrevivência, o ribeirinho procura defendê-lo” (Spínola, 1997, pág. 4).

No entanto, a crítica que incidia sobre o processo de transformação e industrialização do setor pesqueiro não produziu a ressonância esperada. A defesa de um modo de vida essencialmente ligado às práticas pouco produtivas (como eram considerados os modos de produção dos “ribeirinhos”, em comparação à lógica desenvolvimentista) não ia de encontro ao projeto de desenvolvimento capitaneado pelo Governo Federal. Segundo Lima (2004), quando os “ribeirinhos” eram incluídos nas agendas políticas do Estado nesse período, “o objetivo era induzir mudanças no seu modo de vida, por não ser considerado adequado aos objetivos de exploração e crescimento econômico” (p.57).

A crítica do MPL nesse período não teve o resultado esperado, ou seja, não conseguiu romper com a lógica desenvolvimentista e se fazer ouvir com base nos termos anticapitalistas. Restringir a realização da pesca comercial a partir do valor normativo mobilizado pelo MPL significava a perda do grande potencial econômico que a malha hidrográfica amazônica oferecia, em lugar de manter um estilo de vida considerado atrasado e inadequado aos objetivos do crescimento econômico. Dessa forma, ao longo dos anos 1980, a pesca intensiva no estado do Amazonas continuou recebendo incentivos fiscais para ampliação da produtividade do setor a despeito do engajamento político dos “ribeirinhos”.

Mas, a partir da década seguinte essa situação de conflito se conformou de outro modo em razão da apropriação das questões e categorias ambientalistas por parte MPL. De acordo com Lima e Pozzobon (2005), a sociedade ocidental consolidou ao longo dos anos 1990 a adoção de um novo referencial científico para se pensar a relação entre as populações humanas e o meio ambiente: a noção de sustentabilidade ambiental. Segundo os autores, esse referencial foi formado por conceitos provenientes da ecologia e da teoria biológica da evolução, além de ser influenciado pelas propostas do movimento ambientalista. As “populações ribeirinhas”, que já faziam uso desse referencial para denunciar as “invasões” dos lagos descobriram sua vocação ambientalista na medida em que a defesa de seu “pão de cada dia” se constituía também como a defesa da natureza. A partir de então, o MPL atribuiu uma nova forma de significação a esse conflito e à noção de sustentabilidade ecológica. O MPL deixou de fundamentar sua crítica através de uma preocupação estritamente social e passou a se referir também aos dilemas da conservação do meio ambiente para denunciar as atividades dos “pescadores de fora”. Os temas ecológicos começaram a aparecer no discurso do MPL, exercendo um efeito catalisador referente à abertura política para as questões reivindicadas pelos “ribeirinhos”.

Como resultado, a depreciação da pesca comercial e daqueles que a praticam deixou de se relacionar apenas ao fato de que essa atividade produzia a situação de exploração dos “ribeirinhos”. No instante em que a natureza foi trazida ao conflito como um ser implicado com a justiça, a capacidade dos atores de “proteger” os recursos pesqueiros foi avaliada também através de uma perspectiva que fazia referência a conservação da natureza. Sendo assim, trata-se de analisar no tópico seguinte a integração dessa nova ordem de justificação à crítica do MPL, que identificou os moradores às causas ambientalistas, e conferiu a eles importantes conquistas. Veremos nesse caso, que a disputa entre “pescadores” e “ribeirinhos”, além de ser compreendida como um conflito entre “explorados” e “exploradores” foi ressignificada pelo MPL como uma luta entre aqueles que “preservam” o meio ambiente e aqueles que o “depredam”.

2.3- Apropriação das categorias ambientalistas: O “explorador” se torna também “depredador” da natureza

Segundo o entendimento da questão ecológica, a partir dos anos 1960 “foi se configurando internacionalmente, e no Brasil, com suas apropriações específicas, uma nova questão pública, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente” (Lopes, 2006, pág.34). Os efeitos da difusão da questão ambiental nos debates públicos fizeram com que grupos sociais desvinculados dessa problemática incorporassem os valores presentes nos discursos ecológicos às suas práticas políticas para denunciar o caráter injusto das diversas situações de descontentamento vividas. De acordo com Fuks (2001), na medida em que os problemas ambientais se tornaram públicos e passaram a ser veiculados individualmente ou por meio de grupos sociais, o ambientalismo deixou de ser monopólio de um grupo restrito para se tornar objeto de domínio público.

Esse processo marcado pela manifestação da preocupação com a natureza pelos mais diversos grupos sociais e setores da sociedade não deixou de ser problematizado pelos teóricos da sociologia da crítica. Lafaye e Théventot (1993) consideram que as coisas e as causas da natureza são cada vez mais invocadas às relações entre os humanos e por isso afirmam que o modelo das “cidades”, mencionado no início desse capítulo, não poderia ignorar a preocupação com o meio ambiente. Os autores avaliaram então a possibilidade da natureza se tornar um modelo de diferentes ordens de justificativa legítima. E afirmaram que a sociologia da crítica deveria considerar a possibilidade de construção da “cidade verde” como a sétima ordem de justificação, ao lado das outras ordens já delineadas por Boltanski e Thévenot (2006).

A atenção conferida por esses sociólogos recai, portanto, sobre a possibilidade das categorias ambientalistas fundarem uma ordem de justificação que poderia ser acessada pelos atores para conferir suporte às suas denúncias. Perguntavam-se então, como a defesa de um bem privado poderia se associar a uma causa planetária? As respostas a esse questionamento trataram da possibilidade de repercussão em cadeia que a ação sobre um ambiente particular pode atingir. Lafaye e Thévenot (1993) concluíram que na medida em que uma ação isolada sobre o meio ambiente pode ser considerada como um perigo à totalidade do planeta, os mundos ecológicos se tornam mais vastos. A capacidade de ampliação dos efeitos resultantes da degradação ambiental de uma localidade específica demonstra que a noção de bem comum

pode emergir das questões relacionadas à preocupação com a natureza. Por isso, os autores afirmam que é possível considerar que o discurso ambientalista seja capaz de fundar uma ordem de justiça pertinente para a fundação de um acordo legítimo. Ou seja, a atenção ao meio ambiente e à sua proteção, na ótica desses atores, permite estabelecer uma ordem de grandeza entre as pessoas e as coisas que povoam a “cidade verde” (pág. 512)⁴⁶.

Os atores sociais cuja organização política estava relacionada de alguma forma à natureza puderam se apropriar das questões ambientais como uma ordem de generalidade, capaz de conferir legitimidade às suas denúncias. Essa nova trajetória percorrida pelos movimentos sociais que vincularam as categorias ambientalistas às suas antigas demandas foi tratada por Lopes (2004) através do conceito de “ambientalização dos conflitos sociais”. Este processo histórico observado pelo antropólogo se refere à maneira pela qual a temática ambiental é inventada e relacionada às tradições específicas dos respectivos campos dos movimentos sociais. Lopes (2006) explica então que:

Os grupos populares se apropriam criativamente de questões e categorias “ambientais” e “externas” ao seu universo habitual, como população pobre “atingida” ou vulnerável. Grupos como pescadores, trabalhadores rurais, “povos da floresta”, operários preocupados com a “saúde do trabalhador” apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecer-se em conflitos com seus eventuais oponentes. (Lopes, 2006, pág. 48)

As operações críticas do MPL foram vinculadas à ideia de justiça social, e nesse caso, suas denúncias se basearam, sobretudo, nos princípios anticapitalistas da teoria marxista. Nota-se, portanto, que até o começo dos anos 1990 foram discutidas predominantemente nos encontros anuais promovidos pela CPT as questões sociais. Até esse período não fora descoberta a vocação do MPL para vincular as disputas nos ambientes pesqueiros à problemática ambiental. O MPL e seus aliados consideravam que a garantia de alimento das “populações ribeirinhas” estava em risco, e era contra essa situação que o movimento deveria se organizar. Mas, na medida em que a preocupação com o meio ambiente se tornou uma questão significativa, as denúncias do MPL se modificaram. Em razão do novo sentido

⁴⁶ No entanto, os autores tratam das dificuldades de estabelecer uma equivalência própria a esta ordem. Nesse caso, discutiremos como os atores sociais envolvidos nessa situação de disputa avaliam a capacidade de proteção ao meio ambiente para distinguir o “grande” do “pequeno”.

conferido aos conflitos com os “pescadores de fora”, o movimento dos “ribeirinhos” passou a ser entendido como uma organização de preservação ambiental. A partir de então, a percepção de que a “pesca predatória” promovia não só o risco de fome entre os “ribeirinhos”, mas também a destruição do meio ambiente foi acionada pelos moradores das áreas de várzea. Nesse caso, a dimensão social que até então adquiriu centralidade sobre a compreensão da situação de conflito enfrentado pelos moradores das áreas de várzea passou a dividir espaço com os valores fundados na ideia de conservação do meio ambiente. Portanto, ao “ambientalizar-se”, ou seja, ao passar de intensos conflitos situados sobre os aspectos relativos às questões sociais, para uma situação de conflito que coloca em jogo a depredação do meio ambiente, o MPL integrou a problemática ambiental à sua crítica.

Esse fato alterou o modo como as “populações ribeirinhas” construíram seu repertório de justificação e o modo como o MPL conduziu suas ações políticas. Antes as equipes de religiosos e leigos da CPT, em conjunto com as lideranças das “comunidades”, buscavam “conscientizar” as “populações ribeirinhas” a “continuar, animar e fortalecer a organização pela preservação de lagos, tendo em vista o repovoamento de peixe e a garantia do alimento”⁴⁷. Mas, a partir da “ambientalização” desse conflito, a luta contra a pesca considerada predatória passou a ser incentivada também como “uma luta que visa à defesa do meio ambiente, dos recursos naturais e dos bens comuns”⁴⁸.

O próprio MPL, e os atores sociais que se posicionavam como aliados dos “ribeirinhos” fizeram uma releitura das ações pela “preservação” dos lagos. Esses atores atentaram para o fato de que ainda anos 1980 o movimento dos “ribeirinhos” já estava preocupado com a conservação da natureza, mesmo que sua motivação expressa não fosse esta:

A CPT já vinha fazendo esse trabalho de preservação a partir do recurso aquático. Se você traça a década de 80, a década de 90 para chegar em 2000, você já tem um avanço. Hoje quando a discussão no nível global é mudança climática, a CPT já vinha fazendo isso na década de 1980. Por quê? Porque quando ela recuperava a beira de lago, a beira de igarapé, a beira do igapó, dizia que tinha que reflorestar de espécie nativa, ela estava contribuindo ambientalmente, mas ao mesmo tempo estava garantindo o peixe. Porque quando você recupera a beira do rio, a beira do igarapé você está plantando árvores frutíferas e o peixe vai comer, vai reproduzir e vai crescer.

⁴⁷ Relatório da XV Assembleia Regional da 1994CPT/AM.

⁴⁸ *Idem*

Então naquela época sem ter o contexto hoje, global da conjuntura, a CPT, mesmo inconsciente, ela já estava trabalhando essa questão do desenvolvimento sustentável de uma forma oculta, acho que era questão conjuntural mesmo. Então ela já vinha trabalhando a questão de mudança climática porque a partir do momento que ela recupera, preserva os peixes, reproduz os peixes, garante os peixes, recupera a água, que as árvores crescem, tem a organização social, os agentes ambientais que estão fiscalizando, tem a comunidade que está se capacitando, se informando tendo em vista uma qualidade de vida maior. (Sila, ex-agente da CPT)

Sem deixar de referir e ainda, priorizar a importância de sua luta para a garantia das condições de vida das “populações ribeirinhas”, a consolidação do paradigma ambiental abriu precedentes para o MPL caracterizar as medidas de “preservação” dos lagos como estratégias de conservação ambiental. As ideias, os símbolos e as práticas de resistência oriunda do universo ambientalista ampliaram o repertório de justificações do movimento. Assim, foi constituído um novo quadro de ação e crítica, na medida em que as questões ambientais forneciam ao MPL novos marcos referenciais significativos e estratégicos. O repertório de justificação do MPL passou a operar sobre uma nova rede de significados entre pessoas e coisas, além de impor outras formas de atribuição de valor aos atores envolvidos nesses conflitos.

Ao ressignificarem os esforços de “preservação” dos lagos como uma luta que visa também à proteção da natureza, as “populações ribeirinhas” passaram a expressar que a importância da luta pela preservação dos lagos não estava contida unicamente na busca da justiça social. Ao contrário, o valor da luta do MPL estava contido de igual modo na responsabilidade pela garantia da conservação do meio ambiente:

Como principal resultado, tivemos em grande parte das comunidades um aumento dos peixes, melhorando a renda familiar e aumentando o tempo das famílias para outras atividades como a roça, o extrativismo e o artesanato. Também percebemos que ao fazermos isso estamos contribuindo com uma preocupação que deveria ser de toda a humanidade: viver em respeito com o ambiente natural.⁴⁹

⁴⁹ Relatório do XVIII Encontro de Ribeirinhos e Ribeirinhas, 2002CPT/AM.

É possível dizer, contudo, que os aspectos da preocupação ecológica emergiram concretamente para o MPL a partir de dois eventos referenciais. Como veremos a seguir, esses eventos elucidarão o processo marcado pela incorporação da preocupação ambiental às antigas questões levantadas pelos “ribeirinhos” nos conflitos vivenciados nos ambientes pesqueiros.

A proposta da “lei da pesca”, como foi visto no primeiro capítulo, foi formulada pelo Irmão Falco, da Prelazia de Tefé, a fim de sistematizar as medidas restritivas impostas pelos “ribeirinhos” às atividades comerciais. Essa “lei” criou um sistema de manejo que estabelece a demarcação dos lagos em três setores: lagos livres, lagos de manutenção e lagos de procriação. No primeiro setor, os “ribeirinhos” e os “pescadores de fora” estão autorizados a pescar. No segundo setor somente os “ribeirinhos” podem pescar, mas só para atender suas necessidades de consumo. E no terceiro setor, nem os “ribeirinhos” e nem os “pescadores de fora” podem pescar.

Durante toda a década de 1980 o MPL encontrou dificuldades em convencer ou “conscientizar” os “pescadores de fora” e até mesmo alguns moradores das próprias “comunidades” a respeitar essas medidas devido à falta de amparo legal sobre as regras de manejo dos lagos. Desse modo, os “ribeirinhos” reivindicavam dos órgãos governamentais a regulamentação do seu plano de manejo a fim de garantir que essas medidas fossem cumpridas. No entanto, discutimos que esses órgãos se posicionaram como aliados dos agentes da comercialização e da industrialização da pesca. Comprometidos com a política de desenvolvimento econômico empreendida pelo Governo Federal, não fazia parte de sua motivação regulamentar as medidas propostas pelos “ribeirinhos”. Restringir a pesca comercial limitaria o grande potencial econômico oferecido pelo setor pesqueiro.

Mas esse quadro começou a se modificar a partir da Constituição de 1988 que introduziu a Lei Orgânica dos Municípios. Essa lei possuía em seu código artigos sobre a defesa do meio ambiente, que conferiram ao MPL os meios legais capazes de assegurar a regulamentação do seu plano de manejo:

Quase todos os municípios do Amazonas colocaram na Lei Orgânica do Município artigos que falam de defesa do meio ambiente. A Constituição Estadual também tem artigos que falam da defesa do meio ambiente. Alguns municípios, inclusive, declararam alguns lagos como

reserva ecológica e pesqueira. Tudo isso é muito bonito. Mas se ficar só no papel não vai prestar⁵⁰

O MPL, assessorado pelas equipes de leigos e religiosos da CPT em diferentes localidades do Estado, começou a relacionar idealmente a luta pela garantia do “peixe de cada dia do ribeirinho” a um esforço de conservação da natureza. O MPL passou a cobrar dos governos municipais a emissão de Portarias que regulamentassem a “lei da pesca” com base nos artigos que tratam da defesa do meio ambiente. Assim, o MPL encontrou na legislação referente à problemática ambiental a possibilidade de que a implantação do seu plano de manejo deixasse de ser uma medida informal, vigente apenas entre os atores sociais envolvidos no conflito, e se tornasse uma medida fundamentada na lei.

A realização da Eco 92 no Rio de Janeiro é outro fato significativo que nos mostra a vinculação da luta do MPL às questões ambientalistas. Em meio às discussões realizadas no Brasil para a realização da Conferência, no Encontro Estadual de Ribeirinhos realizado no ano de 1991 foi traçada a seguinte questão: “E nós, como vamos participar da Eco 92?” Através de um debate entre as lideranças comunitárias que participavam do encontro, houve a formulação de um documento intitulado “Carta dos ribeirinhos do Amazonas”. A leitura desse documento nos mostra que a argumentação ecológica foi acionada ao lado da crítica social com o objetivo de justificar a necessidade de “preservação” dos lagos na Amazônia.

Carta dos Ribeirinhos do Amazonas

Nos dias 25 a 29 de maio de 1992, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, estivemos reunidos em Manaus, 49 ribeirinhos dos municípios de Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antonio do Içá, Tefé, Alvarães, Maraã, Jutaí, Fonte Boa, Coari, Codajás, Anamã, Itapiranga, Silves, Urucará, Boa Vista de Ramos, Parintins, Novo Aripuanã, Anori, Tonantins e Apuí. O objetivo desta nossa reunião foi debater e aprofundar a nossa compreensão sobre a questão da preservação da pesca na Amazônia.

Durante a década de 80, devido a diminuição do peixe, iniciamos a luta em defesa do pescado e do repovoamento de peixes nos lagos e rios. A presença cada vez maior de pesqueiros de grande porte, da prática predatória, do enorme estrago de pescado não nos deixou outra alternativa. As comunidades onde vivemos passaram a se organizar em comissões e comitês locais com a finalidade de impedir a invasão dos lagos e garantir a preservação do pescado.

⁵⁰Preservação de lagos e rios e o repovoamento de peixe, CPT, AM/RR, 1993

Desenvolvimento sustentável

Desde a publicação do documento “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, em 1987, existe uma proposta que vem sendo muito aceita em todo o mundo e que procura combinar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente: é a proposta do DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Ao debatermos a respeito do que significa, para nós ribeirinhos, a proposta de desenvolvimento sustentável nas condições do interior amazônico, decidimos pela seguinte formulação:

Desenvolvimento sustentável significa um processo integrado, do qual fazem parte a dimensão econômica, social, política e educacional.

- Dimensão econômica, na medida em que exige a existência de uma infraestrutura (máquinas, equipamentos, transporte) para o manejo e o processamento adequado da produção ribeirinha e o acesso direto das comunidades ao crédito e ao mercado regional.

- Dimensão social, na medida em que beneficia a população regional, fornecendo uma ampla variedade de produtos, criando uma base de produção e um mercado consumidor integrado e viabilizando a economia familiar e comunitária.

- Dimensão política, na medida em que as comunidades organizadas devem controlar e fiscalizar a produção e a comercialização de seus produtos. Devem também ter o poder de impedir a continuidade da invasão da região por mineradoras, madeireiras, hidrelétricas, etc., assim como o poder de controlar a implantação de quaisquer projetos que afetem o ecossistema e o modo de vida de nossas comunidades. Para tanto deve haver uma legislação que garanta estes direitos das comunidades assim como os direitos com relação à terra, aos lagos e ao manejo ambiental das áreas que habitam. Tal legislação deve também estabelecer um tratamento diferenciado no que toca aos direitos e deveres dos ribeirinhos e os direitos e deveres das empresas que aqui vêm se estabelecer, fixando multas e punições a estas últimas que sejam proporcionais aos crimes ambientais cometidos por elas.

- Dimensão educacional, na medida em que deve ser garantido ao ribeirinho condições para desenvolver suas próprias técnicas de produção e diversificação da agricultura e para que aos nossos filhos seja garantida a escolarização completa, inclusive universitária, voltada para a nossa realidade de vida e fundamental uma conscientização massiva, no campo e na cidade, a respeito da necessidade de se estabelecer uma relação harmônica e respeitosa com a natureza.

Desenvolvimento sustentável, para nós ribeirinhos, exige a articulação de todas estas dimensões, num processo em que as comunidades organizadas nos lagos e nos rios são o sujeito político que garante um desenvolvimento regional combinado com o pleno respeito à natureza da Amazônia.

Nossa proposta de preservação

Desde 1985 possuímos uma proposta clara e definida de preservação da pesca. Essa proposta consiste na seleção de lagos de procriação, lagos de manutenção e lagos livres:

- 1- Lagos de procriação (sagrados, santuários) – são aqueles intocáveis, reservados para a reprodução das espécies e repovoamento dos demais lagos, em que a pesca é terminantemente proibida por tempo indeterminado. Para a seleção desses lagos obedecemos a certos critérios, tais como: cobertura vegetal nas margens dos lagos, cobertura vegetal de no mínimo, 20% da superfície do lago, profundidade acima de 1,5 metros e variedade de peixes.
- 2- Lagos de manutenção – são assim denominados porque se destinam à subsistência das nossas famílias. Nestes a pesca só é permitida com o uso de utensílios artesanais, tais como caniço, arco e flecha, arpão, tarrafa, espinhel, não é permitido a comercialização do pescado.
- 3- Lagos livres – são aqueles destinados à pesca comercial, dentro dos limites estabelecidos pela legislação municipal e pelas comunidades ribeirinhas, onde armadores e pescadores artesanais capturam o peixe para o abastecimento da população urbana. São livres para a pesca comercial embora se exija que seja cumprido aquilo que já está previsto na legislação em vigor quanto ao tamanho do pescado, período da desova e tamanho de malha para cada espécie de peixe.

Essa proposta vem sendo desenvolvida com resultados animadores, havendo regiões em que o repovoamento do peixe está facilitando a captura para subsistência. Este sucesso, no entanto, desperta cobiça daqueles que vêm nesses lagos a fonte de lucros fáceis.

Propostas e compromissos

Para que esta nossa proposta básica seja viabilizada dentro de um contexto mais amplo, de desenvolvimento sustentável na região amazônica é necessário:

- Estudarmos e divulgarmos as leis de âmbito federal, estadual e municipal relacionadas com a questão ambiental, com o objetivo de darmos força e forma de lei aos acordos comunitários de preservação;
- Ampliarmos o trabalho de conscientização com relação à preservação do meio ambiente em todas as áreas, formando grupos nas comunidades, utilizando os meios de comunicação social e atuando junto às escolas e entidades da sociedade civil;
- Reivindicarmos o apoio técnico, educacional, de infraestrutura e financeiro necessário para a produção, diversificação da produção e comercialização dos produtos na nossa própria região;
- Reivindicarmos que seja reconhecido, inclusive pela legislação e pelos órgãos públicos, o poder fiscalizador das comunidades sobre as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas preservadas;
- Realizarmos encontros por região, envolvendo o conjunto de ribeirinhos, com a presença das entidades que apoiam a luta pela preservação;
- Realizarmos seminários com as entidades de apoio para debater as propostas das comunidades com relação à preservação dos recursos pesqueiros e do meio ambiente como um todo;

- Resgatarmos a nossa história, a nossa cultura e as práticas tradicionais das comunidades ribeirinhas;
- Lutarmos pela demarcação de reservas para a proteção dos ecossistemas formados por lagos de procriação, lagos de manutenção e áreas de moradia e trabalho dos ribeirinhos, garantindo-nos o direito de posse;
- Criarmos uma organização para a mobilização conjunta dos ribeirinhos na questão da preservação, para a defesa coletiva frente à expulsão e para a conscientização das comunidades ribeirinhas.

Através destas propostas e compromissos nós, ribeirinhos do Estado do Amazonas, nos colocamos, junto com os povos indígenas, como os sujeitos fundamentais da causa pela preservação do meio ambiente e pela defesa da vida na região amazônica.

Manaus, 29 de Maio de 1992.

Fonte: Arquivo CPT/AM

A partir da leitura desse documento destinado aos participantes da Eco 92, observa-se a aproximação do movimento dos “ribeirinhos” aos dispositivos de uma crítica ecológica. Os atores sociais reivindicaram nesse documento o controle dos recursos naturais, visando não só a garantia de sua alimentação, mas visando também o direito de controle sobre “quaisquer projetos que afetem o ecossistema”. Diferentemente do período anterior em que a reivindicação sobre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros se fundava na preocupação com as condições de vida das “populações ribeirinhas”, as questões advindas das “invasões dos lagos” voltou-se para a construção de valor sobre os bens ecológicos. A incorporação de categorias ambientalistas demonstra, sobretudo a adequação da participação do MPL no fórum e nos mostra a capacidade desses atores de justificar suas denúncias a partir dos valores ambientais.

Então, ao lado das categorias concernentes à *crítica social*, como a ideia de exploração, justiça social, liberdade, opressão, classe social, as categorias ambientalistas foram capturadas e instrumentalizadas pelo MPL, conferindo um novo modelo de crítica. Nesse sentido, o MPL passou a definir como os objetivos maiores de sua luta a:

- Organização;
- Conscientização do pescador;
- Ter um futuro melhor;
- Lutar em conjunto para que os lagos e rios voltem a ter fartura;
- Acabar com os conflitos;
- Recuperar toda espécie de vida que está sendo extinta;
- Valorizar a todos;
- Preservar o equilíbrio ecológico;

- Controlar a ação destruidora que está sendo praticada com a natureza;
- Dar esperança ao povo que mora no interior para permanecer lá.⁵¹

Observa-se então que se o objetivo inicial do MPL era o de “preservar” os lagos para o consumo dos ribeirinhos, posteriormente, o quadro discursivo do MPL passou a fazer referência de igual modo à busca de respostas sobre como desenvolver a Amazônia sem prejudicar o meio ambiente. Os objetivos sublinhados acima explicitam o processo de auto atribuição por parte do movimento de que sua luta, além de garantir a fonte de alimento dos “ribeirinhos”, garante ao mesmo tempo o cuidado com a natureza.

No entanto, os “ribeirinhos” também foram caracterizados como protetores da natureza por parte de outros atores sociais que não faziam parte de sua organização. O processo de classificação auto atribuída se tornou igualmente um processo imposto por atores externos como ONG ambientalistas, universidades, órgãos de proteção à natureza, quando estes de igual modo classificaram as ações do MPL como medidas de conservação da natureza.

No encontro regional realizado no ano de 1999, Hamilton Casara, superintendente do IBAMA nesse período, disse: “sentimo-nos na obrigação de estar aqui presentes pela parceria com a CPT e também pelo trabalho fundamental que vocês vêm fazendo e que caracterizo como verdadeira estratégia de conservação da natureza.” Nesse mesmo encontro, Marina da Silva, então senadora da República pelo Partido dos Trabalhadores, proferiu em sua palestra o seguinte: “aqui tem um modelo que preserva o meio ambiente, que tem crescimento econômico e que faz justiça social, basta que se tenha compromisso em implementar essas propostas e, com certeza, o quadro pode mudar”.

As ações praticadas pelo MPL já existiam antes mesmo da década de 1970 em um nível precário de organização. Ao longo da década seguinte o prosseguimento dado às medidas levadas a frente pelas “comunidades ribeirinhas” em aliança com a CPT culminou na formação do MPL. As “populações ribeirinhas” de diferentes municípios do Estado passaram a lutar em seus locais de moradia pela “preservação” dos lagos. Os objetivos do MPL, contudo, permaneceram os mesmos ao longo de sua existência. O seu principal interesse continuou sendo a tentativa de exercer controle sobre o uso dos ambientes pesqueiros, a fim de impedir que sua fonte de alimento venha a faltar. Então, me pergunto

⁵¹Relatório do VIII Encontro Estadual de Ribeirinhos, 1990, CPT/AM.

como pensar esse processo marcado pela ressignificação da organização política dos “ribeirinhos”, que desde os 1990 passou a se ver e a ser vista como uma organização ambientalista, se a sua motivação continuou a mesma?

Segundo o estudo clássico de Émile Durkheim e Marcel Mauss em *As Formas Primitivas de Classificação*, 1999, nosso espírito não traz elaborado em si o protótipo dos quadros elementares de classificação. Desse modo, deve ser compreendido que os modelos de classificação são de natureza social. Conforme os autores, os seres e as coisas não se apresentam por si mesmos, ao contrário, suas classificações são modeladas segundo sistemas sociais complexos que tornam inteligíveis as relações existentes entre eles. A partir desse entendimento, observa-se que no momento em que o MPL passou a se apropriar das categorias relacionadas à questão ambiental as transformações ocorridas se deram plano das operações classificatórias. Como os seres e as coisas não possuem qualidades intrínsecas, não era preciso que as ações do MPL se modificassem para que fossem classificadas como práticas ambientalistas. A marca ecológica vinculada a esses atores ocorreu a partir da nova forma de representação social do movimento, que fora imposta e auto atribuída devido à mobilização de uma justificação ecológica.

Em adição a essa perspectiva trata-se de pensar em outra problemática que nos ajuda a compreender melhor o processo de conversão do MPL ao ambientalismo. Foucault (1987) nos informa que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e na superfície do solo, lancem sua primeira claridade” (pág. 51). A partir dessa citação entendemos que a maneira como as “coisas” são modeladas se reduz ao que pode ser dito. Então, é preciso ter em mente que nos anos 1980 as categorias ambientalistas não articularam no Brasil o campo do discurso, conforme fizeram na década seguinte. Foi a partir dos anos 1990 que a natureza foi colocada como um objeto de discurso amplamente disseminado na esfera pública. Sendo assim, como o MPL poderia ter uma percepção a respeito dos conflitos nos ambientes pesqueiros marcada pela imagem ambientalista, se a ideia de crise ambiental não havia sido constituída como uma questão pública até esse período? Observa-se, portanto, que a vinculação desses conflitos às questões ambientalistas por parte dos “ribeirinhos” e por outros setores da sociedade só pôde se efetuar na medida em que essas questões se apresentaram legitimamente como formas de enunciação.

2.4 - A estima das práticas sustentáveis com base em critérios ecológicos

A incorporação dos critérios ecológicos como um valor moral produziu um novo reconhecimento dos grupos sociais envolvidos nesses conflitos e repercutiu de forma positiva sobre as estratégias do MPL. Com vistas à conquista do direito de exercer controle sobre as áreas de pesca, a justificativa ecológica conferiu maior legitimidade à sua ação. Observamos que a estima da “pesca de subsistência” e daqueles que a praticava, em detrimento da “pesca comercial” e dos atores comprometidos com essa atividade, adquiriu reforço a partir do processo de “ambientalização” dos conflitos nos ambientes pesqueiros.

As noções em torno do princípio de equivalência baseado na sustentabilidade ambiental se relacionaram também à garantia da conservação do meio ambiente. Por conseguinte, as disputas empreendidas pelo MPL assumiram novos contornos morais. Nesse caso, a tentativa das equipes pastorais de criar vínculos entre os “pequenos” fracassou definitivamente. A vinculação das disputas nos ambientes pesqueiros às questões dos direitos sociais permitiu que os as “populações ribeirinhas” e os “pequenos pescadores” fossem reconhecidos pela CPT como pertencentes à classe explorada, mesmo que o MPL desconsiderasse essa classificação. Mas, a partir do novo sentido conferido a esses conflitos esse reconhecimento se tornou impossível.

No transcurso dos conflitos nos ambientes pesqueiros, a falta de consenso entre os “pequenos pescadores” e os “ribeirinhos” prevaleceram a despeito dos esforços das equipes pastorais de promover a união entre esses dois grupos. A partir da desqualificação das atividades comerciais com base na *crítica socioambiental*, as posições contrárias entre esses atores se tornaram irreconciliáveis. Como constata Esterici (2002) a partir dos anos 1990 a CPT deixou de incluir os “pequenos pescadores” nos encontros anuais e isso se expressa nos próprios títulos dados a esses encontros:

“As equipes da Igreja tentaram no início, fazer dialogarem os dois segmentos. Os nomes dos encontros convocados a partir de 1983 refletem a busca de ajustamento entre o projeto inicial e as alternativas posteriores: I. Encontro sobre a pastoral da pesca; II. Encontro de pescadores artesanais; III. Encontro dos pescadores; IV. Encontro dos pescadores; V. Encontro dos pescadores e ribeirinhos; VI. Encontro dos ribeirinhos e pescadores; VII. Encontro dos

ribeirinhos e pescadores. É interessante notar que quando aparece apenas o nome pescador é porque a Igreja se propunha a pensar todos como pescadores, porque esta é reconhecidamente uma atividade a que todos se dedicam em alguma medida, porque na época, a Comissão Pastoral da Pesca – CPP era já uma referência importante, em outros estados do Norte e do Nordeste. A partir do encontro realizado em 1991, no entanto, a opção foi feita noutra direção e a Igreja passou a trabalhar somente com os *ribeirinhos*”. (pág. 49)

O processo de reclassificação dos “ribeirinhos” e dos “pequenos pescadores” foi também estudado pela autora. Observa-se em seu trabalho que a implantação de projetos e políticas públicas na Amazônia que buscavam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de medidas visando à conservação dos ecossistemas levou a uma nova concepção sobre os segmentos sociais afetados por esses projetos e sobre suas práticas. De acordo com a autora, se muitos segmentos de pequenos produtores foram valorizados ao longo desses processos, incorporando, positivamente, a dimensão ecológica às suas identidades, para outros segmentos os critérios ecológicos passaram a pesar muito mais como fator de discriminação negativa, ou mesmo, como fator de exclusão com relação a práticas e políticas sociais (Esterci, 2002).

Os autores que investigaram a possibilidade de delineamento da “cidade verde” disseram que o “grande”, segundo esse princípio de equivalência, é aquele que é ecológico, e nesse sentido, é considerado ecológico “aquele que por suas ações provarem sua preocupação com o meio ambiente e promoveram sua proteção” (Lafaye; Thévenot, 1993, pág. 512). A partir da mobilização desse princípio por parte do MPL, as “populações ribeirinhas” e os “pequenos pescadores” foram reconhecidos respectivamente como “protetores” e “depredadores” da natureza. Nesse caso, os “ribeirinhos”, como vários autores têm posto em evidência, foram tratados como “tradicionais” e aliados dos atores cujas práticas são consideradas menos lesivas ao meio ambiente. E os pescadores foram tratados como “depredadores” e não interessados na conservação⁵².

⁵²Nesse contexto histórico, os “ribeirinhos”, ao lado de outros segmentos sociais de pequenos produtores foram identificados como “populações tradicionais”. Segundo Esterci (2002) esse termo se refere aos povos ou grupos que, vivendo em áreas periféricas à nossa sociedade, em situação de relativo isolamento face ao mundo ocidental, capitalista, construíram formas de se relacionar entre si e com os seres e coisas da natureza muito diferentes das formas vigentes na nossa sociedade.

Observa-se, portanto, que a nova ordem de justificação mobilizada pelo MPL acentuou a diferenciação moral entre os “pequenos”. Como resultado, as novas parcerias que passaram a existir entre o MPL e entidades ambientalistas excluíram os “pequenos pescadores” das agendas de políticas públicas para a conservação do meio ambiente. Diferentemente dos “ribeirinhos” esses atores não tiveram o seu modelo de apropriação dos recursos naturais caracterizados como sustentáveis. Conforme os estudos de Sousa (2005) em sua dissertação de mestrado sobre as disputas nos ambientes pesqueiros em Tefé (AM), os “dominados” se dividiram e os “pequenos pescadores” não conseguiram ainda realizar a travessia entre os modelos de desenvolvimento.

No entanto, conforme observei durante a realização do trabalho de campo em Itacoatiara (AM), os “pescadores” não deixaram de questionar o reconhecimento positivo conferido às “populações ribeirinhas”. Esses atores continuaram entendendo que as regras de manejo do lago se constituíram como privilégios concedidos aos “ribeirinhos”. Mas essa questão deixou de ser o foco da denúncia. Os “pescadores” se apropriaram das questões de seus opositores e reivindicam para si a posição de “preservador”. Portanto, no município de Itacoatiara esses grupos sociais vivem uma disputa no plano discursivo sobre quem possui práticas menos predatórias ao meio ambiente.

Com base nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo foi possível observar que há o esforço por parte de “ribeirinhos” e “pescadores” de dar provas e justificativas de que suas atividades econômicas ou os seus modos de vida garantem a sustentabilidade ecológica. O objetivo desses atores sociais é, portanto, o de engrandecer-se de acordo com os princípios da “cidade verde” que afirmam que a valoração positiva dos indivíduos está relacionada à capacidade de contribuir para a proteção do meio ambiente.

Os trechos das conversas realizadas em Itacoatiara com os “ribeirinhos” da “comunidade” de Santa Fé e com os afiliados da colônia de pescadores do município, que citarei a seguir, nos informam que ambos os grupos sociais estavam interessados em provar à pesquisadora que suas atividades não contribuíam para a “deprecação” do meio ambiente. Desse modo, enquanto os “ribeirinhos” diziam que:

Os pescadores chegavam ao lago e pescavam o quanto podiam, eles não tinham limites para tirar os peixes dos lagos, eram caixas e mais caixas de isopores que um só pescador levava daqui, indo e voltando até o porto o dia todo e a gente não faz isso, a gente pega o peixe para o almoço e para a janta. A gente sabe que se pegar mais do

que isso estraga, porque não temos geladeira, não temos como guardar o peixe (Seu Nelson – morador de Santa Fé).

Os “pescadores”, em contrapartida, defendiam a tese de que sua atividade tinha menos impacto do que a dos “ribeirinhos”:

A gente não causa impacto no meio ambiente, pois diferente dos ribeirinhos, a gente não caça, a gente não derruba a floresta para construir casa ou para criar gado. O que a gente faz é ficar algumas horas pescando e depois voltamos para a cidade sem derrubar nenhuma árvore. A menor destruição está na pesca. O pescador não capina, não desmata, não causa danos porque o cara que pesca tem educação de preservação. (Jânio – Presidente da colônia de pescadores de Itacoatiara).

A nova concepção de bem comum e justiça mobilizada nesse conflito levou os “pescadores” a responder às acusações que recaíam sobre eles em termos diferentes daqueles vistos anteriormente. Como passou a existir outra ordem de justificação orientando as críticas do MPL, os “pescadores de fora” constroem atualmente suas denúncias com o objetivo de se legitimar como “preservadores da natureza,” ao lado ou no lugar dos moradores das áreas de várzea. Desse modo, as “populações ribeirinhas” são acusadas pelos “pescadores” de serem os “verdadeiros depredadores”. Portanto, o que passou a ser questionado pelos pescadores não foi o privilégio sobre os recursos pesqueiros, mas se eles estavam realmente credenciados a serem considerados “preservadores” do meio ambiente.

Observa-se então que os “pescadores” refutam a valoração positiva dos “ribeirinhos” através do questionamento sobre quem protege mais os recursos da natureza: os “ribeirinhos” que vivem nos ambientes de várzea, caçando, abrindo roçados, despejando resíduos nos lagos, ou os pescadores das cidades que só passam algumas horas nas áreas de pesca e depois voltam para suas casas sem derrubar uma árvore sequer?

Considerando as acusações feitas às “populações ribeirinhas”, poderíamos supor a pertinência desse julgamento. Na medida em que essas denúncias recaem sobre o fato dessas populações “derrubarem a floresta” ou “caçarem animais silvestres”, seria possível associar

essas atividades a um modo de vida que produz a “depredação” da natureza⁵³. No entanto, as atividades produtivas dos “ribeirinhos” são consideradas legítimas em razão de serem orientadas por um modelo de apropriação da natureza considerado sustentável. Além disso, é também levada em consideração a dependência desse grupo social em relação aos recursos naturais:

O caboclo tem a família para sustentar, ele não tem opção, vai derrubar madeira para vender, tudo que tiver ele vai fazer porque é para a sobrevivência dele. (João Vieira – Presidente do IBAMA de Itacoatiara).

Para os moradores das áreas de várzea, não haveria outras fontes de consumo senão os recursos da natureza. Por isso, são permitidas a eles, por exemplo, a retirada de pranchas de madeira da floresta, a abertura de campos para dar lugar à criação de gado, a caça de animais silvestres, etc. Mesmo que algumas dessas atividades produtivas sejam classificadas por outros atores sociais como “predatórias” ou possam até mesmo ser proibidas por leis ambientais, as “populações ribeirinhas” não encontram impedimentos para sua realização. O que prevalece, portanto, como código regulador das atividades dos moradores das áreas de várzea é muito mais uma lógica da prática do que uma lógica jurídica sobre a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, além da perspectiva de que as técnicas produtivas desses atores sociais possuem baixo impacto sobre o mundo natural, a sua condição de morador das áreas de várzea e dependente do uso da natureza para sua sobrevivência também conferem legitimidade às suas atividades de exploração dos recursos naturais.

Portanto, o modelo de uso e apropriação da natureza segundo a *crítica socioambiental* do MPL é considerado legítimo desde que não seja motivado unicamente pelo lucro e desde que não seja considerado uma atividade que ameace a sustentabilidade ecológica. De acordo com essa perspectiva, não se trata de pensar em ambientes intocados para que eles estejam protegidos. Por isso, a lógica expressa pelos “pescadores”, que afirmam que diferentemente dos “ribeirinhos”, eles “não mexem na natureza” não condiz com a crítica acionada pelo MPL e seus aliados. A noção ambientalista dos “pescadores” considera que quanto menor o número de atividades realizadas sobre o mundo natural, menor é a pressão antrópica, que ameaça a conservação da biodiversidade. Mas os “ribeirinhos” consideram que não são

⁵³Sobre as práticas agrícolas dos pequenos produtores na Amazônia, chegaram a concluir que essas atividades consistiam em técnicas rudimentares que exigia a constante destruição das matas em decorrência do sistema de rodízio de terras.

propriamente as atividades produtivas dos homens que comprometem a sustentabilidade ambiental, mas sim a forma como essas atividades são desenvolvidas. O MPL defende, portanto, a possibilidade do desenvolvimento de técnicas produtivas que não oferecem impacto deletério sobre os ambientes naturais.

A percepção a respeito da conservação da natureza é construída pelo MPL a partir da ideia de exploração sustentada dos recursos naturais, e não a partir da existência de uma natureza intocada. Sendo assim, ainda que as práticas dos “ribeirinhos” tivessem sido consideradas predatórias por determinados setores da sociedade, não foi essa a perspectiva que prevaleceu no contexto das disputas nos ambientes pesqueiros. Ao contrário, essas populações foram entendidas como portadores de uma prática que assegura a capacidade reprodutiva dos recursos naturais.

Esse fato ocorreu no momento em que a introdução do tema ambiental no debate sobre as políticas econômicas desenvolvidas na Amazônia tornou as chamadas populações tradicionais donas de um projeto que garante e visa à proteção do meio ambiente. De acordo com Esterci; Ferreti e Ramalho (2009) esse processo está incluso em um momento globalizado e ambientalizado da Amazônia, que passou a entender os segmentos sociais de pequenos produtores da Região como aliados e protagonistas de projetos que propõem outro tipo de desenvolvimento. Segundo os autores, esses projetos “visam à preservação dos ecossistemas e à exploração sustentada das riquezas, com respeito às populações que conhecem formas de manejo e podem, sob condições favoráveis, trabalhar no sentido da sua conservação” (pág. 8).

2.5 - A “socialização das questões ambientais”

O MPL, que anteriormente se voltou para as instituições tradicionais de luta dos movimentos sociais, tais como os partidos políticos e os sindicatos dos trabalhadores rurais, começou a buscar alianças entre as entidades preservacionistas. Os esforços do movimento, em aliança com a CPT, se concentraram na busca de apoio dos órgãos governamentais de proteção ambiental, de universidades, de ONGs, além de recorrer à legislação brasileira referente à proteção do meio ambiente. Nesse sentido, a qualificação dos “ribeirinhos” como “preservadores” da natureza e o estabelecimento de parcerias com essas instituições

garantiram ao MPL a conquista de sua principal reivindicação: a normatização da “lei da pesca”.

As diretrizes e as prerrogativas da legislação brasileira referente à conservação do meio ambiente permitiram a aproximação do movimento aos órgãos governamentais de fiscalização ambiental e assim, a ação política para que o seu plano de manejo adquirisse respaldo jurídico finalmente se tornou efetiva. Nesse sentido, a lei, enquanto “expressão e consolidação de princípios que ascendem à esfera pública” (Fuks, 2001, pag. 71), tendo correspondido às novas questões trazidas pelos ambientalistas, contribuiu para a legitimidade do modelo dos “ribeirinhos” de gestão comunitária dos recursos pesqueiros.

Observa-se, no entanto, que se houve a construção do diálogo entre os “ribeirinhos” e as instituições governamentais, isso se deu também em função das transformações pelas quais as diretrizes do Estado brasileiro referentes à problemática ambiental passaram. Em final dos anos 1980, os antigos órgãos ambientais⁵⁴ que estavam atrelados às políticas de desenvolvimento econômico foram extintos e em seus lugares foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. No ano de 1989, essa instituição surgiu como um novo órgão dedicado ao controle dos recursos naturais, mas, a partir de uma perspectiva distinta, na medida em que passou a conferir atenção à capacidade reprodutiva dos recursos naturais. Essas modificações permitiram a abertura de novos canais para a expressão política dos grupos sociais que vincularam os critérios ambientais às suas lutas.

Com referência a esse fato, segundo Alonso; Costa; Maciel, (2007), três fatores são responsáveis pelo aumento das possibilidades dos grupos expressarem suas demandas na arena pública:

Primeiro, pelo aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder. Segundo, por mudanças no estilo de interações políticas entre o Estado e os movimentos sociais, especialmente a redução da repressão a mobilizações. Terceiro, pela presença de aliados

⁵⁴ O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.

potenciais, como movimentos sociais, partidos políticos, mídia e elites dissidentes. (Alonso, Costa, Maciel, 2007, pág. 153)

Sobre o conflito tratado nesse estudo, cabe ser discutido o segundo aspecto observado pelos autores. Devemos pensar que na medida em que a emergência do paradigma ambiental na esfera pública transformou o modo como o Estado se relacionava com as questões ecológicas, a interação entre o MPL e os órgãos de fiscalização ambiental igualmente se modificaram, abrindo a possibilidade de entendimento entre eles.

Como foi discutido anteriormente, a situação anterior à criação do IBAMA não tornava propício o diálogo entre o MPL e os órgãos governamentais. Com relação à adesão conferida pelos antigos órgãos à luta dos moradores das áreas de várzea, Jorge Luis, vice coordenador da CPT, nos explica que:

Um fator importante que vale a pena ressaltar em qualquer conversa é que as comunidades promoveram vários encontros, várias reuniões chamando os órgãos governamentais para a discussão. Em Tefé o IBDF e a SUDEPE era os fortes opositores da luta. Eles faziam oposição, dizendo que não, que os ribeirinhos não eram organizados, que a lei dizia outra coisa e que essa luta não tinha nenhuma legalidade jurídica, que era uma coisa inventada pelos ribeirinhos.

A falta de convergência entre as medidas levadas a frente pelos “ribeirinhos” e o papel desempenhado pela SUDEPE, cuja principal atribuição era a de contribuir para o aumento da produtividade pesqueira, explicam a inexistência de diálogo do MPL com instituições governamentais. Então, se a SUDEPE tinha como um de seus objetivos principais a concessão de isenção fiscal às indústrias pesqueiras e a ampliação do mercado consumidor dos grandes centros demográficos e das cidades do interior (Borges, 2008); o IBAMA, diferentemente, tem como uma de suas atribuições o monitoramento ambiental contra ações como o desmatamento, o esgotamento dos recursos naturais e a promoção de educação ambiental. Assim, de acordo com o histórico oficial do próprio Instituto, sua criação foi:

O ápice de um longo caminho de articulação e conscientização, que teve como pontapé, se não inicial, mas, pelo menos, mais forte, a participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Após Estocolmo, houve muita pressão da sociedade e internacional para que o Brasil passasse a fazer a gestão ambiental de forma integrada.⁵⁵

A abordagem sobre o meio ambiente a partir de então levou em consideração a idéia de que os sinais de devastação dos recursos naturais deveriam pesar contra políticas públicas fortemente atreladas ao desenvolvimentismo, conforme o caso brasileiro. Nesse sentido, foi observado que o governo brasileiro começou a ceder às pressões de ambientalistas nacionais e internacionais contrárias às políticas de desenvolvimento econômico que não levavam em consideração a degradação do meio ambiente.

Portanto, ao contrário dos antigos órgãos, acusados nas entrevistas feitas e nos relatórios dos encontros regionais organizados pela CPT, de serem “inimigos da preservação”, o IBAMA, desde a sua fundação, foi adquirindo grande relevância para o movimento dos “ribeirinhos”. Cabe ressaltar, que ao avaliar a importância do Instituto para a conquista de respaldo jurídico ao seu plano de manejo, o MPL, com o apoio da CPT não deixou de tomar consciência sobre esse fato. No encontro organizado pela pastoral no ano de 1992 consta, por exemplo, o alerta às “populações ribeirinhas” para o fato de que o IBAMA deveria ser transformado num aliado da “preservação” dos lagos. Observa-se, portanto, que a CPT direcionou os “ribeirinhos” a recorrer ao plano legal-institucional como estratégia para lutar pelo que é considerado como seu direito legítimo: o controle sobre os ambientes pesqueiros.

A partir de então, o IBAMA se colocou à favor das “populações ribeirinhas”, pois acreditava que suas medidas de “preservação” se constituíam como formas efetivas de conservação da biodiversidade. De acordo com a discussão desenvolvida por Fuks (2001), de que a entrada em cena de novos atores é um dos meios mais eficazes para se alterar a correlação de forças original, e, conseqüentemente, reorientar o desfecho do conflito, a nova parceria com o Instituto garantiu importantes conquistas para o MPL. O IBAMA foi responsável pela legalização de algumas das medidas restritivas à pesca comercial capitaneadas pelo MPL. Nesse caso, se essa aliança não colocou fim às disputas entre os atores sociais envolvidos com a pesca, elas conferiram ao movimento critérios de legitimidade

⁵⁵<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>

e legalidade para fazer valer suas medidas de regulação dos ambientes pesqueiros e de representar o papel de “preservadores” do meio ambiente.

Com o apoio conferido pelos órgãos governamentais e com as novas leis de proteção da natureza que constavam na Constituição de 1988, as propostas de setorização dos lagos se tornaram oficiais. Contudo, cabe ressaltar que esse fato não ocorreu em todas as localidades onde havia a organização do MPL. Mas em alguns Municípios, a emissão de Portarias emitidas pelo IBAMA ou pelas prefeituras regulamentou o plano de manejo dos “ribeirinhos”, que até então era tratado apenas de maneira informal entre os grupos sociais que atuavam nos ambientes pesqueiros.

Em dezembro de 2002 foi lançado pelo IBAMA uma Instrução Normativa aprovando a “lei da pesca” em decreto federal, através de um programa chamado “Acordos de Pesca”. A emissão de Portarias, conseguidas muitas vezes através de abaixo-assinados entre os comunitários, deu lugar a esse novo programa. As resoluções para a atividade pesqueira passaram a ser formuladas através das reuniões que deveriam ser realizadas nas “comunidades” com a presença dos diversos atores interessados nas questões relativas à pesca e com o acompanhamento de técnicos do Instituto.

Por meio das discussões realizadas entre esses atores sociais, as resoluções prescritas sobre quais espécies podem ou não ser pescadas; sobre quais os setores dos lagos permitidos para a atividade comercial; sobre a quantidade de peixe que pode ser pescada e que utensílios de pesca devem ser utilizados são sistematizadas na forma do “acordo”. Essas resoluções são levadas para a aprovação do Ministério Público e entram em vigor no lago. Após a vigência do acordo, os “pescadores” que deixam de atender às resoluções estabelecidas, além de serem identificados como “invasores”, “exploradores”, “depredadores”, foram identificados também como “infratores”. E o não cumprimento das exigências prescritas resulta na aplicação de multas e na apreensão dos apetrechos de pesca.

No ano de 2001, o trabalho dos “fiscais dos lagos”, conforme foi discutido no capítulo anterior, também foi incorporado à legislação federal através da criação do programa de Agentes Ambientais Voluntários (AAV) pelo IBAMA. Os comunitários que participam desse programa fazem um curso de educação ambiental ministrado por técnicos do Instituto, que tem duração de dois dias. Após o curso cada um deles recebe crachás, coletes e bonés com a marca do Instituto, comprovando o seu cadastramento ao Programa. O curso garante aos AAV a capacitação para agir contra os “pescadores” que realizarem sua atividade em desconformidade com as determinações expressas nos Acordos de Pesca ou nas Portarias. A

esses “fiscais”, agora identificados como AAV, cabe a tarefa de “conscientizar” os “pescadores de fora” a cumprir as determinações restritivas que incidem sobre a atividade pesqueira. Nesse caso, se o pedido não for aceito ou se houver recorrência do mesmo “infrator”, é função do agente apreender os instrumentos de pesca e entregá-los ao escritório local do IBAMA para que o órgão tome as providências cabíveis.

Vemos, portanto, que a partir da concepção de que o MPL visava a “preservação” do meio ambiente suas denúncias se tornaram capazes de se fazer ouvir. A nova *crítica socioambiental* teve um apelo moral mais forte e mais amplo do que a *crítica social*, e, por isso, conquistou a adesão de outros atores sociais, que se tornaram seus aliados. Desse modo, a oficialização da “lei da pesca” e dos “fiscais dos lagos” contemplaram as medidas que vinham sendo defendidas pelas “populações ribeirinhas” de diversos municípios do Estado desde os anos 1970. A partir dessas leis o MPL pôde encaminhar suas reivindicações básicas referentes ao controle sobre os ambientes pesqueiros.

A organização política contra a chamada pesca predatória, que foi considerado frágil por se fruto apenas da motivação dos “ribeirinhos”, adquiriu visibilidade e legalidade a partir dos anos 1990. Desde então, o MPL se solidificou na arena pública como uma organização que garante ao mesmo tempo os meios de vida para a sobrevivência das “populações ribeirinhas” e a sustentabilidade ambiental, que atende a interesses mais gerais.

As medidas ambientais implantadas para a garantia da capacidade reprodutiva dos recursos pesqueiros são caracterizadas pelo reconhecimento e pela valorização dos tipos de saberes e vivências dos “ribeirinhos”. As propostas desses atores para o controle da pesca são consideradas culturalmente relevantes e politicamente legítimas na medida em que tais saberes somam-se ao conhecimento técnico e científico dos membros do Instituto. Portanto, diferente de outras situações em que as regras oficiais do manejo do meio ambiente se contrapõem aos costumes antigos e às estratégias atuais de reprodução das unidades da vida social dos grupos domésticos (Cf. Brandão, Tsikioka, Carvalho, 1999); as medidas para a “preservação” dos lagos conferem importância às condições culturais de vida e de reprodução da vivência das “comunidades ribeirinhas”. Nesse caso, o MPL se constitui como agente de atuações públicas sobre a questão dos lagos e não como atores passivos da implantação das políticas socioambientais nos ambientes pesqueiros na Região.

Entretanto, o fato dos legisladores terem incorporado as medidas levadas a frente pelos “ribeirinhos” não acabou com as dificuldades enfrentadas pelo MPL em diferentes pontos do Estado. A falta de uma estrutura que facilite a “fiscalização” das áreas de pesca, como

recursos financeiros para a compra de gasolina, por exemplo, e a inexistência de apoio local para o trabalho de “preservação” tornam mais difíceis os esforços dos moradores das áreas de várzea para exigir dos “pescadores de fora” o respeito às delimitações do Acordo de Pesca ou para reivindicar a criação desses acordos.

Cito como exemplo o fato de que os moradores organizados em torno da “preservação” do Lago Canaçari em Santa Fé contam com o forte apoio do IBAMA local. Além de visitas habituais ao lago, os técnicos desse escritório oferecem em certa medida recursos financeiros para a compra de gasolina e o uso do escritório para a realização de telefonemas, envio de fax, etc. Mas, em entrevista realizada com o coordenador da CPT de Lábrea, Padre Fernando, fui informada de que esse quadro visto em Itacoatiara não se repetia necessariamente em todos os municípios do Estado. Na ocasião, março de 2008, o religioso avaliou a ação das instituições governamentais de proteção ao meio ambiente em Lábrea, dizendo que no município esses órgãos “não fazem absolutamente nada”.

Então, a partir das diferentes experiências em Lábrea e Itacoatiara é importante enfatizar que o êxito da luta do MPL pela criação e efetivação dos Acordos de Pesca depende também de algumas circunstâncias. Essas circunstâncias se referem, por exemplo, ao posicionamento dos funcionários dos escritórios regionais do IBAMA ou das Secretarias de Meio Ambiente, ou à capacidade organizativa das “populações ribeirinhas” para formar alianças e conseguir arregimentar recursos financeiros para introduzir e tornar efetivos os Acordos de Pesca. No caso do IBAMA, fundado para ser o órgão executor do Ministério do Meio Ambiente, os escritórios regionais deveriam ser responsáveis pelo gerenciamento das ações de manejo e pelo controle dos recursos naturais no território nacional. Contudo, as gerências executivas deste órgão em cada escritório regional são marcadas por abordagens diferenciadas sobre as políticas ambientais, mas também por estruturas físicas e econômicas diferenciadas⁵⁶. Sendo assim, as decisões de gerenciamento em alguns locais podem se direcionar para questões mais voltadas à gestão centralizada dos recursos do que à gestão participativa, que orienta a implantação do plano de manejo dos lagos, ou pode ser tornar ineficaz em razão da falta de estrutura de seus escritórios. Portanto, na medida em que esses órgãos não se constituem de maneira homogênea em todo o Estado, as lutas dos “ribeirinhos” também não ocorrem de igual modo em todas as localidades.

⁵⁶ Durante o trabalho de campo em Itacoatiara os técnicos do IBAMA lamentaram o fato de não poder contribuir mais com os “ribeirinhos” devido à precariedade de sua estrutura. Além da falta de verbas, os funcionários disseram também que não contam com carros e embarcações em funcionamento, que poderiam tornar mais frequentes as visitas no lago.

Em razão disso, a CPT estimulou a criação de organizações ambientalistas locais por parte dos moradores das áreas de várzea. Nos anos 1990 foram criadas organizações como o GPD (Grupo de Preservação e Desenvolvimento) em Tefé, e o GRANAV (Grupo Ambiental Natureza Viva) em Parintins. Sobre esses grupos Pereira (2003) afirma que são “genuinamente organizações ribeirinhas de base e se constituíram como representações políticas independentes de comunidades ribeirinhas” (pág. 82). Essas organizações buscam encontrar formas de convivência e captação de recursos com o poder público em seus Municípios ou com ONGs ambientalistas.

O entrelaçamento entre as questões sociais e ambientais promovido pelo MPL permitiu que as lutas nos ambientes pesqueiros fossem inseridas entre os chamados movimentos socioambientais⁵⁷. Esses movimentos surgiram na metade dos anos 1980, por meio das articulações políticas e estratégicas entre os grupos sociais e as entidades ambientalistas (Almeida, 2006; Esterci, 2002; Lima, 2004).

A crítica que reúne valores sociais e ambientais não foi mobilizada somente nessa situação de conflito pesquisado. A união desses princípios de valor foi acionada por outras “populações tradicionais”, tais como os seringueiros, as quebradeiras de coco, os quilombolas, os castanheiros, etc. Esses atores igualmente se beneficiaram da associação positiva entre seus interesses e práticas e as preocupações com a conservação da natureza (Ferretti, Esterci, Ramalho, 2009). No entanto, é importante ser discutido que a mobilização das categorias socioambientalistas através de processos de disputas e negociações por parte desses grupos sociais contribuiu para a edição e transformação de normas legais no país, referentes às modalidades de área protegida.

O processo de emergência do ambientalismo em diferentes países do mundo chama a atenção para a construção de uma forma de interpretação das questões ambientais, identificada como “conservacionista” (Alonso; Costa; Maciel, 2007). Esta perspectiva define o meio ambiente exclusivamente como um mundo natural selvagem e as suas intervenções para a proteção da natureza consistem em questões técnicas, restritas apenas aos cientistas naturais. Segundo os estudos sobre as ações coletivas em torno do ambientalismo no Brasil, observa-se que a introdução desse ativismo ambiental classificado como “conservacionista” também influenciou as medidas governamentais de proteção da natureza no país:

⁵⁷ Para apresentar uma definição desses conflitos, conto com os estudos de Little(2006), que nos explica que os conflitos socioambientais se referem a “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (pág. 91).

Havia difundido no Brasil o conservacionismo clássico. No conteúdo, adotou uma visão biocêntrica da relação sociedade-natureza. O meio ambiente seria a natureza selvagem, a ser preservada da ação deletéria dos grupos sociais por meio de parques nacionais e reservas ambientais. Na forma, o discurso é cientificista: os especialistas das ciências naturais seriam autoridades incontestáveis na definição de problemas e de políticas ambientais. Dos dois ângulos, o conservacionismo segrega a questão ambiental de qualquer dimensão social e a apresenta como apolítica. (Alonso, Costa, Maciel, 2007, pág. 156)

Influenciadas por esse ideal conservacionista, as primeiras políticas ambientais brasileiras foram orientadas para a criação de parques, onde a presença humana é inteiramente proibida. De acordo com Fernandez (2009), os parques, classificados como espaços de natureza intocada, “correspondem à primeira categoria criada de área protegida. Trata-se de um modelo gestado fora e apropriado pelo governo brasileiro que o aplicou amplamente entre os anos 30 e meados dos anos 70/80” (pág. 19). Entretanto, a partir da emergência dos chamados conflitos socioambientais é possível observar o surgimento de novas ações que se contrapõem à política ambiental brasileira centralizada na criação de parques. Ainda segundo Fernandez (2009), esta nova perspectiva “tem como idéia central o envolvimento das populações locais nas políticas ambientais, levando em consideração seu modo de vida e conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais” (pág. 49).

Segundo Santilli (2004), o socioambientalismo passou a representar uma alternativa ao movimento ambientalista tradicional, que se caracteriza por ser distante dos movimentos sociais e das lutas políticas por justiça social. As medidas socioambientais tornaram possível o envolvimento entre as populações tradicionais e a conservação da biodiversidade. Nesse sentido, cabe mencionar a criação da lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que busca aliar a conservação da natureza ao uso sustentável dos recursos naturais. Este sistema, que inclui diferentes modalidades de conservação⁵⁸, pode ser considerado como exemplo do novo modo como os governos federal, estadual e municipal passaram a ordenar as áreas ambientalmente protegidas após a pressão dos chamados movimentos socioambientais. Essas modalidades de proteção do meio ambiente restringem a exploração dos recursos naturais às pessoas “de fora”, mas permitem

⁵⁸ São elas: Áreas de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional (Flona); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

que os moradores das áreas protegidas explorem os recursos naturais de maneira considerada sustentável. Portanto, ao resguardar estes territórios, está sendo defendido não só os recursos naturais, pois o modo de vida das “populações tradicionais” também fica assegurado.

A partir das entrevistas realizadas com funcionários do IBAMA em Manaus, é possível perceber como as políticas ambientais foram se transformando. Voltadas estritamente para a preocupação com as espécies animais e vegetais e seus habitats, as ações ambientais do estado brasileiro passaram a conferir atenção também a uma forma de preocupação com a natureza que vincula as questões sociais às questões ambientais. Tal fato pode ser explicitado através da resposta conferida pelo Instituto às reivindicações do MPL:

Barcos pesqueiros entravam nas regiões e retiravam tudo que podiam dos recursos naturais e não davam nem uma satisfação para os ribeirinhos que ficavam ali. Com isso a Igreja foi vendo o clamor deles, dizendo que determinados lagos ficaram sem pescado na época em que os empresários chegaram. E aí a Igreja foi vendo isso. Em 1995 o IBAMA atende a pressão social, ou seja, essas organizações comunitárias começaram a se organizar juridicamente e começaram a correr atrás e a fazer pressão política. O IBAMA baseado nessa inclusão social é obrigado a ouvir e buscar uma solução para esse problema, porque desde 1970 que a gente vê a pressão sobre o recurso pesqueiro aumentar. (Anete – técnica do IBAMA de Manaus)

Nesse caso, se por um lado o movimento dos “ribeirinhos” incorporou em seu discurso os argumentos ecológicos, por outro lado, as políticas do Estado, fundamentadas na criação de reservas ambientais restritivas à presença humana, se tornaram sensíveis às questões sociais⁵⁹. De certo modo, as reivindicações feitas pelo MPL contribuíram para que o IBAMA e o Governo Federal repensassem sua forma de gestão das áreas protegidas, ao incorporar perspectivas que relacionam tanto os direitos da natureza quanto os direitos sociais. A partir de então, outra versão sobre a realidade dos problemas ambientais foi criada no país, orientada pela importância conferida à necessidade de compatibilizar a presença das populações humanas nas estratégias para a garantia da sustentabilidade dos recursos naturais.

⁵⁹ Entretanto Fernandez (2009) ressalta que “apesar das conquistas sociambientalistas e do surgimento de novas modalidades de áreas protegidas que buscavam a conciliação entre a conservação e a permanência das populações originalmente residentes nesses territórios, os parques, na concepção de muitos ambientalistas, continuam ocupando o seu lugar de modelo ideal de conservação dos ecossistemas representativo” (pág. 50).

Então, sobre a instrução normativa que autorizou a criação do programa dos AAV, Anete mais uma vez nos informa a respeito da “revolução” produzida por essa nova forma de trabalhar a gestão dos recursos naturais:

Essa instrução normativa provocou uma polêmica muito grande porque esse programa do agente ambiental voluntário no Amazonas era rejeitado segundo o conceito do IBAMA em Brasília, e das diretorias. Porque até então o IBAMA trabalhava na questão do recurso natural, sem incluir os homens, ou seja, não dava importância para o homem. A partir da entrada do Hamilton Casara isso mudou. Seu desejo era incluir o homem. Isso significou uma revolução verdadeira dentro do órgão ambiental nessa questão da ideologia e aí o que acontece? Ele cria a instrução normativa 19, estende a nível social, é extremamente criticado no lado esquerdo do IBAMA, na face esquerda, que são diretores que não aceitavam dar poderes à sociedade civil organizada, porque a visão deles era aquela visão vertical, extremamente protetora dos animais da fauna e da flora, e do homem não. (Anete – IBAMA)

A maneira de dirigir as questões ambientais a partir de uma perspectiva que não permitia a presença dos homens em áreas de proteção ambiental cedeu espaço a uma nova política de proteção da natureza promovida pelos governos federal, estadual e municipal. A partir de então, foi levado em consideração tanto a presença das populações nos locais protegidos, quanto os seus saberes acumulados pela experiência adquirida nos territórios onde vivem. Nesse caso, observa-se que se as políticas públicas para o meio ambiente no Brasil se consolidaram a partir da criação de parques, onde a presença humana era inteiramente proibida, essas questões foram se transformando a partir da emergência do socioambientalismo – que foi transformado em uma vertente do ambientalismo. Isso significa dizer que a definição do problema ambiental passou a circular entre as ciências naturais e as ciências humanas, e a enfatizar as relações entre os processos sociais e naturais.

Então, a partir desse processo inverso de “socialização das questões ambientais”, tendo como referência o processo de “ambientalização dos conflitos sociais”, será discutido nos capítulos seguintes o sentido do ambientalismo construído pelo MPL, e a maneira como esse ambientalismo pensa, por exemplo, o lugar do homem na natureza e a sua responsabilidade pela conservação ambiental.

Capítulo 3 – Sobre a “invasão” dos lagos

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ela não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo da produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. (Polanyi, 2000, pág. 65)

Nesse capítulo vamos investigar como esses atores sociais manifestam sua preocupação com a proteção da natureza. Sendo assim, serão discutidas nesse capítulo as motivações que estão em jogo nas disputas em torno da regulação da atividade pesqueira, segundo a perspectiva do MPL, e a maneira como esses atores atribuem significado à situação marcada pela escassez dos “estoques pesqueiros”. Considera-se que através da discussão sobre as questões que levaram os “ribeirinhos” a se engajar na luta pela “preservação” dos lagos será possível analisar os sentidos e os pressupostos que configuram o *ambientalismo ribeirinho*.

Essa discussão será feita a partir do material empírico, fruto da pesquisa de campo realizada no Lago Canaçari, localizado no município de Itacoatiara, (AM)⁶⁰. A interpretação sobre o esquema de percepção e representação do MPL a respeito da natureza e dos conflitos contra os “pescadores de fora” será feita a partir da situação de disputa existente no Lago Canaçari. Assim será possível uma aproximação maior com a dinâmica dos conflitos em torno da “preservação” dos lagos.

⁶⁰A realização da observação participante realizada no Canaçari se justifica de acordo com Descola (2004), na medida em que o autor afirma que exceto na tradição científica do ocidente, as representações da natureza não são baseadas usualmente sobre um corpo de ideias coerente e sistemático. Segundo o antropólogo, essas representações são expressas contextualmente em ações e práticas cotidianas.

3.1 - O caso do Lago Canaçari

O conhecimento sobre o trabalho de “preservação” realizado no Lago Canaçari e, mais precisamente na “comunidade” de Santa Fé, já que ao longo do lago estão dispostas 19 “comunidades”, ocorreu por intermédio da equipe da CPT de Manaus. O esforço de “preservação” realizado no Canaçari é reconhecido através do trabalho realizado por Naca, presidente da “comunidade”, e também agente ambiental voluntário (AAV), licenciado pelo IBAMA. Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho realizado por ele é fundamental para a existência do Acordo de Pesca, aprovado pelo Ministério Público durante o tempo do meu trabalho de campo.

Pertencente também aos Municípios de Silves e Itapiranga, o Canaçari chama atenção por sua grande extensão. No período da cheia, o volume de suas águas atinge um nível tão elevado, que se torna impossível em determinadas partes do lago a visualização de qualquer vegetação. Parece que estamos navegando em águas oceânicas, pois só é possível avistar água à qualquer lugar que se olhe. O lago chama atenção também devido à grande variedade de espécies animais e vegetais que compõe a paisagem: jacarés, botos, quelônios, lagartos, mergulhões, garças, isso sem falar da inúmera variedade de espécies de peixes: sardinha, pacu, jaraqui, acari, branquinha, etc, e de vegetação, incluindo açazais, seringais, arrozais e palmeiras.

Mas ao lado dessa natureza esplendorosa, que enche os olhos de quem chega ao local pela primeira vez, foi possível observar que a mata ciliar está sendo amplamente devastada para dar lugar à criação bovina e bubalina. Durante o trajeto até Santa Fé notei em quase todo o percurso a presença de gado nas margens do lago e a quase inexistência de áreas com “mata fechada”. No dia em que o meu informante me buscou no porto da estrada para levar-me à “comunidade”, ele deve ter percebido minha surpresa diante da paisagem marcada pela abertura de campos que servem de pastagem às criações e tratou de se posicionar criticamente a respeito dessa situação. No percurso feito do porto da estrada até a casa do meu informante, cerca de quarenta minutos, ele não parou de reclamar da criação de gado e do desmatamento que essa atividade causava. Em relação aos búfalos, ele ainda acrescentou que eles destroem os barrancos em busca do capim que nasce por cima da água e que deveria servir de esconderijo para os peixes. Mas qual não foi minha surpresa quando cheguei a sua casa e vi uma grande área desmatada servindo de pastagem para o gado.

Repensando as impressões desse primeiro contato com o meu informante, percebi que precisava compreender a “preservação” dos lagos a partir das noções e representações dos atores sociais que adotam o discurso ambientalista ao mesmo tempo em que assumem essas práticas que a meus olhos de pesquisadora, vinda de fora, pareceram tão contraditórias. Dessa forma fiz o seguinte questionamento: como compreender o sentido atribuído a noção de “preservação” dos lagos pelos mesmos atores sociais que podem ser responsabilizados pelo desmatamento de parte da floresta, que por sua vez, contribui também para a diminuição dos “estoques pesqueiros”? Esta pergunta não poderia deixar de ser feita para a compreensão das percepções sobre a conservação da natureza que orientam as ações do MPL. E foi a partir da reflexão sobre esta aparente contradição que pude esboçar uma compreensão sobre o *ambientalismo ribeirinho*, que será discutido adiante.

Durante o tempo que convivi com os comunitários de Santa Fé, os conflitos com os “pescadores de fora” já haviam sido atenuados. No ano de 1999, após o recolhimento de um abaixo-assinado, foi aprovada a Portaria 35/89 pelo IBAMA que restringiu a pesca comercial em toda a extensão do Canaçari, sob a pena de multas e apreensão dos apetrechos de quem estivesse descumprindo as determinações previstas. Alguns anos depois da aprovação dessa Portaria foram realizadas as reuniões para a implantação do Acordo de Pesca, conforme os dispositivos da Instrução Normativa do IBAMA, discutidos no capítulo anterior. Com o documento em mãos, os moradores disseram que os “pescadores de fora” ficaram mais conformados⁶¹. No entanto, as “invasões” não deixaram de ocorrer e persistem até hoje. Mas, a situação começou a se modificar de maneira positiva para os “ribeirinhos” na medida em que a restrição a pesca comercial passou a ser normatizada pela legislação federal. Desse modo, foi preciso recorrer à narrativa dos moradores, através de conversas informais e de

⁶¹ De acordo com o que foi visto durante o trabalho de campo, a maior conformação dos “pescadores de fora” se deve a dois fatores: o primeiro deles, e o mais importante, diz respeito à normatização legal da restrição das atividades comerciais. Como Naca me contou, “as coisas pela lei ficam mais fáceis porque não é a gente que está dizendo, não é a gente que está mandando, é a lei”. O segundo motivo diz respeito à concessão do seguro desemprego aos pescadores, durante o período de defeso, através da Resolução Nº 25, de 11 de Março de 1992. Esse período compreende alguns meses do ano, de acordo com o calendário instituído pelo IBAMA, em que a pesca se torna proibida para a preservação das espécies. De acordo com Bilate (2002) “o seguro desemprego foi uma demanda das colônias de pescadores e da Federação da região amazônica e também da Confederação Nacional dos pescadores. Pelo menos um setor do Ibama oferecia resistências, colocando-se contra a concessão do seguro com o argumento de que os pescadores dessa região não pescam apenas as espécies proibidas pelo defeso, podendo, portanto, continuar exercendo seu trabalho, nesta época, pescando peixes não proibidos pelas portarias. Mas, os pescadores, através de seus órgãos de representação alegavam a seu favor o fato de que durante esta mesma época muitos lagos ficam fechados pelas comunidades do interior para qualquer tipo de pesca, com o aval legal do próprio Ibama”. (pág. 29)

entrevistas gravadas, para compreender o processo histórico que deu início à intensificação da pesca comercial no Canaçari e aos conflitos com os “pescadores de fora”.

O aumento da exploração dos “estoques pesqueiros” se deu a partir da construção da estrada de terra, ou do “ramal”, que liga a “comunidade” de Santo Antônio, conhecida como Porto da Estrada, à via Manaus-Itacoatiara e a partir do surgimento das malhadeiras. Segundo os moradores, após a construção do “ramal”, os “pescadores de fora” tiveram mais facilidade de se deslocarem de Itacoatiara até o Lago Canaçari. Desde a construção dessa estrada de terra, ocorrida nos anos 1970, passou a existir uma linha de ônibus particular que faz o percurso da cidade até a entrada do lago.

A cidade ficou tão mais próxima daqui do lago e acho que com a cobiça do peixe favorecia um mercado melhor para ganhar dinheiro mais fácil, aí os pescadores vinham constante, vinham muitos pescadores. Abriu o ramal que não tinha, aí eles baixaram no ônibus. (Naca – líder do MPL no Canaçari)

Esse fato foi acompanhado também do surgimento da malhadeira, apontada como o segundo marco que tornou propício o aumento das “pescarias” e, por conseguinte, o fim da fartura dos peixes no Canaçari. Os moradores relatam que o uso de malhadeiras de 30, 40, 50 metros foi responsável pela grande escassez dos “estoques pesqueiros”. Como foi discutido no primeiro capítulo, o uso desse instrumento de pesca não propicia qualquer seleção do pescado. Se a pesca artesanal selecionava o peixe que estava em idade de reprodução, por exemplo, essas redes, dizem os moradores, “levam tudo o que vê pela frente”. Nesse sentido, Pernambuco, morador da comunidade de Santa Fé, considerando o efeito deletério dos novos instrumentos de pesca utilizados pelos “pescadores de fora”, considera, de maneira irônica e pessimista, que a situação no lago só voltaria a ser como antes se fechassem as fábricas de nylon:

Logo no começo aqui tinha muito peixe, peixe, peixe, peixe. Olha eu vou te dizer, eu não sou daqui, sou de Maués, vim para cá, arrumei essa mulher, me juntei com ela, pronto aí não voltei mais para minha terra e eu fiquei por aqui e tinha muito peixe por aqui, se a senhora viesse naquele tempo e fizesse uma comparação que se eu contasse você iria pensar que é mentira, mas essa parte

aqui do Canaçari, agora está ruim de peixe porque quando começou a aparecer a malhadeira, pronto, aí tudo era pescador. (Pernambuco – Morador de Santa Fé)

As transformações relatadas pelos moradores de Santa Fé estão inseridas no processo discutido no primeiro capítulo referente à implantação por parte do Governo Federal de novas medidas e políticas para a dinamização da economia amazônica. Assim como foi tratado no primeiro capítulo, essas transformações também foram percebidas pelos comunitários de Santa Fé como um processo conflitante. Os comunitários emitem opinião a respeito das transformações nos ambientes pesqueiros a partir da ideia de que elas “ajudam, mas atrapalham”, ou ainda, de que “são boas, mas são ruins”.

As enunciações contrastantes expressas a mim para conferir sentido às transformações ocorridas no Lago Canaçari nos permitem compreender que os moradores de Santa Fé as perceberam de maneira ambígua. Tais modificações, se por um lado trouxeram melhorias para a vida dos comunitários, pois chegar à cidade se tornou mais fácil após a construção do “ramal”, por outro lado, contribuíram para a intensificação da pesca comercial no Lago Canaçari. Como exemplo, Naca nos esclarece que:

Antes era tudo mais difícil, a serra era manual, então tirar taboa era difícil. Depois apareceu motosserra, serralheria em Itacoatiara. Antes as casas eram de palha e o chão era terra batida, depois foi modernizando, o chão era de palmeira, até ser assim como está hoje, com assoalho de madeira. As coisas eram mais difíceis, mas eram mais fartas. Sobre a alimentação a gente escolhia o que queria comer.

A partir dessas mudanças, os moradores passaram a acompanhar o movimento diário dos “pescadores de fora”, que segundo contam, desciam cotidianamente com caixas de gelo e subiam com peixe por diversas vezes ao longo do dia. Os moradores se deram conta dessa nova realidade no lago, marcada pela presença cada vez maior de pescadores artesanais, que destinavam sua produção para a comercialização nos mercados de Itacoatiara, ou trabalhavam para os donos dos grandes barcos pesqueiros vindos de Belém ou de Manaus. As consequências do avanço da frota comercial rapidamente foram sentidas pelos comunitários uma vez que a “fartura” de peixe, frequentemente lembrada pelos moradores durante minha permanência no campo, havia deixado de existir.

Em razão do declínio dos “estoques pesqueiros”, os moradores começaram a se ressentir do fato de que tiveram que contar somente com os peixes “miúdos” para sua alimentação e a de seus filhos:

Aí perto da casa do Dominginho, quando era tempo da seca, ficava igual cidade, luz para todo lado de lanterna, e não podia deixar nem um remo no porto que eles levavam, os pescadores. E vinham as canoas, todas com três, quatro, caixas, eram muitos pescadores e aí eles tentaram combater. Aí tinha escassez de peixe. Tambaqui, meus filhos não conheceram, o pirarucu ficou difícil, o tracajá ficou escasso. Aí foi dando a escassez, foi ficando tudo difícil. Quando se via tambaqui, era pequeno; pirarucu não se via mais, poucos que apareciam. Tudo ficou difícil. Para adquirir comida, eram aqueles peixinhos, os menores. (“Seu” Dico – Morador de Santa Fé)

Inconformados com a presença constante e cada vez maior de “pescadores de fora”, os moradores se mobilizaram com o objetivo de colocar fim a essa situação. Seu Nelson, um dos “veteranos da preservação”, conta que um dia Seu Dominginhos, outro morador de Santa Fé, não conseguiu parar em seu porto porque havia uma enorme malhadeira amarrada de ponta a ponta no lago. Não satisfeito com essa situação, ele foi procurar Seu Nelson, então presidente da “comunidade”, para que alguma providência fosse tomada. Depois desse dia, conforme relato dos moradores, alguns comunitários há tempos incomodados com o tipo de pescaria que vinha sendo realizada deram início às primeiras medidas com vistas a impedir a presença dos “invasores”:

Eles preservavam de noite, no remo eles iam remando, não tinha rabeta, não existia rabeta aí eles confrontavam com pescadores. Arriscava até de acontecer uma morte porque eles não tinham uma tinha consciência, ou muitas vezes os pescadores, eles encontravam eles com palavrão, muitas vezes eles vinham bebido, porque alguns pescadores usam o álcool, a cachaça por causa do frio. Aí chega com eles, o cara embriagado fica falando besteira e se encontra com uma pessoa que é analfabeto e não sabe a briga começa. Então eles já protegiam um pouco, mas não era legal porque não tinha o amparo da lei. (Naca – Líder do MPL do Canaçari)

Nesse período, os moradores se organizaram em “equipes” que se alternavam para a “fiscalização” do lago. O objetivo do grupo era convencer e até mesmo impedir os “pescadores” de realizarem suas atividades próximas às moradias dos “ribeirinhos”, argumentando que o peixe estava “escasseando”. Diziam que a escassez do pescado os impedia de realizar seu “trabalho”, já que passavam a gastar um tempo maior com a captura de seu alimento cotidiano. Nesse caso, observa-se que a atividade pesqueira comercial adquire um caráter pejorativo, pois não é considerada um “trabalho”. A ideia de “trabalho” está, portanto, imbrincada com as atividades múltiplas realizadas pelos “ribeirinhos”, que garantem as suas necessidades de consumo.

A gente dizia vamos moderar a pescaria porque vocês não pescam para fazer o trabalho de vocês, pegam só para vender, se pega um bocado hoje e amanhã torna a vir de novo, torna a levar e no outro dia torna a vir de novo, fica nessa vida aí, e assim não dá, porque a gente mora aqui e vai precisar dos peixes para comer para a gente fazer o trabalho da gente com mais facilidade, tem os filhos da gente, tem os netos e vocês não querem nada disso, só querem acabar com os peixes. (Seu Pernambuco – Morador de Santa Fé)

Contudo, a inexistência de um “documento”, como meus interlocutores relataram, que conferisse respaldo às medidas tomadas pelos moradores, impediu que essa primeira organização contra a “pesca predatória” adquirisse legitimidade. Portanto, os moradores contam que nesse instante a mobilização não conquistou a adesão de todos os comunitários e nem a dos órgãos governamentais. Os esforços de “fiscalização” do lago muitas vezes se transformaram em conflitos com ameaças de ambos os lados, mas sem que as reivindicações dos “ribeirinhos” fossem atendidas.

Além disso, diante da recusa dos “pescadores de fora” de atender aos pedidos para deixar a área, os moradores em algumas situações apreendiam os apetrechos dos “pescadores” e se não os destruíam, entregavam para os órgãos fiscalizadores da época - o IBDF e a SUDEPE. No entanto, tal medida não se revertia em uma solução eficaz. Sobre essa época, eles me disseram que a malhadeira apreendida e entregue ao órgão em uma tarde era devolvida para o “pescador”, que já estava no outro dia pescando no Canaçari. Portanto, ainda que os moradores tenham dado os primeiros passos no sentido de se organizar contra os

efeitos da pesca comercial, a falta de um amparo legal dificultou a tentativa desses atores de gerir os recursos do lago. Esse fato levou à desarticulação do movimento:

A primeira vez foi iniciada durante uns dois anos, só que aí ninguém teve apoio de ninguém, das autoridades, fomos só nós mesmos aqui na comunidade, aí aguentamos dois anos, mas tinha gente daqui mesmo que dizia que não iria perder noite de sono só por causa de um peixe. Só que depois parou, o povo que trabalhava junto com a equipe se espalhou. (Seu Nelson- Morador de Santa Fé)

Quando não tinha a portaria, das primeiras pessoas que começaram aí era avulso, eles queriam prender na marra, não tinha esse trabalho de conscientizar e aí gerava conflito. Eles formavam equipe e saíam para rodar o lago, mas naquele tempo tinha muita rebeldia, foi tentado até ser cortado de terçado, mas eles pararam por falta de apoio. (Mazinho- Morador de Santa Fé)

A despeito do enfraquecimento dessa mobilização, os conflitos entre moradores e “pescadores de fora” não acabaram. E ao mesmo tempo, a pesca comercial no Canaçari se acentuou. Os moradores, mesmo individualmente, deram continuidade à tentativa de impedir a atuação dos “pescadores de fora”, seja através do pedido para abandonarem o lugar, seja através da apreensão e da destruição de seus materiais de pesca ou através de ameaças físicas. Em razão do desdobramento de um desses conflitos, ocorrido no início dos anos 1990, Naca nos explica o que ele considera como o surgimento da segunda fase da “preservação” no Canaçari, e a sua inserção nessas disputas, visto que até então ele se dedicava à pesca comercial:

Então veja bem, tudo é um chamado. Eu pescava e comercializava, vendia. Só que não tinha lucro, eu ia para a cidade trocar o peixe e trocava pelo mesmo dinheiro, voltava da cidade para trazer um ranchinho e às vezes ficava devendo até o ônibus. O peixe não dá lucro muito assim não, dá lucro para quem é dono de barco. Aí tinha um monte de confrontos dos moradores aqui na delegacia. E uma vez eu fui preso, porque eles pegaram material dos pescadores e eles foram acusados de que tinham roubado e foram para delegacia. E nós fomos atrás, trinta e cinco pessoas. E aí eu fui perguntar para o delegado o porquê de eles fazerem aquilo. Eu queria uma resposta, como ficam no gabinete a gente não sabia e eu queria saber se iriam

prender eles ou não. Só que quando o delegado chamou, ele não chamou a comunidade, chamou dois só, os responsáveis que era o Nelson e o Mário Ramos. Eu sei que perguntei: delegado, o que vai acontecer com os companheiros aí, porque nós vivemos em uma comunidade e você chamou só os dois? Aí ele mandou eu sair porque não tinha nada que tratar comigo. Eu disse não, infelizmente a gente quer saber e ele me mandou me prender, aí eu fui preso, mas foi rapidinho. Eu gritei para meu irmão ligar para o padre Jorge que era o bispo, aí ele disse que iria mandar me soltar e me soltou logo. Eles tiveram que fazer um depoimento do porque pegaram o material do cara, mas devolveram o material e a polícia liberou eles também. Nós voltamos para a comunidade, mas de lá eu fui ficando chateado. Porque eu fui preso né, então veja bem eu peguei e saí de lá com a comunidade revoltado e nos reunimos para lutar pelo lago.

Há, no entanto, outra versão sobre o final desse episódio. Naca, ao contar pela segunda vez o caso ocorrido na delegacia me disse que depois da sua prisão ele tentou vender o peixe na cidade, mas as pessoas não quiseram comprar sua produção. Como ele se posicionou ao lado da “comunidade” nesse conflito, os agentes da comercialização da pesca disseram que não comprariam mais seu peixe. Então, segundo seu relato, ele se revoltou e falou: “eu não ganho dinheiro com a pesca, mas aqui no lago vocês também não vão pescar”. Foi então que ele começou a mobilizar o pessoal a dar continuidade às primeiras medidas de “preservação” do Canaçari, levadas a frente por Seu Nelson e outros “veteranos da preservação”.

O significado do “chamado” referido pelo ator, como resultado do acontecimento da delegacia, pode se vincular a um sentido mais *idealizado* ou mais *pragmático*, dependendo da versão a ser escolhida. No entanto, idealizado ou não, esse fato é reconhecido não só por Naca, mas pelos demais moradores de Santa Fé, como o momento em que a “consciência” do antigo “infrator” despertou para a luta pela defesa do pescado. Para refletirmos sobre esse episódio, é preciso considerar que Naca é filho de um dos primeiros moradores de Santa Fé. Além disso, na “comunidade”, muitos moradores fazem parte de sua família: irmãos, tios, primos, sobrinhos. Seu Nelson, ator principal do acontecimento da delegacia e “veterano da preservação” é casado com sua irmã mais velha.

Desse modo, independente de ser “pescador profissional” ou “pescador de subsistência”, observa-se que a motivação para se juntar às pessoas que foram à delegacia protestar contra a prisão de Seu Nelson e Mário Reis estava atrelada aos vínculos comunitários e

de parentesco que ele detinha com os outros comunitários. Naca, quando tomou a frente na delegacia e questionou o que aconteceria dali em diante aos dois acusados não saiu em defesa do peixe, do meio ambiente ou contra os pescadores. Naca saiu em defesa de sua “comunidade”. Então, quando perguntou: “delegado, o que vai acontecer com os companheiros aí, porque nós vivemos em uma comunidade e você chamou só os dois?” , Naca se remeteu ao fato de que o delegado deveria tratar do assunto com todos, pois eles faziam parte da mesma “comunidade”. Entretanto, o fato a ser ressaltado nessa história é que dali em diante, o comprometimento de Naca com a “comunidade” se constituiu também em um comprometimento com a luta que já vinha sendo desempenhada em favor da “preservação” do Canaçari.

Contudo, cabe ressaltar que em meados dos anos 1990, poucos anos depois de Naca assumir a liderança do trabalho de “preservação”, a CPT em Itacoatiara se desestruturou. Devido à morte de Dom Jorge, que como vimos, foi um dos responsáveis por trazer a CPT para o estado do Amazonas, as atividades da pastoral da terra foram encerradas. Com a chegada de Dom Carillo para ocupar o lugar do antigo bispo, no ano de 2000, houve uma desarticulação dos membros da CPT. Padres e feiras foram deslocados para outros Estados e, portanto, desligados da Prelazia de Itacoatiara. A equipe de leigos que permaneceu no município fundou a “Associação Dom Jorge”. Atualmente a associação realiza trabalhos sociais com crianças e jovens, moradores da cidade, e deixaram de realizar um trabalho conjunto com as “populações ribeirinhas”.

É importante mencionar que esse período foi marcado pela tentativa de desestruturação do trabalho da CPT em outros municípios do estado do Amazonas. Como me contou Auriédia, coordenadora do escritório regional da CPT, a desarticulação da pastoral não ocorreu somente no município de Itacoatiara, ocorreu também em outras localidades, como Parintins, por exemplo. Nesse caso, Normando, ex-coordenador da CPT de Itacoatiara e morador do Lago Serpa, nos esclarece sobre a conjuntura atual da CPT, marcada pelo declínio de suas atividades:

A CPT não só em Itacoatiara realizou um bom trabalho de base. Mas depois vieram as prefeituras, Ongs e pegou todo mundo. Pegou os agentes ambientais formados pela CPT, que custeou o curso dado pelo IBAMA. Mas a falta de apoio das prelazias em todo o estado também influenciou muito para que isso acontecesse.

Apesar do encerramento das atividades da pastoral em alguns municípios, o escritório regional em Manaus e os escritórios locais de outras cidades, como Tefé e Lavras, por exemplo, continuam acompanhando a luta dos “ribeirinhos”. Como pôde ser observado durante o trabalho de campo, a CPT no estado do Amazonas não está alheia às mobilizações dos moradores, conforme o caso de Itacoatiara. Após o encerramento das atividades da pastoral no município, os moradores de Santa Fé passaram a contar com o apoio do escritório regional de Manaus e foi a partir dessa aliança que Naca e outros dois comunitários fizeram o curso de AAV.

Quando se trata dos fatores que levaram os moradores de Santa Fé a darem continuidade à mobilização contra a “pesca predatória”, os motivos expressos seguem a mesma direção das razões trazidas pelos moradores de outros municípios. Como foi visto nos relatórios dos encontros promovidos pelas equipes da CPT, os “ribeirinhos” mencionam o risco da fome como a principal motivação para a luta pela “preservação”. Então, questionados sobre o porquê de perderem noites de sono “fiscalizando” o lago, os moradores explicam que:

Nós que moramos para cá, no centro da cabeceira, quando o rio seca e a água vai embora, para a gente pescar tem que ir a pé e a gente sentiu a dificuldade de pescar o peixe até mesmo para se alimentar. Porque a gente precisa trabalhar, não é, aí não tinha mais peixe. Aí, o Naca se mobilizou e mobilizou a gente também, conseguiu uma portaria com o IBAMA e essa portaria nos ajudou muito. E os nossos três primeiros anos de trabalho foi só de conscientizar as pessoas, conscientizar os pescadores, havia conflitos, a gente ia para a delegacia, aí a gente acalmava. Com certo tempo a gente via que o peixe ia aumentando, aquela dificuldade que a gente tinha para pescar foi diminuindo mais. E graças a Deus, com isso a gente pode dizer que já tem quantidade de peixe para alimentar quase todo o pessoal que mora aqui no lago.
(Mazinho - Morador de Santa Fé)

De acordo com as entrevistas e as conversas realizadas em Santa Fé é possível concluir que os conflitos com os “pescadores de fora” são motivados pela redução dos recursos pesqueiros. Esta questão, por sua vez, está fortemente relacionada à ameaça de fome que as “populações ribeirinhas” dizem ter receio de passar caso o pescado realmente venha a

faltar. A partir dessas implicações, seria possível concluir que o *ambientalismo ribeirinho* é motivado pela necessidade de impedir que os moradores das áreas de várzea fiquem sem o seu “pão de cada dia”. Entretanto, reduzir a análise a essa única perspectiva significaria deixar de lado outras questões que poderiam trazer um maior esclarecimento do conflito e da concepção desses atores referente à “preservação” dos lagos.

O sociólogo Henry Acselrad (2003), em sua análise sobre o campo dos conflitos ambientais no Brasil, nos diz que “as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais” (pág. 19). Considerando essa perspectiva, é preciso analisar de maneira mais aprofundada os interesses em torno das disputas nos ambientes pesqueiros. Dessa maneira será possível obter respostas sobre o sentido atribuído pelo MPL à causa ecológica. Além de compreender o posicionamento das “populações ribeirinhas” frente o mundo natural, quando elas fazem a natureza ressurgir na esfera pública.

3.2 - - “Ribeirinhos” e “Pescadores”: uma disputa entre diferentes condutas territoriais

Sobre a importância do ambiente de várzea na vida dos povos amazonenses do interior foi possível observar o papel significativo que a pesca representa em sua dieta alimentar. Como vimos anteriormente, ao lado da farinha de mandioca, o peixe consta milenarmente como o alimento básico desses moradores e sua principal fonte proteica. Neste caso, Witkoski (2005) cita um trecho do livro *O rio comanda a vida*⁶², escrito por Tocantins, para concordar com a premissa expressa no título desse trabalho. Seguindo a interpretação do autor que confere às águas um papel fundamental na vida dos amazonenses, farei um complemento dizendo que o rio, ao comandar a vida dessas populações, os levaram também a se empenhar em um projeto de luta contra a nova forma de exploração comercial dos recursos pesqueiros.

o engajamento contra a chamada pesca predatória foi entendida pelos “ribeirinhos” e por seus aliados como a “última alternativa para defender seu alimento diário” (Ribeiro, 2003, pág. 148). Em vista disso, o apoio dado a essas populações considera principalmente:

⁶² A citação é a seguinte: “o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”.

A questão do peixe nosso de cada dia. Acho que o tema era esse e as colônias de pescadores estavam avançando muito, crescendo muito, tanto a colônia quanto a federação e com pescadores profissionais e naquela época nós trabalhávamos muito a questão da subsistência dos trabalhadores, dos ribeirinhos para poder garantir o peixe. (Sila, ex-coordenadora da CPT)

Contudo, o risco de ameaça de fome evocada pelos atores sociais envolvidos nesse conflito não deve ser tomada, como disse anteriormente, como a única explicação para a compreensão da mobilização do MPL. A hipótese de que as “populações ribeirinhas” se organizaram exclusivamente para lutar contra a escassez de alimento não fornece uma explicação satisfatória, pois não abrange a totalidade do significado dessa disputa. Conforme observou Antônio Cândido (1971) em seu célebre livro sobre uma comunidade camponesa em São Paulo, até mesmo os processos de aquisição dos meios de subsistência estão inseridos numa organização social mais ampla. Segundo o autor, a obtenção dos meios de subsistência “não pode ser considerada apenas do ângulo natural, como operação para satisfazer o organismo, mas deve ser também encarada do ângulo social, como forma organizada de atividade” (pág. 2). O próprio processo de aquisição de alimentos ocorre a partir de um modelo de práticas pensadas como legítimas ou ilegítimas, sendo assim, não devemos considerar que as categorias ambientalistas mobilizadas por essas populações adquirem sentido unicamente a partir de uma concepção centrada na ameaça da falta de alimentos.

Nesse sentido, o estudo de Thompson (1998) sobre os “motins da fome” realizados na Inglaterra do século XVIII pelos trabalhadores que lutavam contra o aumento dos preços dos cereais também pode ser tomado como uma fonte teórica inspiradora para essa interpretação. Segundo o historiador, as explicações sobre esse período tumultuado na Inglaterra que atribuem uma motivação apenas de ordem instintiva se caracterizam como reflexões superficiais. Para superar essa linha de análise considerada ineficiente, que flui sobre o eixo “elementar-instintivo-fome” (Thompson, 1998), o autor chama a atenção para a necessidade de ampliar a perspectiva sobre essas ações. Segundo suas considerações, somente assim poderíamos obter outras explicações além daquelas que definiram os motins como reações unicamente instintivas. Então, para fornecer respostas efetivas sobre as manifestações dos trabalhadores ingleses, o autor ampliou seu escopo de análise para outras questões consideradas fundamentais. Essas questões foram reunidas em torno do conceito de

“economia moral”, evocado para pensar sobre as ações coletivas dos trabalhadores ingleses como formas de resistência à economia de livre mercado.

O historiador sugere e explica que as queixas contra o aumento dos preços, contra os maus procedimentos dos comerciantes e contra a fome “operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc.” (Thompson, 1998, pág. 152). A “economia moral” que segundo o autor estava em jogo nessas revoltas, se refere a um padrão de normas e obrigações sociais solidamente incorporados por uma classe ou grupo social e que atribui papéis e práticas consideradas legítimas dentro de certo equilíbrio de forças. A quebra dessas normas e obrigações em razão da centralidade adquirida pela economia de mercado é que levaria os trabalhadores ingleses à sublevação e aos motins. Nesse sentido, o motim foi pensado por Thompson como “um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência” (Thompson, 1998, pág. 208), desempenhado por parte daqueles que buscavam a imposição de sua antiga “economia moral” em contrapartida à economia do livre mercado.

No tocante às disputas em torno dos ambientes pesqueiros na Amazônia, julgo que tais perspectivas levantadas pelo historiador inglês devem ser lembradas para buscarmos a identificação dos objetivos próprios dos atores sociais envolvidos nesses conflitos. A questão colocada é que a preocupação com a quantidade de alimentos disponíveis não deve excluir o fato de que as modalidades de apropriação da natureza imprimidas por esses novos atores sociais se confrontam com o conjunto de normas e valores que regem a vida das “populações ribeirinhas”.

Questionados a respeito da motivação para passar noites em claro “vigiando” os lagos, os moradores das “comunidades” acionam frequentemente a ideia de que “sem peixe não iriam suportar” ou de que “perder noite de sono beneficia a gente com alimentação”. Esses motivos são expressos em muitas ocasiões, como foi visto durante o trabalho de campo e na bibliografia consultada, como o estímulo mais importante para a organização do MPL. Mas, os estudos que focalizaram o problema da pesca na Amazônia, e o seu efeito sobre as sociedades de várzea (Esterci, 2002; Neves, 2005; Furtado, 1993) analisaram esses conflitos com referência às questões sociais que envolvem os usos locais dos recursos pesqueiros. Tais estudos consideram que os recentes atores sociais que passaram a atuar nos ambientes pesqueiros colocaram em risco não só a reprodução material dos “ribeirinhos”, mas o seu sistema de relação constituído com o ambiente de várzea desde séculos passados. Nesse

sentido, Neves (2005) nos explica que devido ao novo modelo da pesca comercial, além da fome “os ribeirinhos estão ameaçados no que tange à reprodução de lógicas e associações que lhe conferem um modo de vida próprio”. (pág. 193).

Essa perspectiva mais abrangente sobre as ações levadas a frente pelo MPL faz parte também de seu próprio imaginário social sobre as razões dos conflitos contra a “pesca predatória”. Como veremos melhor a seguir, ainda que essa forma de representação sobre os conflitos nos ambientes pesqueiros não esteja tão bem formulada entre eles quanto nos estudos realizados pelos cientistas sociais, a crise do peixe não é vista somente como um problema relacionado à fome. A questão referente à garantia do seu modo de vida emerge como motivação fundamental para a luta pela “preservação” do lago.

Tendo em vista as entrevistas realizadas no período do trabalho de campo, observa-se que não houve nenhuma menção por parte dos comunitários sobre a experiência de uma situação de fome vivida de fato. O que me foi dito é que a pesca “ficou difícil”. Os moradores comumente diziam que às vezes era preciso passar muitas horas no lago para conseguir “levar a bóia para casa”, mas não houve menção sobre a falta de alimento. Como eu pude observar e ouvi dos moradores, ainda que haja dificuldades visíveis de captura do pescado, e até mesmo o fracasso da pescaria em algumas ocasiões, para os “pescadores polivalentes” existe sempre uma alternativa para enfrentar a situação marcada pela falta de peixe. Como pôde ser visto durante a minha permanência em Santa Fé, seja através da caça ou do abate de alguma pequena criação, sempre foram encontradas soluções para suprir a fonte de proteína animal nas ocasiões em que a pescaria fracassou.

Sobretudo, a presença no Canaçari dos grandes barcos pesqueiros vindo de Manaus ou de Belém, e dos “pequenos pescadores” vindos dos centros urbanos próximos é vista com desconfiança e ressentimento. Foi observado que a recente presença de um grande número de “pescadores de fora” representa para os moradores uma série de novos acontecimentos que, segundo eles, incidem diretamente sobre a estabilidade de suas práticas cotidianas. Nesse sentido, observa-se que mesmo entre os “ribeirinhos” a ameaça à fome não se constituiu como a única questão que ronda o seu imaginário para explicitar a fonte de indignação que os levaram ao conflito com os “pescadores de fora”.

Questionados sobre como estava a situação no Canaçari quando teve início o trabalho de “preservação”, os moradores reclamavam principalmente do impedimento dos deslocamentos de rabeta em função das grandes extensões de malhadeiras colocadas de uma ponta a outra do lago. As malhadeiras, amarradas no porto da residência dos comunitários,

segundo contam, prejudicavam a livre condução pelas águas, pois a hélice do motor de rabeta, presa nos meandros das extensas redes tinha o seu funcionamento interrompido. O aumento da incursão dos grandes barcos pesqueiros e dos pescadores vindos de Itacoatiara, ou de outras “comunidades” significa, de acordo com os moradores, a penetração de novos atores sociais em suas áreas de moradia. Além de causara escassez dos peixes, esses novos atores são acusados também de perturbam principalmente o modo como os “ribeirinhos” desenvolvem suas atividades cotidianas.

Ninguém podia passar aí com motor não. Ficavam de um lado para outro com essas malhadeiras, porque era tudo uma pertinho da outra. O cara já levava o peixe e já ia deixando outro para pescar. Aí já trazia o gelo de lá para colocar o peixe. E aquilo foi metendo raiva na gente e por isso nós tomamos essa medida de preservação. (Domiguinhos – Moradora de Santa Fé).

Em termos semelhantes, outro entrevistado informa que:

O lago estava difícil porque teve uma vez que eu saí no lago e ali e teve uma malhadeira que estava dessa altura fora da água, uma grande extensão cheia de vara, e aquilo ninguém nem podia passar no motor porque esses pescadores profissionais são os que mais invadem o lago e não respeitam, são os primeiros a invadir (Zé – Morador de Santa Fé)

Mas, além disso, quando alguma criação desaparecia, como uma cabeça de gado, por exemplo, a responsabilidade era atribuída aos “pescadores de fora”. Algumas queimadas ocorridas nas margens do lago se tornavam também responsabilidade desses atores. Segundo contam, a fogueira mal apagada utilizada pelos “pescadores” para o preparo de suas refeições tem sido responsável por incêndios acidentais:

Às vezes eles vêm atrás do peixe e vem atrás da criação, porco, carneiro... Eles matam e levam. A gente passa o inverno aqui e o verão para lá, porque aqui seca tudo, anda só por terra e água quase não encontra, aí a gente tem que sair daqui para ir para lá e aí vai com tudo, com criação, com tudo. Aí eles estão pescando e de vez em quando some uma criação nossa lá. Eles dizem que é só jacaré, mas acho que não é só jacaré não. É por isso que não pode

deixar eles tanto como pescar porque fica para matar criação da gente, isso também é preservar. (Rita – Morador de Santa Fé)

Há ainda outro problema levantado pelos moradores. É que os novos praticantes da pesca comercial no Canaçari detêm instrumentos de pesca com maior capacidade de captura do que os seus. Essa desvantagem por parte dos comunitários resulta na incapacidade de competir de igual modo com os “pescadores de fora” acerca do volume de peixes capturado diariamente. Os comunitários contam que observavam as incursões diárias dos pescadores, as diversas idas e vindas em um mesmo dia para descarregar seus isopores sempre cheios de pescado. Por isso, os moradores passaram a se questionar sobre o fato dos “pescadores de fora” capturarem quantidades de peixes sempre maiores do que aquelas apanhadas por eles:

Esse ano aí, lá atrás de casa tinha umas pessoas lá, três que invadiram lá atrás e eu fui lá com o garoto e eles disseram que só estavam pegando uma broca, mas com uma arrastadeira. E eu falei para eles que nós que morávamos lá ninguém não fazia aquilo, e eles que iriam fazer? Aí falei para eles tirarem e eles tiraram, soltando assim peixes, e não pegaram aqueles peixes que eu mandei saltar, só eu e o menino que tem aí. Então eu fiquei indignado com aquilo, mas corri pra cima, chamei os meninos e fomos lá e tomamos. (Zé – Morador de Santa Fé)

Outro queixa contra os “pescadores de fora” se refere à realização da pesca em áreas consideradas privadas, de acordo com as regras costumeiras de uso do lago instituídas entre as “populações ribeirinhas”. Durante o trabalho de campo foi observado que existem áreas próximas às residências dos comunitários onde eles pescam diariamente para sua alimentação. Esses locais são considerados suas áreas privadas de pesca. Nesse caso, a reclamação ouvida foi a de que os “pescadores de fora” passaram a pescar até mesmo nesses locais

Hoje eles não vêm mais aqui para pescar porque uma vez eu quebrei as caixas de uns caboclos que vieram pescar aqui dentro. Quebramos tudo, eles não respeitavam, vinham pescar no meu porto, no porto dos outros. Aqui a

gente bota malhadeira só para alimentação e o cara vem encher a caixa. (Naca – líder do MPL no Lago Canaçari)

Com referência às questões levantadas por essas populações e de acordo com a forma como os comunitários estão organizados no espaço da várzea, observa-se que o lago faz parte de sua realidade social como um local onde são desenvolvidas atividades sociais e econômicas. Nesse sentido, o uso do termo “invasão” para se referir à presença dos “pescadores” indica que o lago, assim como os espaços de moradia de cada habitante - o terreno, o roçado, o campo - se constitui como parte de sua propriedade. O lago é o local onde os moradores pegam água para o consumo, lavam roupas, pescam em cabeceiras próximas às suas moradias, e fazem suas estradas, etc. Portanto, esse território configura e constitui o espaço de vida cotidiano dos “ribeirinhos”, de modo que eles passam a conferir a esse ambiente até mesmo uma conotação emotiva. Dona Raimunda, esposa de Naca, me contou que os seus filhos, de tanto ver o pai envolvido com as questões da “preservação”, estabeleceram uma relação afetiva com o lago. Ela me contou que eles sentem muito “ciúmes” do Lago Canaçari. De acordo com seu relato, eles ficam o tempo todo atento às pessoas que navegam em suas águas e quando avistam pessoas desconhecidas, avisam imediatamente o pai para que alguma providência seja tomada.

Contudo, é importante ressaltar que a forma de uso do lago enquanto um espaço social diverge da forma de uso das outras propriedades dos comunitários. Durante o período da cheia, as edificações dos moradores de Santa Fé estão distribuídas de forma dispersa ao longo do lago, em espécies de ilhas que demarcam o espaço de moradia de cada unidade familiar. No “terreno” de cada morador está construída sua residência, está plantada sua roça, há o campo para a pastagem dos animais, e é o lugar onde os moradores saem para caçar. Então, diferentemente dessas áreas, que são muito bem delimitadas, o lago se constitui como local de uso comum. Nesse caso, tanto as famílias que constroem suas moradias nas margens do Canaçari, quanto os eventuais pescadores vindos de outras localidades têm acesso a ele e à exploração de seus recursos.

As análises sobre a forma como se estabelece o regime de propriedade comum nessas áreas demonstram que há um conjunto de crenças e regras que definem o bom uso dos recursos aquáticos. Como Pereira (2003) afirma, os usuários dos recursos comuns dos lagos mostram repetidamente sua capacidade para se organizar, monitorar o comportamento de outros e impor sanções aqueles que demonstram um uso considerado inapropriado dos

recursos comuns. Portanto, trata-se de pensar, de acordo com Almeida (2006) que as modalidades de uso comum dos recursos naturais por diferentes grupos e povos tradicionais:

Designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. (Almeida, 2006, pág. 28)

Observa-se então que os ambientes pesqueiros se tornaram locais de atuação de atores sociais munidos de outra lógica de exploração dos recursos naturais, que não corresponde à crença e ao sistema de uso instituído historicamente pelas “populações ribeirinhas”. Para responder a essa situação que ameaçava seu sistema de vida, os moradores buscaram instaurar, através do plano de manejo, outro conjunto de práticas capaz de articular seus interesses e os dos “pescadores de fora”. Nesse caso, a luta do MPL tem como objetivo fundar um “código de conduta” capaz de regular as formas de usufruto dos recursos naturais entre os próprios moradores e entre os novos atores sociais que se impuseram com vigor nesse território. Sendo assim, a regulação das atividades pesqueiras consiste em uma tentativa de barrar o avanço da racionalidade de mercado que ameaça desequilibrar a organização sócio-econômica das “populações ribeirinhas”.

Ao considerar os conflitos nos ambientes pesqueiros como uma disputa entre diferentes lógicas e práticas de apropriação dos recursos naturais, é possível discutir sobre esse assunto nos termos de uma disputa entre “territorialidades”, no sentido expresso pela teoria antropológica. Paul Little (2002) enfatiza que dentre outros fatores que devem ser lembrados para o entendimento da existência dos grupos sociais, a questão da territorialidade, centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, não deve ser esquecida. De acordo com o autor, essa ideia tem como fundamento que através dos ambientes geográficos se constitui “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (pág. 3).

Desse modo, cada grupo possui uma maneira de inter-relacionamento com o ambiente geográfico, que forma uma relação particular entre o grupo e seu respectivo território. Essa

relação, segundo Little (2002) inclui, por exemplo, regime de propriedade, vínculo afetivo mantido com território, uso social do território, etc. No Brasil, os “territórios sociais” possuem uma multiplicidade de expressões, produzindo diferentes tipos de territórios, com particularidades socioculturais. Observa-se então que as “populações ribeirinhas”, a partir de seu inter-relacionamento com o ambiente biofísico das áreas de várzea, constituíram uma forma particular de existência coletiva. Isso implica na formação de uma conduta de territorialidade, com base em regras e costumes específicos de ocupação e apropriação dos recursos naturais do espaço onde vivem.

Segundo essa teoria, o território surge das condutas de territorialidade constituída pelos grupos sociais que o ocupa. De acordo com Little (2002) os territórios são, portanto, “produtos históricos de processos sociais e políticos” (pág. 3). Sendo assim, é relevante pensar que a diversidade de interações que pode ser estabelecida em um mesmo território traz a possibilidade de que determinados grupos sociais entrem em conflito quando postos em relação com lógicas ou condutas territoriais distintas das suas. Podemos pensar então que os conflitos nos ambientes pesqueiros se constituem como um “choque de territorialidades” (Little, 2002) na medida em que estratégias antagônicas de territorialização entraram em contato após o processo de industrialização do setor pesqueiro. A introdução de um novo modelo de apropriação dos recursos naturais, controlado e regulado pela racionalidade de mercado, fez com que novas formas de relacionamento, uso e significação do mundo natural fossem instituídas nos ambientes de várzea, se contrapondo às formas tradicionais construídas pelas “populações ribeirinhas”. Portanto, as disputas nos ambientes pesqueiros podem ser entendidas como uma luta entre diferentes formas de relação, ocupação e uso desse ambiente.

Vimos anteriormente que as “populações ribeirinhas”, através de sua interação com o ambiente de várzea, fizeram historicamente da pesca não só uma importante atividade de consumo, mas também uma fonte de geração de renda regulada segundo o seu conjunto de valores e práticas. De acordo com o modelo cultural prevalecente entre essas populações, entende-se que a função econômica é apenas uma das funções sociais da natureza. Nesse caso, a exploração dos recursos naturais, diferente da forma como passou a ser realizada pelos “pescadores de fora”, não tem como objetivo único a lucratividade. A lógica de apropriação do mundo natural constituída pelas sociedades de várzea entrou em oposição com a lógica de mercado, instituída a partir da industrialização do setor pesqueiro na Região.

O objetivo do movimento nessa disputa é o de reivindicar o reconhecimento jurídico-formal das formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais das “populações

ribeirinhas”. A mobilização para a “preservação” dos lagos deve ser entendida então como uma disputa que busca garantir a continuidade do conjunto de valores e práticas referentes à interação dos “ribeirinhos” com seu ambiente. Nesse sentido, observa-se que as ações ambientalistas do MPL se engendram com base em uma luta pela defesa da identidade coletiva dos “ribeirinhos” e de suas modalidades de uso e apropriação dos recursos naturais. Essa perspectiva se contrapõe ao pensamento de que esta seria uma luta da “necessidade” ou da “falta de alimento”.

Cabe então ressaltar que os conflitos nos ambientes pesqueiros fazem parte dos novos padrões de relação política no campo e na cidade observados por Almeida (2006) a partir dos anos 1980. De acordo com o autor, processos de resistência e organização política foram sendo geradas pelos grupos sociais que viram ameaçado o seu sistema de vida em razão do recente avanço capitalista sobre a Amazônia. De acordo com Ferretti, Esterici e Ramalho (2009) esses grupos sociais acumularam força e se constituíram como novos atores políticos, que afirmaram nessa dinâmica de conflitos suas identidades coletivas. Então, sobre a consolidação desses novos movimentos sociais que vêm se desenvolvendo no Brasil e principalmente na Amazônia, Almeida (2006) nos informa que eles se constituem a partir de:

Certos desdobramentos, cujas formas de associação e luta escapam ao sentido estrito de uma entidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e critérios de gênero e de autodefinição coletiva, que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de pautar e de encaminhar demandas aos poderes públicos. (pág. 25)

Na medida em que a análise dos conflitos entre as “populações ribeirinhas” e os “pescadores” se inscreve numa perspectiva mais ampla (do que a ideia de que os moradores das áreas de várzea têm como único interesse a defesa do peixe, enquanto sua fonte de alimento), torna-se igualmente importante refletir sobre a percepção dessas populações referente ao risco de fome. Como vimos, a questão da falta de alimento é frequentemente evocada nessas disputas pelos referidos atores sociais. Dessa maneira, será tratado a seguir o significado atribuído a essa noção a fim de apreendê-la segundo os esquemas de representação e percepção dos “ribeirinhos” e não a partir do ponto de vista de atores externos, como o da própria pesquisadora ou de agências governamentais, por exemplo.

3.3 – O declínio dos “estoques pesqueiros”: a falta de um alimento “farto”, “gratuito”, “prático”, “saboroso” e “saudável”

Tendo em vista que o MPL se constitui como uma organização política que visa defender o conjunto de valores e práticas constituído historicamente pelos “ribeirinhos”, torna-se relevante analisar a concepção desses atores referente à noção de fome quando denunciam que seu alimento começou a faltar. Nesse sentido, é preciso considerar, assim como Murrieta (2001) que a alimentação se caracteriza como um aspecto da vida humana “profundamente conectada com a sobrevivência básica e, ao mesmo tempo, com elementos social e simbolicamente construídos” (pág. 40). Assumindo essa concepção, trata-se de analisar de que forma os moradores classificam o que é “ter alimento para comer”. Assim, será investigado o sentido atribuído à noção de fome que essas populações dizem correr o risco de passar quando ressaltam, por exemplo, que “ficaram com dificuldade de alimento depois que aumentaram as pescarias”.

Nesse caso, vale à pena lembrar também os estudos de Andrade (2006), que problematizam as noções de “fome” e de “pobreza” entre os “atingidos” pela instalação da Base Espacial, na Ilha de Alcântara, no estado do Maranhão. Para tratar desse tema a antropóloga utilizou como exemplo o que aconteceu no período em que uma forte estiagem culminou na impossibilidade da produção da farinha. Diante da falta deste alimento, os moradores pesquisados “conheceram a fome, a chamada fome de farinha, pois não costumam ingerir os alimentos, como dizem, simples, sem esse acompanhamento. Os alimentos, sejam peixe, carne, frutas, são sempre acompanhados da farinha d’água” (Andrade, 2006, pág. 45). Esse trabalho adquire importância, pois nosso objetivo é partir da mesma concepção da autora a fim de apreender, segundo a perspectiva das “populações ribeirinhas”, a maneira como a noção de “fome” é construída por eles. Por conseguinte, essa análise não busca responder se os “ribeirinhos” passam fome ou não, ou se a falta do peixe traria fome ou não, mas compreender o sentido dessa categoria frequentemente mobilizada pelos atores nessa disputa.

A partir da vivência com os moradores da comunidade de Santa Fé no Lago Canaçari foi possível eleger dois acontecimentos que ajudam a relativizar a noção de “fome”, como proposto. Para tanto, farei uma breve descrição dos hábitos alimentares das famílias com quem convivi.

Em Santa Fé fui recebida por três famílias diferentes: fui hospedada na casa de Naca, que vive com sua esposa e mais três filhos adolescentes. Na casa de Elba, filha de Naca, que vive com seu esposo e seus dois filhos, ainda pequenos. E na casa de Dona De Lourdes, tia do Naca, que por ser viúva, vive apenas com sua filha Socorro. A forma como essas famílias garantem os seus meios de vida é semelhante. E de maneira geral, essa é a forma através da qual as famílias vivem em Santa Fé, salvo aquelas que se dedicam com maior exclusividade a criação de gado. Naca e Dona de Lourdes possuem uma pequena criação de gado, criam animais no quintal (galinhas e porcos) e contam com as árvores frutíferas do quintal, como renda ou fonte de alimento. Naca possui roçado de mandioca, e por isso produz sua própria farinha. Dona de Lourdes, no entanto, adquire a farinha a partir da doação de seu filho, já que na casa dela não há homens para cuidar do roçado e produzir o alimento. A situação de Elba é diferente, pois Jair, seu marido, trabalha como diarista para um fazendeiro da região. Ele faz serviços como atravessar o gado no tempo da cheia para a terra firme, abater o animal para venda, etc. Nesse caso, Jair passa o dia todo fora de casa, e por isso, não se dedica às criações e nem à agricultura. Elba é então dependente da ajuda de seus pais, que são responsáveis por levar peixes a ela diariamente e garantir o seu suprimento de farinha de mandioca.

Nessas três casas, bem como em todas as residências da “comunidade” de Santa Fé não há fonte de energia elétrica, por isso os moradores não podem armazenar o peixe ou qualquer outro alimento que necessite refrigeração. Dessa maneira, o pescado, sempre consumido fresco, é capturado duas vezes ao dia, instantes antes do almoço e do jantar. A pesca é feita com malhadeiras, que ficam todo o tempo armadas nas “cabeceiras” - locais considerados pelos moradores como os mais piscosos, pois servem, segundo eles, de esconderijo aos peixes. Os moradores saem para “conferir” a malhadeira antes de cada refeição e trazem para casa os peixes que ficaram presos nas redes para serem consumidos logo em seguida.

O consumo do pescado é feito de três formas distintas: frito, refogado ou assado, e é acompanhado de muita farinha de mandioca, distribuída em mais de um recipiente pela mesa para que as pessoas possam se servir com fartura ao longo da refeição. Hortaliças ou legumes nunca foram servidos como acompanhamento no tempo em que convivi com as três famílias citadas. Enquanto o arroz, que é comprado na cidade, foi servido raramente como complemento ao peixe e a farinha. Os lanches da manhã e da tarde são compostos de café, servido de biscoitos e torradas comprados na cidade ou de alguns alimentos derivados da farinha de mandioca como bolinhos, pé-de-moleque ou biju. Esses alimentos são preparados

pelos próprios moradores. Nesses lanches são servidos também sucos de frutas da estação. No tempo em que estive em campo, o cupuaçu e a peroba (maracujá), literalmente caíam das árvores.

Apesar da criação de animais como o gado e o frango, nem o leite e nem os ovos fazem parte da dieta alimentar desses moradores. Questionados sobre o motivo de não consumirem esses alimentos, não foi me dada nenhuma resposta clara. Ao tentar responder a essa pergunta, os moradores apresentavam certo descaso com esses alimentos, o que indicava a falta de hábito e o desinteresse em consumi-los, já que eles indicavam também que não havia uma apreciação do gosto desses alimentos. Nesse sentido, somente a carne de frango é consumida eventualmente como estratégia à falta do peixe. O gado e os suínos são criados pelos moradores como uma espécie de poupança. Eles geralmente são vendidos em situações marcadas pela precisão de uma fonte de renda, como a necessidade de uma viagem ou gastos com doença, por exemplo.

Sobre a atividade pesqueira, pude presenciar algumas ocasiões em que a “malhadeira não deu nada”, ou seja, ocasiões em que a pescaria fracassou. Essas situações ocorreram na casa do Naca e na casa da Dona de Lourdes, que foram os locais onde eu passei mais tempo. Quando essa situação aconteceu na casa do Naca, o peixe foi substituído pela caça ou pelo abate do frango. No entanto, no momento em que houve a falta do peixe na casa de dona De Lourdes, a situação foi tratada de forma diferente em razão da minha presença.

No décimo primeiro dia de convivência com dona de Lourdes e sua filha Socorro, nenhum peixe foi capturado para o almoço. Não era fácil lidar com a falta do pescado. Pude observar que nas três casas havia sempre uma espécie de “tensão”, pois a falta do peixe correspondia a uma expectativa não concretizada pelas famílias. Nesse sentido, quando o peixe faltava instalava-se um sentimento que era expresso da seguinte forma: “E agora?”. Contudo, como alternativa à falta do peixe, a dona da casa e sua filha Socorro costumavam recorrer às pequenas criações do quintal. A caça não se constituía como uma alternativa para dona de Lourdes, pois esta é uma atividade fundamentalmente realizada por homens. Em Santa Fé não ouvi falar em nenhum momento sobre mulheres que saíam para caçar.

Mas, minhas anfitriãs já sabiam que devido à dieta vegetariana que sigo, fiz apenas uma ressalva ao peixe durante o período de pesquisa de campo, com a desculpa de que a carne de outros animais me fazia mal. Devido a esse fato dona de Lourdes disse a Socorro “que se um não comesse ninguém comeria”. Então para tristeza de sua filha, e para o meu grande

constrangimento, nesse dia um frango deixou de ser abatido e não foi preparada qualquer refeição para o almoço.

No entanto, na hora do jantara situação se modificou. Quando Socorro foi “verificar” a malhadeira no fim da tarde havia três sardinhas e dois curimatãs presos na rede. A mim não era permitido ajudar nos trabalhos domésticos, seja por minha incompetência revelada claramente diante dos utensílios domésticos que são utilizados, seja pela intenção dessas famílias de me receber bem. Mas o fato, é que quando a mesa ficou pronta, e fui chamada para o jantar, para minha surpresa estávamos providos de uma refeição com uma diversidade⁶³ de alimentos que até então não tinha presenciado. Não tive dúvidas em concluir que o jantar mais incrementado ocorreu para compensar a falta do almoço naquele dia. Então, além do habitual peixe e farinha, e do arroz, que com alguma frequência aparecia ao lado desses outros dois alimentos na casa de dona de Lourdes, a refeição foi acompanhada também do feijão e do macarrão.

Chegamos então à questão que se tornou relevante para a reflexão sobre o problema da “fome”: por que o almoço não foi servido com esse cardápio? Eu me alimentaria de arroz, feijão, macarrão e farinha, e as minhas duas anfitriãs complementariam sua refeição com a carne de frango. Para mim, que sigo uma dieta vegetariana, não poderia haver refeição melhor do que essa.

No entanto, outro acontecimento permite de igual modo a reflexão sobre essa questão. Foi no dia em que visitei junto com Socorro a residência de Anete, outra filha de dona de Lourdes. Anete possui um pequeno cultivo de couve em seu quintal, num canteiro suspenso, que a fazia se orgulhar de ter boas mãos para plantar. Quando acabamos a visita, ela perguntou a Socorro se não queria levar umas folhas de couve para serem preparadas para mim. Já havia certo tempo que não consumia tipo algum de hortaliça, o que certamente faria com que eu aceitasse o agrado com muita satisfação. No entanto, antes que eu pudesse manifestar meu desejo positivo, Socorro antecipadamente recusou a oferta, e ao responder em meu nome, disse que couve era boa somente quando acompanhada de carne. Resumo da história: fomos embora sem a couve, e a questão que permaneceu em meu pensamento foi: por que a couve só é boa quando acompanhada de carne? Ficou para mim também o questionamento da restrição sobre a combinação da couve com o peixe, mas para os interesses dessa pesquisa, era mais interessante me deter à primeira questão: por que Socorro

⁶³ Essa diversidade me fez avaliar a mesa como farta. Mas percebi que a noção de fartura dos moradores se distinguia da minha. Para eles, como pude observar, um almoço farto era aquele que tinha uma variedade de espécies de peixes e não uma variedade de alimentos.

considerava que a couve não poderia ser comida com outros alimentos que não uma fonte de proteína animal?

A centralidade já conhecida que o peixe e a farinha têm no cardápio dos moradores das áreas de várzea nos permite pensar também sobre o sistema classificatório desses atores sociais referente ao que consideram “ter alimento para comer”. As refeições só adquirem status de “alimento” quando o peixe (ou algum substituto da proteína animal, como a caça e o frango) e a farinha estão servidos. Desse modo, se atualmente outros alimentos, como os cereais, ganham um espaço cada vez mais relevante nas refeições das “populações ribeirinhas”, de modo algum eles se tornam substitutivos dessas duas fontes de alimentos, ao contrário, se tornam apenas complementos à sua refeição básica.

Sobre os moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, os antropólogos Almeida e Dias (2004) explicam que as famílias pesquisadas estão acostumadas a preparar seus pratos com o pirão feito do caldo da carne e a farinha, e com a própria carne. Nesse caso, os atores concluem que:

Sem esses alimentos na casa, costumam dizer que não há rancho, que não tem nada para comer, mesmo quando a família tem abundância de macaxeira, frutas e cereais em casa. Se há outras coisas como arroz e feijão (considerados como ‘mistura’), o prato pode tornar-se mais saboroso, mas o que não pode idealmente faltar no prato dessas pessoas é a carne e a farinha. (pág. 14)

Conforme os dados de campo, conclui-se que as duas situações pesquisadas se assemelham. Pois para os “ribeirinhos”, os outros alimentos que acompanham suas refeições, como os cereais, por exemplo, são considerados apenas enriquecedores de sua dieta, ou seja, eles não são pensados como alternativas à falta de um desses dois alimentos ou de ambos. Desse modo, segundo a análise dos seus sistemas classificatórios, há “alimento para comer” na medida em que a proteína animal e a farinha estão garantidas em sua mesa. Por isso, a escassez dos recursos dos lagos concorre para a situação de ameaça de fome, pois essa fonte de alimento se constitui como um dos pilares básicos e insubstituíveis das refeições dos moradores das várzeas.

No entanto, como pôde ser apreendido durante o trabalho de campo, é verdadeiro que em algumas famílias sucede que nem mesmo o arroz figura em sua mesa como alimento complementar devido às limitações econômicas. Neste caso, a refeição, composta pela farinha

e pelo peixe se torna realmente incompleta sem que um desses dois alimentos esteja disponível. No entanto, mesmo que nem todas as famílias possuam condições financeiras para adquirir arroz, macarrão ou feijão, o fato relevante é que mesmo de posse desses mantimentos, sem o peixe ou outra fonte de proteína animal, alimentos que poderiam se constituir como uma refeição completa não são merecedores de serem colocados na mesa. Tal fato pode ser explicitado a partir do cardápio servido no jantar de dona de Lourdes. Sem a proteína animal, o arroz, o feijão e o macarrão, diferentemente do que poderia ser considerado de acordo com meu entendimento, não foram reconhecidos como complementos à farinha. Mesmo diante da presença desses alimentos, a inexistência do peixe ou de outra fonte de proteína animal, fez com que Dona de Lordes considerasse que não havia “alimento para comer”, fazendo com que o almoço não fosse servido naquele dia.

Contudo, apesar dessas situações, ainda persistiam alguns questionamentos. Eu continuava a me perguntar por que outras fontes de proteína animal, consumidas nos momentos em que a pescaria fracassava, não poderiam se constituir como alternativas a falta do peixe? E nesse sentido me perguntava o porquê da caça e das pequenas criações não serem considerados pelos moradores como substitutos do pescado, de modo que eles não se ressentissem tanto da falta do peixe e não vislumbrassem uma situação de fome, diante do quadro de esgotamento dos recursos aquáticos.

De acordo com as regras costumeiras que orientam a vida dos “ribeirinhos” nos ambientes de várzea, eles não estão acostumados a empregar dinheiro para garantir suas refeições principais. O peixe é capturado no lago e a farinha de mandioca é produzida por eles próprios, já que a maioria das famílias possui o seu roçado. Desse modo, a substituição do pescado pelo consumo de animais domésticos como a galinha ou o pato se constitui como estratégias que entram em confrontação com um modo de vida que retira da natureza, sem gastos monetários, os bens essenciais a sua economia doméstica. Então, ao questionar os moradores sobre a possibilidade das pequenas criações se constituírem como fonte de proteína animal substituta do peixe, foi possível observar que essa alternativa não é percebida por eles como viável:

Zé: É gado, é porco, é carneiro, tudo eu tenho.

Ana Paula: E aí, não daria para viver só desses animais se o peixe sumisse do lago?

Zé: Não... O peixe é em primeiro lugar.

Ana Paula: Por que o peixe é em primeiro lugar?

Zé: É porque o peixe é todo dia ali, para estar ali pegando, agora a criação não, se pega um dia mata um e come, mas também não pode matar todo dia se não acaba, se todo dia matar um acaba e o peixe não, o peixe aumenta a rolo, cada uma ninhada que ele tira desova em grande quantidade de peixes.

O peixe é classificado, portanto, como um recurso “farto” e “gratuito”. E essas características não são atribuídas às pequenas criações. Além de despenderem tempo cuidando desses animais, eles precisam alimentá-los muitas vezes com ração, pois quando chega o período das cheias e esses animais passam a não ter com o que se alimentar, já que as áreas de várzea ficam alagadas. Mas, além disso, os meus interlocutores disseram em várias ocasiões que se matasse todo dia uma galinha ou um pato do quintal, a criação acabaria rapidamente. Esta percepção se opõe ao pensamento que eles têm acerca do peixe, pois como diziam, essa espécie sempre existiu em “abundância” na natureza. Assim, um morador de Santa Fé considera que se os peixes já tivessem desaparecido dos lagos:

Tinha muita gente que já tinha saído, porque onde não tem alimento ninguém aguenta. Se não, vai à cidade comprar porque lá tudo tem, mas só para quem tem dinheiro... E aqui a gente come sem comprar. (“Seu” Adelson- Morador de Santa Fé)

Quando eu perguntei a Dona de Lourdes como ficaria a situação dos moradores no Canaçari caso os peixes “acabassem”, ela de maneira semelhante me respondeu:

Deus me livre! Ave Maria! Não dá não, viver assim só da criação? Não dá não. Porque acaba também, se for matar só a criação. Não é todo mundo que tem condições; seria muita despesa se tivéssemos que comprar carne na cidade todo dia. E se só matássemos criação, ela acabaria, e não é todo mundo que tem muita.

Contudo, se as criações não têm as mesmas características de “gratuidade” e “fartura” conferidas ao pescado, é possível supor que a caça pudesse se constituir como uma alternativa à falta do peixe, pois os animais silvestres, assim como a fauna aquática estão livremente

“disponíveis” na natureza. Contudo, Pereira (2003) nos informa que devido ao fato dos “ribeirinhos” serem ao mesmo tempo agricultores e coletores, eles dependem de uma pesca abundante, de fácil acesso e baixa competição. Isso significa dizer que estando a atividade pesqueira em harmonia com a caça, o extrativismo, a criação de animais e a pequena agricultura, a modificação do tempo gasto para a aquisição do seu alimento diário comprometeria a realização dessas atividades. E foi visto durante o trabalho de campo que o processo de obtenção da carne através da atividade cinegética difere com relação ao tempo e energia que os moradores de Santa Fé estão habituados a empregar para capturar o peixe. Se para pescar durante o período da cheia, por exemplo, é preciso somente “conferir” nos minutos antes de cada refeição os peixes que ficaram presos na malhadeira, a captura de animais silvestres requer do morador da várzea maior tempo e esforço.

O fato que se coloca, portanto, é que a realização cotidiana da caça para a garantia da proteína animal nas refeições dos “ribeirinhos” produziria um desequilíbrio sobre a forma como são desenvolvidas as diferentes atividades produtivas. Nesse caso, o tempo desigual entre a atividade de caça e a atividade pesqueira pode ser descrito a partir de um dia do meu trabalho de campo em que a família de Naca não conseguiu capturar o peixe e utilizou a caça como alternativa. Consta em meu caderno de campo que entre as duas semanas que passei na casa do meu informante, essa situação estava ocorrendo pela terceira vez, e como nas duas outras vezes foram abatidos frangos, Naca resolveu então “apelar para a caça”.

Para as pessoas que ficaram na casa (sua esposa, seus três filhos e eu) não restou alternativa a não ser abaixar a rede e esperar sua volta. Foram gastas quase duas horas para que Naca armasse sua espingarda e retornasse com um grande pato do mato. Mas, além do tempo para caçar, o cozimento do pato exigiu dele e também de sua esposa outras tarefas que não eram utilizadas para o preparo do peixe. Enquanto o pescado é capturado e “limpo” em questão de minutos na pia improvisada na cozinha, para o preparo do pato do mato foi preciso acender o fogão de lenha situado fora da casa a fim de “sapecar” e “depenar” a ave. Isso sem contar que o cozimento do animal também demorou mais tempo do que o cozimento do peixe. No fim, a refeição nesse dia foi realizada em quase três horas. O tempo e a energia gastos para a captura da ave, somado ao tempo de preparação e cozimento desse animal foi superior ao tempo de preparo do peixe, que não demorava mais do que 30 minutos.

Conclui-se que se a substituição do peixe pelas pequenas criações como fonte de alimento cotidiano rompe com o sentido de “fartura” e “gratuidade” que conferem significado à alimentação dos “ribeirinhos”. O uso da caça por sua vez destrutura o modo como essas

populações se organizam para a realização de atividades produtivas múltiplas. Observa-se então que a adoção dessas estratégias alimentares ameaça o conjunto de valores e práticas que essas populações desenvolveram ao longo dos anos, a partir da relação histórica desenvolvida com o ambiente de várzea.

Mas cabe ressaltar ainda outro problema que subsiste ao pensarmos em mais uma alternativa a falta do pescado. O fácil acesso a cidade permitiu uma nova forma de relação dos moradores com os serviços urbanos no que se refere à saúde, à educação e até mesmo com relação à compra de alimentos. A aquisição de produtos industrializados como cereais, café, biscoitos, açúcar e leite em pó produziu novos hábitos alimentares entre os moradores. Contudo, a possibilidade de inclusão da carne industrializada na dieta alimentar das “populações ribeirinhas” é desaprovada tanto do ponto de vista de quem apoia a luta a favor da “preservação” dos lagos, quanto por parte dos próprios comunitários. Acredita-se que a inclusão desses alimentos nas refeições dos “ribeirinhos” se constitui como uma prática ilegítima em razão de dois motivos. Dispondo de alimentos “saudáveis” e “frescos”, que sempre fizeram parte de suas refeições, a diminuição dos “estoques pesqueiros” é vista com consternação, pois os “ribeirinhos” seriam “obrigados” a se valer de outras estratégias alimentares consideradas menos benéficas à sua saúde:

Lá no interior o cara ficava sem ter o que comer porque a única fonte de alimento dele era o peixe no lago e a farinha de mandioca, e aí, arroz, feijão, essas coisas são complementos. Hoje não, você vai ao interior, dá uma dor no coração quando você chega ao interiorzão e o cara está comendo frango congelado, está comendo salsicha, esses industrializados que têm um monte de química, componentes que não estão vinculados ao componente do ser humano, que faz mais mal do que ajuda. (Jorge Luís – Vice coordenador da CPT)

A segunda questão que se coloca diz respeito ao fato de que o esgotamento dos “estoques pesqueiros” é representado, segundo o discurso desses atores sociais como um “roubo”. Certo dia, em uma conversa com Naca, quando discutíamos a falta do peixe, ele me contou que não achava justo matar criação ou comprar carne na cidade se o “pescador de fora” chegava ao lago e “acabava” com tudo o que era deles. O sentido de injustiça presente nessa ideia se articula, portanto, com a concepção de “propriedade” e de “direito” presente na lógica desses atores sociais face aos recursos naturais disponíveis em seu espaço de vida.

Mas, além disso, como foi dito, os comunitários estão organizados em torno de um sistema de produção alimentar onde suas principais fontes de consumo são garantidas através de atividades como a pesca, a caça, o extrativismo e a agricultura. Por isso a ideia de ter custo com alimentação é vista como uma prática imprópria. Segundo suas considerações, comprar alimento é uma atividade característica dos moradores dos centros urbanos. Em outra conversa com Naca sobre os padrões de consumo dos moradores das áreas de várzea, ele me explicou que se um morador do interior não pesca, não caça, e ao contrário, paga pelos alimentos comprados nos mercados dos centros urbanos, ele vive “como se fosse na cidade”.

O acesso facilitado aos serviços urbanos permitiu a introdução de outros itens na dieta dos moradores das áreas de várzea. No entanto, há um processo de oposição relacionado à compra de alimentos que fazem parte de sua refeição básica, como o peixe e a farinha, que sempre estiveram e estão “disponíveis” aos “ribeirinhos, ainda que de forma escassa.

Em consonância a essa perspectiva, entram em jogo também as questões relacionadas às preferências individuais dos moradores. A partir da pesquisa de campo pude observar que os comunitários de Santa Fé expressam o grande apreço pelo sabor do peixe fresco e por isso se colocam de forma contrária ao consumo de carne industrializada, e até mesmo do peixe criado em cativeiro. Desse modo, a aquisição de alimentos industrializados ou criados de forma “não natural”, por exemplo, é menosprezada pelos moradores, que por sua vez avaliam o peixe retirado do lago na hora como um alimento mais saudável e saboroso.

Ao pesquisar os processos de uso e escolha de alimentos entre os moradores do baixo amazonas, Murrieta (1998) afirma que esses processos:

Não são apenas determinados por algum sistema cognitivo ou social unificado, ou relações unidirecionais (resistência/ assimilação) entre sistemas locais e pressões socio-políticas e ambientais, mas, também por uma seleção intrincada e combinada de repertórios, tanto consciente como inconsciente e que segue a lógica do momento social, suas condições e pressões cotidianas. (texto sem paginação)

Dadas as condições ecológicas da várzea e as práticas habituais estabelecidas em torno desse ambiente, observa-se que a pesca foi incorporada aos hábitos e escolhas alimentares dos comunitários, se configurando como sua principal fonte de proteína animal. Segundo o relato dos comunitários, “o peixe é um alimento precioso que não dá para acabar”. Então, a despeito

da possibilidade de substituir o pescado por outras fontes de proteína animal, o caráter “farto”, “gratuito”, “prático”, “saboroso” e “saudável” são categorias mobilizadas pelos atores referidos para explicitar a “preciosidade” dessa fonte de alimento. Como foi dito, nem a caça, nem a criação de pequenos animais e nem a carne vendida na cidade adquirem esses aspectos, conforme os pressupostos das “populações ribeirinhas”. Sendo assim, em comparação ao estudo de Andrade (2006), observa-se que a ameaça de fome evocada por esses atores sociais se configura, sobretudo, como a “fome de peixe”. A inexistência desse alimento nas refeições dos “ribeirinhos” significa a falta de “alimento para comer” mesmo que haja alternativas ao seu dispor. A noção de fartura para esses atores não remete à variedade de alimentos, mas às diferentes qualidades de peixes que se encontram ao seu dispor. Mesa farta, portanto, é aquela onde há pacu, branquinha, curimatã, tambaqui, etc.. Então, a noção de fome, frequentemente acionada pelo MPL para explicar os motivos que os levaram a se mobilizar politicamente contra a “pesca predatória”, deve ser entendida como a falta de um recurso que entre “o que é biologicamente necessário, socialmente desejado, ecologicamente possível e historicamente assimilado” (Murrieta, 2001, pág. 40) se tornou a principal fonte de alimento das populações de várzea.

Desse modo, privar as “populações ribeirinhas” do acesso cotidiano ao pescado significa a desestruturação de um modo de vida, de um sistema de conhecimento, de um conjunto de valores e práticas apropriado ao meio ambiente em que vivem, condenando-os ao rompimento de sua estrutura básica de organização. A mobilização do MPL para garantir o peixe na mesa das “populações ribeirinhas” representa, portanto, um processo de resistência contra a ruptura de determinada forma de organização e representação social baseada nos recursos pesqueiros como principal fonte de alimento.

Capítulo 4 – O *ambientalismo ribeirinho*

A gente, como pai, como pessoa que vive no meio ambiente, tem que ser ambientalista.

(Naca – Líder do MPL no Lago Canaçari)

Com o apoio inicial da CPT, o MPL se inteirou de um repertório crítico para levar a frente sua luta contra a pesca considerada predatória e a reivindicação do direito de gerir de forma comunitária os recursos naturais dos lagos. As denúncias feitas se apoiaram inicialmente sobre a *crítica social*, mas posteriormente, o MPL incorporou o discurso ambientalista. Os “pescadores de fora”, entendidos como “exploradores do povo”, passaram a ser vistos também como “depredadores da natureza”. Ao utilizar a natureza como um valor normativo esses atores sociais contribuíram para o processo de unificação dos valores sociais e ambientais e se vincularam aos chamados movimentos socioambientalistas.

Nesse caso, se os critérios ecológicos foram utilizados pelo MPL para denunciar a intensificação da pesca comercial, considera-se que a exigência de uma nova postura dos homens referente ao meio ambiente deve também ser justificada. Com isso quero dizer que se os movimentos ambientalistas postulam que é preciso “preservar” o meio ambiente, eles precisam responder o porquê dessa exigência: os animais têm direitos, as espécies estão ameaçadas, nosso “alimento” está se tornando escasso, etc. De maneira geral, essas são algumas das formas através das quais a justificativa ambientalista é constituída. Por meio de respostas como essas é esclarecido o valor da natureza, e justificada a preocupação com a crise ambiental.

Considerando a pluralidade de perspectivas que a questão ambiental assume, o objetivo desse capítulo é investigar como o MPL se apropriou das categorias ambientalistas para justificar sua denúncia contra as novas formas de exploração dos recursos pesqueiros nos rios e lagos da Região. Então, se no segundo capítulo foi visto que os “ribeirinhos” vincularam suas reivindicações às questões ambientalistas e no terceiro capítulo vimos que esses conflitos se constituem como uma luta em favor da defesa de sua trama social, nesse instante discutiremos sobre a percepção e a representação das “populações ribeirinhas” sobre a natureza.

Com referência ao modelo que se constitui após a incorporação dos critérios ecológicos às antigas reivindicações sociais do MPL, observa-se a construção de um “contrato natural” (Serres, 1991), na medida em que a natureza é também alçada à esfera política como uma instância implicada com a justiça. Mas, como já foi discutido, considera-se que os termos desse contrato são diversos, ou seja, a valoração do mundo natural não é imediatamente apreendida, e nem idêntica a todos os movimentos ambientalistas. Ainda que possam ser estabelecidas aproximações sobre o sentido atribuído a questão ambiental pelos diferentes atores, essa questão se caracteriza por possuir uma multiplicidade de sentidos. Desse modo, o que distingue as diferentes formas de manifestar a preocupação com o meio ambiente é a maneira como os diversos grupos sociais lidam e categorizam o mundo natural.

Como o “contrato natural” é construído a partir de diferentes esquemas de percepção e representação sobre a natureza, para entender a experiência do MPL de empatia com o mundo natural será analisado o sentido conferido por esses atores ao meio ambiente e os valores evocados para justificar a conservação ambiental. Portanto, me questionarei sobre os termos evocados pelos “ribeirinhos” para justificar uma nova forma de relacionamento entre os homens e a natureza ao se posicionar de forma contrária à realização da “pesca predatória”,

As próprias categorias utilizadas por mim no decorrer dessa dissertação para se referir ao meio ambiente são significativas da forma como esses atores conferem sentido ao mundo natural. O emprego de termos como “estoques pesqueiros”, “recursos naturais”, “fonte de alimento”, “escassez”, que estão amplamente presentes no discurso dos atores e na bibliografia produzida a respeito desses conflitos, nos permite realizar uma compreensão prévia sobre o *ambientalismo ribeirinho*. Esses termos evocam a ideia de uma natureza que se constituiu como um recurso, um objeto a ser apropriado e utilizado pelos seres humanos de acordo com seus propósitos. Feita essa asserção, minha intenção é analisá-la mais a fundo, com a finalidade de compreender como esses atores atribuem significado ao mundo natural.

Portanto, tal como Goldman (2003) em seus estudos sobre a política do movimento negro da cidade de Ilhéus (BA) evitou conceber “a política” como um domínio, ou mesmo um processo específico, definível objetivamente de fora. E tratou de investigar os fenômenos relacionados àquilo que, “do ponto de vista nativo”, é considerado como “política”. A interpretação sobre o *ambientalismo ribeirinho* recairá sobre os valores, as práticas e as motivações referentes à relação dessas populações com a natureza no contexto das lutas travadas contra o aumento da pesca comercial. Para essa reflexão será deixada de lado qualquer perspectiva normativa referente a um estilo de vida “ecologicamente correto” e serão

levadas a sério as percepções das “populações ribeirinhas” referentes à conceituação de natureza. Dessa maneira, a investigação do sentido atribuído às categorias ambientalistas pelo MPL será realizada, assim como a pesquisa de Marcio Goldman, a partir do “ponto de vista nativo”. Contudo, cabe ressaltar ainda que não sendo possível generalizar as afirmações acerca dessa investigação a todos os municípios onde há atuação do MPL, entendo que alguns pontos observados mediante trabalho de campo no Lago Canaçari possam servir de base para o aprofundamento de questões mais gerais sobre o pensamento ambiental dos “ribeirinhos”.

4.1 – O valor da natureza: bom para comer, bom para curar, bom para vender...

No capítulo anterior observamos que a crítica à “pesca predatória” e a reivindicação do exercício de uma gestão comunitária dos recursos dos lagos são ações do MPL cujo objetivo é garantir a perenidade de um espaço físico considerado fundamental para a reprodução social dos “ribeirinhos”. Nesse sentido, foi discutido que os lagos, assim como as espécies de peixes não são simplesmente um aspecto físico da paisagem, ao contrário, eles formam parte da “experiência moral” (Lienhardt, 1985) dos “ribeirinhos”. Os conflitos travados nos ambientes pesqueiros, mais do que uma disputa por recursos, ou uma disputa por alimentos, representam, portanto, uma disputa entre diferentes lógicas territoriais, ou seja, entre diferentes modalidades de interação e apropriação do mundo natural. O entendimento sobre os interesses e motivações do MPL para se mobilizar contra as atividades dos “pescadores de fora”, discutidos no capítulo anterior, nos ajudará a refletir sobre o valor atribuído à natureza e sobre a forma como as “populações ribeirinhas” conferem sentido ao seu engajamento ambientalista.

A fauna aquática, como pôde ser observado, é compreendida pelos “ribeirinhos” como um recurso natural essencial à garantia do seu sistema de vida. Suas ações para a “preservação” dos lagos são entendidas por eles próprios como um pressuposto para a manutenção dos elementos materiais considerados fundamentais à sua identidade e forma de existência coletiva. Isso significa dizer que diferente, por exemplo, de movimentos ambientalistas que se auto definem como “amantes de natureza” (Castells, 1999) e por isso lutam “pela preservação da vida selvagem, sob suas mais diversas formas e dentro de parâmetros razoáveis sobre o que pode ser conquistado no atual sistema econômico e

institucional” (pág. 145), as “populações ribeirinhas” têm como principal interesse ao levar à frente a causa ambientalista defender suas formas tradicionais de ocupação e uso dos ambientes de várzea.

Contudo, as formas de uso da natureza desenvolvidas por esses atores não se fundamentam apenas na apropriação do pescado. Em Santa Fé, foi visto que os comunitários retiram *do lago* a água para o seu consumo, para o preparo de alimentos e retiram o peixe para sua alimentação. *No lago*, eles realizam sua higiene pessoal, lavam roupas e fazem dele sua estrada. No quintal, o cultivo de árvores frutíferas complementa sua dieta alimentar e pode ser utilizado para incrementar sua renda. Além disso, servem também como alimento para as pequenas criações e animais domésticos. Ainda no quintal, existe o cultivo de plantas medicinais utilizadas em muitas enfermidades. Da floresta, os moradores retiram madeira para a construção de suas moradias e de suas canoas, complementam sua renda com o extrativismo vegetal e realizam a caça, que pode servir igualmente como fonte de renda, ou pode em algumas ocasiões suprir a falta do peixe nas refeições. Além disso, eles fazem o roçado de mandioca, para o preparo da farinha que serve tanto para o consumo quanto para a geração de renda.

A relação instituída entre as “populações ribeirinhas” e os elementos que compõe o mundo natural se constitui de forma direta. Os “ribeirinhos” possuem uma grande “proximidade” com o meio ambiente que querem “preservar” e se apropriam dos recursos naturais sem muitos intermédios. Tal fato é importante para apontar as diferenças da percepção ambiental desses atores em relação às experiências de outras organizações ambientalistas e ao mesmo tempo, as semelhanças com outros grupos sociais envolvidos nos chamados conflitos socioambientais.

Como foi discutido no segundo capítulo, diferente de uma perspectiva conservacionista, o sentido ambientalista construído pelo MPL não considera conflitante a presença do homem em áreas onde se busca garantir a conservação da biodiversidade. A permanência humana em áreas de proteção ambiental e o desenvolvimento de técnicas produtivas não são vistas como uma ameaça a biodiversidade desde que se adotem atividades consideradas sustentáveis. Com base no sistema de uso dos recursos naturais estabelecido por esses atores sociais está presente então a ideia de que a natureza corresponde diretamente ao seu bem estar social e atende de igual modo os seus interesses econômicos. A presença humana em áreas protegidas não só é considerada legítima, como a natureza é entendida como um elemento da criação de Deus subordinado aos interesses humanos. A partir dessa inter-

relação estabelecida com o ambiente de várzea, instituída segundo os valores e práticas historicamente constituídos pelos “ribeirinhos”, é possível compreender como se constitui o seu esquema de percepção e representação do mundo natural.

Ao analisar o código moral que norteia o modelo de apropriação dos recursos naturais entre moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, Almeida e Dias (2004) compreendem que a floresta, como fonte dos meios de vida dessas populações, é designada por eles próprios como um “mercado”:

Os moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá referem-se frequentemente à floresta como o ‘nosso mercado’: “É da floresta que tiramos todo o nosso rancho, ela é o nosso mercado”. Eles dizem que a lei federal permite a caça na REAJ, pois a vida na floresta não tem supermercado como tem a vida na cidade. Os moradores da REAJ dizem que só é permitido caçar em território da Reserva porque a caça é para a ‘consumação’ das famílias, e que a floresta é o ‘mercado’ de quem mora nas colocações dos antigos seringais. (pág. 12)

Para os comunitários de Santa Fé, ainda que a concepção sobre a natureza não tenha sido explicitada nesses mesmos termos, é possível afirmar que o meio ambiente é designado de igual modo. Para eles, a floresta também se constitui como a principal fonte dos seus meios de vida. Afinal, o ambiente de várzea é o lugar de onde os bens considerados essenciais à sua existência coletiva são retirados. No entanto, se durante a análise sobre os moradores da REAJ, os antropólogos concluíram que não há circulação de dinheiro na floresta (pág. 19), entre as “populações ribeirinhas”, como pôde ser visto durante o trabalho de campo, essa situação se constitui de forma diferente. Mesmo que o dinheiro não circule na mata, seus recursos são explorados como fonte de renda. Os moradores contam com diferentes recursos da natureza, como, por exemplo, o açaí, o guaraná e a castanha, que são vendidos nos pequenos mercados de Itacoatiara, ou mesmo entre vizinhos.

Como os “bens” da natureza garantem os principais meios de vida dos “ribeirinhos”, as ideias evocadas pelo MPL para conferir valor ao meio ambiente são fundamentadas a partir da utilidade que adquirem em sua vida cotidiana. Os atores sociais referidos postulam a “preservação” do meio ambiente porque ele é essencial à sua existência. Segundo a concepção das “populações ribeirinhas”, o valor da natureza é em geral de caráter utilitário, ou seja, as partes do mundo natural adquirem importância à medida em que são consideradas úteis. No entanto, não é minha intenção afirmar que a natureza é dividida de maneira binária por esses

atores, ou seja, entre o que possui valor de uso socialmente apreendido e o que não possui. E nem considerar que essas populações só possuem conhecimento das partes do mundo natural que lhes são úteis.

Tal perspectiva está de acordo com os estudos de Lévi-Strauss (2006), que demonstram que o conhecimento desenvolvido sobre a natureza por povos indígenas de muitos lugares diferentes do planeta não ocorria apenas em função de sua utilidade prática. Para comprovar esse fato, o autor utilizou descrições de algumas monografias escritas por antropólogos que ressaltaram a familiaridade e o vasto conhecimento sobre o meio ambiente que essas populações detinham mesmo sobre espécies que não possuíam qualquer utilidade instrumental. Portanto, ao contrário da perspectiva de que esses povos nomeavam a natureza unicamente em função de suas necessidades, Lévi-Strauss demonstrou que mesmo as espécies sem valor econômico ou de subsistência eram sistematicamente conhecidas.

Assim como Lévi-Strauss (2006) selecionou trechos de etnografias que enfatizavam a atenção apaixonada que os povos das civilizações ditas não ocidentais dedicavam à natureza, além do conhecimento ligado ao mundo natural, minha experiência de campo permitiu que essas mesmas questões fossem consideradas. Nas ocasiões em que naveguei pelo lago com meus interlocutores ou caminhei com eles ao longo de seus terrenos tornou-se nítido o orgulho que detêm sobre a “natureza exuberante da Amazônia”. Mas o que me chamou atenção foi o grande conhecimento que os adultos, assim como os mais novos possuem a respeito da vasta diversidade de espécies animais e vegetais que compõem a paisagem, incluindo os diferentes tipos de carrapatos, formigas e mosquitos e as estratégias para evitá-los.

Sempre quando estava na companhia dos “ribeirinhos”, dos adultos ou das crianças, eles não poupavam seu conhecimento para enumerar com facilidade as inúmeras espécies do ecossistema da várzea, discorrer sobre os hábitos e costumes dos animais ou sobre as características das plantas. Além disso, meus interlocutores sempre me pediam para experimentar os frutos, perguntando se eles “davam” no Rio de Janeiro ou se havia gostado do sabor: cupuaçu, graviola, ingá, taperebá, camu-camu, tucumã, etc. Contudo, nas caminhadas, nas navegações pelo lago, ou até mesmo olhando as espécies do quintal das casas que visitava, ficava claro também o grande senso de observação desses atores e a consciência plena do ambiente que os rodeia. O que para mim era quase tudo uma coisa só, “a floresta”, para eles era o açailal, o arroizal, o buruí, o araçá, a camucama, etc. Cabe ressaltar que em uma ocasião, a esposa de Naca achou graça das muitas informações passadas para mim em

uma viagem de rabetá, dizendo que duvidava que eu estivesse reconhecendo e decorando o nome de todas as espécies vegetais ou pássaros apontados. E de fato, não estava.

Nesse sentido, não foram poucas às vezes em que me surpreendi com algumas observações dos moradores de Santa Fé sobre essa realidade, que para meu conhecimento se fragmentava em pouquíssimas partes. Para citar como exemplo, houve uma ocasião em que um “toco” cortado na trilha que leva ao roçado de mandioca do Naca não passou despercebido por Raimundo, seu filho de 11 anos. Rapidamente ele me perguntou sobre o que tinha acontecido, querendo saber se foi o seu irmão que o havia cortado. Mais cedo eu havia feito esse mesmo trajeto com Renato, de 16 anos e ele cortou com seu terçado um pequeno arbusto que adentrava a trilha. Logicamente eu não fazia idéia de que tinha sido exatamente ali, naquele local, mas julguei que fosse e respondi positivamente. Esse acontecimento, no entanto, não foi o único momento em que me espantei com o senso apurado de observação de Raimundo. O menino causou-me novas surpresas, quando, por exemplo, indicou-me em nossas caminhadas uma quantidade pouca de terra fofa, afirmando que se tratava de um buraco de tatu feito há pouco tempo. E em outra situação ele observou um amontoado de folhas secas, identificando-o como sendo um ninho de jacaré.

Contudo, é importante ressaltar que a apresentação do reino animal e vegetal, principalmente por parte dos adultos, era feita quase sempre a partir de uma correlação entre as espécies e as suas utilidades. Além do aprendizado dos nomes de animais e vegetais e de suas características particulares eu ouvia também explicações que me informavam “para que serviam”, “como poderiam ser utilizados”, “por quanto era vendido na cidade”, “que era um ótimo remédio para”, “que servia de comida para tambaqui”, “que já tinha dado muito dinheiro”, etc. E em contrapartida às “espécies úteis”, havia ainda as partes da natureza, que sem finalidade ou valor aparente para essas populações, eram muitas vezes categorizados como “mato”. Os elementos da natureza classificados a partir dessa categoria não ganhavam atenção dos moradores, podendo até mesmo ser “destruídos”.

Além disso, havia ainda as espécies de animais identificadas como “predadores”: periquitos, porcos do mato, cobra, pica-pau, onça, etc. Os animais classificados como tais são aqueles que recebem a acusação de “invadir” seus roçados, de “atacar” e “perseguir” suas criações, de não “respeitar” sua propriedade e ainda “acabar” com tudo dos “ribeirinhos”. O abate desses animais é plenamente justificado de acordo com as percepções e representações

dessas populações através da argumentação de que eles ameaçam seus rebanhos, seus roçados e até mesmo suas vidas⁶⁴.

Para investigar os pressupostos que orientam as ações ambientalistas dos “ribeirinhos” partirei da conclusão de Lévi-Strauss (2006) sobre o conhecimento que as populações que vivem em íntima relação com a natureza possuem sobre o ambiente onde vivem. Segundo o autor, “as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis, elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (pág. 24). Sendo assim, a ideia que trago para analisar o *ambientalismo ribeirinho* é que uma vez conhecidas e classificadas, as espécies que possuem valor de uso socialmente apreendido pelas sociedades de várzea têm defendida a sua “preservação”.

Através do vasto conhecimento que detêm sobre os elementos do mundo natural, as “populações ribeirinhas” classificam e conferem valor aos elementos da natureza de acordo com o papel que eles representam em sua realidade cotidiana. Esse saber historicamente construído a partir da vivência nos ambientes de várzea se constitui como base para a avaliação do que se torna e do que não se torna portador de valor, e, portanto, merecedor de ser “preservado”. Observa-se então que o valor de uso que algumas partes do mundo natural adquirem é o fundamento para justificar a “preservação”. Assim, se os moradores ressentem da escassez do pescado, do desaparecimento de algumas espécies como o peixe-boi e o tambaqui, e do fato de algumas aves de sabor muito apreciado ter “sumido” da região; há uma perspectiva diferente em relação às espécies que não consideradas úteis ou que até mesmo representam uma ameaça à vida e à propriedade dos “ribeirinhos”.

Com relação aos animais classificados como “predadores” os moradores reclamam justamente do fato deles continuarem existindo próximo às suas propriedades. Nesse sentido, os moradores me relataram algumas ações tomadas para evitar a presença ou permanência desses animais perto de suas residências. Para citar como exemplo, durante a visita à casa de Pernambuco, sua esposa, Conceição, mostrou-me quatro periquitos dentro de uma pequena gaiola. Ela explicou que esses pássaros eram uma praga porque não “davam tempo” em suas árvores frutíferas e por isso, uma das estratégias para impedir que os pássaros comam seus

⁶⁴A partir dessa descrição não ficou difícil observar que a relação entre “pescadores” e “ribeirinhos” se assemelha à relação desses últimos com os animais “predadores”. Nesse caso, se os periquitos, diziam os comunitários, “só querem saber de comer as frutas”, os “pescadores” “só querem saber de pescar”. As acusações contra os “pescadores de fora” são construídas, portanto, nos mesmos termos em que se constituem as acusações contra seus “predadores”, pois eles também são acusados de “invadir” o lago, de “perseguir” os peixes e de ameaçar “acabar” com seu alimento.

frutos é capturá-los. Além disso, Conceição afirmou que passa os dias tentando espantá-los ou acertá-los com uma espingarda, mas mesmo assim, eles nunca desaparecem completamente.

O papel que os elementos do mundo natural desempenha na vida das “populações ribeirinhas” se torna, portanto, o principal critério mobilizado para justificar a necessidade de “preservação”, ou o banimento de determinadas espécies animais e vegetais. A partir do que foi visto durante o trabalho de campo, o abate de animais, como cobras, onças, porco do mato, aves, ou a derrubada de parte da floresta se justifica quando destinados ao uso dos “ribeirinhos” ou ao zelo de suas propriedades. Observa-se então que as espécies animais e vegetais que possuem utilidade apreendida pelos moradores das áreas de várzea obtêm valor e se constituem como foco de atenção. Mas as partes da natureza que não possuem valor de uso imediatamente apreendido, seja para o seu consumo, para a geração renda ou para o desenvolvimento de outras espécies animais e vegetais, não têm reivindicada a sua “preservação”. Portanto, quando se questiona o pensamento dos “ribeirinhos” referente à importância da “preservação”, entendemos que deve ser “preservado” o que é considerado por eles como “valioso”. Essa característica, contudo, é avaliada de acordo com a utilidade que os recursos naturais possuem. Se um determinado elemento da natureza, ou uma área não possui qualquer utilidade para os “ribeirinhos” não há então a necessidade de “preservá-los”, ou seja, de garantir sua perenidade.

A percepção e a representação sobre a natureza e, por conseguinte, sobre o que se torna portador de valor se constitui a partir do que possui utilidade e do que não possui. Tal perspectiva nos permite afirmar que nesse caso estudado as necessidades humanas são o critérios para a “preservação”. A partir da relação utilitarista das “populações ribeirinhas” com o mundo natural é definido o que deve e o que não deve ser preservado. Contudo, cabe ressaltar que a concepção valorativa dos “ribeirinhos” é cambiante, principalmente no que diz respeito às espécies animais e vegetais apropriados como fonte de renda. Nesse caso, se o seringal, por exemplo, diferente de décadas passadas era muito valorizado e, portanto, “preservado” dado à importância financeira que tinha na vida dessas populações, atualmente é possível cogitar a sua derrubada para outros fins. Como se considera que essa área não possui mais qualquer valor, ou qualquer utilidade no âmbito de sua vida social, “para que preservar”?

Assim, observa-se que é a partir de um valor utilitarista sobre o mundo natural, relacionado à garantia dos seus meios de vida, que esses atores sociais fundamentam as idéias mobilizadas para justificar a proteção ambiental. A “preservação” da natureza, segundo os

pressupostos dos “ribeirinhos, é uma ação que deve resultar na satisfação dos interesses humanos:

Eu deixei de ser pescador porque eu vi a dificuldade, a fome. Eu crio, por exemplo, uma galinha, ela tem umas quatro produções no ano. E se ela desova quinze ovos e eu criar aqueles quinze pintos, somando quatro vezes quinze, quanto que dá? Sessenta pintos. Então eu olho para o bucho de um peixe que tem milhões de ovos. Então se eu proteger esse peixe, ele vai se multiplicar. E o peixe não tem custo nenhum, é só nós zelar que não vai faltar o que de comer. Então eu pensei vou deixar de ser pescador, não tem outra escolha para eu sobreviver. (Naca – líder do MPL no Lago do Canaçari)

É possível ainda ilustrar essa perspectiva com a certa incredulidade de um dos moradores de Santa Fé, quando em uma de nossas conversas mencionou seu conhecimento sobre a criação de uma Unidade de Proteção Integral. Essa modalidade de unidade de conservação tem por objetivo principal não permitir tipo algum de exploração dos recursos naturais dentro da área protegida. Pernambuco considera que essa medida não traz benefício algum às populações que vivem próximas a reserva, pois impede que as populações se apropriem dos seus recursos naturais. Então, ele questiona a criação da área de proteção ambiental, se perguntando sobre a utilidade de sua criação:

Agora tem as outras leis do IPAAM que é sobre a floresta, que está cuidando desse negócio da preservação. Ali no Maparazinho, vieram e demarcaram não sei quantas quadras de hectares dentro do terreno do cidadão que precisa da sua terrinha para trabalhar e plantar sua rocinha. Demarcaram aquele quadrado e falaram que não pode cortar nem um pé daquela área. Para que eles querem aquilo, é uma preservação não sei para que. Tira os pobres que estão trabalhando na área para fazer essa demarcação e determina que não pode cortar nem um pé de mato lá. Tem uma área lá que está tudo assim. Empata até cortar um pau do terreno depois que fizeram essa demarcação, essa reserva. Não sei para que querem aquilo se não vão trabalhar dentro daquilo e tem muito gente precisando daquele lugar para ter onde trabalhar. (Pernambuco – Morador de Santa Fé)

As noções dessas populações sobre a atribuição de valor às partes do mundo natural advêm do que é conhecido como a “ciência do concreto” (Levi-Strauss, 2006). O julgamento do que deve e do que não deve ser “preservado” ocorre a partir de um sistema de conhecimento constituído historicamente pelas “populações ribeirinhas”. Com base na relação formada empiricamente com o ambiente de várzea, os “ribeirinhos” postulam, dentre outras características, o valor de determinadas partes do mundo natural e a necessidade de “preservá-las”.

A experiência particular das “populações ribeirinhas” com o ambiente de várzea permite então que a idéia da natureza “como mercado”, citada anteriormente, seja retomada para compreendermos a lógica desses atores referente à proteção ambiental. Nesse caso, se a natureza é entendida pelos moradores das áreas de várzea “como um mercado”, as espécies animais e vegetais que fazem parte desse ecossistema são as “mercadorias” à medida que são consideradas úteis. Com base nessa relação entre “consumidores” e “mercadorias” é possível compreender a relação entre esses atores e a natureza, pois é através da preocupação com a sua fonte de sobrevivência e a das gerações futuras que as “populações ribeirinhas” expressam o valor dos recursos naturais e justificam a ideia de “preservação”.

No entanto, a ideia de uma natureza-mercadoria não está baseada em uma racionalidade estritamente mercantil. De acordo com Almeida e Dias (2004) essa racionalidade tem como fundamento a exploração dos recursos naturais até a sua exaustão, observa-se que o valor de uso atribuído pelos “ribeirinhos” possui outros fundamentos. O aspecto econômico não é a única função que a natureza desempenha na vida social das “populações ribeirinhas”. As atividades de exploração da natureza, e os recursos apropriados são elementos constitutivos de sua identidade coletiva e considerados fundamentais para sua sobrevivência. Portanto, a importância do meio ambiente é pautada pela função múltipla desempenhada para a reprodução social e material dos “ribeirinhos”. Seja como fonte de renda, como fonte de subsistência, como matéria-prima ou para o desenvolvimento de outras espécies animais e vegetais, a natureza merece ser “preservada” devido aos diferentes valores de uso que possui.

Nesse caso, a apropriação dos recursos naturais considerados úteis pelos moradores, incluindo a sua exploração comercial, esbarra no limite imposto pela noção de “sustentabilidade”. As noções de “estrago” e “desperdício”, que como vimos são mobilizadas para condenar o modelo de exploração da natureza realizado pelos “pescadores de fora”, se constituem como marcos de moralidade que atestam o mau uso dos recursos naturais.

Portanto, esses marcos regulam as atividades de exploração dos bens considerados essenciais à sua sobrevivência e de maneira geral, a forma como esses atores se relacionam com o ambiente de várzea.

Portanto, a exploração desmedida do mundo natural, realizada por meio de um modelo que não leva em consideração a sustentabilidade ecológica, não é aspirada pelos moradores das áreas de várzea. Os atores referidos têm como preocupação garantir a capacidade reprodutiva dos recursos naturais a fim de assegurar sua forma de existência coletiva ao longo das margens dos rios e lagos da Região. Esse fato pode ser expresso a partir do relato de um morador do Canaçari:

Aqui a gente tem umas cabecinhas para começar, só que gente não tem recurso para ampliar o campo e nem que a gente tivesse... Porque aqui tem um fazendeiro que vem para cá e o que acontece? Ele derrubou a mata todinha, que virou campo para colocar o gado. Ele tem para mais de cinco mil cabeças de gado. Tanto boi branco e boi preto. E aí o que acontece? Precisa de um pau, para onde ele pula? Para cá. Ainda ontem eu falei para o vaqueiro dele: se ele acabou com a madeira, com tudo o que ele tinha e virou campo, agora que ele precisa, ele não pode vir para cá. E esses tempos ele me tirou um bocado de madeira, e isso faz falta. É por isso que eu estou nesse ovinho aqui, nesse buraquinho de campo, porque eu não quero mexer no que eu tenho. Isso é uma coisa importante para mim. Se eu boto um pedacinho de campo é coisa pouca. Se eu tivesse botado tudo isso em campo eu não teria madeira para minha casa. Mas ele não mora aqui, então lá no terreno dele só acha gado em cima da terra. Ele não tem necessidade. (Seu Nelson – morador do Lago Canaçari)

A partir da entrevista com Seu Nelson, observamos que o valor da natureza corresponde às necessidades dos “ribeirinhos”. No entanto, é importante ressaltar também que essa necessidade não está relacionada meramente ao imperativo orgânico. Então, não se trata nem de um valor meramente mercantil e nem de um valor meramente orgânico. A importância que as partes do mundo natural adquirem corresponde ao modelo de ordenamento da realidade social das “populações ribeirinhas”, que expressa, por exemplo, o que significa ter alimento para comer. Conforme discutimos no capítulo anterior, a escassez do pescado, antes de comprometer sua existência física devido à ameaça da falta de alimento, coloca em risco o modo como esses atores constituem e asseguram sua existência coletiva. Portanto,

diferente de uma perspectiva ambientalista que visa garantir as condições materiais imprescindíveis à sua sobrevivência, os “ribeirinhos” buscam “preservar” a natureza como forma de manter as coordenadas sociais que orientam seu modo de vida.

De acordo com a perspectiva de que há diversas visões da natureza associadas a diferentes matrizes de valores culturais é relevante trazer como exemplo comparativo o estudo de Galvão (2008) sobre a percepção e representação social da natureza por parte dos produtores de soja do Mato Grosso. Nesse estudo, que resultou em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora discutiu que os produtores de soja não consideram o cerrado um ecossistema importante e valioso de ser preservado. De acordo com a autora, o cerrado é considerado pelos produtores como um bioma “feio”, com árvores tortas e retorcidas, e o “feio” não merece ser mantido ou preservado, sendo apto para a agricultura. Nesse sentido, o Pantanal é citado como exemplo de um lugar importante de ser conservado porque é um lugar “bonito e prazeroso”, ou seja, um lugar que cumpre sua função social para o homem e se torna digno de ser preservado. Observa-se que o valor da natureza para esses produtores difere em relação às percepções dos “ribeirinhos”, mas ambos possuem critérios para determinar o valor de um ecossistema. Para os primeiros, as áreas que não têm atrativos estéticos não merecem ser preservadas. Para os moradores das áreas de várzea, são os elementos do ecossistema de várzea que não possuem valor de uso que não merecem ser preservados.

4.2 – O ambientalismo de quem “vive no meio ambiente”

De acordo com o que foi discutido até agora, observa-se que o *ambientalismo ribeirinho* tem como ponto de partida a experiência que assinala a inter-relação entre as “populações ribeirinhas” e o ambiente de várzea. Essa experiência se refere ao sistema de vida dos moradores das áreas de várzea, baseado em atividades produtivas que exploram diretamente os elementos do mundo natural. Atividades como a pesca, a caça, a agricultura e o extrativismo vegetal garantem a subsistência das “populações ribeirinhas” e servem também como fonte de renda complementar. Observa-se, portanto, que a manutenção do modo de vida dessas populações implica necessariamente na conservação dos recursos naturais. Sendo assim, é a partir dessa perspectiva utilitarista que os “ribeirinhos” conferem valor às partes do mundo natural e atribuem significado à questão ambiental.

Se tomarmos mais uma vez como exemplo comparativo as ações ambientalistas levadas à frente pelo Greenpeace, será visto que o engajamento desse grupo não tem como referência uma experiência tão próxima da realidade de seus militantes, conforme o caso do MPL. Identificado por Castells (1999) como um componente do movimento ambiental “internacionalista na luta pela causa ecológica” (pág. 143), o Greenpeace se volta, segundo definição do autor, para campanhas globais. Com a finalidade mais geral de “salvar o planeta”, essa organização se preocupa, por exemplo, com a proteção da camada de ozônio, a proteção das baleias, a questão do aquecimento global, etc.

A diferença com relação ao MPL diz respeito ao fato de que enquanto o Greenpeace se volta para questões mais amplas e distantes de sua vida social, as “populações ribeirinhas” dão origem a um ambientalismo intimamente conectado com sua experiência cotidiana. As justificativas mobilizadas para reivindicar a defesa da natureza se remetem ao fato de que os recursos naturais são considerados fundamentais para sua forma de existência coletiva. Nesse caso a ideia de “necessidade” se constitui de maneira mais direta, pois não é a qualidade do ar e nem a temperatura da atmosfera que ameaçam essas populações. Trata-se nesse caso da falta do peixe, considerado sua fonte de alimento principal. Portanto, o que esses atores colocam em jogo é a possibilidade de não terem mais como continuar morando ao longo das áreas de várzea amazônica em razão do declínio da oferta de peixe ou de outros recursos naturais. A chance de se verem obrigados a mudar para os centros urbanos é, portanto, o que essas populações consideram como a principal ameaça ecológica que acomete suas vidas.

O MPL pode ser descrito, portanto, como um movimento ambientalista que estabelece de maneira muito próxima a relação entre as preocupações mais imediatas relacionadas à sua existência social e as questões mais amplas de degradação ambiental, que se inserem no quadro geral das lutas ambientalistas. Como nos sugere Alonso, Costa e Maciel (2007) em seu estudo sobre os movimentos socioambientais, a própria ideia de meio ambiente é redefinida por esses movimentos como uma relação entre grupos sociais e recursos naturais. Assim, o valor moral que serve de suporte à *crítica socioambientalista* do MPL tem como fundamento a maneira como se articula a relação entre os “ribeirinhos” e a natureza, que é uma relação entre “consumidores” e “mercadorias”.

Nesse caso, percebemos que a natureza, definida segundo a concepção ambientalista das “populações ribeirinhas” como uma fonte de recursos, se aproxima da análise de Albert (2002) sobre o discurso usual da ecologia política. De acordo com o autor, a natureza se apresenta segundo a retórica governamental como “uma natureza-objeto, reificada como

instância separada da sociedade e a ela subjugada” (pág. 257). A interpretação sobre a “ambientalização” do discurso político do MPL nos leva a perceber que para esses atores a natureza também é vista como uma natureza-objeto. A escassez do pescado representa para esses atores a falta de alimento, e é contra essa situação que o *ambientalismo ribeirinho* realiza sua crítica. Entendemos, portanto, que para esses atores a noção de crise ambiental significa que sua fonte de recursos se encontra em vias de diminuição de sua capacidade produtiva.

Nesse sentido, observa-se que a natureza não é tomada em sua totalidade⁶⁵ quando os “ribeirinhos” reivindicam a sua “preservação”. Ao contrário, como já foi discutido, o *ambientalismo ribeirinho* estende sua preocupação às partes do mundo natural que de acordo com o seu conjunto de valores e práticas adquirem valor de uso. Sendo assim, a possível contradição observada no início do terceiro capítulo deve ser analisada, considerando as ideias referentes ao pensamento ambientalista desses atores sociais.

Foi visto que os mesmos atores sociais que passam noites em claro vigiando o lago para impedir a realização da “pesca predatória” têm desmatado visivelmente as áreas em torno do Canaçari para dar lugar à criação de gado bovino e bubalino. No entanto, essa contradição aparente deixa de existir quando se investiga a representação da natureza segundo o ponto de vista dos “ribeirinhos”, pois o ambiente natural é entendido como um lugar onde os bens necessários a sua sobrevivência são conquistados. A partir do que foi discutido é possível compreender então que as “populações ribeirinhas” concebem a apropriação dos recursos naturais como uma prática imprescindível à sua reprodução social, e, portanto, legítima. De acordo com a ótica dos moradores, a apropriação do mundo natural, orientada para a obtenção dos meios que garantem suas condições de vida, está autorizada desde que não cause “desperdícios” ou “estragos”:

Tem aquelas pessoas que vivem clandestinamente vendendo as aves da natureza. Mas se é necessidade, o cara tem que viver, é melhor fazer isso do que está roubando, então ele mata marreca, mata muito, mas também tem muita, tem nuvem mesmo de marreca. Então se tem demais, e se o cara está sentindo aquela necessidade eu não olho isso, eu só olho se ele usa arma

⁶⁵ De acordo com Latour (2004) essa é uma questão presente entre os militantes da ecologia política que distingue o que esses atores sociais dizem fazer do que eles fazem na prática. Latour afirma que a ecologia política pretende falar do “todo”, mas não consegue abalar a opinião e modificar a relação de forças, senão se apegando a lugares, biótipos, situações ou acontecimentos particulares.

de fogo, se ele baleia uma e deixa o bicho machucado. Então, o que eu penso é o seguinte: é proibido é, mas se está necessitado deixa ele fazer. (Naca- líder do MPL no Canaçari)

A criação de gado é considerada uma atividade econômica importante para as “populações ribeirinhas”. Como foi observado durante o trabalho de campo, essa atividade se constitui como uma das principais fonte de renda dos moradores de Santa Fé. Nesse sentido, o desmatamento da mata ciliar, que a partir da perspectiva de outros grupos ambientalistas poderia ser considerada “predatória”⁶⁶, assume plena coerência. As atividades produtivas diretamente relacionadas ao uso da natureza são historicamente desenvolvidas pelos moradores das áreas de várzea. Se essas práticas, de acordo com suas considerações, não ameaçam a sustentabilidade dos recursos naturais e são orientadas para sua sobrevivência não há impeditivos morais que a recriminem. De acordo com o “ambientalismo ribeirinho”, não há incoerência nenhuma em abrir campos para a pastagem do gado, desde que essa atividade seja feita de uma forma considerada sustentável. Portanto, é considerado contraditório para esses atores manter uma área preservada e impedir o uso de quem “depende da natureza para trabalhar”, pois assim a função social da natureza para os homens não estaria sendo cumprida.

Trata-se de pensar então em uma representação sobre a questão ambiental que privilegia a articulação entre a capacidade reprodutiva dos recursos naturais e o benefício social e econômico trazido às populações. De acordo com a perspectiva socioambientalista, espera-se que as medidas de conservação do meio ambiente incluam as chamadas populações tradicionais nas agendas ambientais, garantindo os seus meio de vida e contribuindo para o seu desenvolvimento socioeconômico. A desvinculação entre essas duas esferas – social e ambiental - é considerada característica de um tipo de ambientalismo que não se preocupa com a questão social. Essa forma de engajamento ambiental, do ponto de vista das “populações ribeirinhas” e dos demais atores que adotam a perspectiva socioambientalista, é entendida como ilegítima, pois não atende aos interesses das populações humanas:

Intrinsecamente o ribeirinho está inserido dentro dessa realidade, dentro do meio ambiente. Eu fico muito indignada quando você separa um do outro. Eu tenho alguns questionamentos em relação ao Greenpeace,

⁶⁶ De acordo com Santilli (2004), para uma parte do movimento ambientalista, as populações tradicionais são consideradas uma ameaça à conservação ambiental.

quando ele coloca que vamos preservar o meio ambiente, mas tira fora a pessoa que está dentro, tira fora os povos tradicionais que estão inseridos diretamente dentro desse meio ambiente. Eles não conseguem fazer o que eu acho algo fantástico que a CPT fez, que foi ela ter se dado conta de que preservar o meio ambiente não é só preservar o meio ambiente tirando a pessoa fora, tirando o ser humano fora dali. (Marta – Vice Coordenadora da CPT)

Como a perspectiva socioambientalista está atrelada à proposição de soluções integradas entre as questões sociais e ambientais, o Acordo de Pesca passou a ter como um de seus fundamentos a realização do manejo participativo do pirarucu. Nos lagos em que a pesca é controlada segundo as instruções normativas desses acordos, as “comunidades”, com o apoio de centros de pesquisa e com a autorização do órgão fiscalizador, realizam uma vez por ano a pesca do pirarucu, que é vendido nos mercados locais. A renda adquirida com a venda dessa espécie é revertida para os comunitários que vivem no lago onde o acordo é vigente.

No Lago Canaçari, a aprovação do Acordo foi sancionada durante o tempo em que realizei o trabalho de campo. Por isso, os comunitários não estavam autorizados a realizar essa atividade de manejo. Mas há notícias de outros locais onde o Acordo de Pesca já está aprovado há mais tempo, e o manejo do pirarucu é realizado:

Pescadores das comunidades ribeirinhas Viva Bem e São João do Araçá, a cerca de 180 quilômetros de Manaus, vão garantir um lucro extra para suas famílias. Eles participaram essa semana da pesca manejada (controlada) de pirarucus em Itacoatiara (AM). Depois de realizar a contagem e a retirada de aproximadamente 3,5 toneladas de pirarucus do lago Babaçu, localizado nas proximidades do rio Ar Ari, os pescadores trabalham satisfeitos nesta sexta-feira (21), no mercado municipal de Itacoatiara, buscando comercializar o produto.⁶⁷

A realização do manejo como resultado dos esforços para a “preservação” dos lagos significa que os moradores deixaram de “preservar apenas por preservar”. Com a venda dessa espécie de peixe muito valorizada nos mercados consumidores do Estado há uma contrapartida econômica ao esforço de garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a

⁶⁷Informação retirada do site: <http://sosriosdobrasil.blogspot.com/2008/11/ribeirinhos-aprendem-regras-de-manejo.html>

possibilidade de que essas populações obtenham maior qualidade de vida devido ao surgimento de uma nova fonte de renda. Os atores envolvidos com a chamada “crise do peixe” consideram, portanto, que o engajamento ambientalista dos “ribeirinhos” encontrou seu ajuste uma vez que houve uma dimensão social e econômica incorporada à sua luta. Desse modo, segundo Jorge Luís, vice coordenador da CPT:

Com os Acordos de Pesca, os moradores não pensaram que tinha que preservar apenas por preservar. Vendo o aumento dos cardumes, os lagos super povoados eles começaram a pensar no manejo, ou seja, na despesca com acompanhamento técnico. Aí não o trabalho não era mais só pelo fator da preservação.

Conforme se tem discutido nas Ciências Sociais (Aquino, Sant’Ana, 2009; Carneiro, 2009; Esterci, 2002), e é visto no presente caso, a manifestação política referente à preocupação com a conservação da natureza agrega valor e projeta imagens positivas dos grupos sociais. Através da associação de seus interesses e práticas às preocupações com a conservação da natureza, os diferentes grupos garantem seu espaço no cenário sócio-político nacional e potencializam as alianças construídas. Seja através dos processos de certificação ambiental⁶⁸ por parte das empresas madeireiras; de ações ambientalistas capitaneadas por grupos da iniciativa privada; ou da vinculação da marca ecológica às identidades das “populações tradicionais”, a problemática ambiental se converte em critérios de legitimidade político e simbólico.

Contudo, essa forma de manifestação política é analisada muitas vezes pelos cientistas sociais como mecanismos de construção de legitimidade de interesses e motivações alheios à preocupação com a biodiversidade dos ecossistemas. Como exemplo, Aquino e Santana (2009) questionam as ações ambientalistas levadas à frente pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em aliança com o IBAMA e afirmam que nesse caso, as questões ambientais aparecem em segundo plano. Esse estudo avalia que “tais iniciativas governamentais ambientais significam, do ponto de vista dos gestores, antes de qualquer preocupação com a devastação da biodiversidade, a salvaguarda dos interesses do setor mineral” (pág. 50). Essa constatação, na perspectiva dos autores, se torna contrastante quando comparadas às motivações ambientalistas das “populações tradicionais”, que lutam pela instalação de unidades de proteção ambiental.

⁶⁸ De acordo com Carneiro (2009) o recurso à certificação florestal surgiu nos anos 1990 como alternativa à estratégia de boicote do comércio de madeiras tropicais.

Entretanto, não podemos considerar de antemão que as ações ambientalistas levadas à frente pelas chamadas populações tradicionais são motivadas por questões intrinsecamente relacionadas à biodiversidade, isto é, sem outras preocupações alheias à questão ambiental. É preciso problematizar essa discussão a fim de avaliar em que consiste a motivação para a conservação do meio ambiente e qual a representação dos grupos sociais sobre a natureza. Nesse sentido, observa-se que se do ponto de vista da empresa mineradora, os recursos são protegidos com vias a permitir a continuidade da exploração industrial; do ponto de vista das “populações ribeirinhas”, o objetivo é garantir as condições necessárias à sua reprodução social. Portanto, ambos não buscam proteger a natureza em razão do seu valor em si. Nesses dois casos a preocupação ambientalista se fundamenta a partir do valor de uso da natureza, seja para fins de mercado ou para fins relacionados à melhoria ou garantia das condições de vida das populações.

Nesse caso, é possível dizer que o *ambientalismo ribeirinho*, para além de garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e contribuir para a conservação do ecossistema do ambiente de várzea, busca assegurar a manutenção dos meios de vida das populações. Além disso, os “ribeirinhos” vislumbram que através da atuação do MPL possa haver possibilidades de melhorias de suas condições socioeconômicas. De acordo com Lima (2004), o MPL e seus aliados têm como perspectiva que a visibilidade das reivindicações pela “preservação” dos lagos seja capaz de trazer-lhes benefícios em outros âmbitos de sua vida social. A autora afirma que a partir da luta contra a “pesca predatória” tornou-se possível defender a reversão de sua condição econômica e social, caracterizada, por exemplo, pela falta de alternativas para o escoamento da produção na várzea, pela inadequação dos programas de atendimento à saúde, pelo serviço público escolar oferecido nas “comunidades”, etc.

Sendo assim, mais do que a defesa da sobrevivência dos homens, da perenidade das espécies e da biodiversidade, o *ambientalismo ribeirinho* busca defender um modo de vida alinhado aos recursos naturais do ambiente onde vivem. A questão ecológica é entendida pelos atores referidos, sobretudo, como uma questão atrelada à manutenção e à melhoria dos seus meios de vida. Por isso, é possível dizer que o processo de ambientalização do MPL é marcado por uma crítica socioambientalista fortemente vinculada à qualidade de vida dos homens e não em virtude de interesses ambientalistas por si só.

4.3 – A conscientização para a “preservação”: “O que Deus deixou não acaba, mas...”

A preocupação com a natureza manifestada pelas “populações ribeirinhas” aponta, sobretudo, para o seu direito e o direito das gerações futuras de contar com os recursos naturais considerados essenciais para sua existência coletiva. Andrew Vincent (1995), ao analisar as diferentes vertentes ideológicas da ecologia, observou a existência de uma corrente identificada como “antropocentrismo leve”. Segundo o autor, essa corrente ambientalista tem como apelo a importância da valorização e conservação de algum aspecto do meio ambiente para o benefício ou a sobrevivência dos seres humanos⁶⁹.

Essa visão de mundo que confere à natureza um valor instrumental é por sua vez característica marcante do pensamento que tem dominado o chamado mundo ocidental. De acordo com Albert (2002) “em nossas representações culturais, a dominação progressiva do cristianismo no ocidente está na raiz da objetivação da natureza como um domínio completamente exterior à humanidade e submetida ao império desta” (pág. 257). Nesse mesmo sentido, Lévi-Strauss (1973) esclarece que a influência exercida pelas religiões cristãs e pela filosofia cartesiana emerge, sobretudo, como um fator preponderante para a constituição dessa concepção da natureza. Devido à hegemonia dessas duas correntes de pensamento, o autor afirma que:

Começou-se por separar o homem da natureza, e por fazer com que ele constituísse um reino soberano; acreditou-se assim encobrir seu caráter mais irrecusável, a saber, que ele é, primeiro um ser vivo. E permanecendo-se cego para esta propriedade comum, deu-se total liberdade a todos os abusos. (Lévi-Strauss, 1973, pág. 49)

As ações religiosas empreendidas pelo MEB, CEB e CPT junto aos “ribeirinhos” transmitiram a eles princípios cristãos, que de encontro com os que possuíam, se

⁶⁹ Essa perspectiva se coloca de maneira contrária a outra corrente identificada pelo autor como “ecologia profunda”. Diferentemente do ambientalismo antropocêntrico, que está centralizado no seres humanos e por isso atribui um valor instrumental, ou de “uso”, à natureza, a ecologia profunda se caracteriza por não considerar que os seres humanos estejam separados do meio ambiente natural. Essa vertente ideológica vê o mundo como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. Nesse sentido, Vincent (1995) define que a ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

transformaram em juízos de valor. Esses princípios serviram para conferir à natureza e à noção de proteção do meio ambiente um sentido específico. No entanto, a doutrina cristã é também acionada pelo MPL para “conscientizar” os atores sociais a adotarem outro modelo de exploração dos recursos naturais. Os princípios dessa teologia, além de propiciarem as bases para a representação do mundo natural, oferecem também algumas linhas gerais de argumentação para o MPL, que busca “conscientizar” principalmente os “pescadores” para a importância de abandonar a realização da “pesca predatória”. Será discutido então, como a forma de representação cristã da natureza foi incorporada pelas “populações ribeirinhas”, servindo de anteparo à construção de denúncias contra as atividades “predatórias” realizadas nos ambientes de várzea.

David Ehrenfeld, biólogo e autor do livro *A arrogância do humanismo* [1978], conferiu atenção a forma como a Igreja Católica se posiciona frente ao mundo natural. Essa reflexão teve como ponto de partida a investigação sobre o caminho que a humanidade tem percorrido ao longo da sociedade moderna, rumo a uma crença ilimitada no poder da tecnologia e da razão para controlar o meio ambiente. De igual modo, o historiador Keith Thomas abordou em seu livro *O homem e o mundo natural* [1983], a forma como a natureza vem sendo tratada pelos indivíduos nos países ocidentais e investigou o papel que a Igreja Católica representa para a constituição dessa relação.

Esses autores concluem que a humanidade é compreendida, segundo a teologia cristã, como a etapa privilegiada da criação divina, que tem ao seu dispor todo mais o universo. De acordo com a leitura de alguns trechos da Bíblia, como o que será visto a seguir, esses autores demonstram que o mundo natural é entendido como uma criação de Deus, com o objetivo de servir primordialmente às necessidades dos seres humanos:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra. (Gênesis, I, v. 26, *apud* Ehrenfeld, 1978, pág. 6).

Desse modo, tais estudos afirmam que a concepção cristã confere aos homens uma posição privilegiada, que garante a eles o direito de explorar as espécies do mundo natural de acordo com os seus interesses. Esses autores concluem então que um importante legado deixado pelo cristianismo consiste na noção de que todo o mundo natural deve se subordinar

aos desejos dos homens, e estes, através de sua condição de superioridade deve controlar e dominar a natureza.

David Ehrenfeld (1978) credita à “doutrina das causas finais”, apropriada pelas religiões cristãs, uma parcela de responsabilidade sobre a maneira como o mundo ocidental se coloca diante dos seres da natureza. Segundo o autor, as formulações dessa doutrina proclamada nos tempos da Grécia de Platão e, mais tarde, apropriada pelas religiões cristãs, serviram para legitimar a posição de superioridade humana em relação ao mundo natural. Tal como podemos ver no trecho abaixo, a doutrina das causas finais considera que:

As características do mundo natural – montanhas, desertos, rios, espécies vegetais e animais, clima – foram, todas, planejadas por Deus para certos fins, primordialmente o benefício da humanidade. (...) A nossa responsabilidade consiste em agradecer essa dádiva e em troca aceitar exercer o controle do planeta, uma aceitação que foi recomendada com instância por alguns judeus e cristãos já em tempos antigos. Assim a idéia de controle e a idéia de superioridade humana ficaram desde cedo associadas em nossa história. (Ehrenfeld, 1978, pág.5)

Segundo os autores citados, a ideia cristã de que o homem foi criado à imagem e à semelhança de Deus contribuiu para que a humanidade se constituísse como o fim de toda a obra divina, tendo, portanto, autoridade ilimitada sobre o mundo natural. Desse modo, os autores concluem que os valores passados pelo cristianismo serviram de base para a interiorização no mundo contemporâneo da crença na superioridade humana frente à natureza. Os escritos teológicos, ao ensinar que o mundo todo se subordina aos objetivos dos homens, tinham como propósito definir a condição especial da humanidade e justificar o seu domínio sobre as demais criaturas da terra (Thomas, 2001).

Considerando os dados recolhidos durante o trabalho de campo, observa-se que o pensamento cristão é apropriado pelos “ribeirinhos” e transformado em categorias que expressam o sentido de natureza construído por esses atores sociais. A partir do trecho de uma entrevista realizada com Naca, a ideia de que a natureza se constitui como uma fonte de recursos destinada ao usufruto dos homens é explicada tendo em vista a noção da criação divina do mundo segundo os relatos bíblicos:

Ninguém luta só pelo lago, nem só pelo peixe a gente quer tudo, quer a floresta, quer os seres da natureza tudo, porque é importante ver tudo com abundância. Deus deixou o mundo completo para a gente: as aves, os peixes, os animais. Então quem lê o evangelho de Jesus se sente bem responsável pelo que Deus deixou, porque as árvores, as caças, os peixes para o ser humano, ele não deixou nada com falta, não deixou nada contaminado, ele deixou tudo com fartura. Então dói no coração de ver certas desigualdades dos seres humanos, de uns querem preservar e outros não. (Naca - líder do MPL no Lago do Canaçari)

A ideia de que a natureza foi criada por Deus para servir aos homens também foi mobilizada pelos “pescadores de fora”. Contudo, estes, ao contrário dos “ribeirinhos”, recorreram à teologia cristã para defender a ideia de uma “natureza inesgotável”. A partir do debate travado entre “ribeirinhos” e “pescadores” será possível explicitar com mais clareza o diferente modo como esses grupos sociais se apropriaram dos valores cristãos.

Segundo relato dos “ribeirinhos”, os “pescadores de fora” os acusavam de “escassear” os peixes quando buscavam impedir a realização da pesca comercial no lago, ou restringir a sua área de atuação. De acordo com entrevistas e conversas com os moradores de Santa Fé, observa-se que os “pescadores” questionavam as medidas levadas a frente pelo MPL através do argumento de que “o que Deus deixou não acaba”:

Lá no porto da estrada tinha um senhor lá, ele era pescador, ele falou para mim uma vez, bem no início do nosso trabalho: Olha rapaz, vocês ficam querendo escassear o lago, mas o que Deus deixou não acaba. Aí respondi: Olha senhor, eu lhe digo, de fato o que Deus deixou não acaba, mas ele diminui, ele se afugenta. O peixe é como você, se ele é bem tratado num canto ele volta, se ele é maltratado, assim igual a você, ele não vai mais querer saber de voltar. Então peixe, caça, se você cuida bem eles vêm, mas se não cuida, eles vão embora. (Sr. Nelson – morador da “comunidade” de Santa Fé)

A partir da noção de que “o que Deus deixou não acaba, mas fica escasso”, “mas se afugenta”, “mas fica difícil”, os comunitários, longe de julgar que os recursos naturais são inesgotáveis contestam essa asserção. De forma contrária, as “populações ribeirinhas” argumentam que os homens devem se tornar responsáveis pelo cuidado com a natureza para

que ela se mantenha sempre “farta”. Os “ribeirinhos” concordam que o que “Deus deixou não acaba”. No entanto, eles acreditam que devem ser “responsáveis” pela “preservação” do que lhes foi deixado, para que os recursos naturais não “escasseiem”, não fiquem “difíceis”.

Compreende-se que a incorporação da teologia cristã nessa situação de disputa serviu como suporte às justificativas formuladas pelos “ribeirinhos” para reivindicar a conservação do meio ambiente e não para justificar a adoção de um modelo irrestrito de apropriação dos recursos naturais, conforme indicado pelos “pescadores”. A espécie humana, segundo a concepção dos “ribeirinhos”, está acima dos demais seres do planeta tal como foi preconizado pela religião cristã. No entanto, os homens devem agir de forma “responsável” com o meio ambiente. Com base nesse pressuposto moral, o MPL demanda, portanto, um novo modo de agir, não somente em relação à pesca, mas em relação à exploração de outros recursos naturais, diante das transformações ocorridas nos ambientes pesqueiros:

Deus fez tudo o que tem neste mundo para nós. Então, tudo de bom, de gostoso, tudo de bonito tem que ser multiplicado. Então, o que eu quero dizer com isso é que nós temos que zelar, preservar aquilo que Deus fez e entregou nas mãos dos homens. Então nós vamos zelar o máximo que pudermos pelas coisas que nosso Pai deixou, para agradecer isso que ele fez pela gente e para que ele continue a nos dar a natureza sempre com fartura. (Naca – líder da preservação no Canaçari)

“Deus fez e entregou nas mãos dos homens”: essa fala nos traz a ideia de uma natureza recebida pela humanidade como um dom. De certo modo, está presente aí a noção de “natureza dadivosa” desenvolvida por DaMatta (1994). Em sua investigação sobre as representações de natureza da sociedade brasileira, o autor observa que os colonizadores imaginavam, ou pelo menos almejavam encontrar um paraíso feito de riquezas naturais que se ofereciam como um dom gratuito. Tal perspectiva, continua o autor, “forjava estabelecimentos formados por grupos de homens interessados em realizar o “sacrifício” de viver no novo mundo para poderem entesourar os recursos que irão promover a ascensão social nos seus grupos de origem” (pág. 107).

Todavia, para as “populações ribeirinhas” a visão da natureza como um dom traz também a ideia de reciprocidade. A reivindicação de uma nova forma de apropriação dos recursos naturais se constitui para esses atores como uma forma de agradecimento ao presente

recebido. Nesse caso, a questão da reciprocidade nos remete à ideia de um equilíbrio compensatório segundo o qual as atividades dos homens deve se pautar. Esse equilíbrio está por sua vez fundamentado através da noção de respeito ao meio ambiente. O mau uso feito dos recursos, e ainda, a atitude “desrespeitosa” frente à natureza, demonstra que os homens não estariam retribuindo à dádiva recebida.

Em seu trabalho clássico *Ensaio sobre a dádiva* [2003], Marcel Mauss ressalta a dimensão simbólica das trocas, que é uma questão importante para tratarmos da relação que as “populações ribeirinhas” estabelecem com a natureza. De acordo com o autor, o intercâmbio entre os homens e entre estes e a natureza não se reduz a uma dimensão utilitária. A dimensão simbólica da troca diz respeito exatamente à manutenção de uma espécie particular de vínculo, cujo sentido vai além da noção ocidental de troca mercantil.

Ao tomarmos como análise a ética das “populações ribeirinhas” de respeito e compensação frente ao mundo natural, observa-se que essas ideias se fundamentam na noção de contraprestação desenvolvida por Marcel Mauss. Tais ideias não se baseiam nem em um utilitarismo puro e nem em uma relação de gratuidade total. Ao relativizar a noção ambientalista dos “ribeirinhos”, observamos a criação de um vínculo constituído entre Deus e a humanidade, em que os homens devem obrigatoriamente adotar práticas que manifestam a preocupação e o cuidado com a natureza. Estas atitudes significam, sobretudo, o que as “populações ribeirinhas” entendem que seja a sua retribuição ao presente recebido, mas que ao mesmo tempo garantem a permanência do vínculo com Deus.

É importante mencionar que as prestações entre homens e deuses também foram problematizadas pela teoria geral das obrigações. Segundo Mauss (2003), essas trocas de presentes por parte dos homens “incitam os espíritos dos mortos, os deuses, as coisas, os animais, a natureza, a serem “generosos para com eles” (pág. 204). No entanto, as relações desses contratos e trocas entre homens e deuses estão presentes como um aspecto da teoria do Sacrifício. E esta perspectiva não corresponde ao caso estudado. O contrato estabelecido entre os “ribeirinhos” e Deus não prevê como retribuição à generosidade divina a destruição de riquezas ou a oferenda de animais mortos. A lógica expressa pelos “ribeirinhos” consiste em pensar que Deus criou a natureza para o nosso usufruto, e nós temos que “zelar” por ela como forma de agradecimento.

A troca com Deus consiste então no estabelecimento de uma relação com o mundo natural que, de acordo com o pensamento dos “ribeirinhos, assegure a sua sustentabilidade, seja utilizando esses recursos de maneira parcimoniosa ou impedindo que outros atores

sociais realizem práticas “predatórias”. Nesse sentido, a “depredação” do meio ambiente é considerada uma ação que rompe com o sistema de contraprestações. A realização de práticas que comprometem a sustentabilidade dos recursos naturais expressa a destituição do vínculo entre aquele que dá e aquele que recebe, pois o pressuposto da moral dádiva-troca deixa de ser cumprido, segundo o ideário das “populações ribeirinhas”. Portanto, os “ribeirinhos” acessam o conteúdo da dádiva e acionam o aspecto da retribuição, para justificar a “preservação” como uma relação de responsabilidade perante a dádiva recebida.

Considerações Finais

Dizem que um interesse pela natureza faria toda a novidade da ecologia política. Ela estenderia o campo estreito das preocupações clássicas da política a novos seres que se encontravam, até aqui, pouco ou mal representados. (Latour, 2004, pág. 25)

Essa pesquisa buscou compreender como as “populações ribeirinhas”, organizadas em torno do MPL, conferem sentido aos conflitos nos ambientes pesqueiros e constroem sua ação política contra a realização da “pesca predatória”. Nesse sentido, coube investigar a concepção dos “ribeirinhos” sobre a natureza, e como, no plano conceitual, esses atores incorporaram e mobilizaram as categorias do discurso ambientalista para legitimar suas denúncias e persuadir outros grupos a adotarem práticas consideradas sustentáveis. Investigamos, portanto, como a vertente socioambientalista trata e se apropria da problemática ambiental. No entanto, influenciadas pela sociologia da crítica, as questões tratadas nessa pesquisa questionaram também o esforço teórico, reflexivo e argumentativo realizado pelo MPL para que suas denúncias se articulassem numa luta política em busca de justiça. Então, foi investigado como os valores suscitados a partir da emergência do ambientalismo como uma questão pública significativa se agregaram às estratégias discursivas do MPL e foram mobilizados como um princípio de justiça.

O engajamento político do MPL contra a exploração intensiva dos rios e lagos da Região contribuiu para o processo de visibilidade social das “populações ribeirinhas”. A aproximação do MPL à perspectiva de que sua luta tratava da defesa de um modo de vida essencialmente ligado a proteção do meio ambiente fez com que esses atores sociais se reconhecessem e fossem reconhecidos como mais um ator ambientalista no estado do Amazonas. Segundo Lima (2004), as políticas baseadas em uma visão economicista do desenvolvimento cederam espaço às políticas inspiradas no ideal da sustentabilidade socioambiental. O modo de vida das “populações ribeirinhas”, caracterizado pelo baixo poder de exploração da natureza, deixou de ser considerado como atrasado ou avesso ao crescimento econômico, e foi reconhecido positivamente como um modelo que protege o meio ambiente.

Sobre a égide de preservadores da natureza, os “ribeirinhos” conseguiram vantagens do ponto de vista legal, político e simbólico sobre o controle dos ambientes de várzea, principalmente em relação aos “pescadores”. No entanto, a análise sobre as operações críticas realizadas pelo MPL nos permitiu observar que inicialmente as categorias do discurso ambientalista não haviam sido incorporadas como estratégias argumentativas. Cabe ressaltar que nesse período, início dos anos 1980, a preocupação ambiental ainda não estava colocada no Brasil como uma questão que tivesse sua atenção social publicamente reconhecida. Então, diante das condições de escassez do pescado, as principais categorias mobilizadas por esses atores para denunciar a “pesca predatória” expressavam, sobretudo, sua preocupação com as condições de vida dos “ribeirinhos”.

As estratégias discursivas do MPL, em aliança com a CPT, mobilizaram os valores anticapitalistas contidos na teoria marxista como diretrizes para a justificação de sua crítica, e também para a organização de sua ação. Influenciada pela teologia da libertação, discutimos que a crítica contra o processo de industrialização do setor pesqueiro teve como suporte um princípio de justiça vinculado à ideia de exploração social. À medida que os “pescadores de fora” foram acusados de comprometer a capacidade reprodutiva dos estoques pesqueiros, os “ribeirinhos” se viram ameaçados de contar com sua principal fonte de alimento. Conforme as denúncias do movimento, a atividade produtiva dos “pescadores de fora” contribuía para a precariedade das condições de vida dos “ribeirinhos”, pois trazia o risco da fome para essas populações. Então, os agentes da comercialização e da industrialização do pescado foram considerados “exploradores do povo” a partir da acusação de que deixavam as “populações ribeirinhas” sem o seu “pão de cada dia”

Observa-se que a noção de sustentabilidade ambiental foi mobilizada como um princípio de equivalência que permitiu qualificar a grandeza dos “ribeirinhos” e “pescadores”. Contudo, a referência ao desenvolvimento de técnicas produtivas sustentáveis expressava inicialmente a preocupação com as condições de vida das “populações ribeirinhas” e não com a biodiversidade do ecossistema de várzea. Assim, a situação de disputa nos ambientes pesqueiros foi definida como a luta do “explorado” (as “populações ribeirinhas”) contra o “explorador” (os “pescadores de fora”). O MPL se vinculou idealmente à organização política de outras populações amazônicas, como os índios e seringueiros, que segundo suas considerações se organizaram para lutar contra o avanço capitalista sobre a Região.

Esse quadro referente à construção da crítica do MPL se modificou a partir dos anos 1990, quando as questões ambientais emergiram no país como uma nova questão pública. A

partir de então houve uma ressignificação tanto da ação prática, quanto das operações críticas mobilizadas pelo MPL. Isso se deve à incorporação das categorias e das questões ambientalistas por parte do movimento. No entanto, os objetivos dos “ribeirinhos” continuaram sendo os mesmos: o de “preservar” as espécies de peixes, que estavam sendo “perseguidas” pelos “pescadores de fora”.

As mudanças trazidas por esse processo de “ambientalização” repercutiram sobre a percepção do MPL referente às disputas com os “pescadores” e sobre o caminho institucional percorrido. A partir de então, as denúncias do movimento deixaram de se apoiar estritamente na *crítica social*. Além da ideia de que os “pescadores” eram responsáveis pela depreciação da qualidade de vida dos “ribeirinhos”; a pesca de grandes toneladas de peixes, o “desperdício” e o “estrago” do pescado passaram a ser denunciados também como ações que ocasionavam a “depredação” do meio ambiente. Portanto, a noção de sustentabilidade permitiu qualificar inicialmente “ribeirinhos” e “pescadores” como “explorado” e “explorador”, mas posteriormente, esse princípio passou a fazer referência de igual modo à conservação da natureza. Nesse caso, a noção de sustentabilidade pôde enumerar as diferentes formas de uso que esses grupos sociais fazem do meio ambiente, classificando-as a partir do reconhecimento de quem protege a natureza e de quem contribui para sua depredação.

Em razão das condições socioeconômicas dos “pequenos pescadores” serem consideradas semelhantes às condições dos “ribeirinhos”, eles foram igualmente identificados pela CPT como “pequenos”. Mas, ao terem incorporado sobre o modo como ocupa, explora e concebe sua relação com a natureza a ideia de que não contribuem para a sua proteção, os “pequenos pescadores” foram considerados inimigos da “preservação” e não fizeram parte do novo acordo ambiental. As parcerias que passaram a existir entre o MPL e entidades ambientalistas excluíram os “pequenos pescadores” das agendas de políticas públicas socioambientais, promovendo a divisão entre eles.

Através da aproximação das estratégias políticas do movimento aos valores associados ao ambientalismo, os “ribeirinhos” passaram a buscar outros aliados para que suas reivindicações sobre a gerência dos recursos pesqueiros fossem reconhecidas. O MPL direcionou suas demandas às entidades ambientalistas como ONGs ou órgãos governamentais, como o IBAMA e às Secretarias Estaduais e Municipais do Meio Ambiente. Além disso, o movimento recorreu à legislação referente à proteção ambiental para que suas medidas implantadas deixassem de ser um acordo meramente informal e se tornassem um plano de manejo assegurado pelos órgãos governamentais de fiscalização ambiental.

Nesse sentido, a CPT e o IBAMA foram duas entidades que acompanharam de perto as lutas do MPL e contribuíram de maneira distinta para que esses atores sociais tivessem suas demandas atendidas. A CPT se constituiu como aliado dos “ribeirinhos” desde o início dos conflitos. Seu trabalho de apoio consistiu em realizar a mediação do MPL com entidades governamentais, mas principalmente em promover os encontros dos “ribeirinhos”, além de cursos e fóruns, que serviram para fortalecer e ampliar a organização do movimento. O IBAMA por sua vez, se constituiu como aliado do MPL no começo dos anos 1990, e o seu apoio foi importante para a oficialização das medidas levadas a frente pelas “populações ribeirinhas”. Através da criação dos programas dos Acordos de Pesca e do Agente Ambiental Voluntário, o apoio conferido pelo Instituto foi decisivo para a efetivação das ações do MPL. Esses programas conferiram ao MPL critérios de legitimidade e legalidade, que apontaram o seu direito de controle sobre os ambientes pesqueiros. Após a criação desses programas, as leis ou os procedimentos judiciais que não forneciam respostas satisfatórias às reivindicações do MPL passaram a tratar das disputas nos ambientes pesqueiros de maneira favorável às “populações ribeirinhas”.

A legislação ambiental abriu um grande espaço para a consolidação do movimento dos “ribeirinhos” na esfera pública e, conseqüentemente, para a conquista de suas principais reivindicações. Embora não se possa dizer que a biodiversidade se tornou prioridade para o MPL, a construção de uma crítica fortemente enredada à ideia de conservação do meio ambiente e o cenário político marcado pela instauração da preocupação ambiental promoveram de forma inédita a abertura política às suas antigas reivindicações. Contudo, o enredamento entre as questões sociais e ambientais não foi um processo exclusivo, visto apenas nos conflitos envolvendo as “populações ribeirinhas”. Essa mesma situação se repetiu nos conflitos levados a frente por outros grupos sociais tais como os seringueiros, as quebradeiras de coco, os castanheiros, os índios, etc. De igual modo, esses grupos sociais associaram os seus interesses particulares à defesa de um modo de vida que concebe a relação com a natureza a partir do baixo impacto causado. Nesse caso, eles também tiveram agregada às suas identidades uma valoração positiva que permitiu o reconhecimento de suas antigas e novas reivindicações com base em critérios ecológicos. Foi observado, portanto, que as situações de disputa empreendidas pelas chamadas populações tradicionais foram classificadas pelas ciências sociais como conflitos socioambientais. O socioambientalismo por

sua vez se tornou uma vertente do ambientalismo, caracterizado por pensar as questões ambientais em conformidade com a problemática social⁷⁰.

Então, foi visto que se essas populações identificam os conflitos nos ambientes pesqueiros como uma “luta contra a fome”, esta por sua vez não é a principal questão levantada. Sobretudo, as novas relações socioeconômicas inseridas nos ambientes pesqueiros foram entendidas pelas “populações ribeirinhas” como uma ameaça ao seu conjunto de valores e práticas. Mais do que uma luta para garantir seu “pão de cada dia”, ou para “preservar” os lagos, o MPL atua, portanto, no sentido de proteger as “populações ribeirinhas” das distorções causadas ao seu sistema de vida.

Contudo, foi observado que o MPL não tem como objetivo questionar um modelo de desenvolvimento que se apropria comercialmente dos recursos naturais, mas sim, denunciar a forma considerada intensiva como esses recursos passaram a ser explorados. Então, se em um primeiro momento o MPL, em aliança com a CPT, fundamentou sua crítica através de valores anticapitalistas, não é esse sistema, e nem sua representação sobre a natureza como um recurso econômico que estão sendo questionados ao denunciar a “pesca predatória”. O que está em jogo é a centralidade que o sistema de mercado adquiriu com relação à exploração dos recursos pesqueiros, e os efeitos deletérios ao meio ambiente causados por essa nova forma de apropriação da natureza. Portanto, o que distingue o modelo de exploração capitalista da pesca, do modelo de exploração dos “ribeirinhos”, é que estes não baseiam sua relação com a natureza unicamente através de transações mercantis. Para os “ribeirinhos” o meio ambiente também se inscreve em sua realidade cotidiana como um sistema de provisão de necessidades.

Segundo os esquemas de percepção e representação desses atores, os seres humanos servem de medida para reivindicar a “preservação” do meio ambiente. Isso significa dizer que as partes do mundo natural que adquirem valor de uso têm justificada a sua “preservação”. Não está inscrito no pensamento desses atores a “preservação pela preservação”. O esforço de

⁷⁰ De acordo com os estudos de Lima (2004), o projeto socioambiental difere em motivação e entendimento em relação ao plano dos atores identificados como “ambientalistas”. Segundo a autora, o projeto ambiental dos “ribeirinhos”, em oposição ao projeto dos “ambientalistas” não é motivado por “ideais ecologistas românticos” e nem por fatores economicistas. Presume-se que a categoria “ambientalista” se refere aos atores sociais que não vinculam o problema ecológico às questões sociais, ou visa à natureza apenas como um recurso econômico. No entanto, o termo “ambientalista” é uma forma de reconhecimento um tanto quanto vaga no que se refere à maneira como os atores assim identificados concebem a relação com a natureza, e expressam as motivações e interesses referentes à sua conservação. Sendo assim, em lugar de qualificar os diferentes projetos ambientais, apontando um ou outro como ideal, busquei investigar a postura reflexiva do MPL referente à conservação do meio ambiente.

“zelar” pela natureza deve resultar em uma contrapartida socioeconômica para que a ação ambientalista tenha um sentido coerente.

De acordo com essa perspectiva compreendemos que a ideia de proteção ambiental expressa pelo MPL não se apega à natureza em sua integralidade. A denúncia do MPL contra a “pesca predatória” e em favor da defesa do meio ambiente está vinculada ao bem estar dos homens. “Preservar” o meio ambiente significa guardar para si e para as gerações futuras os recursos considerados essenciais para sua reprodução social. Observa-se então que as questões relacionadas às preocupações sociais e ambientais acessadas por esses atores não se constituem em planos simétricos. A relação entre essas duas instâncias se define a partir da subjugação da natureza à sociedade. Portanto, os valores suscitados a partir da emergência do ambientalismo se combinaram à *crítica social*, dando origem a uma *crítica socioambiental*, que tem como preocupação a satisfação dos interesses humanos.

Compreende-se então que se o movimento dos “ribeirinhos” contribuiu para que a preocupação com a natureza entrasse na vida pública, não é com as espécies do mundo natural que eles estão preocupados em primeiro lugar. Antes de tratar da natureza, eles tratam primeiramente das questões que envolvem os problemas vividos por eles próprios, como por exemplo, a falta de alimentos decorrente da escassez do pescado, ou a falta de caça devido ao desmatamento, etc. Os elementos da natureza adquirem valor e têm a sua “preservação” justificada porque são úteis aos homens. A natureza não adquire consideração moral, ou seja, a reivindicação de uma nova relação entre os homens e o mundo natural remete à garantia dos recursos considerados úteis pelas “populações ribeirinhas” e não aos direitos dos seres não-humanos.

Observamos ainda que os princípios da teologia cristã propiciaram aos “ribeirinhos” as bases para sua representação utilitarista da natureza. Os valores cristãos ofereceram também ao MPL algumas linhas gerais de argumentação para a tomada de consciência ambiental. De acordo com os esquemas de representação dos “ribeirinhos”, a natureza é um presente de Deus, destinado aos homens para o seu usufruto. De igual modo, a teologia cristã entende que o mundo natural foi criado por Deus com o objetivo de servir primordialmente aos propósitos humanos. A partir dessa representação foi possível compreender que a reivindicação por parte do MPL de um novo modo de relacionamento dos homens frente à natureza se baseia na tríplice obrigação dar-receber-retribuir desenvolvida pelo antropólogo Marcel Mauss. O respeito do homem sobre a natureza é a retribuição dada ao presente recebido. Cuidar da natureza, de acordo com entendimento desses atores significa, portanto, a

sua forma de contraprestação no plano da moral dádiva-troca. Nesse caso, a realização de práticas consideradas predatórias rompe com o vínculo estabelecido na medida em que a retribuição oferecida à dádiva divina, ou seja, o cuidado com a natureza, não é realizado.

Mas cabe ressaltar ainda que os esforços dos “ribeirinhos” para a “preservação” dos lagos fizeram com que esses atores sociais fossem considerados “pioneiros da preservação”. Com referência às iniciativas do MPL contrárias ao incremento da pesca comercial, Júlio, chefe do Núcleo de Recursos Pesqueiros do IBAMA de Manaus, em entrevista concedida em março de 2008, ressalta que:

Analisando o histórico do movimento no Estado, se percebe que a CPT, junto com os ribeirinhos fizeram muito mais que o IBAMA, porque eles começaram a se preocupar com os acordos de pesca antes mesmo do IBAMA existir.

A partir dessa questão, um último ponto que acho necessário considerar é que o pioneirismo dos “ribeirinhos” no campo ambiental pode ser explicado a partir da inter-relação dessas populações com o ambiente de várzea. Discutimos que os “ribeirinhos” retiram da natureza grande parte dos seus meios de vida. Assim, a motivação que orienta o engajamento ambientalista desses atores sociais está relacionada à sua experiência cotidiana, referente ao processo de declínio dos “estoques pesqueiros” e de transformações do ambiente de várzea. Embora alguns autores apontem que o cuidado com a qualidade do meio ambiente advém da ampla difusão da preocupação com a questão ambiental (Fuks, 2001), observa-se nesse caso que os moradores das áreas de várzea se organizaram para lutar contra certas transformações ecológicas, que causariam modificações ao seu modo de vida.

Bibliografia

ACSELRAD, Henry. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Org. Henri Acserald. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pp 13-36.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *RBCS*, junho/2004, Vol. 19 n°. 55, PP. 33-52.

_____. Redescobrimo a família rural. *RBCS* 1986, Vol. 1. Texto sem paginação.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Coleção Tradição & Ordenamento Jurídico. V.2 Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. *O processo de formação da rede de ativismo ambiental no Brasil*. Anais dos 2. Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 – 27 abr. 2007, UFSC, Florianópolis, SC. p.121-143.

ANDRADE, Maristela Paula de. Expropriação de grupos étnicos, desequilíbrio ambiental e (in)segurança alimentar. In: *Fome de farinha. Deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara*. Org. Maristela de Paula Andrade, Benedito Souza Filho. São Luís: Edufma, 2006, pp. 31-56.

AQUINO, Maria José da Silva; SANT’ANA, Horácio Antunes Júnior. Ferro, “canga”, mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: *Amazônia: Desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. Org. FERRETI, Sérgio; ESTERCI; Neide e RAMALHO, José Ricardo. São Luís: Edufma, 2009, pp. 45-72.

BILATE, Adriana. Na proa da canoa: identidade e seguro desemprego entre pescadores do Amazonas. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia. UFRJ, 2002.

BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra Grito dos Pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOLTANSKI, Luc. How a social group objectified itself: “cadres” in France, 1936-45. In: *Social Science Information* (SAGE, London, Beverly Hills and New Delhi), 23, 3 (1984), pp. 469-491.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On Justification. Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

_____. The Sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, 1999. Vol 2, 3, pp. 359-377.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *The new spirit of capitalism*. London: Verso, 1999.

BORGES, Julio Cesar Lopes. *A pesca em Santa Catarina/Brasil. Regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 à 1989*. Chapecó: II Encontro de Economia Catarinense Artigos Científicos Área Temática: Economia Rural e Agricultura Família, 2008.

CÂNDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v.2. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O desenvolvimento da certificação sócio-ambiental e a nova dinâmica da ação empresarial na Amazônia. In: *Amazônia: Desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. Org. FERRETI, Sérgio; ESTERCI, Neide e RAMALHO, José Ricardo. São Luís: Edufma, 2009, pp. 17-44.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002

CORCUFF, Philippe. *As Novas Sociologias*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando. Uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *Conta de mentiroso. Sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DESCOLA, Philippe. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: *Nature and Society. Anthropological perspectives*. Org. Philippe Descola and Gísli Pálsson. London: Routledge, 2004, pp. 82-102.

DIAS, Carla de Jesus; ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. A floresta como mercado: caça e conflito na reserva extrativista do alto Juruá (AC). *Boletim Rede Amazônia*, 2004, Ano 3, nº1, pp. 9-28.

DURKHEIM, Émile; MAUSS. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp. 399-455.

EHRENFELD, David. *A Arrogância do Humanismo*. New York: Oxford University Press, 1978.

ESCOBAR, Arturo. Dinero, desarrollo y ecología. *Revista de Ecología Política*, Barcelona, 1993, n. 9, pp. 7-27.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: *A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Org. Edgardo Lander. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.

ESTERCI, Neide. Ambientalismo e Conflito social na Amazônia Brasileira. *Boletim Rede Amazônia*, , 2002, Ano 1, nº1, pp. 51-62.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: A construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, UFRJ, 2009.

FERRETI, Sérgio; ESTERCI, Neide e RAMALHO, José Ricardo. *Amazônia: Desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: Edufma, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FURTADO, Lourdes. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, maio-ago. 2006. Vol.. 1, n. 2, p. 159-172,

_____. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

_____. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Org. Lourdes Furtado. Belém: UFPA, 1997, pp. 146-165.

_____. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Org. Henri Acserald. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, pp. 57-72.

FRAXE, Therezinha, J. P. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

FUKS, Mário. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIUMBELLI, Emerson. “Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2002, Vol. 17, no. 48, pp 91-107.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46 N° 2, pp. 445-476.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- _____. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1989.
- HONNETH, Axel. Invisibility: On the Epistemology of Recognition. *Supplement to the Proceedings of The Aristotelian Society*, Volume 75, Number 1, July 2001, pp. 111-126(16).
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- _____. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- LAFAYE, Claudette- THEVENOT, Laurent. Une Justification écologique? Conflits dans l’aménagement de la nature. *Revue de sociologie française*, Année 1993, Volume 34, Numéro 4 pp. 495 – 524.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2006.
- _____. *Antropologia Estrutura Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- LIMA, Deborah de Magalhães Lima. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. *Boletim Rede Amazônia*, 2004, Ano 3, nº1, pp. 57-66.
- LIMA, Deborah de Magalhães Lima; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*. São Paulo May/Aug. 2005, Vol.19 no.54 , pp. 45-76.
- LIENHARDT, Godfrey. *Divinidad y Esperiebcua. La religión de los Dinkas*. Madri: Akal, 1985.
- LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Série Antropológica, 2002.

_____. *Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, jan./jun. 2006, ano 12, n. 25, pp. 85-103.

LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, jan./jun. 2006, ano 12. 25, pp. 31-64.

LOUREIRO, V. R. *Amazônica: estado, homem, natureza*. Belém, CEJUP, 1992.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.

MORAN, Emílio. *Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Rev. Antropol.* São Paulo 2001, vol.44 no. 2, pp. 39-88.

_____. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. *Rev. Antropol.* São Paulo 1998, vol.41 n.1. Texto sem paginação.

NEVES, Delma Pessanha. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. *Boletim Rede Amazônia*, 2003, Ano 2, nº1, pp. 47-60.

PEREIRA, Henrique dos Santos. Gestão Participativa e o movimento de preservação de lagos. *Caderno do CEAS*, Salvador: Setembro/Outubro 2003, n. 207, pp. 67-88.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PORRO, Antonio. *O povo das águas. Ensaios de etno-história amazônica*. Petrópolis, Vozes/EDUSP, 1996.

RIBEIRO, Sylvia. *E Deus visitou seu povo*. Manaus: Edua, 2003

SÁ, Guilherme. Meus macacos são vocês: um antropólogo seguindo primatólogos em campo. *Antropológicas*, ano 9, volume 16(2): 41-66 (2005). Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco - PPGA/UFPE.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SANTA'ANA JÚNIOR, Horácio A. de. *Florestania: a saga acreana e os povos da Floresta*. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. O socioambientalismo e a construção de novos paradigmas jurídicos. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Direito. UNB, 2004.

SANTOS, Geraldo Mendes; SANTOS, Ana Carolina Mendes. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, 2005, 19 (54), pp. 155-182.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SOUSA, Arinaldo Martins. “Arribando aos mururus”. Redeiros, atravessadores, fregueses de patrão e canoeiros na fronteira do Desenvolvimento Sustentável em Tefé. (Dissertação de mestrado). Maranhão: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2005.

SPINOLA, H. B. O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas. (Dissertação de mestrado). Campinas: Faculdade Educação, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da UNICAMP, 1997.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Conquista, 1960.

VANDENBERGHE, Frédéric. Construção e Crítica na Nova Sociologia Francesa. *Sociedade e Estado*, 2006, v. 21, n. 2, pp. 315-366

VERÍSSIMO, José. *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paula: Cosac & Naify, 2002.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

WITKOSKI, Antonio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho. Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Edua, 2007.

Anexo – Fontes de pesquisa

Quadro de entrevistas

Lago Canaçari

Entrevistado	Informação
Naca	Presidente da comunidade de Santa Fé – liderança da preservação do Canaçari
Adilson	Participa da preservação do Canaçari
Dico e Oscarina	Cunhado e irmã do Naca – Participam e apóiam a preservação do Canaçari
Dominguinhos	Percussor do movimento
Dona Maria	Esposa de Dominguinhos – Percussora do movimento
Manoel	Participa da preservação do Canaçari
Mazinho	Irmão de Naca – Participa da preservação do Canaçari
Pernambuco	Percussor da preservação do Canaçari
Seu Nelson	Antigo presidente da comunidade – Percussor da preservação
Zé	Irmão de Naca – Participa da preservação do Canaçari

IBAMA - Itacoatiara

Entrevistado	Informação
João Vieira	Presidente do IBAMA – filiado ao PT – Participou da formação progressista da Igreja Católica
Vanderlan	Técnico do IBAMA – filiado ao PT – Participou da formação progressista da Igreja Católica – Apoio direto a preservação no Canaçari
Zé Antônio	Técnico do IBAMA

CPT – Itacoatiara

Entrevistado	Informação
Silva	Leiga – ex-membro da CPT – Presidente da Associação D. Jorge

Normando	Liderança do Lago de Silves - Ex-coordenador da CPT
----------	---

CPT – Manaus

Entrevistado	Informação
Jorge Luís	Coordenador da CPT – Tefé
Marta	Vice coordenadora regional
Padre Fernando	Coordenar da CPT – Lábrea
Sila	Ex-membro da CPT – Atual secretária de desenvolvimento sustentável-AM

IBAMA – Manaus

Entrevistado	Informação
Anete	Responsável pelo programa de Agente Ambiental Voluntário
Júlio	Chefe do Núcleo de Recursos Pesqueiros
Reinaldo	Técnico do IBAMA

Consulta a documentos

Relatórios do Movimento de Preservação dos Lagos – Comissão Pastoral da Terra – AM.

Biblioteca da Faculdade de Teologia do Amazonas – AM.

Materiais publicados pela CPT-Itacoatiara – Associação D. Jorge.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)